

# HISTÓRIA E CIBERESPAÇO

ESPAÇOS VIRTUAIS, TECNOLOGIAS DIGITAIS  
E CONHECIMENTO HISTÓRICO



Vol. 20 N° 1 2024  
ISSN: 1984 - 817X

*Especialidades*  
Revista dos Docentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços - UFRN

## **ESPACIALIDADES**

Revista Eletrônica dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da  
UFRN-Espacialidades

2024, Volume 20.1-ISSN: 1984-817X

Dossiê: História e Ciberespaço: Espaços virtuais, tecnologias digitais e conhecimento histórico

Editora responsável: Prof. Dra Fabíula Sevilha (UFRN)

Editor gestor: Allyson Afonso Santos Silva (UFRN)

Vice-gestor editor: Hannah Cabral Dantas de Barros Teixeira (UFRN)

Secretário-geral: Remo Santos da Cruz (UFRN)

Secretário de comunicações e redes sociais: Antônio Carlos Cabral de Medeiros (UFRN)

Editores de texto (normatização): Alaide Matias Ribeiro (UFRN); Gilson Mateus Pinto Júnior

Gerenciador do site: Allyson Afonso Santos Silva (UFRN)

Editores: Andressa Freitas dos Santos (UFRN); Daiane Santana Santos (UFRN); Douglas André  
Gonçalves Cavaleiro (UFRN); Mário André Sousa de Oliveira (UFRN); Désio Rodrigo da  
Rocha Silva (UECE); Laís Maria da Costa Silva (UFRN); Yasmim Azevedo da Silva (UFRN); Luiza  
Vieira Cavalcanti (UFRN); Douglas André Gonçalves Cavaleiro (UFRN)

Imagem de capa: Mulher utilizando um visor de realidade virtual. Fonte: imagem gerada via Adobe  
Firefly.

Uma mulher, usando um visor de realidade virtual, interage com uma interface holográfica em um  
ambiente futurista, analisando dados e imagens tridimensionais de um globo e de sistemas digitais.

A cena representa o uso da tecnologia avançada para pesquisa e visualização de informações no  
ciberespaço.

Composição de Hannah Cabral Dantas de Barros Teixeira (UFRN) e Yasmim Azevedo da Silva  
(UFRN)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Reitor: José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor: Henio Ferreira de Miranda

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

Diretora: Cândida Maria Bezerra Dantas

Vice-Diretor: Josenildo Soares Bezerra

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Coordenadora: Fabíula Sevilha de Souza

Vice-coordenador: Francisco das C. F. Santiago Júnior

**ESPACIALIDADES REVISTA ELETRÔNICA DOS DISCENTES DO PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Editora responsável: Prof. Dra Fabíula Sevilha (UFRN)

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes-Sala 812.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte Av. Senador Salgado Filho, 3000 -Lagoa Nova-CEP  
59078-970-Natal/RN

Disponível/Disponible/Available:

Site: [periodicos.ufrn.br/espacialidades](http://periodicos.ufrn.br/espacialidades) | E-mail: [espacialidades@gmail.com](mailto:espacialidades@gmail.com)

NATAL (RN)-BRASIL/2024

## CONSELHO CIENTÍFICO

Alarcon Agra do Ó (UFMG)  
Alessandro Dozena UFRN  
Amadja Henrique Borges (UFRN)  
Ana Karine Martins Garcia (Secult-UFC)  
Ana Maria Veiga (UFPB)  
Andréa Lisly Gonçalves (UFOP)  
Angela Maria de Castro Gomes (UFF)  
Antônia Valterio Melo Alvarenga (UESPI)  
Antônio Luiz Macédo e Silva Filho (UFC)  
Aryana Lima Costa (UERN)  
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)  
Bruno Uchoa Borgongino (UFPE)  
Candice Vidal e Souza (PUC-MG)  
Claudia Cristina Azeredo Atallah (UFF)  
Daiane Silveira Rossi FIOCRUZ  
Durval M. de Albuquerque Júnior (UEPB)  
Edrisi de Araujo Fernandes (UnB)  
Edson Hely Silva (UFPE)  
Erica Lopo de Araújo (UFPI)  
Fabrina Magalhães Pinto (UFF)  
Fabúla Sevilha (UFRN)  
Fagno da Silva Soares (IFMA)  
Flavia Galli Tatsch (UNIFESP)  
Francisco das C. F. Santiago Júnior (UFRN)  
Francisco Firmino Sales Neto (UFMG)  
Frederico de Castro Neves (UFC)  
Gabriela dos Reis Sampaio (UFBA)  
Gilmar Arruda (UEL)  
Haroldo Loguercio Carvalho (UFRN)  
Henrique Alonso de Albuquerque (UFRN)  
Isabel Cristina Reis (UFRB)  
Jardel de Carvalho Costa (UESPI)  
Jorn Seemann-Ball State University, in USA  
José Otávio Aguiar - (UFMG)  
Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI)  
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)  
Keila Auxiliadors Carvalho - UFVJM  
Leila Bianchi Aguiar (UFRJ)  
Ligio José de Oliveira Maia (UFRN)  
Lyvia Vasconcelos Baptista (UFRN)  
Magno Francisco de Jesus Santos (UFRN)  
Marcia Severina Vasques (UFRN)  
Márcio Ferreira Rodrigues Pereira (UFC)  
Márcio Roberto Voigt (UFSC)  
Margarida de Souza Neves (PUC-Rio)  
Margarida Maria de Oliveira Dias (UFRN)  
Maria Emilia Monteiro Porto (UFRN)  
Maria Regina Celestino de Almeida (UFF)  
Marylu Alves de Oliveira (UFPI) Nauk Maria de Jesus (UFGD)  
Nayana R. Cordeiro Mariano (UFPB)  
Olivia Moraes de Medeiros Neta (UFRN)  
Pedro Pio Fontineles Filho (UESPI)  
Rafael Ricarte da Silva (UFPI)  
Raimundo Barroso Cordeiro Júnior (UFPB)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Solange Pereira da Rocha (UFPB)  
Sônia Maria de Meneses Silva (URCA)  
Susana Isabel M. Guerra Domingos (UFRN)  
Thiago Eustaquio da Mota (UPE)  
Tyrone Apollo Pontes Candido (UECE)  
Vitória F. Schettini de Andrade (UNIVERSO)

PARECERISTAS *AD HOC* DESTA EDIÇÃO

Eugênia Maria Dantas (UFRN)

Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho (UFRN)

Luiz Felipe Ferreira (UERJ)

Tyego Franklim da Silva (UFRN)

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	01
<b>A FALSA ORIGEM DO FORRÓ:</b> Pseudoetimologia e a Construção do Nordeste no Imaginário Histórico Gabriel Contini Abilio e Dr <sup>a</sup> . Edna de Mello Silva	14
<b>A NARRATIVA HISTÓRICA NO MUSEU DIGITAL DE CAMPINA GRANDE:</b> Reflexões sobre Tecnologias, Memórias e Identidades Thuca Kércia Moraes de Lima	40
<b>AS PESQUISAS SOBRE ENSINO DE HISTÓRIA E TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDCIs) NO PROFHISTÓRIA:</b> Um Breve Estado da Arte da Questão Oswaldo Rodrigues Junior e Carlos Rodrigo Soares	61
<b>OS LIMITES ENTRE A HISTÓRIA PÚBLICA E A HISTÓRIA DIGITAL:</b> O Tik Tok e os Horizontes Possíveis João Pedro Ferreira da Silva	86
<b>SENTIDOS DE CONHECIMENTO HISTÓRICO ESCOLAR E DOCÊNCIA EM MEIO À QUESTÃO DO DIGITAL</b> Gabriela Arosa	111
<b>A ARGÉLIA SE DESVELA:</b> Mulheres argelinas frente a campanha de emancipação colonial nos anos da guerra. Bruna Perrotti	137
<b>A CONSTRUÇÃO AUDIOVISUAL DOS MEDOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19 NO BRASIL</b> Danton Oliveira Normandia e Dra. Carla Miucci Ferraresi de Barros	154
<b>A GRÉCIA DE HERÓDOTO:</b> Uma Arqueologia Geográfica Jahan Natanael Domingos Lopes	178
<b>ANTROPOTOPONÍMIA E ATIVIDADE LEGISLATIVA NO DISTRITO FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (1897-1900)</b> Lucas Ramon Porto de Assis e Viviane Moraes de Caldas	197
<b>A POLIVALÊNCIA DAS ELITES NO VALE DO JEQUITINHONHA (MG):</b> a trajetória de Murilo Badaró Albér Carlos Alves Santos e Laurindo Mékie Pereira	220
<b>FILHO(A)S INGÊNUO(A)S, MÃES ESCRAVIZADAS E EX-ESCRAVIZADAS ANTES E DEPOIS DO 13 DE MAIO:</b> Lutas, Continuidades e Rupturas Daniel de Oliveira	234
<b>O POVO DO SERIDÓ TRAJA BEM NA FANTASIA:</b> A Construção do Espaço Seridoense Através das Aparências (Rio Grande do Norte, séculos XIX-XX) João Quintino de Medeiros Filho	259
<b>QUESTÕES DE GÊNERO NA TELEDRAMATURGIA BRASILEIRA:</b> Um Estudo da Minissérie <i>A Casa das Sete Mulheres</i> Jéfferson Luiz Balbino Lourenço da Silva	287

<b>REPRESENTAÇÃO NOS DOCUMENTÁRIOS SOBRE RAMON LLULL: A Fase Pré “any Lull” (1982-2007)</b>	Márcio Vinícius Medeiros de Santana	318
<b>UMA NARRATIVA E UMA CARNAVALESCA: Pensando o ensino de história pelas lentes encantadas do carnaval a partir de Rosa Magalhães</b>	Isabella Nunes Mello	343
<b>ENTREVISTA - O FUTURO DOS HISTORIADORES E O USO DAS TECNOLOGIAS NA PESQUISA EM HISTÓRIA: Entrevista com Janaína Cardoso de Mello</b>	Daniel Ferreira da Silva e Ygor Demiciano	355

APRESENTAÇÃO:

## **HISTÓRIA E O CIBERESPAÇO:**

Espaços virtuais, tecnologias digitais e produção do conhecimento histórico.

É com grande satisfação que apresentamos o dossiê 20.1 - *História e o Ciberespaço: Espaços Virtuais, Tecnologias Digitais e Produção do Conhecimento Histórico*. Neste dossiê, propomos um diálogo que se debruça sobre as diversas maneiras com as quais o mundo digital molda, expande e desafia a compreensão sobre o passado, integrando novos métodos, práticas e espaços de investigação para a história e as ciências humanas.

O dossiê reúne reflexões e estudos sobre o impacto das tecnologias digitais no acesso, análise e divulgação da história. Arquivos digitais, por exemplo, transformaram a forma com a qual preservamos e acessamos documentos históricos, abrindo novos caminhos para pesquisadores e para o público. Os métodos digitais, como a digitalização em 3D e visitas virtuais em Realidade Aumentada, oferecem promessas e desafios únicos para a pesquisa histórica. Esses desafios incluem desde a construção de narrativas em ambientes virtuais até questões éticas e implicações políticas e culturais complexas que surgem da história no, e através do, ciberespaço. O potencial democratizador dessas tecnologias, ao permitir que mais pessoas se envolvam com a história, amplia o alcance do conhecimento e transforma profundamente o campo.

Conforme aponta André Lemos: “O ciberespaço cria linhas de fuga e desterritorializações, mas também reterritorializações”<sup>1</sup>. O mundo digital possibilita novas formas de relações interpessoais e o acesso a lugares e conhecimentos que, por

---

<sup>1</sup> LEMOS, André. Ciberespaço e Tecnologias Móveis: Processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura. Artigo apresentado no 15º Encontro Anual da Compós, Bauru, 2006. Disponível em: <http://www.facom.ufpa.br/ciberpesquisa/andrelemos>. Acesso em: 6 nov. 2024. p. 6.





muito tempo, fizeram parte da esfera do "outro", limitada pelas fronteiras do espaço e do tempo. Fontes primárias, arquivos e museus tornaram-se mais acessíveis a alunos, professores, pesquisadores e curiosos por meio do ciberespaço. *Tours* virtuais em museus e monumentos históricos, projeções em 3D e a disponibilização de catálogos *online* permitem-nos acessar novos territórios e utilizar fontes antes acessíveis apenas *in loco*.

Entretanto, as dinâmicas do ciberespaço não existem sem novas territorializações (Lemos, 2006, p. 15). Se, por um lado, o meio digital permite mitigar barreiras e fronteiras, por outro, ele também cria novas fronteiras e problemáticas. É de grande valor que um aluno brasileiro possa acessar o catálogo do *British Museum* (por exemplo) ou que um professor leve seus alunos a uma visita virtual à caverna de Chauvet, por meio da experiência *VR* (realidade virtual) fornecida pelo *Google Arts & Culture*. No entanto, em ambos os casos, e em muitos outros, o material disponibilizado pelas plataformas depende diretamente das escolhas feitas por essas instituições.

O ciberespaço, dessa forma, não apenas fornece acesso a novas fontes e questões, mas é uma nova fonte em si. Quando um museu publiciza digitalmente certas fontes, mas opta por deixar outras de fora, que história visa construir ou suprimir? E quando o mesmo ocorre em um arquivo? A possibilidade de consulta é, por si só, uma questão importante: enquanto alguns museus possibilitam acesso a seus acervos ou a partes deles, há uma ampla gama de artigos, teses e dissertações cujos acessos são restritos e dependem de pagamento ou de vínculos institucionais.

O acesso digital enfrenta ainda outro grande problema inerente ao meio: a perenidade das fontes disponíveis. Como aponta Lucchesi:

As clássicas referências bibliográficas, parte indissociáveis dos livros de história, continuam verificáveis, e ainda que não estejamos em condições de acessá-las manualmente de imediato, sua verificação pode ser feita em qualquer tempo, desde que nos desloquemos até o ponto em que tal obra referenciada se encontra depositada. O problema que se apresenta a esta altura em relação às teias de hipertextos que temos tecido é: como haver garantia de que o percurso de links que fazemos para construir um texto estará sempre disponível? Referimo-nos à velocidade com que alguns endereços “saem do ar”, arquivos ou sites inteiros que se corrompem ou desaparecem,XXVI e depois não conseguimos acessar o mesmo documento. É o já anunciado problema da conservação perante a obsolescência e fragilidade dos formatos digitais. Alguém se lembra dos disquetes? Ou ainda, quem é que nunca se surpreendeu ao buscar determinado conteúdo e encontrar, em lugar do resultado de sua pesquisa, um dos tantos modelos possíveis de páginas com a mensagem *Error 404 - Page not found* (Luchesi, 2012, p. 11-12)<sup>2</sup>.

Convidamos, portanto, os leitores a refletirem sobre a amplitude e as implicações da interação entre história e ciberespaço. As contribuições aqui reunidas examinam temas como: o uso das tecnologias digitais em museus e suas reverberações sobre memória, história, identidades e culturas locais e regionais.

O artigo *Falsa Origem do Forró: Pseudoetimologia e a construção do nordestino no imaginário histórico*, de autoria de Gabriel Contini Abilio, mestrando em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM-UFT), e de Edna de Mello Silva, doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de

---

<sup>2</sup> LUCCHESI, Anita. Histórias no Ciberespaço: Viagens sem Mapas, sem Referências e sem Paradeiros no Território Incógnito da Web. *Cadernos do Tempo Presente*, [S. l.], n. 06, 2014. DOI: 10.33662/ctp.v0i06.2624. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/2624>. Acesso em: 6 nov. 2024.

São Paulo (ECA-USP), analisa a construção de um imaginário histórico acerca do povo nordestino por meio de narrativas pseudoetimológicas, especificamente a falsa origem da palavra "forró" como derivada do inglês "for all". O objetivo central do artigo é examinar como essa desinformação etimológica, amplamente difundida na *internet*, contribui para um estereótipo exótico e depreciativo do Nordeste brasileiro. Teoricamente, o trabalho apoia-se na análise do discurso, segundo a perspectiva de Eni Orlandi, além de contribuições de estudiosos da historiografia, como Albuquerque Jr. e White. O artigo destaca o espaço virtual como um campo crucial onde essas narrativas são disseminadas, revelando a influência da internet na criação e propagação de imaginários históricos que moldam a percepção pública do Nordeste.

O artigo *A Narrativa Histórica no Museu Digital de Campina Grande: Reflexões sobre tecnologias, memórias e identidades* escrito por Thuca Kércia Morais de Lima, mestra em história pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), explora como o Museu Digital de Campina Grande utiliza tecnologias para curadoria histórica e construção de narrativas sobre a identidade local. Com base em teorias da História Cultural, o artigo investiga as memórias hegemônicas representadas no museu e problematiza como essas narrativas moldam o imaginário campinense em torno da sua própria identidade. A autora adota uma abordagem teórico-metodológica que entrelaça história, memória e identidade, com uma análise empírica do espaço museológico. O estudo, portanto, observa e analisa criticamente os dispositivos tecnológicos e iconográficos que estruturam o museu, discutindo suas implicações na construção de memórias públicas. A pesquisa problematiza, assim, como o Museu Digital contribui tanto para a democratização do acesso ao conhecimento quanto para a espetacularização de uma identidade local, refletindo as tensões e seleções que caracterizam a história na esfera pública.

No artigo *As Pesquisas sobre Ensino de História e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no ProfHistória: um breve estado da arte da questão*, de autoria de Osvaldo Rodrigues Junior, doutor em educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e Carlos Rodrigo Soares, mestre em ensino de história pelo mestrado profissional da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), explora o ProfHistória como um ambiente central para a produção de conhecimento sobre o ensino de História aliado às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs). Os autores analisam, portanto, como o ProfHistória contribui para o desenvolvimento e compartilhamento de práticas pedagógicas inovadoras que integram o espaço digital ao ensino de História. O objetivo geral do artigo é entender como as TDICs estão sendo aplicadas no ensino da disciplina e identificar as principais abordagens teórico-metodológicas presentes nas produções acadêmicas desse programa. A pesquisa utiliza uma revisão bibliográfica de trabalhos publicados no ProfHistória, com dados das plataformas *Educapes* e *Capex*, e aplica o *software Iramuteq* para realizar uma análise fatorial de correspondência e de similitude. Os resultados revelam que o espaço digital e suas ferramentas são trabalhados no ProfHistória como meios de enriquecer o ensino de História, promovendo uma compreensão dinâmica e acessível do conhecimento histórico. Além disso, o estudo destaca áreas que ainda carecem de pesquisa, sugerindo caminhos futuros para a integração entre história e tecnologia no ambiente educacional.

No artigo *Os Limites entre a História Pública e a História Digital: O TikTok e os Horizontes Possíveis* o autor João Pedro Ferreira da Silva, mestrando em história pela Universidade Federal do Ceará (UFC), propõe uma análise crítica sobre a produção de conteúdos históricos para a internet, especialmente na plataforma *TikTok*. Neste artigo é debatido o papel da História Pública na descentralização das narrativas sobre o passado, que tradicionalmente se restringiam aos espaços acadêmicos e escolares. O

estudo reflete como o *TikTok*, como espaço digital, influencia e limita a produção e a circulação de narrativas históricas. Teoricamente, o artigo fundamenta-se na análise das mediações comunicativas de Martin Barbero, aplicada ao conceito de "plataformização" no contexto do capitalismo contemporâneo. Metodologicamente, Silva utiliza os Mapas das Mediações Comunicativas da Cultura para investigar as complexas interações entre os agentes culturais, a circulação de informações e a construção de significados culturais no espaço digital. A pesquisa destaca o *TikTok* como um ambiente dinâmico, mas que impõe limitações às narrativas históricas, apontando tanto os desafios quanto às potencialidades de utilizar a plataforma para promover a História Pública de forma acessível e atrativa.

Por fim, o artigo *Sentidos de Conhecimento Histórico Escolar e Docência em Meio à Questão do Digital*, de autoria de Gabriela Arosa, mestre em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), examina os sentidos dominantes atribuídos ao conhecimento histórico escolar e à docência no contexto das tecnologias digitais. Para tanto, a autora analisa dissertações produzidas entre 2019 e 2023 que articulam o ensino de História com a questão digital, explorando como a cibercultura e o ciberespaço impactam a construção de conhecimento e a prática docente. Investiga, portanto, como as interações com tecnologias digitais influenciam os processos de subjetivação e objetificação no ensino de História. O elemento espacial discutido no artigo é destacado pelo ciberespaço, concebido como um ambiente de múltiplas interações sociais que desafia as fronteiras entre o real e o virtual, transformando as configurações espaço-temporais e o ensino de História em ambientes escolares.

Na sessão livre, contamos com o artigo intitulado *O artigo A Argélia se Desvela: Mulheres Argelinas Frente à Campanha de Emancipação Colonial nos Anos da Guerra*, de autoria de Bruna Perrotti, mestra em história pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), aborda a situação das mulheres argelinas

durante a Guerra de Independência da Argélia (1954-1962) e o uso simbólico de sua "libertação" pela administração colonial francesa. O artigo investiga como a Campanha de Emancipação Colonial empregou uma série de intervenções sociais e políticas visando à "libertação" das mulheres argelinas como forma de legitimar a presença colonial. A autora se apoia na teoria pós-colonial e nas reflexões de Frantz Fanon e Gayatri Spivak, abordando a "emancipação" forçada como uma estratégia de dominação. A pesquisa aborda o espaço colonial argelino como um palco de disputas ideológicas e culturais que buscavam controlar o corpo e a agência das mulheres.

O artigo *A Construção Audiovisual dos Medos em Tempos de Pandemia Covid-19 no Brasil*, de autoria de Danton Oliveira Normandia, Mestrando em história pelo Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (INHIS-UFU), e Carla Miucci Ferraresi de Barros, Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), explora a representação e construção do medo na produção audiovisual brasileira durante a pandemia de Covid-19, com ênfase na 3ª edição do Festival Curta (C)errado – "O medo nosso de cada dia" (2021). O artigo destaca o uso do audiovisual para capturar as múltiplas expressões do medo, com destaque para as vivências dos brasileiros diante da crise pandêmica. O artigo fundamenta-se teoricamente em perspectivas de estudiosos como Jean Delumeau e Zygmunt Bauman, que abordam o medo como fenômeno histórico e social. O estudo categoriza as produções exibidas no dito festival conforme os tipos de medo expressos, tais como medo da morte, do governo, do futuro e das relações sociais, destacando o espaço digital como um ambiente relevante para a reflexão e visibilidade das ansiedades sociais em tempos de crise.

O artigo *A Grécia de Heródoto: uma arqueologia geográfica*, de autoria de Jahan Natanael Domingos Lopes, bacharel em geografia pela Universidade Estadual de

Campinas (UNICAMP) debruça-se sobre o pensamento geográfico na obra *Histórias* do historiador da antiguidade Heródoto a partir de uma abordagem foucaultiana. O autor busca desvelar o saber discursivo contido na obra do historiador grego, investigando como a Grécia é concebida espacialmente e culturalmente por Heródoto. O objetivo central do estudo é compreender a construção do espaço grego como um discurso de identidade e alteridade que reflete as interações culturais da época. O estudo aplica uma análise discursiva dos conceitos de território e identidade, destacando como Heródoto constroi a noção de Grécia em relação aos "Outros". Assim, o espaço grego é interpretado não apenas como uma realidade geográfica, mas como uma construção discursiva que encapsula a visão de mundo do autor e de sua época.

O artigo *Antropotoponímia e Atividade Legislativa no Distrito Federal dos Estados Unidos do Brasil (1897-1900)* de autoria de Lucas Ramon Porto de Assis, graduado em história pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e de Viviane Moraes de Caldas, doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), analisa a atuação do Conselho Municipal do Rio de Janeiro na nomeação de logradouros públicos entre 1897 e 1900, com ênfase na escolha de nomes de personalidades para denominar ruas e praças. A pesquisa, fundamentada nas teorias de memória dominante de Michael Pollak e memória coletiva de Maurice Halbwachs, investiga como esses "antropotopônimos" refletem interesses sociopolíticos e simbolizam homenagens a figuras históricas, moldando o imaginário urbano do Rio de Janeiro. Com isso, o artigo busca compreender as motivações legislativas por trás dessas nomeações e suas implicações na construção da identidade territorial carioca, revelando conflitos entre memórias oficiais e coletivas na apropriação dos espaços públicos.

O artigo *A Polivalência das Elites no Vale do Jequitinhonha (MG): a trajetória de Murilo Badaró*, os autores Albér Carlos Alves Santos, Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), e Laurindo Mékie Pereira, Doutor em História pela USP, explora, a trajetória de Murilo Paulino Badaró, um influente político mineiro cuja atuação exemplifica o conceito de "polivalência" nas elites regionais. A pesquisa aborda como Badaró, oriundo de uma família tradicional do Vale do Jequitinhonha, consolidou sua influência em Minas Gerais e no cenário político nacional ao longo do século XX. Dessa forma, o artigo analisa como a atuação multifacetada de Badaró reflete a perpetuação do poder das elites locais, especialmente no contexto do Vale do Jequitinhonha. Utilizando os conceitos de "campo" e "capital simbólico" de Pierre Bourdieu, o estudo fundamenta-se em uma metodologia que combina pesquisa bibliográfica e análise documental. O artigo enfatiza o Vale do Jequitinhonha como um espaço de construção identitária e política, onde a atuação de Badaró reforça o regionalismo e contribui para a afirmação simbólica da elite mineira.

O artigo *Filhos Ingênuos, Mães Escravizadas e Ex-escravizadas Antes e Depois do 13 de Maio: lutas, continuidades e rupturas*, de autoria de Daniel de Oliveira, Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Pela Universidade Federal Rural de Pernambuco examina os processos de tutela envolvendo crianças "ingênuas" (filhos de mulheres escravizadas nascidos após a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871) na cidade de Bananeiras, Paraíba, nos anos finais da escravidão e no período pós-abolição. Dessa forma, o artigo analisa as disputas judiciais entre antigos senhores e mães escravizadas ou libertas pelo direito à guarda de seus filhos, destacando Bananeiras como um espaço de tensões sociais e jurídicas, onde a transição da escravidão para o pós-abolição revelou continuidades e rupturas nos laços familiares e nas práticas de exploração de trabalho infantil.



*O Povo do Seridó Traja Bem na Fantasia: a construção do espaço seridoense através das aparências (Rio Grande do Norte, séculos XIX-XX)*, do mestre em história e docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte João Quintino de Medeiros Filho. Nele o autor propõe-se a pensar a formação do espaço regional do Seridó potiguar a partir das práticas de aparência e vestimenta. Com base nas teorias de Durval Muniz de Albuquerque Júnior sobre construção espacial e modernidade, o estudo investiga como o Seridó foi moldado culturalmente por meio da moda, comportamento e padrões estéticos representados na imprensa regional. Assim, partindo dos discursos visuais e textuais, especialmente daqueles veiculados por periódicos locais, o artigo analisa como os mesmos contribuíram para construir uma identidade regional baseada em aparências que refletem tanto a tradição quanto a modernidade. O artigo, portanto, destaca como o Seridó, além de ser um *locus* de permanência cultural, atuou também como um "laboratório da modernidade", onde padrões de moda e comportamento ajudaram a definir uma identidade regional distinta.

O artigo *Questões de Gênero na Teledramaturgia Brasileira: um estudo da minissérie A Casa das Sete Mulheres*, de autoria de Jefferson Luiz Balbino Lourenço da Silva, doutor em história pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) discute a representação de questões de gênero na teledramaturgia brasileira, com foco na minissérie *\*A Casa das Sete Mulheres\**, exibida pela TV Globo (2003). O artigo analisa a construção e representação das personagens femininas na narrativa televisiva, evidenciando como a teledramaturgia contribuiu para a reflexão sobre o papel das mulheres na história. A análise fundamenta-se na historiografia cultural e na teoria da mídia, abordando as influências do contexto social e cultural na elaboração dessas representações. Para isso, o estudo realiza uma análise de conteúdo da minissérie, considerando a ambientação histórica e o contexto espacial do sul do Brasil como

elementos essenciais na construção das personagens e na narrativa de gênero. A pesquisa destaca a contribuição da minissérie para a construção de memórias coletivas e para a difusão de uma perspectiva feminista e emancipatória na teledramaturgia brasileira.

O artigo *Representação nos Documentários sobre Ramon Llull: A Fase Pré 'Any Llull' (1982-2007)*, de autoria de Márcio Vinícius Medeiros de Santana, graduando em história pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) apresenta uma análise das representações históricas do pensador maiorquino Ramon Llull em documentários produzidos antes do evento *Any Llull* (2015-2016). Neste artigo o autor examina documentários catalães produzidos entre 1982 e 2007, investigando como essas produções audiovisuais moldam e refletem a figura de Llull no imaginário cultural e social. Com isso, ele busca compreender a evolução das representações de Ramon Llull ao longo das décadas, considerando o impacto do contexto cultural e político da Catalunha e da Espanha. Teoricamente, o artigo apoia-se nas contribuições de Roger Chartier sobre representação e História Cultural. A pesquisa destaca o papel do espaço catalão como um agente ativo na construção de uma identidade regional e na reafirmação cultural, utilizando Llull como símbolo dessa construção identitária.

O artigo *Uma Narrativa e uma Carnavalesca: Pensando o Ensino de História pelas Lentes Encantadas do Carnaval a partir de Rosa Magalhães*, de autoria de Isabella Nunes Mello, graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), propõe uma reflexão sobre o potencial do carnaval, especificamente os desfiles de escolas de samba, como fonte de ensino e produção de conhecimento histórico. A autora analisa o desfile de 1994 da Imperatriz Leopoldinense, intitulado “*Catarina de Médicis na Corte dos Tupinambôs e Tabajeres*”, que foi concebido pela carnavalesca Rosa Magalhães. Esse desfile é visto como uma ferramenta pedagógica

para a história, proporcionando uma narrativa visual e simbólica que amplia as abordagens historiográficas tradicionais. Para isso, o artigo utiliza a obra de Ferdinand Denis, *Uma Festa Brasileira (1850)*, como base teórica, considerando-a uma fonte historiográfica essencial para compreender a representação dos povos indígenas no desfile. A pesquisa evidencia como o enredo carnavalesco pode ser utilizado para discutir questões de identidade e memória cultural, inserindo o espaço do desfile como um palco de representações históricas e educativas.

**A primeira entrevista** intitulada *O Futuro dos Historiadores e o Uso das Tecnologias na Pesquisa em História* foi conduzida por Daniel Ferreira da Silva e Ygor Demiciano. Eles entrevistaram a professora Janaína Cardoso de Mello, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), especialista em História, Humanidades Digitais e o uso de tecnologias no ensino de História. Nela, a entrevistada discutiu as possibilidades e desafios da integração de inteligência artificial e outras tecnologias digitais na pesquisa e prática histórica, ressaltando sua importância na preservação do patrimônio e na produção de narrativas históricas acessíveis ao público. Ademais, a entrevista também explorou o impacto da História Pública e Digital como campos que ampliam a atuação dos historiadores para além do ambiente acadêmico, enfatizando o potencial do *TikTok*, *podcasts* e plataformas digitais na disseminação do conhecimento histórico.

Esperamos que este volume inspire novas discussões e perspectivas sobre a interface entre passado e presente digital, mostrando como o ciberespaço pode tanto enriquecer quanto desafiar práticas historiográficas e das ciências humanas.

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Fabíula Sevilha  
**Editora-responsável da Revista Especialidades.**

Allyson Afonso dos Santos Silva

Alaíde Matias Ribeiro  
Antônio Carlos Cabral de Medeiro  
Andressa Freitas dos Santos  
Daiane Santana Santos  
Désio Rodrigo da Rocha Silva  
Douglas André Gonçalves Cavalheiro  
Gilson Mateus Pinto Júnior  
Hannah Cabral Dantas de Barros Teixeira  
Laís Maria da Costa Silva  
Mário André Sousa de Oliveira  
Remo Santos da Cruz  
Yasmim Azevedo da Silva  
**Equipe Editorial da Revista Especialidades**

## A FALSA ORIGEM DO FORRÓ:

### Pseudoetimologia e a construção do nordestino no imaginário histórico

Gabriel Contini Abilio<sup>1</sup>  
Dr<sup>a</sup>. Edna de Mello Silva<sup>2</sup>

Artigo recebido em: 23/07/2024

Artigo aceito em: 25/10/2024

#### RESUMO:

Através das origens etimológicas de palavras e expressões, entende-se parte da história de um povo e da forma com que este se relaciona com seus conceitos. Através de falsas etimologias, normalmente divulgadas na internet, cria-se um falso imaginário, uma narrativa sobre como a história e o presente de um povo devem ser lidos, através das características que são apontadas neste discurso. Através da análise do discurso, o presente artigo aprofunda o estudo sobre uma narrativa de natureza pseudoetimológica corrente nas redes virtuais sobre a origem da palavra “forró” e sobre como esta contribui para a construção de um falso imaginário acerca do povo nordestino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pseudoetimologia; Imaginário histórico; História discursiva; Desinformação na internet.

#### THE FORRÓ'S FALSE ORIGIN:

Pseudo etymology and the construction of northeastern in historical imaginary

#### ABSTRACT:

---

<sup>1</sup> Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e em Licenciado em História pelo Centro Universitário Claretiano (CLEUCAR). Mestrando em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM-UFT). Membro do Grupo de Pesquisa em Mídias, Tecnologias e História (MITECHIS/UFT/CNPq). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3478396095484671>. Contato: comunicador.abilio@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA-USP). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). Docente no curso de Design Educacional da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (PPGCOM- UFT). Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Design e Tecnologias Digitais (CoDE/Unifesp/CNPq). Coordenadora da Rede de Pesquisadores em Telejornalismo (Telejor). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9405118016902400>. Contato: prof.ednamello@gmail.com

Through the etymological origins of words and expressions, we understand part of the history of a folk and the way in which they relate to their concepts. Through false etymologies, normally published on the internet, a false imaginary is created, a narrative about how the history and present of these people should be read, through the characteristics that are pointed out in this discourse. Using the discourse analysis, this article deepens the study of a narrative with a pseudo-etymological nature, current on the internet, about the origin of the word “forró” and how it contributes for the construction of a false imaginary about the Brazilian Northeastern people.

**KEYWORDS:** Pseudoetymology; Historical imaginary; Discursive history; Virtual disinformation.

## 1. Introdução

O presente artigo trata das repercussões decorrentes da construção discursiva inerente à narrativa de falsas etimologias divulgadas na internet para a construção do imaginário histórico. O foco da análise é a pseudoetimologia corrente sobre a origem da palavra “forró” e de como isso acarreta na construção do imaginário sobre a região e população do Nordeste brasileiro. Discorre-se também sobre os malefícios destas desordens informacionais para a historiografia. Para isso, é preciso compreender que, com a internet, a divulgação de informações, verdadeiras ou falsas, ganha uma nova amplitude na percepção do espaço histórico, que está sempre em constante disputa.

Já que é impossível retornar fisicamente ao passado, a construção do saber histórico é dada ao passo que, através das informações às quais se tem acesso, constroi-se um imaginário sobre este passado e sobre as respectivas regiões geográficas relacionadas a estes fatos e narrativas. Tais informações nunca foram restritas à escola ou aos livros, estando acessíveis em todo lugar, e vêm de forma não-explicita, camufladas internamente por meio de um discurso que irá compor esse imaginário. Todavia, com as redes virtuais, uma nova abrangência interdiscursiva aparece, utilizando novos tipos de argumentos para construir o imaginário histórico.

Dentre estes elementos constitutivos do imaginário encontram-se as desordens informacionais, comumente chamadas pelo termo “*Fake News*”, embora Wardle e Derakhshan (2023, p. 12) afirmam que esse termo não deve ser utilizado para todas as divulgações de informações falsas uma vez que este seria “inadequado para descrever os fenômenos complexos da poluição informacional” e porque foi “apropriado por políticos em todo o mundo para descrever organizações de notícias cuja cobertura os desagradam [...] se tornando um mecanismo pelo qual os poderosos podem reprimir, restringir, minar e contornar a imprensa livre”. De maneira geral, desordens informacionais são as divulgações midiáticas que possuem algum elemento de falsidade na informação ou capacidade de dano a pessoas, grupos ou instituições, sejam estes intencionais ou não, havendo subtipos específicos para classificação das mesmas (Wardle & Derakhshan, 2023, p. 12-13).

Notícias falsas sempre existiram e foram sempre parte de quadros políticos. Com a amplitude de divulgação em massa da internet, porém, essas divulgações tornam-se um fenômeno sem precedentes, influenciando muito mais a forma com que os indivíduos enxergam o mundo, criando novos argumentos ideológicos e fomentando discursos de ódio. Estes argumentos intradiscursivos encontram-se atrelados aos mais diversos campos do saber, fornecendo versões distorcidas do cunho científico, se aproveitando da roupagem acadêmica para reforçar sua própria perspectiva ideológica. Embora seja corriqueiro enfatizar ataques e desordens informacionais ligadas às ciências da saúde ou mesmo à área da história em geral, é pouco comum que se note como desordens informacionais no campo da etimologia produzem efeitos que se somam ao imaginário histórico, corroborando com narrativas pejorativas sobre determinados grupos.

A etimologia é o campo do saber que estuda o desenvolvimento das línguas ao longo do tempo, lidando tanto com a mudança de palavras e expressões como com as mudanças da própria gramática da língua (Lieberman, 2009, p. 6-8). Embora comumente atribuído à área da linguística, o campo se encontra numa intersecção entre linguística, história, antropologia e comunicação. É comum que se recorra à

etimologia para introduzir temas científicos, como forma de dar crédito e conferir autoridade ao expositor, uma vez que o saber sobre a origem da língua serviria para explicar seu “verdadeiro sentido”, conectando a língua ao imaginário histórico. Por sua vez, a pseudoetimologia (ou paraetimologia) é, segundo Wilton (2004), o fenômeno de como surgem “versões alternativas” para origens de palavras ou expressões, sem embasamento histórico reais, muitas vezes criadas por conexões de apofenia. Essas “lendas” se propagaram seguindo um modelo de distribuição similar ao de boatos ou lendas urbanas, de autoria indefinida ou mitigada e realçando aspectos culturais já presentes no imaginário de um grupo, conforme o autor.

É importante atentar para o fato de que a pseudoetimologia, assim como a própria desordem informacional, não é um fenômeno novo, mas sua propagação ganha outro formato e dimensão com as redes virtuais de informação, onde estas passam a figurar mais fortemente como um argumento dentro da construção de um imaginário político e social. Tornou-se comum receber, no cotidiano dos falantes de língua portuguesa brasileira com acesso à internet, vídeos ou textos atribuindo falsas narrativas históricas conectadas a falsas etimologias. Como exemplo, é possível citar o caso da expressão “feito nas coxas”, que indica um trabalho de má qualidade e que foi falsamente atribuída à produção de telhas de barro por pessoas negras escravizadas durante o período colonial, ao ponto que o Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN) carece da publicação de um artigo (La Pastina filho, 2006) para desmentir o boato. Todavia, a falsa etimologia sobre a expressão continua a figurar em documentos oficiais de órgãos públicos, alegando falsamente ser de cunho racista (Bahia, 2021; Espírito Santo, 2020).

E embora o referido caso supracitado possua um “propósito nobre”, visando cunhar um imaginário antirracista por meio de mudanças linguísticas, na visão de Santaella (2018, p. 18-19) desordens informacionais são artifícios de enganação e manipulação das crenças das pessoas, atuando em interesses escusos e cujos efeitos nocivos nem sempre são perceptíveis em curto prazo. A autora diz serem sempre invariavelmente contraproducentes, sendo a alternativa a veiculação



de notícias verdadeiras, a educação e o debate, sempre. Santaella ainda aponta para o fato de que tais desordens acabam por criar ou intensificar bolhas de pós-verdade, espaços virtuais onde circulam desordens informacionais, falsas ou altamente enviesadas, onde não há a possibilidade de debate para desconstrução das falsas informações em face do radicalismo.

Para investigar o tópico, vale-se de referencial teórico multidisciplinar, bem como da metodologia de análise do discurso, fundamentada por Eni Orlandi (2000), de natureza qualitativa, concomitante aos campos da comunicação, linguística, antropologia e análises de sentido em documentos históricos, para identificar a mensagem intradiscursiva introjetada através do objeto textual. Como corpus foram selecionadas três matérias de texto feitas na internet nos últimos dez anos que informavam a falsa etimologia, cujo critério de seleção foram a) a divulgação ou insinuação apenas da pseudoetimologia e b) dentre estas, os sites com maior número de acessos, de forma a dar maior visibilidade à matéria publicada.

## **2. Imaginário histórico, discurso e falsas notícias**

Atenta-se para Albuquerque Jr. (2018), que afirma que a ideia de “nordestino” não é mais do que uma construção do imaginário, desenvolvida histórica e discursivamente. Esta é marcada pelas elites dominantes, centradas no sudeste, por um “regionalismo de inferioridades”. Para Souza (2009, p. 55-58), a criação do exótico como o distante do eixo central de poder neste imaginário existe para atender uma projeção destes dominantes sobre as identidades locais, pacificadas pelo entendimento de “quem é quem e como”, que habita o imaginário social do Brasil.

Entender história enquanto um “imaginário” pode incitar uma conotação negativa, anti acadêmica, como se o termo indicasse algo “irreal”, mas não se trata disso. Lacpra (2004, p. 32-40) estabelece a conexão entre o elemento do imaginário e histórico, demovendo a perspectiva de que, ao se imaginar a história, faz-se por carência de fatos e que, ao buscar-se uma “história verdadeira”, isso afastaria todas

**Revista Espacialidades** [online]. 2024.2, v. 20, n. 1, ISSN 1984-817X [18]

as subjetividades e o “risco completo de incalculabilidade e contingência (incluindo o risco de loucura)”. Explica o autor haverem múltiplas possibilidades e olhares dentro do campo histórico, sem qualquer redução do rigor metodológico pelos historiadores em seu ofício. Na mesma linha, Carlo Ginzburg (2017) entende que, mesmo o rigoroso ofício do historiador carece de imaginação para compor o cenário histórico, permeando as lacunas, o que carece de entendimentos prévios sobre o tema que permitem estabelecer hipóteses funcionais e, partindo destas, criar uma narrativa.

Entretanto, há conflitos políticos nos meandros da construção deste imaginário. Ao mesmo tempo em que documentos históricos estabelecem evidências sobre contextos e circunstâncias, essas evidências e dados precisam ser interpretados para se estabelecer naquilo que H. White (1992) chama de “narrativa histórica”. Isso se dá tanto pela disposição dos elementos na apresentação dos dados como pelo padrão como se enfatizam, esquecem ou apagam elementos, além ainda de possíveis distorções voluntárias (propositais) de elementos que podem ocorrer, compondo uma “crônica histórica” ou “estória”. Para White (1992, p. 21), um determinado evento ou conjunto de eventos é adicionado ao contar do fato como parte de um código onde há inserção de motivos, inseridos em um processo diacrônico já concluído, mas que se apresenta como se fosse uma estrutura síncrona. Isso cria a sensação de narrativa crônica, processo esse que valoriza elementos de forma axiomática. Para o autor, essa narratividade permeia todos os esforços historiográficos e molda um imaginário acerca de um período com base em tais aspectos diacrônicos e ideológicos.

Todavia, o conhecimento histórico e a composição deste imaginário não são exclusivos da academia e se dão em todas as populações e camadas. A situação se encorpa quando o assunto chega no imaginário histórico coletivo, que comumente se vê desprovido deste rigor metodológico. O supracitado processo de narração histórica associa-se diretamente ao que Eni Orlandi descreve como o interdiscurso, que entende este como “aquilo que se fala antes, em outro lugar,

independentemente” (Orlandi, 2000, p. 31), um conjunto de memórias estruturadas sobre uma peça discursiva que constituem um saber discursivo-narrativo, presente quando na recepção ou contato com um enunciado e que se faz presente como parte de sua interpretação. Dessa forma, o interdiscurso é uma partícula de cunho hermenêutico dentro do saber histórico, por fazer-se presente entre o sujeito e a forma com que este dá significado ao texto a que tem acesso.

O interdiscurso é um “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada palavra”, um enunciado do passado em seu tempo presente. Este sempre permeia a esfera ideológica como parte da transmissão do saber. Este saber ocorre de forma horizontal e diacrônica e que só se torna síncrono e vertical quando se expressa o discurso por meio de um texto, uma “voz anônima na memória histórica” (Orlandi, 2000, p. 30-36). Dessa forma, informações recebidas em diferentes períodos da vida do indivíduo se conectam de uma maneira que este percebe como linear, criando a supracitada relação de “estória-história” ou “crônica histórica de caráter narrativo”, supracitada por White (1992, p. 21). Como a construção ocorre de forma não consciente, se beneficiando de toda forma de conhecimentos e experiências previamente adquiridas, não há necessidade de lembrar (e questionar) as fontes de cada pormenor, sendo o reforço da certeza de caráter pessoal e ideológico.

No contexto da análise do discurso, o conceito de ideologia possui significação própria. Orlandi (2000, p. 45-50) considera a ideologia como um dispositivo mental que atua na interpretação da realidade, conduzindo a criação de um sentido enquanto transforma o dado fático em evidências dotadas de significação. Ao mesmo tempo em que este apaga a existência do sujeito interpretante enquanto produtor destas evidências, atribui o resultado de interpretação como se fosse o próprio objeto inicial, dentro do imaginário. “A ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como um conjunto de

representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há, aliás, realidade sem ideologia” (Orlandi, 2000, p. 46).

Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem / mundo / pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém como seu modo de funcionamento imaginário. São assim as imagens que permitem que as palavras “colem” com as coisas. Por outro lado, como dissemos, é também a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpretação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade. Por outro lado, a interpretação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão da transparência da linguagem. No entanto, nem a linguagem, nem os sentidos são transparentes: eles têm sua materialidade e constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente (ORLANDI, 2000, p. 46).

Tendo por base essa relação da língua e a materialidade histórica, vê-se como pequenos elementos dialógicos possuem poder para inferir em percepções da narrativa histórica e influenciam o imaginário. A ideologia, que é construída através de somas de experiências, constroi uma realidade de interpretação não percebida pelo interpretante. Dessa forma, mesmo o ofício metodológico historiográfico corre riscos diante de falsas notícias, mesmo aquelas aparentemente sem importância, tais como falsas etimologias. Estas constroem um interdiscurso, alojado no imaginário, que induz características incorretas ao crivo analítico acadêmico, que dirá a um crivo menos rigoroso. A desordem informacional entrega como fato aquilo que é uma percepção do autor por meio do apagamento do sujeito e transmite este “dado” ao receptores do texto, passando a compor seu interdiscurso, sua galeria imaginária de fatos sobre o mundo, aos quais o mesmo não fará questionamentos diretos antes de usá-los para interpretar o mundo.

Portanto, a construção do sentido histórico do mundo, o imaginário que permeia o interdiscurso, está em fragmentos informacionais. Lacapra (2004, p. 36-42), ao entender que uma identidade se constroi através de não de uma história, mas de histórias, no plural, identifica que mesmo pequenos elementos, atribuídos a

um grupo por indivíduos externos, podem influenciar nessa identidade, desde eventos traumatizantes até brincadeiras e jogos infantis. Qualquer coisa pode ser um componente interpretativo ao se lidar com a construção histórica de um imaginário e de uma identidade. E aborda-se aqui o problema de identidade pois é onde este se tange a questão da língua e da história. Labov (2008, p. 60) apresenta que não somente a língua empodera ou discrimina grupos, mas cria identidades para grupos minoritários, marginalizando-os por internalizar preconceitos através do falar.

Saussure (2000, p. 132-139) diz que há construção do saber histórico através da língua, entendendo-se os contatos entre povos e movimentos sociais internos como causadores de mudanças, sendo esta a sua função diacrônica. Ao entender que tais mudanças ocorrem e precisam ser explicadas, a etimologia é preponderante, mas a forma de sua veiculação, o discurso lançado, também é parte da construção do saber histórico. Uma vez que esse discurso se aproprie de falsas informações, tal construção tende a propagar distorções, agindo conforme supracitado em Wardle e Derakhasan (2023, p. 12), onde inverdades criam malefícios a grupos, falsificando a história de um povo e distorcendo identidades. Retoma-se o paralelo com a Albuquerque Jr. (2018, p. 118-120), que descreve que o Nordeste é construído nacionalmente, de forma discursiva, para representar um ideário sulista centrado em São Paulo, apropriando-se de nostalgias de autores da região de forma a representá-la como de pessoas pouco instruídas, governadas por coroneis autoritários, com vidas presas ao passado e “sem capacidade orgânica para estabelecer uma civilização mais duradoura”.

### **3. Verdades históricas e disputas narrativas**

É necessário embasar mais profundamente a ideia de “verdade histórica”, uma vez que a pergunta “o que é verdade?” abrange intrinsecamente o campo da filosofia. Mais ainda, há de se questionar o que seria a “verdade na língua” e como isso tange a possibilidade de uma suposta “verdade histórica sociolinguística”, para então ver onde isso se encaixa na relação entre desordens informacionais e a

construção do imaginário histórico. Sabe-se que línguas se desenvolvem por mudanças internas, aquelas que se originam do uso, e externas, absorção ou resistência do contato com outros povos (Saussure, 2012, p. 132-139). Todavia, há aqueles, como Labov (2008, p. 301-312), que reivindicam uma percepção histórica e diacrônica da semântica. Isso implica na ideia de uma construção de sentido para palavras não baseadas somente em sua função catalogada em dicionários ou em seu percurso histórico, mas no sentido atribuído no momento em que esta é falada. Essa visão valoriza a função social da língua, explicitando o sujeito falante como construtor da fala e de seu tempo histórico.

Esse fator é inegável. A língua é uma instituição viva e sempre simultaneamente atual e tradicional. Todavia, é preciso compreender que o sentido atribuído é parte de um prisma político e que a compreensão disso não rejeita, mas até enriquece a construção histórica por trás disso. Labov (2008, p. 370-372) afirma que não se trata um processo de destruição e reconstrução, mas de mudanças epistemológicas integradas principalmente a identidades sociais ligadas à ressignificação destas características e da forma com que este grupo é percebido. Essa percepção se encontra com o imaginário do histórico que se tem sobre tal grupo.

Compreendendo a língua como parte da história no presente, encontramos um paralelo com Eric Hobsbawm (2013), que vê toda história sempre como uma construção do tempo presente, não do passado. Todavia, o autor enfatiza que, apesar da construção do imaginário histórico ser sempre uma perspectiva contemporânea, isso não abre um precedente para que dentro do ofício metodológico do historiador se narre uma ficção sem evidências ou bases documentais que as suportem (Hobsbawm, 2013, p. 25-26). Dessa forma, há um crivo que separa a história de mera fantasia, que o autor enfatiza não significa esquecer a construção de novas percepções, mas tratá-la como são: inovações de sentido. Aplicando isso à construção do imaginário histórico pela divulgação etimológica, vemos a necessidade da análise documental, da mesma forma como a

compreensão dos sentidos presentes. Criando um paralelo entre ambas, entende-se o desenvolvimento do conceito-palavra, que se associa com componentes interdiscursivos, mas que não permite rejeitar o rigor avaliativo em face dos desejos de construção de uma narrativa por si. Do contrário, rejeita-se o passado em prol de algo discursivo não-fundamentado.

É preciso se entender nesse sentido que a etimologia não é um campo pacificado de disputas e, portanto, a forma com que essa afeta a construção do imaginário histórico também se encontra sob disputas. Lacapra (2004, p. 196-199) entende que tais discussões são o que fazem com que a história esteja sempre em um estado de trânsito e um constante refinamento de perspectivas, bastante benéfico à sociedade, não sendo necessário restaurar nenhuma “unidade” ou consenso universal. Narrativas discordantes (ou disputas narrativas) são parte do processo de construção histórica, fato também apontado por White (1992) e Hobsbawm (2013), o que não indica que sua composição seja apenas ficcional ou deva ser destinada exclusivamente a reverenciar um único prisma.

Nisso, encontra-se fundamentação teórica no etimólogo Anatoly Liberman (2009, p. 152, tradução nossa), que afirma sobre seu ofício: “enquanto estamos munidos de documentos, somos historiadores”. Em seu trabalho, o autor enfatiza que, apesar de aberto a possibilidades, há um compromisso com os referenciais teóricos, e descreve a metodologia etimológica para obter a história da língua, e conseqüentemente de um povo, baseada em comparativos síncronos de componentes linguísticos, bem como de dicionários, livros antigos, textos e outras formas de registros escritos, enfatizando o comparativo entre o síncrono e o diacrônico como uma complementação ao segundo (Liberman, 2009). Portanto, para fins deste estudo, parte-se a perspectiva epistemológica e metodológica da própria ciência etimológica, entendendo que, mesmo que a língua possua uma perspectiva diacrônica que se constroi dentro de um espaço discursivo, não se pode ignorar os fatos documentais, havendo ciência que a interpretação destes dados é o que permite a construção da materialidade histórica.

Assim, comparando os conceitos apresentados, aceitar o sentido corrente e presente da linguagem não significa aceitar uma etimologia não embasada em materialidade histórica documental. A consciência de que o sentido presente é baseado em seus falantes não implica uma negação da trajetória histórica deste falar. Muito menos cria abertura ao relativismo, o que é diferente de se levar em conta disputas etimológicas ou historiográficas sobre um tópico. A disputa de sentidos e narrativas é benéfica à construção do imaginário, entretanto embasada em um crivo documental, o que abre cadência até mesmo a história oral e outras formas de registro.

Desta forma, para este estudo leva-se em consideração como “falso” para fins etimológicos aquilo que não tem como base a perspectiva documental e metodológica do estudo da etimologia, que se utiliza primariamente de registros em dicionários, textos antigos e do comparativo entre diferentes grupos falantes como forma de entender as diacronias e mudanças externas da língua.

#### **4. Analisando as pseudo-origens do Forró**

As narrativas pseudo etimológicas assumem comumente o papel de “lendas urbanas linguísticas”, conforme Wilton (2004), o que torna sua autoria algo normalmente impreciso, pois mesmo quando se apresenta uma possível fonte (o que seria raro), não se encontram critérios para falseamento histórico direto desta fonte. Dessa maneira, o foco primordial aqui não está na fonte dos dados, como Wardle e Derakhsan (2023) normalmente enfocam para estudos de desordens informacionais, mas no discurso intrínseco à narrativa apresentada em questão, conforme a metodologia de análise do discurso (Orlandi, 2000). Como é comum em lendas urbanas, embora os detalhes de cada versão apresentada possam se modificar, há um cerne narrativo. Identifica-se um liame conectivo, no qual propaga-se um mesmo discurso na referida narrativa sobre a origem do forró. Nesta, supostamente, a palavra “forró” seria uma corruptela do termo em inglês “*for all*” (para todos), que teria surgido em festas para imigrantes anglófonos na região Nordeste. Há versões



que associam a narrativa aos eventos do *Trampolim da Vitória*, evento relativo à presença militar no Nordeste brasileiro na 2ª Guerra Mundial (DRAPER, 2010, p. 8), e versões relacionadas à festas de uma companhia britânica de trens, em atividade em Pernambuco a partir de 1881 (DIAS & DUPAN, 2022, p. 3-4).

Tal versão não é bem aceita por etimólogos, prevalecendo a versão de que, conforme o historiador e folclorista potiguar Luís da Câmara Cascudo (1954, p. 412-413), o nome veio das expressões “forrobodó” e “forrobodança”, que significam um festejo alegre, relativas à música, e que, por uma relação metonímica, passaram a identificar festas e posteriormente o ritmo musical. O autor indica referências em diversos documentos, a mais antiga datando de 1863, embora alguns autores acreditem que a expressão seja bem mais antiga. Assim, tendo em vista o supracitado, compreende-se a variação de “*for all*” como uma lenda urbana linguística, sendo sua divulgação uma desordem informacional. Ressalta-se que isso independe do divulgador saber se tal origem seria ou não falsa, uma vez que tal ciência não é critério para a tipologia, conforme Wardle e Derakhasan (2023).

A partir da metodologia estabelecida por Orlandi (2000), parte-se para a análise do discurso da narrativa pseudoetimológica. Conforme a autora, este método visa “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (Orlandi, 2000, p. 15), entendendo a linguagem como uma articulação entre a realidade humana, material ou abstrata e seu imaginário. Assim pode-se entender como objetos textuais produzem sentidos em seus contextos e linguagens, o que é chamado “discurso”. Nesse sentido, a peça de texto não é somente algo abstrato ou estático, mas existe dentro de seu ambiente histórico interdiscursivo, que perpassa o enunciado. Sua investigação se dá em quatro principais etapas (Orlandi, 2000): Seleção do corpus, mediante critérios específicos da pesquisa; Transcrição enunciativa, que inclui a comparação semântica de termos e conjuntos e análise de textos não-verbais; Identificação de dispositivos de análise (metáfora, polissemia, paráfrase, interdiscurso, negação); e identificação discursiva, onde vê-se as formas onde o

enunciado constitui um sentido dentro dos aparelhos ideológicos (relações de classe, raça, gênero, ambiente...) e apagamentos sistemáticos dos interlocutores.

É preciso sobressaltar que esse processo de disputa pela história da língua não se inicia na internet, mas ganha uma nova amplitude no ciberespaço. Dessa forma, o recorte temporal do corpus usa como base publicações em texto divulgadas na internet no espaço de 10 anos (2014 a 2024), que incluem a narrativa citada. Uma vez que não é possível saber o número de acessos de cada publicação sem a autorização dos sites, o critério buscou os sites divulgadores com mais acessos em geral, com base na ferramenta SE Ranking, visando matérias com maior chance de serem vistas.

Também se ressalta, conforme expõem Draper (2010) e Dias e Dupan (2022) e Albuquerque Jr. (2018, p. 177), que o ritmo do forró é intimamente ligado à identidade regional nordestina. Assim, diversas instituições, em sua maioria nordestinas, empenharam-se em corrigir tal “lenda urbana” pseudoetimológica nas últimas décadas, como apresenta Alves (2011). E uma vez que este estudo intenciona compreender a construção com base na narrativa pseudoetimológica, foram excluídas da seleção reportagens que apresentassem a versão histórica (forrobodó), focando-se em entender somente o fenômeno desinformacional, já que a compreensão da disputa entre ambas seria tópico uma análise própria. Assim, será analisada a matéria do jornal Diário do Poder (2021) “Dia Nacional do Forró é homenagem à data de nascimento de Gonzagão”, a publicação da TV Senado “‘Forró’ ou ‘for all’? A mistura do sotaque norte-americano com o português no Rio Grande do Norte”, parte do projeto “É Assim que se Fala” (Senado, 2022), e a matéria “Secretaria Municipal de Cultura comemora o Dia do Forró com maratona no centro”, do portal da Secretaria de Cultura no site da Prefeitura de São Paulo (São Paulo, 2017).

Para prévia interdiscursiva, devido ao interesse por relações identitárias supracitadas, a pseudoetimologia de “forró” está entre as mais fáceis de serem desmontadas. Uma simples busca por “origem da palavra forró” em quaisquer sites

de pesquisa gera como primeiros links disponíveis matérias corrigindo a falsa etimologia ou, ao menos, apresentando haver um debate sobre o assunto. Leva-se isso em consideração, já que estes veículos têm caráter jornalístico e de assessorias de imprensa, regidos por procedimentos de apuração de informações.

### **3.1. Prefeitura de São Paulo (2017):**

#### **Objeto de texto presente no site:**

**Título:** Secretaria Municipal de Cultura comemora o Dia do Forró com maratona no centro.

**Subtítulo:** As atividades acontecem no dia 16 de dezembro na região da Praça da República e reúnem mais de 40 trios de forró tradicional.

**Autor:** Não identificado.

#### **Texto:**

O Dia Nacional do Forró terá uma programação especial na cidade de São Paulo. No dia 16 de dezembro, a partir das 16h, o entorno da Praça da República receberá a Maratona do Forró, um evento gratuito que é fruto de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura e o projeto Espalha Brasa, que promove o forró tradicional.

Durante a Maratona do Forró, o público poderá dançar ao som de mais de 40 trios com grandes orquestras de forrozeiros. Alguns destaques da programação deste dia são a cantora Fatel Barbosa, que se consolida no gênero do forró pé-de-serra; o Trio Sabiá, com mais de 30 anos de carreira; e o Trio Marrom, com 33 anos de carreira, liderado por Curisco, que durante 19 anos integrou a banda de Dominginhos. Durante o evento, a população relembra os clássicos do forró de seus maiores ícones, como Luiz Gonzaga, Dominginhos, Marinês, Jackson do Pandeiro, Trio Nordestino, Flávio José.

O termo forró vem do inglês “for all”. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Getúlio Vargas, presidente do Brasil, permitiu que os Estados Unidos instalassem uma base militar no Rio Grande do Norte. Para se divertir, os soldados norte-americanos davam bailes abertos ao público, para todos: “for all”, expressão que os nordestinos pronunciavam “forró”.

“Quando analisamos a história do forró vemos que é um estilo musical que nasceu de uma habilidade curiosa dos brasileiros de incorporar novidades à sua cultura dando à ela uma personalidade local. É uma forma de homenagear a cultura brasileira na sua essência”, ressalta o secretário André Sturm.

A ideia é que o trio faça o papel de uma banda base para que os grupos se revezem ao longo do trajeto. Para garantir que a festa transcorra

ininterruptamente por três horas, diversos artistas foram convidados para integrar a programação.

Confira a seguir a programação do evento: Trio Amizade, Trio Zabelê, Romero Silva, Bill Ramos, Bernadete França, Nininho de Uauá e Dedé Florêncio, Trio Marrom, Gilberlândio, Gaviões do Nordeste, Dantas do Forró, Os Alegres do Nordeste, Trio Umbuzeiro, Zezinho do Acordeon, Fernandinho do Acordeon, Fabinho Zabumbão, Zé da Guia, Gara-Pé, Julinho Torres, Dika de Monteiro, Trio Raça do Pajeú, Aluizio Cruz, Trio Sabiá, Sérgio Avelar, Téo dos 8 Baixos, Fatel Barbosa, Luiz Wilson, Farinha do Mesmo Saco, Sakulejo, Trio Lua Branca, Os Sociais do Forró, Trio Arcoverde, Zé da Lua, Lucas Silva, Caca Lopes, Geraldo Brito, Nego do Acordeon, Luiz Amorim, Trio Alecrim, Gaúcho do Forró, Trio Pernambuco, Manoel do Acordeon, Ferreirinha do Forró, Trio Jeremoabo.

**Serviço:** Maratona de Forró. Praça da República. Dia 16/12, a partir das 16h. Grátis (SÃO PAULO, 2017).

**Sobre o veículo e contextualização ideológica:** Durante o ano de 2017, a prefeitura de São Paulo esteve sob a gestão de João Dória (PSDB), mais alinhado à direita e centro-direita. Seu partido usualmente não possui um número majoritário de votantes no Nordeste nos períodos de eleição, sendo que Dória certa vez propôs utilizar-se da seca nordestina como atração turística no Brasil (Carta Capital, 2017).

**Identificação do objeto discursivo:** Apresenta-se a celebração no evento da prefeitura de Dia Nacional do Forró, como parte de um projeto que ensina “forró tradicional” na cidade, tendo como cerne os detalhes do evento e seu convite aberto. Grandes musicistas do ritmo são citados, atribuindo-se autenticidade à homenagem. Em segundo plano, apresenta-se a narrativa, creditando a invenção a soldados estadunidenses e a palavra como corruptela da expressão da língua inglesa, com uma fala do secretário de cultura sobre esta.

**Enunciação:** Há menção aos eventos do *Trampolim da Vitória*, indicando a estes a ação de criação. Ainda que se entenda o sentido de participação da população da região nas festas, esta não está semanticamente descrita, apenas implícita. Na fala do secretário, encontra-se ainda a expressão “curiosa habilidade de incorporar”, atribuindo esta ao povo brasileiro, onde “nordestinos” encontra-se dentro por relação hipônima, ainda que ressaltada a “personalidade

local”. Em relação à polissêmica, a palavra “curiosa” poderia ser substituída por “exótica” sem perda de sentido. Em relação à proximidade, a associação semântica à corruptela encontra-se próxima da palavra “nordestinos”, enquanto “brasileiros”, encontra-se próximo a “habilidade” e “homenagear”.

**Identificação de elementos ideológicos de espaço e tempo:** Em uma relação histórico-político-espacial, leva-se em conta que a região Nordeste tem dado uma massiva contribuição de votos a candidatos da esquerda política nas últimas décadas da democracia brasileira, principalmente em eleições presidenciais. Faz-se ainda um paralelo à Jessé Souza (2009, p. 52-57), que afirma a ideia de “brasilidade unificada” e “plasticidade cultural em se adaptar” são elementos de uma construção artificial da autoimagem brasileira, feito para garantir o poder às elites dominantes, que mascara preconceitos e abafa conflitos regionais e de classe. Segundo Souza, o mito da brasilidade máscara um *ethos* de exotismo e preconceito, normatizando desigualdades como obra do acaso e do comportamento emocional brasileiro (Souza, 2009, p. 57). É importante enfatizar também, conforme Albuquerque Jr. (2018, p. 54-57), que há uma dicotomia paulista/nordestino no imaginário da “identidade brasileira”, historicamente construída pelo sudeste. Nesta, o Nordeste ocupa sempre a noção de “bizarros e simpáticos”, em oposição à civilidade paulista.

**Análise da estratégia discursiva:** Encontra-se uma dupla relação em que o ritmo do forró é associado a uma grande festividade e diversão, à qual a prefeitura de São Paulo homenageia e estimula através de projetos. Todavia, mencionando-se que “os soldados norte-americanos davam bailes abertos ao público, para todos: ‘for all’, expressão que os nordestinos pronunciavam ‘forró’”. Nessa escolha frasal, os nordestinos estão passivos à criação da obra. Ainda que se subentenda que fizeram parte de sua criação, sua invenção não está diretamente atribuída. Sua identidade ainda é apresentada como uma particularidade dentro do macro grupo “cultura brasileira”. Neste discurso, os nordestinos apenas receberam o ritmo de estrangeiros, cujo nome corrompeu o nome por ignorância, ressaltando-se seu exotismo. Todavia,

tais elementos pertencem a camadas internas do texto; não se pode acusar o veículo de propagar, abertamente, xenofobia.

### 3.2. Diário do Poder (2021):

#### Objeto de texto presente no site:

**Título em tamanho ampliado e em negrito:** Dia Nacional do Forró é homenagem à data de nascimento de Gonzagão.

**Autor apresentador:** Redação.

#### Texto:

13 de dezembro é o Dia Nacional do Forró. A data foi instituída em homenagem ao nascimento de Luiz Gonzaga, em 13 de dezembro de 1912, o Rei do Baião.

A origem da palavra “forró” surgiu como uma pequena corrupção da expressão inglesa “for-all” (para todos).

Segundo o professor e folclorista pernambucano Valdemar de Oliveira, nas décadas de 1920 e 30 os ingleses dirigentes da Pernambuco Tramways Power Company Limited realizavam grandes festas, para as quais eram convidadas figuras importantes da sociedade.

Porém, em determinados eventos, os convites eram mais amplos e extensivos aos funcionários das empresa. Nessas ocasiões, traziam, no rodapé, a expressão “for all”, promovendo a alegria geral (DIÁRIO DO PODER, 2021).

**Sobre o veículo e contextualização ideológica:** O Diário do Poder, fundado pelo jornalista Cláudio Humberto, ex-assessor do ex-presidente brasileiro Fernando Collor de Melo, se apresenta como “o primeiro site brasileiro dedicado exclusivamente à política, poder e os bastidores de Brasília” (Diário do Poder, s/d.). Em análise ao seu conteúdo, é notória a presença de reportagens intensamente contrárias a grupos de esquerda política de modo geral e apoiando grupos de direita. Isso permite posicioná-lo em um espectro político mais próximo desta última, inclusive na época da publicação da matéria.

**Identificação do objeto discursivo:** O objeto se apresenta centrado na celebração do Dia Nacional do Forró, abordando a suposta explicação sobre a origem da palavra “forró” como uma corruptela da expressão da língua inglesa.

**Enunciação:** Em uma relação enunciativa polissêmica, é possível encontrar elementos de conexão entre “forró” e a cultura nordestina, mesmo que a palavra “Nordeste” não tenha sido utilizada. Da mesma forma, o musicista pernambucano Luiz Gonzaga é apresentado como “Rei do Baião”, denotando autoridade e prestígio a ele e ao ritmo em uma primeira camada. Uma relação de paráfrase pode ser aplicada no trecho “pequena corrupção”, utilizado na linguística também como “corruptela” ou “derivação” (menos pejorativo). O título evoca sobre Luiz Gonzaga, citado apenas no primeiro parágrafo e somente uma vez, onde o cerne da matéria passa-se sobre a explicação da origem da palavra “forró”.

**Identificação de elementos ideológicos de espaço e tempo:** Vale o mesmo conflito político-espacial entre regiões supracitadas no caso anterior. Em comparativo, ainda é possível notar um posicionamento do site junto ao espectro político de direita, muito mais associada às regiões Sul e Sudeste. Isso não necessariamente identifica uma relação de antagonismo entre o site e o tema, todavia deve ser ressaltado.

**Análise da estratégia discursiva:** A matéria apresenta uma narrativa que associa o Dia Nacional do Forró ao nascimento de Luiz Gonzaga e associa o ritmo à “alegria geral” acessível a todos. A matéria é curta em tamanho e apresenta a suposta etimologia, citando o prof. Valdemar de Oliveira como fonte, havendo o cuidado de se ressaltar ser ele pernambucano e sua dupla titulação, mas não informa referências de onde a informação teria sido retirada. Há ainda uma contradição enunciativa entre o título e seu conteúdo, que abordam enfoques diferentes.

Conforme Orlandi (2000, p. 82), aquilo que não é dito é tão parte do discurso quanto o que é dito. Assim, ressalta-se a ausência da palavra “Nordeste”

no texto. Ainda que seja implícito que o ritmo se origina na região e associado à identidade nordestina, não há qualquer menção sobre sua autoria artística e cultural, mantendo-se em primeiro plano a presença de ingleses e as festas feitas para agradar os estrangeiros. A estratégia discursiva busca ressaltar aspectos de “folia e alegria”, possivelmente de algazarra e exotismo, junto à cultura nordestina. Demonstra-se prestígio à figura de Luiz Gonzaga, sem, entretanto, estabelecer qualquer crédito intelectual a este ou à população criadora do ritmo, apagados e recolhidos ao plano de fundo da narrativa. O foco intelectual aponta na direção do elemento estrangeiro que teria provido as condições mínimas para que a manifestação se estabelecesse. Uma terceira camada então sugere que não teriam os nordestinos a capacidade de fazê-lo sem o auxílio de ingleses e cujo nome corromperam por ignorância. Todavia, não se pode acusar o veículo diretamente de xenofobia, uma vez que tais elementos não são citados abertamente, pertencendo às camadas internas do texto.

### 3.3. TV Senado – *É assim que a gente fala* (2022):

#### **Objeto de texto presente no site:**

**Nome do quadro em tamanho simples, em vermelho:** *É assim que a gente fala*.

**Título:** ““Forró " ou"for all"? A mistura do sotaque norte-americano com o português no Rio Grande do Norte”.

**Texto:** “A esquina do continente americano fica aqui. O estado inclusive foi usado com base nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Dizem que a presença dos estrangeiros mexeu no jeito potiguar de falar. Será? Vem descobrir na série *‘É assim que a gente fala’*” (Senado, 2022).

**Enunciado de hipermídia:** Apresenta-se a introdução ao vídeo da série *“É assim que a gente fala”*, episódio sobre o Rio Grande do Norte. O episódio gravado não aborda em qualquer momento a etimologia de forró, apresentando um indivíduo potiguar sendo entrevistado pelo apresentador, demonstrando anglicismos



linguísticos anglófonos na fala do estado. Há descrição inicial sobre os eventos do *Trampolim da Vitória* e uma suposta então proximidade, originada neste momento, entre o RN e os EUA, embora isso não seja explicitamente afirmado. Também não se apresentam fontes aos anglicismos, valendo-se da autoridade do falante nativo, o que se enquadra com o tipologia do programa de infotainment.

**Sobre o veículo e contextualização ideológica:** A TV Senado é um dos canais oficiais do parlamento brasileiro, tendo como função televisionar as atividades das câmaras e propiciar acesso a produções culturais de interesse público. Por ser parte do poder público, este deve apresentar, supostamente, imparcialidade, veracidade e laicidade em seu conteúdo.

**Identificação do objeto discursivo:** Embora o vídeo seja o foco da postagem, seu texto de introdução é o objeto estudado no momento, sendo o vídeo apenas peça complementar de contexto. O duplo núcleo apresenta introdução textual que faz alusão à narrativa de “*for all*” como originária de “fórró”, todavia sem mencionar o caso, dando enfoque ao vídeo. Este apresenta maneirismos e anglicismos correntes na região do RN, utilizando-se de recursos gráficos para ilustrar o sentido das gírias na fala das personas apresentadas.

**Enunciações:** O texto não possui aparente destaque, figurando como breve apresentação do vídeo, marcado por apagamento de fontes. O início do vídeo mostra um jornalista branco, de sotaque do sudeste (Fernando Rocha) e fala de eloquência da norma culta, descrevendo rapidamente os eventos da base militar no RN durante a 2ª Guerra Mundial, e questionando se isso teria influenciado o falar local. Em seguida, um homem negro (Edinilson, vulgo “Acerola”), educador físico, com forte sotaque local e maneirismos linguísticos, apresenta anglicismos e gírias correntes na região, dando destaque às corruptelas e expressões onomatopéicas.

**Identificação de elementos ideológicos de espaço e tempo:** A série “É assim que a gente fala” é uma iniciativa da TV Senado que apresenta maneirismos linguísticos e curiosidades geográficas dos estados brasileiros, um estado por

**Revista Espacialidades** [online]. 2024.2, v. 20, n. 1, ISSN 1984-817X [34]

episódio. Lançada em 2021, enfatiza a diversidade linguística do país, ao mesmo tempo que incita certo exotismo sobre tal diversidade.

**Análise da estratégia discursiva:** A curta enunciação textual projeta o evento do *Trampolim da Vitória* no espaço interdiscursivo, havendo um apagamento parcial no modo de divulgação da pseudoetimologia, onde esta se transmite sem um destaque próprio. A não correção da falsa etimologia, mas sim um questionamento de se os soldados estadunidenses teriam influenciado o falar local, que se complementa ao imaginário interdiscursivo alojado pela “lenda urbana”. Não há afirmações tácitas, tão pouco nega-se. Há ainda um destaque à “espontaneidade” e capacidade de absorção do nordestino, o que reforça o supracitado “exoticismo” sob a ótica discursiva. A narrativa é reforçada sem uma afirmação direta.

#### 4. Considerações finais

A análise do discurso não se foca diretamente na busca em elencar culpados intencionados, mas em compreender as nuances simbólicas onde as enunciações produzem seu efeito. Busca-se, conforme expõem Orlandi (2000, p. 25), os processos de significação da língua que combinam elementos históricos e experiências presentes, não necessariamente dividindo-os em tais categorias ou elencando prevalências. Assim, um discurso se propaga pois este faz parte da construção de um imaginário interdiscursivo que permeia a realidade do interlocutor.

Uma vez que não há demonstração de intenção explícita em causar dano à população nordestina, é possível enquadrar as publicações na categoria *Misinformation* (informação falsa) das desordens informacionais estabelecida por Wardle e Derakhasan (2023, p. 12-13), embora haja um tipo de dano causado em camada interna. Isso conecta-se com Santaella (2018, p. 18-19), que afirma que notícias falsas sempre incorporam elementos danosos e interesses escusos, manipulando opiniões e distorcendo a realidade.

Jessé Souza (2009) expõem a ideia de que a população nordestina é pintada no imaginário social e cultural brasileiro com um exotismo e características “selvagens”, permeadas por festas e sensualidades. Ainda que tais características sejam, de modo geral, atribuídas ao estereótipo identitário geral do brasileiro, tal efeito é mais forte sobre as populações nas periferias de poder, naturalizando as desigualdades como fruto de sua “incapacidade em seguir padrões de ordem”, atribuídos aos excessos deste emocional caótico e fugaz. Na opinião do autor, nessa identidade reside uma dicotomia entre capacidade intelectual ou de produção cultural e a “balbúrdia que tudo incorpora por brincadeira”, relegando ao nordestino sempre os aspectos mais arcaicos deste eixo no imaginário popular: “farrista”, “ignorante”, “preguiçoso”, “conservador”, “machista”, etc. (Souza, 2009, p. 78-80). Albuquerque Jr. (2018, p. 171-185) reforça que essas ideias fazem parte de uma construção do Nordeste como discurso histórico do sudeste, onde o forró passa a representar a “voz do povo nordestino”, mas de um nordeste inerentemente naturalista ou essencialmente “folclorizado”. Neste permeia somente a seca sofrida, a religião beata, a alegria fugaz e a nostalgia, alienados de seu presente e incapazes de construir, por si só, um futuro.

Vê-se no apresentado que mesmo informações aparentemente triviais exercem um papel em interpretações sobre o imaginário histórico e a realidade cotidiana. Nisso incluem-se as etimologias como forma de acesso à materialidade histórica da língua. A internet não criou tal mecanismo de falsas etimologias, apenas ampliou seu espaço de propagação e com isso a disseminação de discursos enganosos e nocivos. Não há de se extrapolar o sentido destes dados e afirmar-se que, ao ler uma falsa origem para a palavra “forró”, um historiador ou mesmo um cidadão comum prontamente criaria toda uma crônica histórica de degradação e ódio ao povo nordestino. Não é o caso. Apenas há de se admitir que estes pequenos detalhes se somam na construção de um imaginário histórico altamente danoso.

Assim, conclui-se que tal lenda urbana linguística ressalta um caráter exótico à população nordestina, com aspectos velados de xenofobia. Seu discurso induz a uma ideia de que este povo tão “singular”, marcado pela constante folia e,

consequentemente, pouco apreço pelo trabalho e produção intelectual, não possui a capacidade de criar mesmo os símbolos que compõem sua identidade. Tal discurso se vende como sendo uma informação factual, e por meio destas “migalhas” de falsas informações, de pequenos fatos, constroi-se um imaginário histórico que abriga tais características, internamente, de forma velada e muitas vezes não consciente. Uma vez que este é tido como verdade interdiscursiva, tal perspectiva influencia todas as interpretações sobre tal região e população de forma, o que coloca em risco a construção de uma cidadania plural e mesmo o metódico ofício do historiador.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2018.

ALVES, Francisco José. **Nota para a História do forró**. UFS. 15 jun. 2011. Disponível em: <[https://www.ufs.br/conteudo/2295-nota-para-a-hist-ria-do-forr->](https://www.ufs.br/conteudo/2295-nota-para-a-hist-ria-do-forr-). Acesso em 12 mai. 2024.

BAHIA. Defensoria Pública. **Dicionário de expressões (anti) racistas**. Salvador: ESDEP, 2021.

CÂMARA CASCUDO, Luis. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10ª edição. São Paulo: Ediouro, 1954.

CARTA CAPITAL. **Em 1987, Doria propôs fazer da seca no Nordeste uma atração turística**. 28 jun. 2017. Disponível em: <[https://www.cartacapital.com.br/politica/em-1987-doria-propos-fazer-da-seca-no-nordeste-uma-atracao-turistica/>](https://www.cartacapital.com.br/politica/em-1987-doria-propos-fazer-da-seca-no-nordeste-uma-atracao-turistica/). Acesso em: 18 mai. 2024.

DIAS, Ivan; DUPAN, Sandrinho. **O que é Forró?: Um pequeno apanhado da história do Forró**. Campina Grande: Meroveu, 2022.

DIÁRIO DO PODER. **Dia Nacional do Forró é homenagem à data de nascimento de Gonzagão**. 13 dez. 2021. Disponível em: <[https://diariodopoder.com.br/notas/dia-nacional-do-forro-e-homenagem-a-data-de-nascimento-de-gonzagao?goc\\_wbp\\_\\_=270143002I2nmU-6OunE3C8PRNpH8m6CcOnk](https://diariodopoder.com.br/notas/dia-nacional-do-forro-e-homenagem-a-data-de-nascimento-de-gonzagao?goc_wbp__=270143002I2nmU-6OunE3C8PRNpH8m6CcOnk)>. Acesso em 08 abr. 2024.

DIÁRIO DO PODER. **Sobre o DP.** s/d. Disponível em: <<https://diariodopoder.com.br/sobre-o-dp>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

DRAPER, Jack. **Forró and redemptive regionalism from the Brazilian northeast:** popular music in a culture of migration. Nova Iorque: Peter Lang, 2010.

ESPÍRITO SANTO. **Novembro Negro:** conheça algumas expressões racistas e seus significados. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. 17 nov. 2020. Disponível em: <<https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/novembro-negro-conheca-algumas-expressoes-racistas-e-seus-significados>>. Acesso em: 09 abr. 2024.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos.** São Paulo: Parábola, 2008.

LACAPRA, Dominick. **History in Transit:** Experience, Identity, Critical Theory. Londres: Cornell University Press, 2004.

LA PASTINA FILHO, José. Eram as telhas feitas nas coxas das escravas?. **Revista Arqueologia**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 1-4, 2006.

LIBERMAN, Anatoly. **Word Origins and How We Know Them:** Etymology for Everyone. Londres: Oxford Press, 2009.

ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso:** Princípios & Procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

SANTAELLA, Lúcia. **A Pós-Verdade É Verdadeira ou Falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.

SÃO PAULO. **A Secretaria Municipal de Cultura comemora o Dia do Forró com uma maratona no centro.** Secretaria de Cultura. 30 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=22373>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral.** 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SENADO. **"Forró" ou "for all"? A mistura do sotaque norte-americano com o português no Rio Grande do Norte.** TV Senado. 23 ago. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/e-assim-que-a-gente-fala/2022/08/f>>

orro-ou-for-all-a-mistura-do-sotaque-norte-americano-com-o-portugues-no-rio-grande-do-norte>. Acesso em: 18 mai. 2024.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Desordem Informacional**: para um quadro interdisciplinar de investigação e elaboração de políticas públicas. Campinas: Unicamp, 2023.

WHITE, Hayden. **Meta-História**: A imaginação histórica no Século XIX. São Paulo: EdUSP, 1992.

WILTON, David. **Word myths**: Debunking linguistic urban legends. Nova York: Oxford Press, 2004.

## A NARRATIVA HISTÓRICA NO MUSEU DIGITAL DE CAMPINA GRANDE:

Reflexões sobre tecnologias, memórias e identidades

Thuca Kércia Morais de Lima<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 25/05/2024

Artigo aceito em: 11/10/2024

### RESUMO:

O Museu Digital de Campina Grande, ligado ao Departamento de Regional do Serviço Social da Indústria (SESI/PB), é constituído por recursos midiáticos com curadoria histórica. O presente texto discute como a narrativa histórica é apresentada tendo como recorte a inserção do museu dentro de uma cultura digital possibilitada pela popularização das Tecnologias da Informação e Comunicação. O museu sendo (re)produtor de dada identidade campinense, suscita a crítica a respeito das memórias impostas como hegemônicas e que constituem o substrato do imaginário da cidade que gira em torno da ideia de grandeza. A observação do espaço se deu de forma empírica e sua problematização entrelaçou-se a pressupostos teóricos-metodológicos da História Cultural na interface entre memórias, museus, cidades e identidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Museu Digital, Campina Grande, Memórias, Identidades.

### THE HISTORICAL NARRATIVE IN THE DIGITAL MUSEUM OF CAMPINA GRANDE:

Reflections on technologies, memories, and identities

### ABSTRACT:

The Digital Museum of Campina Grande, affiliated with the Regional Department of the Social Service of Industry (SESI/PB), comprises media resources with historical curation. This text discusses how the historical narrative is presented, focusing on the inclusion of the museum within a digital culture made possible by the popularization of Information and Communication Technologies. The museum, as a (re)producer of a specific Campina Grande identity, prompts a critique of the memories imposed as hegemonic, which form the substrate of the city's imagination centered around the idea of grandeur. The observation of the space was conducted empirically, and its problematization was intertwined with the theoretical-methodological assumptions of Cultural History at the interface between memories, museums, cities, and identities.

---

<sup>1</sup> Licenciada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutoranda em História pela Universidade Rural de Pernambuco (UFRPE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8374549972436229>. E-mail: [thuca.kercia@ufrpe.br](mailto:thuca.kercia@ufrpe.br).

**KEYWORDS:** Digital Museum, Campina Grande, Memories, Identities.

## 1. Introdução

O Museu Digital de Campina Grande, ativo desde 2017, é um empreendimento do Departamento Regional do Serviço Social da Indústria (SESI/PB), ligado a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP). Situa-se no centro da cidade, mais precisamente às margens do Açude Velho<sup>2</sup>. Campina Grande, cidade do interior paraibano, tem atualmente cerca de 400 mil habitantes e localiza-se a 126 quilômetros da capital João Pessoa, é conhecida mundialmente por suas festividades juninas<sup>3</sup>.

O Museu Digital, surge dentro da coleção monumental campinense para ocupar o espaço do prédio construído em homenagem ao Sesquicentenário da cidade, ocorrido no ano de 2014<sup>4</sup>. Sendo a mais nova iniciativa nesse sentido, compõe um circuito monumental formado em torno do Açude Velho, ao lado do *Museu de Arte Popular da Paraíba* (Museu dos Três Pandeiros), do *Monumento Farra de Bodega* (que homenageia Jackson do Pandeiro e Luiz Gonzaga), do *Monumento aos Pioneiros de Campina Grande*, entre outros.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> O Açude Velho está localizado no centro da cidade, foi construído em 1830 com a finalidade do abastecimento hídrico da cidade, com o tempo, se desvirtua dessa função e passa a compor no imaginário campinense um reduto de memória, posto que, em seu entorno localiza-se vários museus, memoriais e monumentos alusivos a história de Campina Grande.

<sup>3</sup> O Maior São João do Mundo é uma festividade tradicional da cidade de Campina Grande desde meados da década de 1980, quando da construção do Parque do Povo, o espaço privilegiado do evento e do estabelecimento de um conjunto de comemorações que dura aproximadamente 30 dias.

<sup>4</sup> A cidade de Campina Grande teve sua emancipação política em 11 de outubro de 1964. No ano em que celebrava 150 anos dessa data, o então prefeito Romero Rodrigues construiu um prédio como marco de sua gestão, projetado pelo arquiteto Argemiro Franca e teve sua construção comandada pelo engenheiro Yale Tadeu Medeiros, possui a forma de uma cápsula suspensa de onde emerge de sua parte posterior uma tropa de burros e tropeiros, a estátua de aproximadamente 80 toneladas é obra do artista pernambucano Alexandre Azedo.

<sup>5</sup> O *Museu de Arte Popular da Paraíba* (conhecido como Museu dos Três Pandeiros), é administrado pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), foi projetado por Oscar Niemeyer e inaugurado em 2012, ao longo desses anos tem sido ocupado por exposições de arte que privilegiam a cultura local nos eixos de música, teatro, artes visuais, artesanato popular, literatura de cordel entre outros. Em frente ao Museu dos Três Pandeiros encontra-se o Monumento Farra de Bodega, que tem sua inauguração datada do ano de 2003, foi elaborado pelo artista Joás Passos e homenageia Jackson do Pandeiro e Luiz Gonzaga enquanto importantes percursos da música nordestina. Já o Monumento aos Pioneiros da Borborema é mais antigo, datado de 1964 (centenário de emancipação política da cidade), é uma obra de Corbiniano Lins, nela são retratadas três figuras: o



A exposição museal, que permanece sem mudanças significativas desde sua inauguração, foi cuidadosamente elaborada por uma equipe multidisciplinar, tendo à frente Katarina Leite, que na época era gerente de cultura do SESI/PB e que comandou as equipes compostas por três eixos: História, Tecnologia e Arte. A consultoria histórica foi realizada pelo historiador e escritor Bruno Gaudêncio, a consultoria tecnológica pelo especialista em mídias digitais e comunicação Reinaldo Toscano e a consultoria de arte pelo cineasta e produtor Carlos Mosca.<sup>6</sup>

A exposição foi elaborada tendo como foco conciliar a história que se queria contar sobre a cidade com o que havia de mais moderno nas tecnologias da informação, desse modo especialistas em história, computação, telecomunicações, arte e mídia, elaboraram o que veio a ser uma história “agradável” os idealizadores do projeto – o Serviço Social da Indústria (SESI/PB) e a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), com o apoio do Conselho Nacional do SESI, e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

A proposta desse artigo é discutir a forma como a narrativa histórica sobre Campina Grande é abordada no Museu Digital, observando como o espaço se dá de forma empírica e sua problematização entrelaçando-se a pressupostos teóricos-metodológicos da História Cultural na interface entre a discussão de memórias, museus, identidades, imaginários (Chartier, 1990; Pesavento, 2005).

---

tropeiro, a catadora de algodão e o nativo ariús, esses elementos estão estreitamente ligados ao mito de origem da cidade.

<sup>6</sup> Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio é professor, historiador, jornalista e escritor campinense, é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, autor de vários livros nas áreas de História e Literatura, atuou como curador de História no Museu, por sua experiência em memória na instituição, como a elaboração do Memorial da Indústria. Reinaldo Toscano dos Santos Junior é Mestre em Computação, Comunicação e Artes pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Especialista em Mídias Digitais, Comunicação e Mercado e Bacharel em Arte e Mídia pela Universidade Federal de Campina Grande. Pesquisador em Arte Computacional, tem ampla experiência em Projetos de Sistemas Audiovisuais e em Produção de eventos artístico-culturais. Carlos Mosca cineasta pernambucano radicado em Campina Grande, formado em Design, como ator e diretor de arte iniciou sua formação na Universidade Federal de Campina Grande, carrega em seu currículo a direção de arte de mais de vinte filmes da cena audiovisual do seu estado.

Optamos por fazer um recorte no que concerne a análise do museu, primeiro inserindo-o dentro de uma cultura digital fruto do advento da consagração e popularização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), em seguida compreendendo o museu como (re)produtor de dada identidade campinense que tende a ver a cidade com lentes megalomaniacas, para tanto se faz necessário a crítica a respeito das memórias impostas como hegemônicas e que constituem o substrato do imaginário da cidade que gira em torno da ideia de grandeza e pioneirismo da mesma. E por fim, pensaremos as perdas e ganhos gerados por essa nova configuração museológica, de um lado vê-se a democratização do acesso ao conhecimento e, por outro, questiona-se a espetacularização de uma história que oculte a percepção acerca dos diversos problemas sociais existentes na cidade.

## 2. O museu na Era Digital

O conteúdo exposto no museu tem como suporte as mais diversas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), como *videowall*, *tablets*, realidade virtual, projeções cinematográficas. Desse modo, o museu justifica-se como sendo digital e não virtual, posto que possui um espaço físico, mas seu acervo é digitalizado e disposto por meio desses dispositivos. No espaço em questão, pode-se afirmar, que os processos de construção de uma história aparecem marcados por novas formas e sentidos – sentidos estes que fogem do conceito tradicional de museu.

Ao adentrar no espaço da exposição o visitante caminha entre as imagens de um filme chamado *Tropel*, que é transmitido nas duas paredes que se opõem, o que permite a visibilidade de ângulos diferenciados da trama, utiliza-se aí a tecnologia de *videowall*, em que várias telas se reúnem para projeção integral de uma imagem. A produção audiovisual, do cineasta campinense Helton Paulino<sup>7</sup>, mostra o cotidiano dos trabalhadores viajantes conhecidos como tropeiro, essas figuras

---

<sup>7</sup> Helton Luís Paulino da Costa, possui graduação em Arte & Mídia pela Universidade Federal de Campina Grande e em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba. Possui especialização em Metodologia do Ensino das Artes pela Faculdade Internacional de Curitiba. Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Campina Grande. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Roteiro e Direção Cinematográficos, atuando principalmente nos seguintes temas: cinema, vídeo e educação.

adquirem centralidade no imaginário campinense como uma espécie de percussores do progresso oriundo das atividades comerciais do município com cidades e estados vizinhos. Essa obra tem a potencialidade de produzir efeito de imersão, tanto pelo fato de distanciar/aproximar as cenas do expectador, quanto pelo som que acompanha o visitante por toda a exposição.

Na sala seguinte, formado por uma série de equipamentos e seções, o visitante encontrará em destaque uma seção chamada *Signos do Moderno*, constituída por tablets resguardam um verdadeiro arquivo da memória e da história campinense, reproduzindo vídeos, fotografias, recortes jornalísticos, depoimentos sobre determinados temas ligados a modernização urbana de Campina Grande. Aqui são reunidas fontes que remontam a história das comunicações, do abastecimento hídrico e elétrico, dos transportes, do cinema, entre outros aspectos da modernização urbana campinense.

Figura 1. Painel Signos do Moderno, cada tela é um arquivo digital



Fonte: acervo pessoal

O percurso conta com a tecnologia da realidade virtual para reprodução de elementos referentes a festividade junina campinense. Jogos digitais convidam o público à diversão e ao conhecimento sobre os ciclos socioeconômicos da cidade. Um mapa digital projetado no piso é acionado pelo próprio corpo do visitante e discorre sobre os principais pontos turísticos e históricos do centro urbano em uma

tela frontal, utilizando-se de dinâmicas produções audiovisuais produzidas através das mais variadas fontes históricas.

Há ainda cabines de *karaokê* com um amplo cardápio de músicas que falam de Campina Grande, algumas já consagradas no imaginário popular nas vozes de artistas conhecidos no gênero forró como Jackson do Pandeiro e Marinês. E, por fim, uma sala de cinema com capacidade para vinte pessoas, equipada com uma tela de nove metros que reproduz o curta-metragem *Campina Grande: Cidade da Grandeza*, obra do cineasta paraibano Otto Cabral<sup>8</sup> que faz um passeio pela cidade do amanhecer ao final da noite ressaltando aspectos físicos, culturais e simbólicos da cidade.

Os museus digitais utilizando-se de tecnologias são ambientes interativos e acima de tudo imersivos, não encontramos no Museu Digital, por exemplo, artefatos da cultura material com valor histórico, cultural, patrimonial, mas, aquilo que pode ser digitalizado e disposto dentro de uma narrativa. Em outras palavras, o *Museu Digital* salvaguarda memórias para as gerações presentes e para as futuras, mas isso não o faz, de modo algum, ser menos importante na difusão de conhecimentos do que os convencionais modelos de museus, amparados na cultura material, que estamos habituados a conhecer.

Para essa discussão amparamo-nos numa relevante definição de Museu Digital elaborada pelos museólogos brasileiros Rubens Ramos Ferreira e Luisa Maria Rocha (2018):

O termo Museu Digital é usualmente empregado para qualificar processos museológicos mediados pela linguagem digital, fazendo referência às iniciativas desenvolvidas no decorrer da década de 1990 que, em sua maioria, eram constituídas por reproduções digitais de obras de arte, armazenadas em suportes ópticos que apresentavam uma interface gráfica de acesso *offline*, com conteúdos que não dependiam necessariamente da internet para serem visualizados (Ferreira; Rocha, 2018, p. 7)

---

<sup>8</sup> Otto Cabral é produtor audiovisual paraibano, dedica-se a propaganda e marketing, nas artes tem diversos filmes premiados, como o mais recente *Animais na Pista* (2021)

Desse modo, entendemos que o museu se insere dentro de uma cultura que visa a digitalização dos acervos como forma de democratização do acesso, da acessibilidade das leituras a partir da disposição criativa dos conteúdos históricos, como ocorreu com tantos museus brasileiros nas últimas décadas, podemos citar a título de exemplo o *Museu do Amanhã* (Rio de Janeiro-RJ), *Museu Cais do Sertão* (Recife-PE), *Museu do Homem Sergipano* (Aracaju-SE).

Os supracitados autores, nos orientam ainda no sentido de entender que

o modelo de Museu Digital não se insere na dinâmica do fluxo de dados e interações sociais que sustentam o Ciberespaço, a hipertextualidade do protocolo Web e, por conseguinte, a infraestrutura operacional da internet (Ferreira; Rocha, 2018, p. 8)

Tal pressuposto os diferencia automaticamente daquilo que conhecemos como museus virtuais, que são criados e funcionam através de plataformas da internet, e que são, caracterizados, sobretudo por seu caráter interativo e colaborativo.

Com o advento da Era Digital e a propagação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), foi possível visualizarmos uma verdadeira revolução das instituições museais, entre as transformações mais relevantes podemos citar a descentralização dos objetos antes vistos como cerne dos museus, na medida em que o investimento em representação ou pelo menos reproduções artificiais dos vestígios históricos passam a compor estes ambientes. O que se ganha e o que se perde com essa nova configuração do museu tem sido investigado por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, ainda mais da História.

Ao abraçar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) enquanto instrumentos de disseminação de narrativas históricas, cabe ao historiador, seja curador ou mediador da exposição, criar estratégias para que a imersão naquele simulacro vá além da contemplação e deleite. Mas atinja níveis de reflexão, questionamento e inquietação, é este movimento, que se faz nessa pesquisa, buscando entender como aquela história é forjada, o que há por trás da tessitura, fazendo das TIC's um veículo dessa investigação, na medida que elas estão lá para tornar nosso acesso a história mais fluido, mais dinâmico, mais prazeroso.

Não se pode entender essa tipologia de museu sem relacioná-la com os estudos recentes da *cibermuseologia*, que em muito se cruzam com as demais ciências da informação. Porém, o intuito do presente artigo é explorar a instituição em questão enquanto um museu histórico, tendo em vista que esta análise parte do campo da História, ela utiliza-se das lentes teóricas e dos pressupostos metodológicos dessa disciplina.

A interatividade, a imersão, a produção de simulacros, são elementos dessa nova configuração de museu que se mostra promissora nos processos de produção, manutenção e propagação de narrativas históricas, a partir da utilização de novas linguagens tecnológicas e sua ação na educação não formal, e sobretudo, naquilo que denominamos de história pública, ou seja, aquela que tem referentes na produção histórica acadêmica, mas deve estar dispostas em espaços abertos aos mais diversos públicos de forma que possa ser consumida e compreendida. Dentro dessa percepção concordamos com Mário Chagas (2011) quando afirma que

a ‘linguagem museal’ (...) não está restrita às coisas, mas antes lança mão das coisas e de outras tantas linguagens e de outros tantos recursos: táteis, visuais, olfativos, gustativos, auditivos, afetivos, cognitivos e intuitivos (Chagas, 2011, p. 94)

### **3. O museu e a identidade campinense**

O Museu Digital, é, pois, um equipamento cidadão, feito para cidade e partir dela, seja por sua função monumental-comemorativa, seja, simplesmente, pelo fato de que se insere dentro do espaço urbano. Concebemos então, a cidade de Campina Grande a partir do conceito de lugar, e no que se refere a essa ideia, nós entendemos que ele vai além da localização geográfica, ele envolve a dimensão social e cultural, seu significado depende dos sujeitos que a vivencia, depende das memórias e dos valores compartilhados.

Muito nos interessa aqui, o esforço empreendido pelo geógrafo e filósofo Yi-Fu Tuan, quando nos lega o conceito de topofilia, que consiste na ligação emocional/afetiva das pessoas com os lugares, na etimologia a palavra oriunda do grego, “topos” quer dizer lugar e “philia” significa amor/afinidade (Tuan, 1980, p.

107). Assim como outras cidades, Campina Grande, possibilitou tais memórias e valores partilhados, geralmente marcadas por uma topofilia emocional demarcada pela exaltação. Dessa forma, a topofilia seria o entrelaçamento do indivíduo com o espaço quando lhe atribui valores, significados, esta sofre influência de vários fatores: a cultura, a memória, a história, as experiências.

Aprendemos ainda com Yi-Fu Tuan a partir dos seus esforços de definir o lugar pelo viés da experiência (Tuan, 1983), naquilo que ele chama de “identificação simbólica”, onde os sujeitos tendem a conectar-se com os lugares, desenvolvendo uma relação de apego emocional, acreditamos então ser a essa afeição responsável por desenvolver sentimento de pertencimento, material de que é composta a identidade local.

Quando pensamos em Campina Grande o conceito é totalmente aplicável, Tuan nos diz em *Espaço e Lugar: a expectativa da experiência*: “a cidade é um lugar, um centro de significados por excelência [...] mais ainda, a própria cidade é um símbolo” (Tuan, 1983, p. 191). Essa leitura nos orienta a pensar na produção desse lugar em consonância com a produção das identidades, posto que, a cidade preza por preservar determinados fatos, objetos, memórias daquilo que lhe causa afeição, daquilo que produz sentido.

Na História Cultural, damos aos lugares a condição de território, que, ao nosso ver em tanto se aproxima e se relaciona com a ideia de lugar, proposta pelo geógrafo. Vejamos o que diz Pesavento:

Estes espaços dotados de significado fazem de cada cidade, um território urbano qualificado a integrar essa comunidade simbólica de sentidos, a que se dá o nome de imaginário. Mais do que espaços, ou seja, extensão de superfície, eles são territórios, porque apropriados pelo social (Pesavento, 2007, p. 3)

O sentimento de pertencimento a um lugar, é transpassado pelo conceito de identidade, representada como aquilo que permanece semelhante a si mesmo no tempo (Candau, 2014, p. 201). Enxergamos o Museu Digital como um espaço de possíveis encontros com aquilo que é semelhante, que une os campinenses, mas também de desencontro, na medida em que: “A identidade deve apresentar um

capital simbólico de valoração positiva, deve atrair adesão, ir ao encontro das necessidades mais intrínsecas do ser humano de adaptar-se e ser reconhecido socialmente” (Pesavento, 2005, p. 91).

O museu corresponde as aspirações de uma pequena parcela da sociedade campinense, daqueles que compartilham determinado capital que lhes confere unicidade, e conseqüentemente lhes lega o lugar de decidir sobre o que representa bem a cidade, sobre qual seria a identidade local, e sobre o que se deve contar publicamente da própria história. Como nos ensina Candau:

Pode existir um núcleo memorial, um fundo ou um substrato cultural, ou ainda o que Ernest Gellner chama de “capital cognitivo fixo” compartilhado por uma maioria dos membros de um grupo e que confere a este uma identidade dotada de uma certa essência. (Candau, 2014, p. 26)

Esse capital cognitivo fixo, se tratando do Museu Digital, não é compartilhado pela maioria dos cidadãos que vivem na cidade, mas é uma aspiração dessa parcela da sociedade que se detém o poder de participação nas instituições que interferem nos rumos sociais, políticos, culturais e econômicos da cidade. O Museu nasceu como um projeto que visava construir uma narrativa histórica de Campina Grande com base nas memórias construídas por sujeitos e instituições ao longo do tempo e que tivessem respaldo na historiografia local. O historiador Marc Ferro nos orienta que esse tipo de produção se trata de uma história vigiada.

Vigiada porque é institucional, responde aos interesses de quem a encomendou e a mantém, é elaborada como forma a responder as questões daquele grupo, para Ferro, “baseia-se numa organização hierárquica de suas fontes, que é o reflexo de relações de poderes, reproduz a sua história, é consciência do poder (Ferro, 1989, p. 13). Comungamos dessa concepção, não porque não vemos no museu importantes traços de uma história criteriosamente escrita obedecendo todo o *métier* historiográfico, com base em fontes e fundamentação teórico metodológica coerentes, mas porque, percebemos que mesmo com todo esforço partindo do profissional que elabora a exposição, essa história é urdida com silenciamentos e lacunas que tem existência legitimada dentro da sociedade de onde emerge:



Os silêncios da história, ligados ora às exigências da razão do Estado, de sua legitimidade, ora à identidade de uma sociedade e à imagem que ela quer dar a si mesma, esses silêncios jogam um véu pudico sobre alguns segredos de família – cada instituição, cada etnia, cada nação tem os seus (Ferro, 1989, p. 34)

Entendemos desse modo que não apenas o conteúdo é de cunho identitário, mas os silenciamentos, os esquecimentos – como diriam outros teóricos da memória – também carregam o peso de preservar, difundir uma identidade. Marc Ferro afirma ainda que “a sociedade frequentemente impõe silêncios à história; e esses silêncios são tão história quanto a história (Ferro, 1989, p. 2).

Não seria diferente dentro da exposição, que, ao transformar memórias em história, acaba por privilegiar aspectos que corroboram com dada visão de mundo que fortalece o pensamento elitista, isso se dá quando elegem-se para depor em determinado equipamento da exposição sujeitos que “deram certo”, trajetórias de sucesso, empreendimentos notórios que enaltecem determinadas figuras isoladas em detrimento de uma parcela maior que não vive a mesma realidade, como é o caso do painel “Campina Grande Acolhedora”, alguns depoentes narram sua trajetória em Campina Grande que lhe consagram em suas áreas de atuação, não sendo necessariamente trajetórias de representatividade para a massa.

Figura 2. Ex-presidente da FIEP contempla sua própria trajetória eternizada no Museu



Fonte: acervo pessoal

Percebemos ainda, no caso do nosso objeto de análise que os silêncios se dão na forma de omissões quanto as vulnerabilidades sociais existentes em Campina Grande ao longo de sua história, a desigual distribuição de renda responsável pela pobreza, altos índices de desemprego, marginalidade, incidência de favelas, violência, problemas na infraestrutura urbana; e ainda na exclusão étnica (pretos, indígenas), de gênero, de classe social. Dito isto, é evidente, a observação empírica de que estes aspectos e sujeitos não tem espaço na exposição.

#### 4. Um lugar de memória de quem?

O Museu Digital caracteriza-se enquanto um espaço privilegiadamente construído para rememoração da história campinense, inserindo-se naquilo que o historiador francês Pierre Nora chama de “lugares de memória”, aqueles que, artificialmente elaborados servem à construção e salvaguarda de uma história feita pela memória, quando essa em seu estado puro já não existe.

Os lugares de memória, do qual nos fala Nora, são essenciais às sociedades que desejam infinitamente perpetuar suas tradições, suas histórias, e sobretudo suas identidades, no cerne de sua existência está, além da vontade de poder, de mostrar a influência de sujeitos/instituições dentro de uma sociedade é possível identificar ainda a vontade de continuidade, que pode aparecer na forma de resistência diante da ruptura com o passado, que ao seu ver, fora glorioso, sendo prova cabal daquilo que Nora chama de “ilusões da eternidade”. Esse autor dentro da sua conhecida discussão sobre os lugares de memória aponta três aspectos importantes na composição dos museus:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, [...]. Os três aspectos coexistem sempre. [...]. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou (Nora, 1993, p. 21-22)

Pensar o Museu Digital dentro desses três aspectos que o qualificam é entender que sua função material diz respeito ao espaço que o abriga e também os

suportes materiais por onde visualizamos seu conteúdo (as TIC's); é funcional, pelo fato de que cumpre com o seu papel de transmissão de uma história para as gerações atuais, e ainda o insere no contexto dessas inovações tecnológicas (se pensarmos, por exemplo, nos estudantes de escolas públicas que não tem acesso a estas tecnologias em outros espaços, mas podem no museu conhecer e manipular cada equipamento), independentemente da crítica que fazemos a essa história nessa pesquisa, o caráter pedagógico do museu é inquestionável. E por último e mais problemático, é simbólico, pois conta apenas a versão da história visto pelo ângulo de um grupo privilegiado detentor do poder em várias esferas, inclusive no poder de instituir uma história como oficial, uma memória como hegemônica.

O Museu Digital nasceu no momento em que diversos setores da vida social campinense vivenciavam o processo que visava incluir Campina Grande na rede de cidades criativas da Unesco na categoria de Artes midiáticas (*Media Arts* - que engloba arte digital, sonora, realidade virtual, arte web, videogames, robótica, fotografia digital e cinema). Processo que culminou na sua eleição da cidade no ano de 2021. É inegável o esforço de várias instituições no sentido de produzir e disseminar o conhecimento e a produção tecnológica em Campina Grande, podemos citar a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPb), o Instituto Federal da Paraíba, a Unifacisa Centro Universitário, o Sistema S, a Prefeitura Municipal e tantas outras iniciativas.

A professora de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), Otília Arantes em seu ensaio “Uma estratégia fatal” parte da coletânea “A cidade do pensamento único” (Editora Vozes, 2002), reflete sobre o atual planejamento urbano em suas vertentes elitistas e práticas excludentes que visam a permanência de privilégios para essas classes, dela parte a reflexão: “Quem de fato “faz a cidade”? A resposta, ao menos a partir dos anos 1990, parece inequívoca: naturalmente, as grandes empresas, com as mediações de praxe, é claro” (Arantes, 2002, p. 30).

Quando buscamos entender na exposição do Museu Digital de Campina Grande esse “quem faz a cidade” nos deparamos com uma instituição que serve ao propósito de lembrar aos demais cidadãos da existência de um seletos grupo que detém esse poder. A história representada no museu, que é uma história vigiada e encomendada pelo setor da indústria ou mais precisamente pelo seu serviço social (o SESI), reflete os interesses dessa classe, ela fala tão apenas da cidade que deu certo, do sucesso econômico, da sua predisposição a abraçar as tecnologias, a inovação, Arantes observa que:

No centro, para variar, a Cultura, cujo consumo, na forma de refinamento artístico ostensivo, é a melhor garantia de que o clima para os negócios é saudável. Assim, curadores de museus precisam demonstrar que suas instituições (ou melhor, organizações) atraem multidões que multiplicam os negócios, dos *gadgets* de toda ordem às exposições *blockbuster* – de preferência, como até Molotch repara, “anything Cézanne” (Arantes, 2002, p. 29)

E é essa a visão que o Museu Digital de Campina Grande deseja imprimir aos que lhe visitam: a de uma cidade fadada ao sucesso onde todos querem viver, bom lugar para se morar, rico em oportunidades, a “capital do trabalho e da paz” (como diz o seu hino). Porém, o museu, aqui é um equipamento urbano produzido e mantido por determinada camada social, e essa visão corresponde tão somente a esta camada.

A historiadora brasileira Maria Stella Bresciani ao discutir cidade e história, aponta que: “Na cidade, a história se constrói no espaço e no edifício público; nesses espaços, instauram-se possibilidades de ação pela presença coletiva dos atores sociais e pelo registro dessa presença dramatizada em espetáculo” (Bresciani, 2002, p. 30). Assim, podemos definir a atuação do lugar de memória do museu frente a cidade de Campina Grande, um espetáculo posto ao público encenado diariamente as margens do Açude Velho.

A cidade coloca o mundo na *história* e traz para o presente o legado das gerações mortas e de suas heranças imortais. Os monumentos e o espaço público solicitam nossa inteligência e, por vezes, complicados esquemas interpretativos apresentam-se como desafios e pedagogias insubstituíveis. É na cidade que a história se exhibe (Bresciani, 2002, p. 29-30)

Se analisarmos o Museu Digital de acordo com o pensamento de Bresciani, entenderemos que ele tem uma função de valorizar os feitos de determinados sujeitos e instituições no passado – como os comerciantes responsáveis pelo sucesso da economia algodoeira na primeira metade do século XX, ou as instituições que deram o pontapé inicial na formação do campo científico-tecnológico no final desse mesmo século e que legam a cidade sua atual propositura como *city tech* – esforços que culminam na construção de uma história espetacularizada através das TIC's que lhes apresenta.

### **5. Museu Digital: uma espetacularização da história?**

A partir da inserção das TIC's dentro de uma instituição promotora de saberes, como é o caso do nosso objeto de estudo, percebemos então a crescente tendência dos museus se voltarem para o público como espetáculos, onde a presença de imitações que simulam os fatos históricos está cada vez mais requisitada. A atratividade que tais recursos emanam é incontestável, mas dentro do campo da História, ainda há um longo caminho a ser percorrido no sentido de evitar juízo de valor negativos quanto à eficácia desses empreendimentos, é necessário enxergarmos a digitalização nessas esferas sem subjugá-los tão somente ao entretenimento por si só, como aponta Dominique Poulot:

Outra leitura vê na mutação dos museus uma das figuras da cultura de massa na era do capitalismo contemporâneo. Assim, a transformação do conservador em encenador, a partir do modelo de produção cinematográfica, ou o decalque em empresas de diversão e, até mesmo em parques temáticos, parece ilustrar um alinhamento progressivo da instituição à vulgaridade comercial. (Poulot, 2013, p. 106)

Procurando defender a importância atual da modernização das formas de dispor os conteúdos museológicos nos propomos dentro dessa pesquisa, entender o museu em seu valor de uso, estimando sua colaboração frente a comunidade não apenas no que diz respeito a preservação de uma memória (resguardando nossas críticas a ela), mas para que haja interesse na própria História, no conhecimento do passado.

Um dos maiores aliados nesses alternativos modelos de museu é a interatividade, caracterizado, de modo geral aqui, como a capacidade que um sistema de comunicação ou equipamento tem de possibilitar a interação. Esse processo se dá por meio de jogos, de telas com navegadores com hiperlinks, karaokê, projeção mapeada, etc. Dessa forma, concordamos com Vidal e Figueiredo, quando afirmam que:

A interatividade emerge assim, como possibilidade de negociação de saberes entre os expositores e o público, ao mesmo tempo, reafirmando o compromisso dos museus com a democratização da cultura e do conhecimento científico e técnico. (Figueiredo; Vidal, 2013, p. 10)

Em ‘Museus: Dos Gabinetes de Curiosidade à Museologia Moderna’ (2013), obra organizada por Betânia Figueiredo e Diana Vidal, foi levantado uma discussão acerca dos museus históricos sobre a condição destes figurarem enquanto teatros da memória ou laboratórios da História. Essa discussão é bastante pertinente no tangente ao Museu Digital de Campina Grande, na medida em que, tanto o teatro da memória quanto o laboratório da História são duas categorias que coexistem naquela produção, a coexistência não anula a seriedade com que se deve encarar a pesquisa histórica, nem retira a beleza que é intrínseca a encenação artística.

Mas não se pode, de modo algum deixar cegar-se pela beleza do espetáculo, posto que, aos olhos de um ingênuo visitante do Museu Digital há uma cidade muito bonita que é mostrada a partir das mais variadas TIC’s presentes naquele espaço. O que se conhece no museu é uma cidade cujos problemas sociais inexistem, uma cidade bela, limpa, feita de pessoas sorridentes e, sobretudo, bem abastadas, uma cidade feita de apenas um centro e nada mais ao redor, uma cidade rica. Em um dos vídeos, a feira central – aquela que conhecemos na realidade padecendo pela falta de estrutura, com seus bancos arcaicos, sua sujeira eminente – é mostrada apenas um pequeno recorte da feira de flores, a cor das flores nos ofusca e impede de ver o resto, mas nem precisa, basta acreditar que ali tudo são flores. E essa metáfora rege o restante da cidade que só existe naquele museu.

Para Sandra Pesavento, a história cultural permite-nos ver a cidade não mais como um *locus*, seja da realização, da produção ou da ação social, mas sobretudo como um problema e um objeto de reflexão. Não se estudam apenas processo econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade (Pesavento, 2005, p. 77-78). E isso nos permite olhar para uma cidade representada em um museu e mergulhar nela para entendê-la.

O imaginário da cidade como grande em todos os aspectos – até no nome, como afirmam muitos campinenses – está presente em todo o Museu Digital, não há como dissociar esta ideia da cidade imaginada por uma elite dentro dos parâmetros de branquitude, heteronormatividade, cristã, economicamente ativa e tecnológica, posto que como diz mais uma vez Pesavento: “O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social” (Pesavento, 2005, p. 43).

No museu a cidade de Campina Grande encontra um espelho do que ela sempre quis ser, desenvolvida, high tech, a cidade da grandeza. Mas oculta o que de fato ela é: desigual socialmente, privilegia uma minoria elitista em detrimento de uma massa muito maior que padece sem condições dignas de vida, como pode ser observado no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Em 2021, o salário médio mensal era de 2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 30,16%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 13 de 223 e 2 de 223, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2168 de 5570 e 595 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 39,5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 220 de 223 dentre as cidades do estado e na posição 2810 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2022)

Ao contrário do que é mostrado em projeções presentes no museu, como por exemplo, o curta-metragem “Cidade da Grandeza”, que tende a imprimir no expectador uma imagem de uma Campina Grande produtiva, movimentada, bonita, limpa, rica, sem poluição, sem problemas sociais ou pobreza, veremos que, na

realidade a população campinense é majoritariamente pobre, o vídeo carro-chefe da exposição concorre com muitos setores sociais que prezam pela imagem da Campina Grande como a capital do trabalho, fértil de oportunidades de emprego e de melhoria de vida, porém, com os olhos voltados para a realidade e para os dados estatísticos obtidos por meio de extensas pesquisas vê-se que o município está rodeado de problemas como falta de moradia, acesso à educação, aos serviços de saúde, saneamento básico e alimentação precária.

De acordo com o Relatório Final do Observatório das Metrôpoles do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT, 2021) que avaliou as condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas de urbanização de favelas em Campina Grande identificou-se 21 favelas (tratadas como aglomerados subnormais ainda), e além disso 30 assentamentos precários.

Foram identificados em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 21 aglomerados subnormais em Campina Grande, com uma população estimada de 31.000 pessoas, mais de 8% da população do município. Parte desses assentamentos da cidade foi instituída em 2009 como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), em um total de 17 zonas regulamentadas. A partir de estudos que vêm sendo realizados pelo Núcleo Paraíba do Observatório das Metrôpoles desde 2019 foram identificados 30 assentamentos precários em Campina Grande (INCT, 2021, p. 1)

Tanto o Observatório das Metrôpoles quanto os estudiosos das ciências humanas e sociais concordam que a postura política diante do fenômeno da favela é de negação de sua existência, não hesitamos em afirmar que esta forma precária de (sobre)viver não é cabível dentro de uma narrativa de uma cidade que se diz grandiosa, fadada ao sucesso, vejamos:

A população em situação de pobreza e vulnerabilidade em Campina Grande sempre teve nas ocupações irregulares e no mercado informal as principais alternativas para moradia e de inserção na cidade. Até os anos 1960, as respostas estatais predominantes a essas ocupações foram a negação de sua existência ou as remoções de seus moradores. A partir dos anos 1970, os assentamentos precários passam a ser objeto de levantamentos e intervenções, inicialmente para a promoção de remoções e reassentamentos e, adiante, para a urbanização e regularização destes, mesmo com a omissão ainda prevalecte (INCT, 2021, p. 11)



De acordo com o censo do IBGE de 2022 Campina Grande, a segunda maior cidade do estado da Paraíba, possui área territorial de 591,658km<sup>2</sup> e a sua população foi estimada em 419.379 habitantes. A incidência da pobreza em Campina Grande é de 58,88%, a população ocupada foi estimada em apenas 28,1%, ou seja, uma grande massa de desempregados ou subempregados compõe um quadro de crise de uma cidade até mesmo na época do ano que produz o chamado Maior São João do Mundo.

## 6. Considerações finais

Ao observar a exposição Museu Digital de Campina Grande entendemos que as memórias servem de fator aglutinador e gerador de sentidos, estes sentidos possibilitam que determinadas identidades sejam postas como hegemônicas dentro de uma sociedade plural, que alguns sujeitos a pensam como grande, desenvolvida, autossustentável, pujante, predestinada ao sucesso, ao progresso material e simbólico. Até mesmo aqueles sujeitos que não participam de forma ativa destas construções discursivas e imagéticas – os cidadãos comuns, o povo – acabam sendo incluídos como uma massa e manobra que endossa esse pensamento, num movimento que comparamos aqui a um aprisionamento dentro de uma ideia.

As aspirações de se produzir uma história na qual se privilegia eventos, personagens, simbologias que legassem a Campina Grande o caráter de uma cidade ativa e pujante aliou-se às aspirações do presente de se produzir uma *city tech*, ou seja, nos anos 2010 a elite campinense busca forjar uma identidade, ou pelo menos um imaginário da cidade como tecnológica, digital, inovadora, abraçando as mais diversas iniciativas que possam dar respaldo a esta visão de mundo. O museu surge como uma empreitada muito oportuna, que viria a ser uma verdadeira vitrine do pensamento elitista campinense.

Ao nos depararmos com um ambiente inovador, onde o conteúdo é exposto por meio de TIC's, como *tablets*, projeções mapeadas, painéis interativos, realidade virtual somos chamados a romper com a visão tradicional da maioria dos museus, não banindo a cultura material, mas promovendo representações articuladas

com a produção artística e cultural, o fato de não haver uma única peça, objeto palpável ou artefato que remonte ao passado da história campinense, rompe com a ideia de que o museu é estático, objeto de contemplação apenas. Esse movimento do museu no sentido da digitalização o fortalece como uma possível síntese das múltiplas realidades socioculturais de épocas distintas, ancorada e legitimada no presente.

Essas representações, que constituem o acervo documental do museu, e consequentemente o patrimônio daquela instituição e da história campinense, apesar de salvaguardar apenas uma distinta visão de uma parcela da sociedade acerca de sua história, são frutos de um amplo movimento de transformação cultural ocorrido nos mais diversos âmbitos da produção histórica, que não mais se limita aos livros ou vestígios materiais (como aqueles expostos comumente nos museus), mas a todo e qualquer suporte que possa dar a ler/ver ao público que o consome e aprecia. E, ao ver dessa pesquisa, abre os horizontes para que problematizemos e busquemos defender uma história que preze pela diversidade, para empatia para com as diferenças e participação social.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; MARICATO, Erminia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda. Petrópolis: Vozes, 2000.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Márcia Lippi (Org.). **Cidade História e Desafios**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CHAGAS, Mário. **Memória e Poder**: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. II Encontro Internacional de Ecomuseus. Rio de Janeiro: s.l., 2011.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

FERREIRA, Rubens Ramos; ROCHA, Luisa Maria G. M. Rocha. Museus Virtuais: entre termos, conceitos e formatos. **Revista Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, ANCIB, v. 11, n. 2. 2018.

FERRO, Marc. **A História Viglada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano. **Cadernos do LEPAARQ** – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, v. II, n. 4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. *Jul/Dez* 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, jan.-jun., 2007.

POULOT, Dominique. **Museus e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

TUAN, Yi-Fu **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Ed. Difel, 1980.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a expectativa da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

# AS PESQUISAS SOBRE ENSINO DE HISTÓRIA E TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDCIs) NO PROFHISTÓRIA: um breve estado da arte da questão

Oswaldo Rodrigues Junior<sup>1</sup>  
Carlos Rodrigo Soares<sup>2</sup>

Artigo recebido em: 24/ 05/ 2024  
Artigo aceito em: 16/ 09/ 2024

## RESUMO:

Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa de mestrado com o objetivo de analisar os trabalhos sobre ensino de História e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs). O estudo bibliográfico consistiu no levantamento de dados nos portais Educapes, ProfHistória Nacional e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Através do software *Iramuteq* realizamos a análise fatorial de correspondência e análise de similitude. Os resultados parciais permitem observar que existe uma predominância do ProfHistória como espaço de produção de conhecimento sobre o ensino de História e as TDIC's, além de uma pluralidade de abordagens teórico-metodológicas, objetos e produtos. Verifica-se também lacunas para pesquisas futuras e um campo extenso para a investigação histórica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de História; ProfHistória; TDICs.

RESEARCH ON HISTORY TEACHING AND DIGITAL INFORMATION  
AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES (TDCIS) IN PROF.HISTORY:  
a brief state of the art

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação. Realizou estágio pós-doutoral na Faculdade de Educação da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Professor Adjunto III do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) e do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória/UFMT. Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4998638258339975>, Orcid: 0000-0001-7418-9705, Email: [osvaldo.junior@ufmt.br](mailto:osvaldo.junior@ufmt.br). Coordenador do Laboratório de Ensino de História e Tecnologias Digitais - LEHDI/UFMT.

<sup>2</sup> Mestre em Ensino de História. Professor de História da Secretária de Estado de Educação (SEDUC) de Mato Grosso. Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6997341156998643>. Email: [carlosunix@hotmail.com](mailto:carlosunix@hotmail.com). Membro do Laboratório de Ensino de História e Tecnologias Digitais - LEHDI/UFMT.

**ABSTRACT:**

This paper presents the partial results of a master's research project aimed at analysing works on History teaching and Digital Information and Communication Technologies (TDICS). The bibliographic study consisted of data collection on the Educapes, ProfHistória Nacional and Capes Theses and Dissertations Catalogues portals. We used Iramuteq software to carry out a factor analysis of correspondence, similarity analysis and word clouds. The partial results show that there is a predominance of ProfHistory as a space for the production of knowledge on History teaching and TDICS, as well as a plurality of theoretical-methodological approaches, objects and products. There are also gaps for future research and an extensive field for historical investigation.

**KEYWORDS:** History teaching; ProfHistória; TDICS.

## 1. Introdução

As tecnologias digitais estão no cotidiano de boa parte da população brasileira. Ainda que em graus diferenciados (desiguais), o ciberespaço é um ambiente cada vez mais presente na vida privada e pública no Brasil e em grande parte do mundo. Por ciberespaço, entendemos “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores” conforme Levy (1999, p. 94). A educação, e mais particularmente o Ensino de História, tem sido uma área que tem buscado gradativamente refletir sobre as tecnologias digitais em suas práticas didáticas nas últimas décadas. Portanto, essa parece ser uma preocupação crescente entre os profissionais da História.

Quais as relações entre Ensino de História e as Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDCIS)? Por Tecnologias Digitais compreendemos todos os dispositivos de informação e comunicação, que utilizam os dígitos em sua linguagem de programação, isso inclui as redes sociais, podcasts, plataformas, além de procedimentos e relações estabelecidos dentro do ciberespaço. Primeiramente fizemos um breve estado da arte da temática abordada, explorando inicialmente as orientações encontradas nos estudos do contexto brasileiro sobre o tema. Em

segundo lugar realizamos uma análise dos dados deste levantamento bibliográfico, utilizando o software Iramuteq<sup>3</sup>.

## 2. Um breve estado da arte das pesquisas sobre Ensino de História e TDCIs

Ao iniciarmos esta investigação consideramos que todos os estudos científicos sobre alguma temática devem partir de um estado da arte da questão com o objetivo de compreender como as pesquisas têm tratado os diferentes objetos. Não é diferente na relação entre o Ensino de História e as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDCIS).

Neste sentido, apresentamos primeiramente uma revisão bibliográfica sobre a temática buscando compreender o que já se produziu sobre a questão. Em um segundo momento faremos a busca nas bases de dados com a intenção de conhecer as dissertações e teses produzidas nesta temática. Por fim, nos centraremos em uma breve análise das dissertações defendidas no Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória.

Pensar atualmente em uma História Digital e seus problemas epistemológicos para o Ensino de História somente é possível porque vários pesquisadores se debruçaram sobre o tema, como Carlos Augusto Lima Ferreira em 1997, falando sobre a *importância das novas tecnologias no Ensino de História* (Ferreira, 1997). Ferreira tratou a temática como um novo domínio dentro dos estudos históricos, assim como foi feito no primeiro *Domínios da História* organizado por Ciro Flamarion Cardoso, onde Luciano Figueiredo publicou uns dos primeiros trabalhos sobre o tema, intitulado *História e Informática: o uso do computador* (Figueiredo, 1997).

---

<sup>3</sup> O Iramuteq é um software de análise multidimensional de textos e discursos desenvolvido pela Universidade de Toulouse na França. O software é open source e pode ser baixado no site: [www.iramuteq.org](http://www.iramuteq.org).

Estas foram obras pioneiras no Brasil sobre o Ensino de História e as TDCIs na década de 1990, e considerando o percurso de cerca de três décadas desde então, deveremos perceber como as discussões ampliaram-se sobremaneira nesta área. O que chamamos aqui de História Digital, que é um termo utilizado por vários autores nestas últimas décadas, pode representar também outros termos como História da Informática, História e Tecnologias, entre outros. Alguns autores abordaram a temática como um campo, ou como linha de pesquisa, área, metodologia, e, enfim, a partir de diferentes perspectivas.

É perceptível o crescimento e contribuições que a História Digital tem obtido em diversas pesquisas dentro da ciência histórica, principalmente na última década. Anita Lucchesi, por exemplo, trouxe várias contribuições para o início e construção de uma História Digital no Brasil com a obra *História, internet e novas mídias: preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI*, publicada em 2013, e ainda antes, com sua dissertação sobre *Digital history e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)* (Lucchesi, 2014).

Mateus Pereira (2022), com *Lembrança do presente: Ensaio sobre a condição histórica na era da internet* nos auxilia a problematizar as relações do digital com o conhecimento histórico, além de diversas provocações epistemológicas. De maneira bem diferente, Marcella Albaine Costa (COSTA, 2021), com *Ensino de história e historiografia escolar digital*, apresenta uma importante discussão relacionada à cultura escolar e à cultura digital para o Ensino de História, com seus diferentes problemas na educação e os caminhos possíveis para os professores da Educação Básica. O trabalho *Caminhos da história digital no Brasil*, organizado por Ian Kisil Marino, Thiago Lima Nicodemo e Alesson Ramon Rota (2022), trouxe análises importantes para o contexto e percursos do digital na disciplina de História no contexto do Brasil.

Mas, para além destes autores citados acima, outros inúmeros trabalhos dissertativos, artigos científicos e apresentações em congressos e outros eventos acabam circunscrevendo uma grande movimentação para a consolidação de estudos

dentro de uma História Digital, relacionada ou não com o Ensino de História, que concomitantemente tem se tornado outro tema cada vez mais discutido nos meios de produção de conhecimento histórico no Brasil.

Existem ambientes em que a produção de discussões sobre Ensino de História e TDIC parecem encontrar maior espaço, como podemos observar na pesquisa realizada por Costa (2021), que apresenta um mapeamento dos estudos que relacionam o Ensino de História e as tecnologias digitais por meio das produções divulgadas nos eventos específicos da área de Ensino de História, como o Simpósio Nacional de História, o Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e do Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História (Costa, 2021, n.p).

Os estudos apontados neste mapeamento realizado por Marcella Albaine, que considerou os trabalhos apresentados nestes eventos entre 2011 e 2018, demonstrou que a tecnologia deve “ser vista para além de um mero recurso ou ferramenta auxiliar, uma vez que, em seu estado potencial, abre novos modos de compreensão e de produção da epistemologia histórica.” (Costa, 2021, n.p).

Mais importante que o crescimento ou variação do quantitativo das pesquisas sobre tecnologias digitais no Ensino de História neste período de 2011 até 2018, Costa destaca a diversidade das abordagens, metodologias e perspectivas pelas quais o digital foi sendo discutido. Questões importantes surgiram no século XXI, como:

[...] os desafios da inclusão digital; a história pública, as narrativas que circulam na internet e a formação histórica; a cultura digital e as mudanças nos materiais didáticos de História; a aprendizagem histórica por meio de ferramentas e linguagens digitais; a produção de objetos de aprendizagem digitais e a memória histórica. (COSTA; FRANCO, 2021, p. 327)

Essas diferentes abordagens nesta dinâmica com uma cultura digital tornam preciso “demarcar o ano de 2020 em suas contradições no que se refere à tecnologia digital em ações educativas no contexto da pandemia da COVID-19” (Costa; Franco; 2021, p. 327). Desde que a pandemia começou e diante da necessidade de

**Revista Espacialidades** [online]. 2022.1, v. 18, n. 1, ISSN 1984-817X [65]



distanciamento social, as escolas se viram obrigadas a adotar formas de ensino e aprendizagem mediadas pelas TDCIs, inevitavelmente, as discussões em torno dos usos, possibilidades e dificuldades do digital ganharam maior relevância.

Contudo, tratando diretamente do Ensino de História, Aléxia Franco e Marcella Costa fazem uma ponderação importante ao considerar que:

[...] a presença das tecnologias digitais de informação e comunicação – TDCIs nas aulas de História não significa, necessariamente, a mudança na relação entre aluno, professor e conhecimento histórico em que predomina um ensino de História que apresenta o conteúdo retirado de livros didáticos ou sites de internet como uma verdade absoluta, despersonalizada, distanciada das experiências dos alunos, a ser apenas apreendido e reproduzido. (COSTA; FRANCO, 2021, p. 327)

Nesse sentido, é possível argumentar que o digital em si pode não produzir consciência, aprendizado ou conhecimento histórico. Souza e Tamanini (2018, p. 154) perceberam, por sua vez, que nos trabalhos revisados sobre TDCIs e ensino de História, o grande interesse dos pesquisadores estava em “estudar e aplicar tais métodos, inovando, dessa forma, o ensino de História”.

Na dimensão teórica, a grande influência dos dados do levantamento bibliográfico estiveram entorno das ideias derivadas do pensamento de Jörn Rüsen. Como o autor aborda a questão da Didática da História e outros conceitos diretamente relacionados ao Ensino de História, o espaço e aceitação deste autor tem proporcionado um arcabouço para vários tipos de discussões teóricas tendo suas ideias como ponto inicial. Entretanto, é necessário reconhecer a crítica sobre a necessidade de diferenciar o Ensino de História no Brasil em detrimento do Ensino de História tratado por Rüsen na realidade alemã (Souza; Tamanini, 2018, p. 153), o que não inviabiliza seus conceitos, mas leva a necessidade de ajusta-los às outras realidades.

### **3. Ensino de História e TDCIs nas dissertações do ProfHistória**

Nas revisões bibliográficas realizadas sobre o Ensino de História e as TDCIs, o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) se destacou

**Revista Espacialidades** [online]. 2022.1, v. 18, n. 1, ISSN 1984-817X [66]

como uma grande referência na produção acadêmica no Brasil. Portanto, focalizamos o levantamento das pesquisas no banco de dados do portal oficial do ProfHistória<sup>4</sup>, onde foi possível levantar os trabalhos realizados em toda a rede do programa até maio de 2023, com um recorte nas publicações diretamente ligadas ao campo do ensino de História e as tecnologias digitais.

Foram realizadas duas pesquisas dentro do banco de dados do ProfHistória. Na primeira busca foi utilizado o termo “tecnologias digitais” como palavra-chave. O objetivo foi filtrar os trabalhos realizados sobre ensino de História e as TDCIs, como o ProfHistória tem como área de concentração o Ensino de História, não havia necessidade de evocar nenhum termo sobre o Ensino de História, restando uma busca direta por tecnologias digitais dentro desta condição pré-estabelecida. O resultado apresentou 20 trabalhos dissertativos, tendo todos eles tratado diretamente da temática do Ensino de História e as TDCIs conforme tabela abaixo:

Entre estes 20 resultados, 2 dissertações foram publicadas em 2016. O primeiro que faremos referência é o trabalho do professor Jorge Everaldo Pittan da Silva sobre o ensino híbrido, evocado no sentido de “fazer com que as mídias digitais sejam empregadas com a finalidade de elevar a qualidade da educação” (Silva, 2016, p. 54). O professor Jorge, ao aplicar a Sala de Aula Invertida e a Rotação por Estações<sup>5</sup> no Instituto Estadual de Educação Professor Annes Dias de Cruz Alta, destaca, algumas vezes<sup>6</sup>, a “potencialização da aprendizagem dos estudantes” com o Ensino Híbrido (Silva, 2016, p. 52). Contudo, por mais que Silva atribua um estado de potência às tecnologias digitais, ao aplicar em sala de aula, ele entende que:

---

<sup>4</sup> Portal oficial do ProfHistória. Disponível em: <http://site.profhistoria.com.br/>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

<sup>5</sup> Nas diferentes propostas existentes sobre Ensino Híbrido, a Sala de Aula Invertida basicamente “acontece entre a sala de aula e atividades fora da escola onde o conteúdo pode ser estudado ou aplicado.” E na Rotação por Estações, acontece “por meio de grupos montados em sala de aula, onde são disponibilizados vídeos, textos, atividades, sites e outros recursos sobre um mesmo assunto e ao longo do período revezam-se entre as estações” (Silva, 2016, p. 26)

<sup>6</sup> Duas vezes no resumo (p.4); três vezes no capítulo 3 (p. 19 e 20); e uma na análise dos trabalhos (p.52).

[...] nas escolas ela ainda é um instrumento do qual não se extraiu todo seu potencial no sentido de qualificar o processo de ensino e aprendizagem. No geral, em função de estrutura, de recursos, de capacitação dos professores e das formas de organização institucional, os ambientes escolares não acompanham o ritmo crescente das possíveis utilizações das tecnologias [...]” (SILVA, 2016, p.19).

Por meio do trabalho de Silva é possível perceber que o diagnóstico de falta de condições da escola é apresentado nitidamente pelo próprio professor de História. Em relação às tecnologias digitais, falta na escola a estrutura, a formação, ambientes, salas de informática, profissionais específicos da informática, softwares adequados, internet adequada, entre outros (Silva, 2016, p. 48). Além disso, a escola precisa seguir esse “ritmo crescente” das tecnologias? São questões que vão se abrindo ao longo da investigação.

Outros trabalhos trataram das redes sociais. Lopes trouxe a sua aplicação do WhatsApp como extensão da sala de aula no Ensino de História, enquanto Daniela Moraes (2018) tratou sobre aprender e ensinar História nas redes sociais online. Esses são somente dois exemplos de pesquisas que exploram as problemáticas e possibilidades do Ensino de História nas redes sociais.

Segundo Lopes, o uso dos grupos de WhatsApp pode não somente facilitar, mas aprimorar o Ensino de História (Lopes, 2016, p. 8). As potencialidades do uso do WhatsApp para o Ensino de História chegaram a ser tabeladas e constatadas por Lopes nas suas experiências com os alunos, relacionando as potencialidades na interatividade, compartilhamento de conhecimento, sensação de presença, compartilhamento da emoção, motivação, colaboração, baixo investimento e sincronicidade e assincronicidade (Lopes, 2016, p.100). Todas essas potencialidades não são exclusividade do Ensino de História, podem ser pensadas para outras disciplinas, tanto quanto para a História. Mas existem outras questões nas TDICs que se relacionam diretamente aos problemas históricos.

Said Salomón, a partir de uma perspectiva decolonial, analisou os “atravessamentos da cultura digital” no Ensino de História sobre a América Latina.

Construiu também uma discussão sobre a “importância atribuída ao instantâneo e como nossa noção de tempo tem sido afetada por essas plataformas digitais” (Salomón, 2018, p. 42). Regimes de historicidade, atualismo, presentismo e outras problemáticas acabam confluindo com o digital para “refletir sobre as reconfigurações e deslocamentos do tempo histórico.” (Salomón, 2018, p. 43).

Danilo Alves da Silva traz uma interessante contribuição ao pensar um “letramento histórico-digital” que surgiu da junção dos conceitos de literacia histórica e letramento digital (Silva, 2018, p. 16). Ao dar ênfase na construção do pensamento histórico na sala de aula, Silva (2018) ressaltou a importância da mediação do professor para que os alunos e alunas possam “aprender a usar as tecnologias na construção do conhecimento histórico para além dos usos convencionais e cotidianos.” (Silva, 2018, p. 94).

Partindo do que observamos até agora, o pensamento histórico, a Teoria da História, o Ensino de História e as TDCIs estão sendo discutidas e relacionadas de diferentes maneiras, demonstrando quão profícuos e múltiplos podem ser as problematizações a partir destas relações. Dentro de sala de aula e nas escolas podemos destacar duas culturas para o Ensino de História, e Fabiano Andrade (2019) percebeu a necessidade de discussão justamente neste ponto, ao tratar da cultura escolar e da cultura digital no Ensino de História.

Entendendo que há uma “incompatibilidade dos novos meios de comunicação e o tradicional sistema de ensino” (Andrade, 2019, p.7), Andrade utiliza o pensamento rizomático<sup>7</sup> para apreender a multiplicidade necessária nas relações de ensino e aprendizagem na cultura escolar, mudando assim a lógica de uma dinâmica escolar que ele identifica como tradicional e hierarquizada. A cultura digital entra justamente nessa abertura, correspondendo às próprias relações do

---

<sup>7</sup> O pensamento rizomático é “a ausência de hierarquia, onde o aprendizado está diretamente relacionado ao contato com diferentes conexões e com um conjunto de signos que promovem sentido ao saber” (ANDRADE, 2019, p. 26). Utilizando-se do termo rizoma da botânica, que é a extensão de um caule e que produz vários brotos, Andrade baseia-se nas ideias rizomáticas de Deleuze e Guattari aplicando-a para este contexto educacional com as tecnologias digitais.

contexto digital vivenciado fora do ambiente escolar. Uma vivência digital escolar rizomática, neste sentido, compreenderia princípios como o da heterogeneidade, multiplicidade, transversalidade, rupturas e conexões (Andrade, 2019, p. 28).

A educação rizomática é uma proposta didática [...] Ao fazer uso das TDIC, apontam-se caminhos onde seria possível construir, através da recodificação do modelo existente, um modelo que funcione a partir de múltiplas conexões, capazes de tecer outras realidades, considerando as mais diversas fontes de comunicação e respeitando, sobretudo, a diversidade e o movimento cultural vivenciado por docentes e discentes (ANDRADE, 2019, p. 73).

Essa proposta didática discute a necessidade de transformar a cultura escolar colocada como tradicional, e o “uso das TDIC” passando a potencializar os princípios de uma educação rizomática que aparentemente, a priori, está ausente da cultura escolar, tanto quanto as TDICs também estão ausentes. Desta maneira, Andrade (2019), assim como Lopes (2018), defende a potencialidade das TDICs no Ensino de História.

Ainda dentro do portal do ProfHistória foi utilizado uma segunda busca com a palavra-chave “digital”. Como a busca anterior trouxe resultados específicos com o conceito de “tecnologias digitais”, partimos para uma abordagem mais genérica que pudesse captar maiores resultados e perpassar outras pesquisas que não citassem diretamente a combinação de palavras proposta inicialmente (tecnologias + digitais). Portanto, pensando somente na variação dos termos “digital”, “digitais”, “digitalização” e “digitalizados”, optamos por subtrair letras variáveis e fizemos a busca somente com uma palavra-chave reduzida para “digita” (subtraindo o L), facilitando assim a leitura do algoritmo de busca e uma associação maior na pesquisa.

Os resultados para a segunda busca foram superiores em comparação com a primeira, chegando a 95 dissertações (considerando maio de 2023), das quais somente 64 dissertações eram diretamente relacionadas com as tecnologias digitais e o ensino de História, as outras 31 dissertações não corresponderam aos objetivos das discussões pretendidas aqui. Para essa distinção, foi feita a leitura dos 95 títulos e

palavras-chaves das dissertações. Mesmo que a classificação tenha sido realizada com base nas informações contidas no título de cada trabalho, em alguns casos, houve a necessidade de ler o resumo para identificar a relação entre o ensino e as TDCIs nos trabalhos inventariados.

Na segunda busca no portal do ProfHistória foi possível observar que a utilização de palavras-chave mais genéricas ou leves alterações na forma de informar o buscador geraram um aumento exponencial dos resultados. Entre os 64 resultados correspondentes ao objeto de nossa pesquisa, 20 estavam entre aquelas mesmas dissertações que foram geradas na primeira busca em que utilizamos a palavra-chave “tecnologias digitais”.

Levando-se em consideração a soma das duas primeiras buscas e subtraindo os trabalhos duplicados que surgiram, obtivemos um total de 64 dissertações na plataforma do ProfHistória diretamente relacionadas com a temática do ensino de História e as TDCIs. Considerando o total de dissertações no ProfHistória, que pode chegar a quase mil dissertações<sup>8</sup>, percebemos então um valor um pouco maior do que 5% do total dos interesses de pesquisas realizadas neste programa de mestrado profissional concentradas na temática das tecnologias digitais.

Compreendemos que essa questão quantitativa não tem necessariamente correspondência com o teor qualitativo do desenvolvimento destas pesquisas e do potencial da temática. Contudo, dentre estes pesquisadores que trataram do assunto das tecnologias digitais no levantamento relacionado até agora, a maioria deles estavam concentrados no período pós-pandêmico do Coronavírus. Nestes tempos de enfrentamento ao Covid-19, com isolamentos necessários, inevitavelmente as atenções (pois é exatamente disto que se trata) voltaram-se para as tecnologias digitais no ensino.

---

<sup>8</sup> Esse quantitativo foi contabilizado na própria plataforma do programa, levando-se em conta que o instrumento de busca não apresenta filtros e formas de detalhar a pesquisa por palavras-chave. Então a contagem foi feita página por página, manualmente, considerando as publicações até maio de 2023.

Os resultados das primeiras duas buscas no portal do ProfHistória mostraram dissertações com a temática Ensino de História e TDCIs de 2016 a 2022. Por meio dos dados inicialmente levantados, se evidencia que a maior concentração de pesquisas (38 dissertações de um total de 64) foram produzidas nos anos da pandemia, nos anos de 2020, 2021 e 2022. O interesse pelo tema é indicado nos resumos dos trabalhos como refletindo as experiências desses profissionais nas escolas, e é justamente isso que acaba caracterizando a maioria dos trabalhos inseridos no ProfHistória.

Contudo, foi necessário ampliar a busca para além do portal oficial do ProfHistória, onde se observou a omissão ou atraso na atualização das pesquisas do programa. Utilizando-se do EduCAPES, ampliamos para um banco de dados com um conjunto de pesquisas e materiais de diferentes áreas e abordagens, não somente dentro da produção do ProfHistória. Avançar nesse sentido é necessário, pois o conhecimento histórico e o ensino de História não são um domínio somente de historiadores profissionais.

No entanto, no início das buscas com a plataforma do EduCAPES (Plataforma onde também são publicados os trabalhos do ProfHistória), utilizando as palavras-chave digital ou tecnologias digitais, os resultados gerados foram extremamente diversificados e dissociados com o tema da pesquisa, com um volume (dezenas de milhares) que inviabilizaria o avanço de nosso levantamento bibliográfico. Por isso, partiu-se para uma busca pela palavra-chave “ensino de história”, que gerou 2.356 resultados na pesquisa realizada em 8 de junho de 2023, resultados nos quais pudemos ter a viabilidade de analisar, ao menos quantitativamente.

Vale ainda ressaltar que a palavra-chave aqui não foi ensino de História, mas “ensino de história”, isto é, a opção com aspas, delimitando a busca para trabalhos que tivessem a frase, sem fragmentá-la. Se fôssemos fazer uma busca sem as aspas, o resultado total seria de indiscriminados 227.617 trabalhos no EduCAPES.

Foi realizada inicialmente a leitura somente dos títulos dessas 2.356 obras, das quais foram selecionadas somente aquelas que indicavam tratar-se do tema tecnologias digitais e Ensino de História. Para chegar a essa filtragem foi suficiente ler o título dos trabalhos na maioria dos casos, mas quando o título não deixou claro se estava tratando realmente do que nos propomos a pesquisar, o material consultado para se obter mais informações foi o resumo. Esse processo foi o mesmo utilizado nas outras buscas no portal do ProfHistória.

No final da busca, os 2.356 resultados foram reduzidos para 148 trabalhos diretamente relacionados com as tecnologias digitais e o ensino de História. No entanto, em relação às 148 obras desta busca no EduCapes, 57 trabalhos dentre os 64 totais da busca anterior apareceram nesta última busca, somente 7 trabalhos não apareceram nesta busca dentro do EduCAPES.

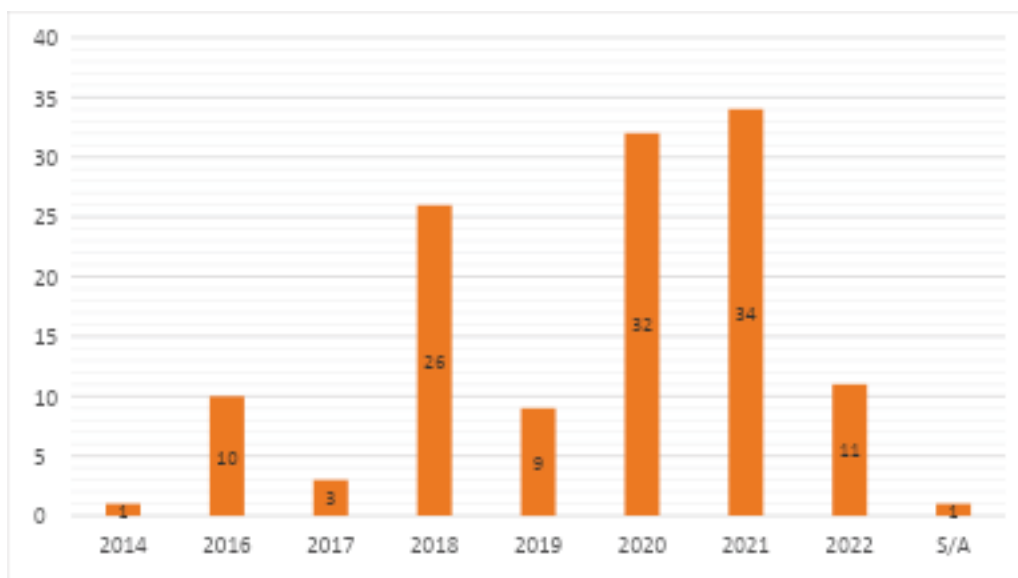
Desta forma, 57 dissertações correspondiam às mesmas já consultadas nas buscas anteriores pelo portal do ProfHistória. Subtraindo os 57 trabalhos duplicados das apurações anteriores, do total de 148, chegamos a um resultado final para esta busca com 91 trabalhos diferentes dos já obtidos nas buscas no portal do ProfHistória. Neste caso encontramos neste montante livros e outros materiais, além das dissertações do próprio ProfHistória, que predominaram na pesquisa sobre a temática.

É interessante observar que a maioria dos trabalhos são oriundos do ProfHistória. Destes 91 trabalhos na última pesquisa, destacaram-se 8 materiais que não eram dissertações do ProfHistória, o que significa que as 83 dissertações restantes se enquadram como pesquisas do programa. Também é oportuno apontar que essas obras não tinham sido contempladas nas buscas realizadas pela própria plataforma do programa. Neste caso, evidenciou-se que as palavras-chaves utilizadas na busca pelo portal limitaram os resultados e foram insuficientes para abarcar as pesquisas que estavam disponibilizadas, trazendo certa ineficiência na primeira busca. Por isso a necessidade do cruzamento de informações entre esses bancos de



dados. Quantificando dentro de uma linha temporal, os trabalhos ficam distribuídos da seguinte maneira entre 2014 e 2022:

Gráfico 1 - Busca no Portal ProfHistória e EduCAPES



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Excluindo os dados repetidos das buscas anteriores, temos 91 resultados novos. Diferentemente das buscas realizadas somente no portal do ProfHistória, os resultados com o EduCAPES apontaram publicações de 2014 sobre a temática das tecnologias digitais e o ensino de História, mas neste caso, não eram do ProfHistória, e sim de uma especialização em Educação.

Os dados obtidos nos permitem observar ainda a discrepância entre as bases de dados consultadas. Este resultado qualitativo, permite observar a necessidade de consulta às diferentes bases de dados para a obtenção do levantamento adequado.

Diante deste cenário e do estado da arte levantado até agora, quais objetos, produtos e abordagens teórico-metodológicas podemos identificar e analisar nas

pesquisas sobre Ensino de História e TDCIs? Através do Iramuteq<sup>9</sup>, passaremos para a próxima parte desta pesquisa a responder essa questão, ainda que brevemente.

### **3. As pesquisas sobre Ensino de História e TDCIs no ProfHistória: objetos, produtos e abordagens teórico-metodológicas**

Em se tratando das dissertações e teses de pós-graduações no Brasil, a maioria das plataformas utilizadas para o levantamento de dados apontaram que o tema ensino de História e TDCIs é predominantemente objeto das dissertações do ProfHistória. Apesar dessa constatação, os dados mostraram que as pesquisas sobre ensino de História e as TDCIs não são exclusividade dos trabalhos do ProfHistória.

Mas, a fim de delimitar um corpus documental para uma análise utilizando o Iramuteq, vamos nos deter nos resumos das dissertações do ProfHistória. Para isso, a partir do levantamento de dados realizado no início desta pesquisa, passamos a utilizar um corpus documental constituído por 149 resumos (textos), onde cada texto utilizado era o resumo de uma pesquisa dissertativa do ProfHistória. Acreditamos que os 149 resumos das dissertações podem fornecer um breve diagnóstico dos trabalhos voltados diretamente para o Ensino de História e TDCIs no ProfHistória.

A primeira análise que iremos destacar é aquela representada na Figura 1, logo abaixo, por meio da AFC (Análise Fatorial de Correspondência), que visa perceber, basicamente, a relação de proximidade (correspondência) entre os termos utilizados dentro dos textos analisados.

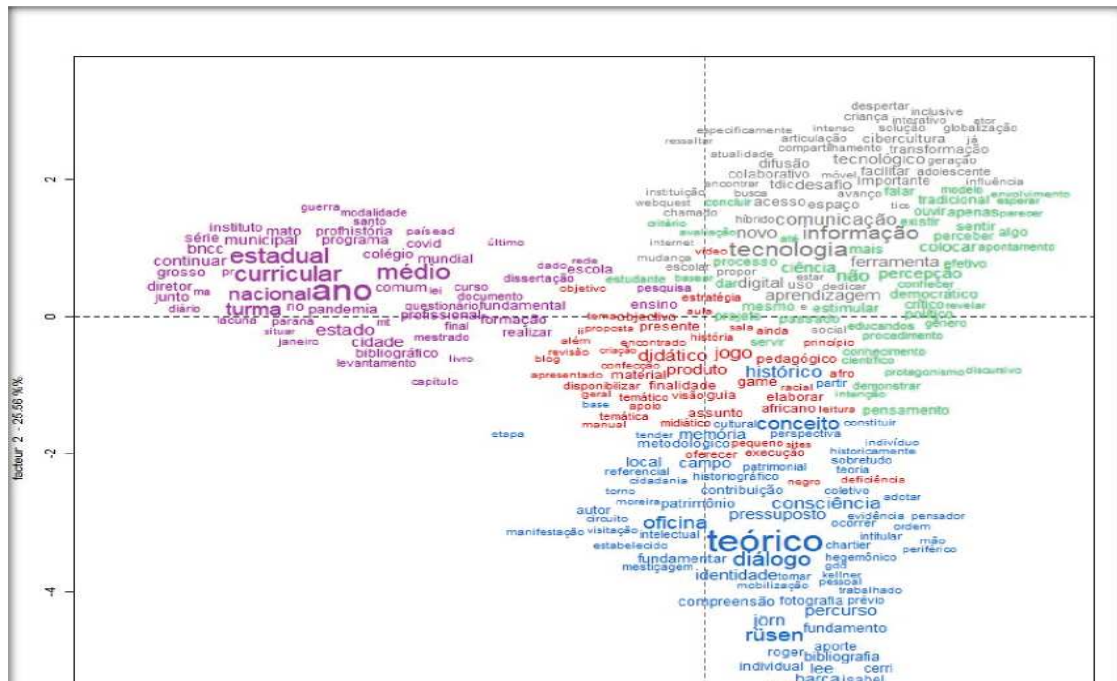
É possível perceber a relação das palavras por meio da classificação por cores na Figura 1. Estes são os seguintes termos com a cor cinza: tecnologia, informação, comunicação, híbrido, ferramentas, digital, tecnológico, cibercultura, solução, TDCI, geração, adolescente, intenso, ator, novo, aprendizagem, etc. Esses termos estão todos correlacionados e próximos na análise realizada, demonstrando a

---

<sup>9</sup> O Iramuteq é um software de análise de discurso desenvolvido pela Universidade de Toulouse na França. O software tem código aberto e uso livre. Link: <https://www.iramuteq.org/>

tendência ou orientação das pesquisas do ProfHistória, e suas preferências ao evocar questões envolvendo as tecnologias. A palavra com maior ocorrência nos textos é tecnologia e informação, que estão próximas à aprendizagem.

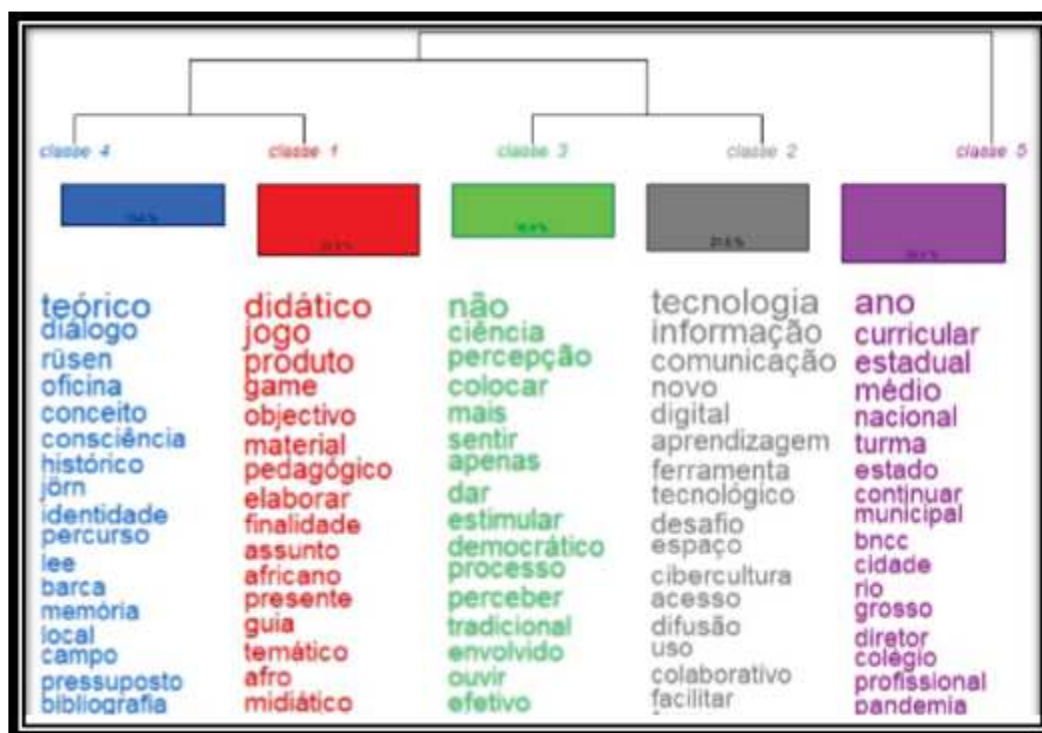
Figure SEQ Figure \\* ARABIC 1 - Análise Fatorial de Correspondência (AFC) com 149 Resumos das dissertações do ProfHistória



A aprendizagem na Figura 1 está bem distante dos termos agrupados na cor rosa, que compreende questões curriculares, BNCC, município, estado e questões que parecem mais formais e burocráticas no processo educativo. E ainda mais distante dos termos agrupados em azul, que parecem corresponder às questões teóricas dos trabalhos do ProfHistória. Rosa, azul e cinza são três classes de agrupamentos de termos facilmente visualizados na Figura 1, que somados ao agrupamento vermelho e verde, completam as 5 classes da AFC.

Na sequência foi realizada a construção de um dendograma, que permite observar as classes de termos presentes nos resumos conforme a Figura 2 abaixo:

Figura 2 - Dendograma dos 149 Resumos das dissertações do ProfHistória no Iramuteq



Na classe Azul, que relaciona termos mais teóricos, é perceptível a correspondência de Rüsen destacada em detrimento de outros teóricos que foram utilizados nas pesquisas do ProfHistória. Isabel Barca e Peter Lee, teóricos do campo de investigação em Educação Histórica também aparecem com maior frequência. Isso demonstra as maiores orientações teóricas dos pesquisadores.

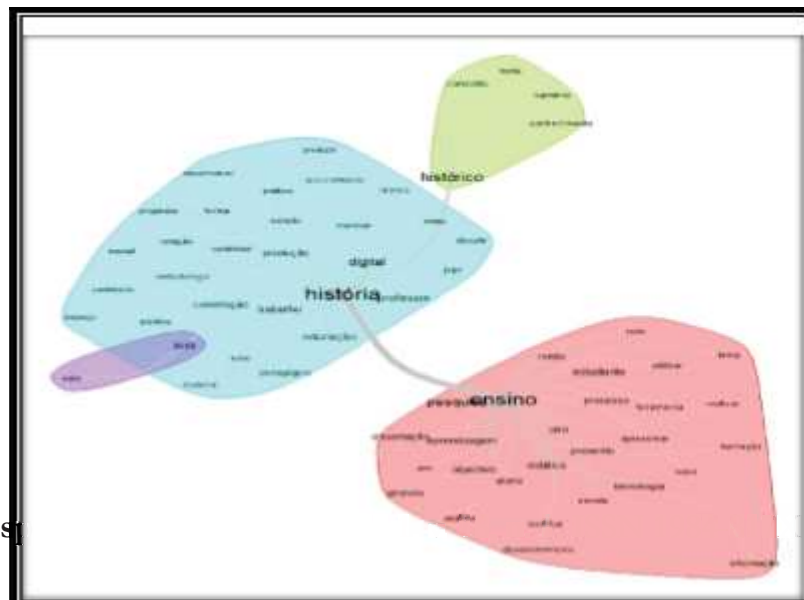
No dendograma, as pesquisas são agrupadas por categorias e organizadas conforme sua relação mais próxima ou distante do núcleo mais importante das ocorrências. A categoria 5, por exemplo, que trata sobre as questões curriculares e escolares, é diretamente vinculada à temática central de todos os resumos analisados.

Em uma terceira etapa da pesquisa com os dados utilizados no *Iramuteq* foi desenvolvida a análise de similitude entre os termos presentes nos resumos. Na construção de similitude foram utilizados somente os termos com frequência de ocorrências de 50 a 562, e dentro destas, retirados os termos que não apresentam sentido para a pesquisa, como: “ao”, “partir”, “também”, “mais”, “como”, etc. As mesmas configurações foram aplicadas na nuvem de palavras. Abaixo é possível observar a nuvem de palavras na Figura 3 e a análise de similitude na Figura 4.

Figure 3 - Nuvem de Palavras dos 149 Resumos das dissertações do ProfHistória



Figura 4 - Análise de Similitude dos 149 Resumos das dissertações do ProfHistória no *Iramuteq*



De qualquer maneira, uma pesquisa mais aprofundada mostrou dados anteriores a 2016/17 (ao contrário daqueles apontados por Tamanini e Souza). E ainda que concordemos que possa ser historicamente incipiente as pesquisas no Brasil sobre o tema, ela não é tão incipiente quanto os autores afirmaram (2018, p. 151). Portanto, diante das lacunas encontradas na pesquisa de Tamanini e Souza consideramos a necessidade de realizar um estado da arte mais abrangente que permitisse a sua análise.

Uma delimitação importante foi a opção por não incluir no corpus da pesquisa os trabalhos sobre música, fotografia, cinema, rádio e TV, ainda que estes estivessem revestidos de uma roupagem digital. Nestes casos, apesar de profícuas, essas pesquisas não foram incluídas pois tratavam-se de discussões predominantemente sobre tecnologias eletrônicas, o que poderá ser levantado em outra pesquisa.

Sobre os trabalhos e pesquisas encontrados no levantamento bibliográfico, Tamanini e Souza demonstraram várias lacunas por meio dos dados que colheram ao se pensar as tecnologias digitais e o Ensino de História, principalmente a necessidade de tratar das tecnologias digitais “a partir não de uma tecnologia específica, mas das tecnologias como um todo, para que, ainda que um tipo mude ou desapareça, a discussão sobre seu uso e papel no ensino de História continue sendo válido.” (2018, p. 155).

Esse entendimento das tecnologias digitais como um todo é que norteou essa pesquisa, e por isso não buscamos fazer um recorte tratando somente de um podcast, Facebook, canal do YouTube, um jogo específico, um streaming, ou qualquer outro artefato tecnológico específico. Compreendemos que existe uma necessidade de discutir e compreender as tecnologias digitais de uma maneira

epistemológica no Ensino de História, e não somente seguindo uma “perspectiva instrumentalista” (Silva, 2020, p. 59). Isto se dá, considerando que pesquisas profundamente epistemológicas possam ser realizadas ao se analisar um artefato tecnológico mais específico, apesar desta não ser a abordagem nesta pesquisa.

No entanto, a maioria dos trabalhos dissertativos levantados fizeram um recorte indo justamente na direção de uma tecnologia específica. As discussões perpassam um otimismo pela tecnologia na educação, e em alguns casos com a assimilação de um discurso entendendo que a utilização das tecnologias digitais iria melhorar a qualidade da educação, numa simples equação de quanto mais tecnologias, mais qualidade no ensino e aprendizagem.

Vitorassi (2018) é um dos autores do levantamento que faz a discussão sobre as tecnologias digitais no sentido de mobilizar as redes sociais e os espaços virtuais para uma discussão política e crítica com os alunos. Neste caso, com a utilização do Facebook e Instagram, Vitorassi (2018) observa a necessidade de o professor de História “fazer parte do universo jovem”, dizendo que:

A influência das tecnologias na vida e cotidiano das pessoas é algo que já está enraizado, por esse motivo é que a integração delas com a educação deve acontecer, elas fazem parte do universo jovem e propõem formas mais integradoras deste universo com o mundo educacional. Além disso, o papel dos professores está em constante modificação, bem como a mediatização das suas práticas, tornando-os produtores de informações e mediadores entre alunos e os meios. Assim como tornaram-se objetos de estudo, as tecnologias podem servir como importantes ferramentas pedagógicas (VITORASSI, 2018, p. 26).

O trabalho de Vitorassi reconhece as mudanças que estão ocorrendo no “cotidiano” dos alunos com o digital. Mas, por outro lado, mantém uma perspectiva instrumentalista das tecnologias digitais e não aprofunda nas implicações desse mundo digital na disciplina de História. Além disso, Vitorassi não pareceu utilizar um suporte teórico para tratar especificamente do digital, enquanto que outros autores o fizeram de maneira clara na pesquisa, como por exemplo, Cláudio Guimarães, que se utilizou de “Roger Chartier (1998), com a Revolução Digital; Pierre Lévy (1999), com Cibercultura; Milad Doueihi (2010), com a Conversão

**Revista Espacialidades** [online]. 2022.1, v. 18, n. 1, ISSN 1984-817X [80]

Digital e Maria Elizabeth de Almeida e Maria da Graça Moreira da Silva (2011), com o web currículo [...]” (Guimarães, 2020, p. 22).

Analisando o dendrograma na figura 2, foi possível observar alguns resultados. O primeiro deles está relacionado aos pressupostos teórico-metodológicos das pesquisas. Observamos o predomínio das referências relacionadas à Didática da História (Jorn Rusen) e ao campo de investigação da Educação Histórica (Isabel Barca e Peter Lee). Em menor grau identificamos o campo da História Cultural com a presença de Roger Chartier. Este resultado nos permite observar que, por mais que tenhamos diferentes campos que tratam da relação entre o digital e a História, como: História Digital, Historiografia Digital e a História Pública Digital (apenas para citar alguns), estes ainda não aparecem na análise realizada.

Diferentemente de Guimarães (2020), muitas das pesquisas e dissertações levantadas não apresentavam o referencial teórico em seus resumos e palavras-chave. Tomando como base a segunda busca realizada anteriormente no portal do ProfHistória, onde havíamos obtido 64 resultados, em 26 dissertações não foi possível identificar a base teórica das pesquisas, mesmo com a leitura dos resumos e sumários. Além disso, e na maioria dos casos, a orientação teórica não correspondia àquelas que problematizam diretamente o mundo digital no conhecimento histórico.

Essa ausência de clareza demonstra uma possível necessidade de discutir com maior embasamento teórico a questão das tecnologias digitais nas pesquisas sobre o Ensino de História. A partir da análise das dissertações indicamos como hipótese que talvez haja dificuldades de se materializar nas pesquisas uma linha de estudos onde existam referenciais teóricos para tratar do digital na História, como uma linha da História Digital.

#### **4. Considerações Finais**



Realizamos neste estudo um levantamento bibliográfico dos trabalhos acadêmicos realizados sobre o Ensino de História e as TDCIs. Justificamos este interesse pelas lacunas nos estudos semelhantes, como aquele desenvolvido por Souza e Tamanini (2018).

O primeiro resultado observado no levantamento realizado, foi a prevalência das pesquisas do ProfHistória. Dentre os 166 trabalhos de pesquisa identificados na última busca realizada, 149 são de dissertações do ProfHistória. Dessa forma, optamos por analisar as 149 dissertações representadas pelos seus resumos. Construímos o corpus documental e utilizamos o software Iramuteq nas análises fatoriais e de similitude. A primeira permitiu a construção das figuras 1 e 2, que apresentam a AFC e o dendrograma proveniente desta análise. A segunda, possibilitou a construção das figuras 3 e 4, que correspondem a nuvem de palavras e a análise de similitude proveniente dela.

A Análise Fatorial de Correspondência (AFC) nos permitiu observar a presença de cinco classes de palavras ou termos que apareceram nos resumos. A Classe 4 (azul) está relacionada aos pressupostos teórico-metodológicos das pesquisas analisadas. A Classe 1 (vermelha) está relacionada aos procedimentos didáticos das pesquisas analisadas. A Classe 3 (verde) está relacionada aos resultados esperados, que envolvem a compreensão do conhecimento histórico enquanto ciência e a possibilidade de um incremento na cultura democrática dos estudantes. A Classe 2 (cinza) está diretamente relacionada à questão das TICs e do potencial destas para a aprendizagem histórica dos estudantes, enquanto a Classe 5 (roxa) está ligada às questões que envolvem a pesquisa como: turma, ano, série, escola.

Em relação aos objetos de estudo identificamos a presença de diferentes artefatos tecnológicos pensados na interface com a aprendizagem histórica dos estudantes. Neste caso, identificamos ainda a presença de um “discurso otimista” acerca da implementação dos artefatos tecnológicos no ensino de História. Os produtos identificados foram jogos, games, materiais didáticos, guias e estratégias

didáticas. Por fim, observamos a lacuna em relação às metodologias adotadas nas pesquisas, que em sua maioria, não são indicadas nos resumos. A AFC permite apenas observar a presença do termo oficina, que na interpretação dos dados esteve relacionado a metodologia da Aula-Oficina desenvolvida pela pesquisadora portuguesa Isabel Barca. Os resultados permitem observar algumas lacunas e possibilidades de pesquisas futuras.

Consideramos a necessidade de observar de forma mais aprofundada nos trabalhos, se o tratamento dado do digital, inclui a análise da sua natureza e as suas implicações epistemológicas. Essa análise nos parece importante por considerarmos que as pesquisas em Ensino de História e TDCIs devem promover o diálogo interdisciplinar entre a História, a Comunicação, a Sociologia e a Filosofia.

Outra possibilidade aberta pelo estado da arte realizada diz respeito a compreensão das metodologias utilizadas nas pesquisas, que não estão presentes nos resumos dos trabalhos. A pesquisa pode nos fornecer um quadro mais amplo das formas como o digital tem sido pensado no Ensino de História.

Por fim, consideramos que o estado da arte nos permitiu evidenciar o aumento do número de estudos sobre Ensino de História e TDCIs. Como hipótese, identificamos a pandemia COVID-19 enquanto elemento propulsor deste interesse, demonstrando a capilaridade da relação entre o ProfHistória e as demandas docentes advindas do “chão da escola”.

Dessa forma, pensamos ter aberto uma janela para o campo do Ensino de História ao analisarmos os estudos provenientes do ProfHistória que tem como objeto a relação deste ensino com as TDCIs. Contudo, entendemos que outras janelas e portas podem ser abertas com o aprofundamento dos estudos de tipo estado da arte, que possibilitem uma visão mais ampla desta temática de estudo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fabiano Viana. **Cultura escolar e cultura digital: o desafio do Ensino de História na rede pública estadual do RJ**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. 67 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

COSTA, M. A. F. **Ensino de história e historiografia escolar digital**. Curitiba: CRV, 2021. 212p.

COSTA, Marcella Albaine Farias; FRANCO, Alécia Pádua. Cultura digital e ensino de História: diferentes abordagens e metodologias. In: ANDRADE, Juliana Alves; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. Ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021. p. 327-345.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **A importância das novas tecnologias no Ensino de História**. In: *Universa*. Brasília, n. 1, fevereiro de 1999.  
FIGUEIREDO, Luciano. História e informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GUIMARÃES, Claudio Santos Pinto. **Aulas de História nas nuvens: os nós de ensinar História com o Google for Education no Ensino Médio**. Dissertação (Mestrado Profissional), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, Cristiano Gomes. **O Ensino de História na palma da mão: o WhatsApp como extensão da sala de aula**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Tocantins (UFT). Araguaína/TO. 2016.

LUCCHESI, Anita. **Digital history e Storiografia digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente (2001-2011)**. Dissertação (Mestrado em História Comparada), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MARINO, Ian Kisil; NICODEMO, Thiago Lima; ROTA, Alesson Ramon (Orgs.). **Caminhos da história digital no Brasil**. 1. Ed. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

MORAES, Daniela Martins de Menezes. **Ensinar e aprender História nas redes sociais online: possibilidades e desafios para o espaço escolar**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

PEREIRA, Mateus H. F. **Lembrança do presente: Ensaio sobre a condição histórica na era da internet.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SALOMÓN, Said Lucas de Oliveria. **Buenas América Latina Digital: o Ensino de História da América Latina e os atravessamentos da cultura digital na sala de aula.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, Jorge Everaldo Pittan da. **Ensino Híbrido: Possíveis contribuições para a qualificação do Ensino de História no Ensino Médio.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História em Rede Nacional, RS, 2016.

SOUZA, Maria do Socorro; TAMANINI, Paulo Augusto. **As tecnologias digitais no ensino de história no brasil. Um mapeamento das pesquisas acadêmicas.** Redoc, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 141-158, set/dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/redoc.2018.36814>, acesso em 06 de setembro de 2022.

VITORASSI, Silvia. **História para Quê(m)?: Ensinar História e Política na era das Redes Sociais.** Dissertação de Mestrado (Ensino de História). Universidade do Estado de Santa Catarina, 2018. 144 p.

# OS LIMITES ENTRE A HISTÓRIA PÚBLICA E A HISTÓRIA DIGITAL:

## O Tik Tok E Os Horizontes Possíveis

João Pedro Ferreira da Silva<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 23/ 05/ 2024

Artigo aceito em: 26/ 08/ 2024

**RESUMO:** O presente trabalho visa problematizar a produção de História para a internet, especialmente na plataforma Tiktok, refletindo sobre qual o papel da História Pública na descentralização das narrativas sobre o passado de espaços acadêmicos e escolares. Visando compreender a complexidade das redes e do processo de plataformização, pelo qual passamos no atual estágio do capitalismo (CESARINO, 2022), propomos a adoção dos Mapas das Mediações Comunicativas da Cultura, elaboradas por Martin Barbero (1997). Esta metodologia passa pela análise da complexidade de interações entre os diversos agentes culturais, a circulação de informações e a construção de significados culturais. Discorrendo sobre essa totalidade de produção desses conteúdos, apontamos algumas demarcações historiográficas e tecnológicas como centrais para a compreensão desse novo formato de divulgação da História, seus limites e consequentemente qual o papel da disciplina para pensar horizontes de superação.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Pública; Temporalidade; Neoliberalismo; Plataformas; Redes Sociais.

THE LIMITS BETWEEN PUBLIC HISTORY AND DIGITAL HISTORY:

TIK TOK AND POSSIBLE HORIZONS

**ABSTRACT:** This work aims to problematize the production of History for the internet, especially on the Tiktok platform, reflecting on the role of Public History in the decentralization of narratives about the past in academic and school spaces. Aiming to understand the complexity of the networks and the platformization process we are undergoing in the current stage of capitalism (CESARINO, 2022), we propose to adopt

the Maps of Communicative Mediations of Culture, developed by Martin Barbero (1997). This methodology proceeds through the analysis of the complexity of interactions among

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História na mesma instituição. É membro do grupo de pesquisa “Por uma História do Crível”, coordenado pelo Prof. Dr. Kleiton de Sousa Moraes (UFC); Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9118617619473975>; Bolsista CAPES; E-mail: [joaoferreira.ufc@gmail.com](mailto:joaoferreira.ufc@gmail.com).

various cultural agents, the circulation of information, and the construction of cultural meanings. Discussing this totality of production of these contents, we point out some historiographical and technological demarcations as central to understanding this new format for disseminating History, its limits and consequently the role of the discipline in thinking about horizons of overcoming.

**KEYWORDS:** Public History; Temporality; Neoliberalism; Platforms; Social media.

## 1. Introdução

Para o bem ou para o mal, é possível afirmar que os desenvolvimentos tecnológicos do mundo pós-guerras sempre estiveram perturbando e povoando o imaginário social. A rede mundial de computadores significava, no início do século, a possibilidade de pôr o mundo todo em diálogo, encurtando distâncias e ruídos na comunicação, aproximando pessoas com interesses em comum e colocando-as em contato umas com as outras (Kirkpatrick, 2011). O mundo do trabalho e o labor doméstico seriam ainda mais dinamizados garantido mais tempo livre, de modo que pudéssemos destinar atenção à família, ao ócio ou lazer coletivo e divertimento individual.

Ainda nos anos 2000, a febre das redes sociais chegava ao Vale do Silício<sup>2</sup>, trazendo a expectativa de ser um empreendimento de grande retorno lucrativo. As expectativas eram bastante altas, não só com o lucro, mas com o desejo de dar aos usuários espaços nos quais poderiam se sentir à vontade para expressar suas ideias e opiniões. Com o desenvolvimento dos smartphones, os usos das redes sociais e seus aplicativos tomariam uma proporção ainda maior, uma realidade a ser cada vez mais explorada (Kirkpatrick, 2011). Um reflexo desse movimento, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, em 2022, 161,6 milhões de brasileiros com 10 anos ou mais utilizaram a Internet, 98,9% por aparelhos móveis (Belandi, 2023).

---

<sup>2</sup> O Vale do Silício, situado ao sul de São Francisco, na Califórnia, Estados Unidos, é o lar de inúmeras startups e gigantes globais da tecnologia. Empresas renomadas como Apple, Meta e Google estão entre as mais proeminentes. Além disso, a região abriga instituições voltadas para a tecnologia, muitas das quais estão localizadas próximas à Universidade Stanford, em Palo Alto. Foi financiado, principalmente, por investimentos do Estado estadunidense desde a Segunda Guerra Mundial (AVELINO, 2021).

Apesar dos inúmeros benefícios e facilidades possibilitados pela tecnologia, seus usos são perpassados por contradições. Em um curto período de tempo grandes corporações de tecnologia, como a Google, Amazon, Meta, Apple e Microsoft (GAFAM) se utilizam do seu oligopólio para lucrar das mais diversas maneiras, desde a venda de audiência (Boloño; Vieira, 2014; Dantas; Raulino, 2020), anúncios das mais diversas mercadorias e mão de obra precarizada como no caso da Amazon e Apple (Schmidt, 2021). Com isso, o conceito de Capitalismo de Plataforma surgiu como uma maneira de apreender o funcionamento do capital nos dias atuais. De acordo com Grohmann (2021, p. 13) esse modelo é a “[...] materialização e consequência de um processo histórico que mistura capitalismo rentista, ideologia do Vale do Silício, extração contínua de dados e gestão neoliberal”. Logo, mesmo tendo uma existência “própria” no mundo digital, as plataformas estão em direta correlação e dependência com a realidade material, dimensões culturais e produtivas.

Esse processo de transformação foi sendo possível mediante a evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) ao longo do tempo, alicerces fundamentais para a sustentação da cibercultura<sup>3</sup>. De acordo com Lévy (1999, 17), a cultura comunicativa na qual estamos inseridos pode ser definida como “o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga [...]”. Em meio a tudo isso, rapidamente as tecnologias demonstraram ter seus méritos com relação ao ensino. Graças a internet, a pesquisa e produção científica se tornaram dinamizados, juntamente com a divulgação dos mais variados conteúdos sobre história.

Nesse sentido, a História Pública surge com a proposta de descentralizar dos espaços acadêmicos e escolares as narrativas históricas (Carvalho, 2016). Entretanto, analisar esses conteúdos significa reconhecer que, ao ser produzida, esses materiais vão conservar elementos de um tempo e lugar socialmente determinado (Certeau, 2010).

---

<sup>3</sup> “As tecnologias digitais surgiram, então, como uma infra-estrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e transação, mas também um novo mercado da informação e do conhecimento” (LÉVY, 1999, p. 32).

Apesar de democratizar certos debates como questões referentes a raça e gênero, um potencial inegável de plataformas como o Facebook e Tik Tok, é importante olharmos não só para o aspecto quantitativo - quantas pessoas são alcançadas -, mas qualitativo desses conteúdos.

É certo que o historiador ampliou de forma considerável suas formas de escrever e contar o passado. De acordo com Gaddis (2003), o ofício do historiador pode ser entendido, de certa forma, como uma máquina do tempo, pois uma vez que temos o “privilégio” do distanciamento, passamos a construir constantemente sentidos para o passado. Seleccionamos recortes espaço-temporais, interpretamos documentações — lhe atribuindo significações —, deciframos diferenças e conceitos no tempo de modo a provocar o presente, tudo isso em busca de construir uma “paisagem” sobre o passado.

Quando pensamos o passado como uma paisagem, a história é o modo pelo qual a representamos, e é este ato de representação que nos diferencia do familiar, deixando-nos vivenciar através de outrem o que não podemos experimentar diretamente: uma visão mais ampla (GADDIS, 2003, p. 19).

Mesmo tendo o tempo como objeto de análise, em especial o passado, isso não significa dizer que o historiador tem o monopólio sobre esse recorte temporal. Dessa forma, tornou-se fulcral ampliar a atuação do historiador para além dos muros escolares e universitários. A internet, juntamente com as redes sociais, por todos os elementos apontados acima, se mostraram essenciais nessa disputa por ocupação de espaços e assim compartilhar informações sobre o passado. Com isso, é necessário reconhecer que a produção de vídeos sobre História para o Tik Tok, nosso foco de análise, é perpassada por várias complexidades que devem ser analisadas a partir da própria estrutura e funcionamento dessas redes (Casarino, 2022).

Visando compreender a complexidade de plataformização pelo qual passamos no atual estágio do capitalismo, propomos assumir a metodologia dos Mapas das Mediações Comunicativas da Cultura, elaboradas por Martin Barbero (1997), afinal não podemos esquecer que a produção de conteúdo de História para as redes é, antes de tudo, uma prática comunicativa. De acordo com o autor, a comunicação não pode ser entendida de



forma isolada, mas em relação com toda a totalidade social, perpassando as questões políticas, econômicas e culturais de um tempo.

Nos cabe então fazer uma leitura a contrapelo, como proposto por Benjamin (1996), sobre os impactos da internet nas produções de passados, para além do simples olhar sobre a tecnologia e a aparente democratização da disciplina. Assim, a problematização do presente trabalho visa de assimilar as contradições e características presentes nessa forma de produção da história, quais são seus limites e, conseqüentemente, apontar propostas de superação de entraves éticos existentes, salientando o potencial imaginativo da História, acentuado por Galindo Cáceres (1997).

## 2. A história pública na internet

O Tik Tok é uma plataforma que funciona a partir da divulgação e compartilhamento de vídeos curtos. Seu sucesso repentino se deu em função do seu poderoso algoritmo que muito rapidamente compreende e entende o que os usuários gostam de consumir direcionando indicação de outros conteúdos com a mesma temática, o que conseqüentemente faz com que passemos mais tempo na plataforma. Apesar de não ser uma novidade da era da plataformização, a economia da atenção<sup>4</sup> ganhou novos contornos em nível de eficiência com as redes sociais e os avanços tecnológicos como, por exemplo, os smartphones (Casarino, 2022). Com isso, muitos historiadores perceberam a possibilidade de ampliação de sua atuação na produção de vídeos para a rede social se aventurando no universo da História Pública.

Produzir História para além dos muros da universidade não é exatamente uma novidade. Existem registros da escrita historiográfica voltada para o grande público e disseminada, muitas vezes com interesses políticos, desde o século XIX (Araújo, 2015), além de amplos debates sobre o que significa atuar “publicamente” com a História, desde o trabalho em museus, consultorias de filmes ou novelas, por exemplo, até a escrita e

---

<sup>4</sup> Em conceito significa que a estrutura das plataformas digitais são projetadas para reter a atenção dos usuários, enquanto uma estrutura lucrativa. Quanto mais tempo permanecemos em uma determinada rede, mais renda a plataforma ganha com a venda e exibição de anúncios. Por isso os produtores de conteúdo são importantes, pois são eles que garantem entretenimento para que o usuário permaneça nas redes. (Silva, 2023).

produção historiográfica de atores políticos do passado, como as biografias (Carvalho, 2016). Mas só recentemente se começou a usar o termo “História Pública” para se referir aqueles sujeitos, historiadores ou não, que buscam aproximar o grande público da História, por meio de produção e disseminação de conteúdos sobre o passado em espaços como rádio, revistas, televisão, internet, livros, entre outros.

Ainda de acordo com Carvalho (2016), a internet pode contribuir com a História em pelo menos três caminhos: divulgação científica, colaboração popular e pelo fato das próprias redes serem um fenômeno histórico. Com isso em mente, é possível encontrar diversos produtores de conteúdo histórico na internet, tanto em um viés educativo ou de entretenimento, cujo objetivo é trazer curiosidades sobre o passado. Escolhemos como foco de análise principalmente os vídeos presentes no Tik Tok. A plataforma se tornou bastante conhecida no Brasil em meados de 2018, com o diferencial dos seus algoritmos, como já mencionado, mas também a grande facilidade de edição e filtros presentes no próprio aplicativo (Stockel-Walker, 2022). O Tik Tok se mostrou bastante poderoso em sua capacidade de viralizar “*trends*” - algo como o assunto do momento, ou tendência -, contribuindo com uma certa ilusão<sup>5</sup> de que qualquer pessoa poderia ter fama dentro rede social, bastando apenas reproduzir “modinhas” que se tornam virais e assim angariar seguidores (Dugnani, 2024).

Retornando aos vídeos ligados à história, as redes sociais abriram diversas possibilidades com relação às formas de se narrar e alcançar o público. Redes sociais como o Tik Tok se revelaram uma oportunidade de ganhar a vida com o “passado”, para além das salas de aulas e pesquisas na academia, espaços cada vez mais sucateados e desvalorizados. Uma vez que será comentado, mais a frente, sobre as condições de produção dos vídeos presentes no Tik Tok, é interessante pontuar, mesmo que sinteticamente, sobre o perfil geral desses *tiktokers*. Existe uma infinidade de criadores de conteúdo históricos na plataforma, Greicy Cristina (“curiosamoda”), Tawany Rocha

---

<sup>5</sup> De acordo com Stokel-Walker (2022), apesar da dinâmica de distribuição de conteúdos do Tik Tok ser diferente de outras redes sociais, já que não é necessário que o usuário siga os perfis para ter acesso aos vídeos, mas estes são indicados pelos algoritmos conforme o histórico de consumo, também é um equívoco dizer que a plataforma seria mais democrática já que o algoritmo também considera a qualidade e a interação nos vídeos antes de impulsioná-los para outros usuários.

(“Locurasdahistória”), Odir Fontoura, João Pedro Rangel (“Operação barbarussa”), “HistóriaNoPaint”, Débora Aladim, “Prof Danilo do História e Tu”, “Goledehistória”, para citar alguns. Em sua maioria, os perfis chegam a ter uma média de 100 a 800 mil seguidores - Débora Aladim é a única que destoa desse número com mais de dois milhões de seguidores.

Quanto à formação profissional, não há um padrão. Existem aqueles graduados em instituições privadas, públicas, mestres, doutores e especializados. Há também aqueles que não têm nenhuma formação na área, como Greicy Cristina (“curiosamoda”), que argumenta que seu conteúdo se dá pelo apego afetivo à disciplina. Os motivos que os levaram a produzir vídeos para o Tik Tok também são bastante variados, desde a divulgação científica, compartilhar curiosidades, conteúdos engraçados (memes), redublagens de filmes ou paródias históricas. Esses *creators* não seguem uma temática em específico, e costumam falar dos mais variados assuntos vinculados a disciplina. Apesar de ser uma plataforma de entretenimento, muitos desses *tiktokers* argumentam que seu conteúdo também se categoriza como pedagógico<sup>6</sup>.

Por exemplo, a estudante de História, Tawany Rocha, do perfil Loucuras da História<sup>7</sup>, que conta com mais de 870 mil seguidores, fez um vídeo de pouco mais de um minuto, em que faz perguntas sobre a História do Brasil. Suas perguntas, de carácter bastante factual - De quem a princesa Isabel é filha?, por exemplo - são colocadas ali na tentativa de questionar os seguidores sobre seus conhecimentos do passado. Além dos “quiz surpresa” e de outros conteúdos, que aparece em sua *timeline*, a estudante também conta com “quadros” especiais como “Origens Histórias” e “Cozinhando Histórias”, no qual comenta sobre as origens de receitas brasileiras. Outro perfil bastante popular é o de

---

<sup>6</sup> A plataforma até mesmo conta com incentivos à produção de conteúdo educacional dentro da rede social, como premiações anuais para o “professor do ano”. Disponível em: <https://newsroom.tiktok.com/pt-br/tiktok-awards-2023-celebra-sonhos>. Acesso: 24/07/2024

<sup>7</sup> No caso de Tawany sua primeira formação é em Administração, só adentrando ao curso de licenciatura em História no ano de 2020, na Estácio, um ano antes de começar seus perfis nas redes sociais, de acordo com as informações presentes no seu LinkedIn. Além do perfil focado em História, a produtora de conteúdo oferece um curso, pago, sobre como crescer e fazer sucesso nas redes.

Gracy Cristina, produtora do Curiosamoda<sup>8</sup> - título escolhido por conta sua fascinação e admiração de Gracy pela História da Moda. Seu foco é principalmente conteúdos voltados para a História Moderna e Contemporânea, especificamente sobre a vida e curiosidades da nobreza europeia e brasileira. Logo, ensino e entretenimento se mesclam e se confundem constantemente na plataforma — o que pode ser uma disfunção temporal, já que diversão e aprendizagem acontecem em tempos diferentes. Uma vez que esses conceitos se confrontam na plataforma, é necessário estabelecer, brevemente, o que entendemos por ensino de história.

O campo da historiografia se modificou bastante, desde o seu desenvolvimento no século XIX até os dias de hoje. Sabe-se que o ofício historiográfico não passa mais por simplesmente narrar fatos, datas e eventos memoráveis, mas perpassa vários outros prismas como os sentidos atribuídos ao tempo, as tensões que existem ao interpretarmos o passado com questionamentos do presente (Cassiere, 2012), entre outros aspectos mencionados durante a introdução. Ainda sim, é curioso observar como “[...] o relato ‘daquilo que aconteceu’ desapareceu na história científica (para, em contrapartida, aparecer na história vulgarizada)” (Certeau, 2010, p. 53). Logo, mesmo com todas essas transformações no aspecto científico, a cultura escolar e midiática ainda reproduz uma forma bastante específica de história.

Ao analisar o conteúdo sobre os bandeirantes do livro didático da Coleção *Piatã*, de 2015, por exemplo - bastante recente considerando as mudanças metodológicas da historiografia nos espaços de produção acadêmica desde o século passado (Gaddis, 2003) -, ainda é possível encontrar uma história voltada ao fato, “como pudemos perceber nessa narrativa, o texto principal apresenta uma perspectiva cronológica e descritiva, a qual abarca os principais eventos e datas referentes à temática bandeirante.” (Gonçalves, Coelho, Coelho, 2022, p. 20). Com relação ao currículo escolar, a organização linear ainda é tida como uma diretriz “natural” do tempo (Ávila, 2016; Bittencourt, 2021).

---

<sup>8</sup> Formada em Moda e oferece cursos de Empreendedorismo Digital no YouTube. Atualmente a Tiktoker conta com um perfil paralelo, específico para curiosidades sobre o cristianismo, o Curiosa Bíblia. Gracy Cristina não conta com formação em História.

Posto isso, buscando se distanciar dessas condutas enraizadas sobre a disciplina, o que significa ensinar história? A nosso ver, existem duas formas de responder a esse questionamento. Uma vez que a história não é socializada apenas em sala de aula, é vital que o historiador/professor ensine aos seus alunos a pensar historiograficamente. Ou seja, para além de estudar os conteúdos, é central inseri-los em debates sobre como chegamos a determinadas conclusões, como se produz, como atuamos no tempo, e a incubência da imaginação histórica. Em concordância com Cerri (2011, p 66), podemos afirmar que a centralidade do ensino de história está na “capacidade de entender e posicionar-se diante de visões de mundo, de explicações gerais ou fragmentárias sobre a sociedade, que utilizam conhecimentos sobre o tempo”. O segundo aspecto se relaciona a capacidade dos estudantes se verem como sujeitos de ação. Nesse sentido,

O estudo das sociedades de outros tempos e lugares pode possibilitar a constituição da própria *identidade coletiva* na qual o cidadão comum está inserido, à medida que introduz o conhecimento sobre a dimensão do “outro”, de uma “outra sociedade”, “outros valores e mitos”, de diferentes momentos históricos. Identidade e diferença se complementam para a compreensão do que é ser cidadão e suas reais possibilidades de ação política e de autonomia intelectual no mundo da globalização [...] (BITTENCOURT, 2021, p. 27, grifo nosso).

Uma vez estabelecido o que se concebe aqui por ensino de história, é profícuo definir entretenimento. De acordo com Dugnani (2024), a área passou a ser englobada pela comunicação como estratégia para tornar mais eficiente os meios de comunicação em massa juntamente com a conquista de audiência. Ainda conforme o autor,

O entretenimento, na verdade, cumpre uma dupla função no sentido de reforçar a alienação através dos usos dos meios de comunicação: uma função prática e uma função ideológica. A primeira função prática, é o entretenimento, por sugerir um processo prazeroso de divertimento, acaba por atrair o interesse do público, que busca na comunicação, também, uma forma de distração. [...] A segunda função, é mais perversa, pois no momento do entretenimento, o indivíduo se distraia e está mais sujeito a ser influenciado por todo tipo de informação [...], quando o senso crítico do indivíduo, está diluído pela distração causada por esse momento de relaxamento (DUGNANI, 2024, p. 59).

Dessa maneira, considerando que redes sociais como o Tik Tok são direcionadas para o divertimento e distração por meio do consumo de vídeos, podemos categorizá-lo como um produto de entretenimento. Entretanto, uma vez que essas plataformas têm uma lógica bastante complexa, ainda mais quando os próprios usuários são responsáveis por alimentar a rede e não uma emissora ou estúdio - como filmes e programas de TV -, esses objetivos podem ser subvertidos. É assim que, mesmo vídeos de teor recreativo podem ser utilizados por *tiktokers* historiadores como uma forma de disputar a atenção de jovens, utilizando os “códigos” da redes para, de acordo com eles, ensinar e socializar informações sobre a disciplina.

Mas apesar de toda a perspectiva positiva sobre o papel desses influenciadores com relação à “democratização” da história, é mais do que necessário reforçarmos o olhar para esse espaço de maneira crítica, reconhecendo que as redes sociais também evidenciam limitações cujos impactos podem ser adversos a longo prazo. Afinal, se qualquer pessoa sente-se legitimada a falar do passado na internet, em que bases podemos sustentar a cientificidade do ofício do historiador ou seu caráter ético? Como colocado por Silva (2009, p. 237):

A história se tornou um produto cobiçado, não somente de legitimação, mas mercadoria simbólica vendida em bancas de jornal. Produto que desencadeou a corrida de uma série de novos produtores, ou “fazedores” de História. [...] vender o passado tornou-se uma atividade estimulante, pois o interesse obsessivo por ele levou a uma verdadeira profusão da distribuição de olhas e produtos que incentivaram e alimentam uma sede de história em nosso cotidiano.

Desse modo, é necessário investigar os elementos que compõem a produção da história para as redes sociais. Esses ambientes digitais, assim como qualquer outro espaço social, são perpassados por aspectos de caráter material e discursivo, mas direcionados para uma forma de produção em massa, logo:

O desafio apresentado pela indústria cultural aparece com toda a sua densidade no cruzamento dessas duas linhas de renovação - que inscrevem a questão cultural no interior do político e a comunicação, na cultura. [...] Elas não podem ser políticas à parte, já que o que acontece culturalmente com as massas é fundamental para a democracia [...] (MARTIN BARBERO, 1997 p. 287).

Observando os vídeos que são produzidos para o Tik tok, devemos ter em mente que essas formas narrativas também estão, em sua maioria, fundamentadas em um viés positivista, ou porque não dizer metódica<sup>9</sup>, um aspecto cultural que independe dos espaços virtuais, como mencionado acima, mas que são conservados virtualmente de diferentes maneiras. Como apontado por Galindo Cáceres (1997, p. 32, tradução nossa):

[...] existe uma tendência de configurar versões únicas classificadas como verdadeiras ou próximas da verdade; seria um caos se várias tivessem o mesmo status; Só pode haver uma, a busca é a versão definitiva, mesmo nos intelectuais mais humildes e processuais.<sup>10</sup>

Quando assistimos ao vídeo do CuriosaModa sobre a Rainha Elizabeth I<sup>11</sup>, por exemplo, é muito presente a preocupação em trazer como protagonista figuras históricas “memoráveis” - geralmente europeus -, datas, fatos ou eventos, mas sem as devidas problematizações. Assim, o que é proposto por Galindo Cáceres é uma relativização, mas a crítica de como ainda olhamos o passado a partir de recortes bem específicos e estabelecidos, não dialogando com as pluralidades possíveis. Mesmo que existam conteúdos que fogem da norma eurocêntrica, trazendo abordagens e temáticas de grupos excluídos (mulheres, raça, LGBTQIAP+, indígenas e etc.), ainda se preservam limitações narrativas.

Além disso, existe uma relação entre esses sistemas produtivos, delimitado pelas redes, e as lógicas de uso mediado pelos gêneros “que articulam narrativamente as serialidades, constituem uma mediação fundamental entre às lógicas do sistema produtivo e as do sistema de consumo, entre a do formato e a dos modos de ler, dos usos” (Martín Barbero, 1997, p. 299). Com “gênero” queremos nos referir à existência, mesmo que implícita, tanto de uma expectativa do receptor sobre o que vai consumir e uma intencionalidade do autor que nesse caso são os *tiktokers*. Logo, o "gênero" da

---

<sup>9</sup> A Escola Metódica, desenvolvida na França, tinha como objetivo garantir a historiografia uma fundamentação científica de orientação positivista. Para essa escola, a história possuía uma verdade objetiva, e o papel do historiador era apenas narrar os fatos de forma estática.

<sup>10</sup> “existe una tendencia a configurar versiones únicas calificadas de verdaderas o próximas a la verdad, sería un caos que varias tuvieran el mismo estatus; sólo puede haber una, la búsqueda es la versión definitiva, aún en los intelectuales más humildes y de mentalidad procesual.” (GALINDO CÁRCERE, 1997, p. 32).

<sup>11</sup> Disponível em: [Virgem de taubaté](#). Acesso em: 23/07/2024.

história nas redes, quase sempre, parte de uma concepção da História apenas como fato/passado, tendo se tornado senso comum.

A título de exemplo, olhemos novamente para Gracy Cristina. Em um perfil encontramos o vídeo “Luis Vitor da Áustria: O cunhado gay de Sissi”<sup>12</sup>. Aqui, em menos de 3 minutos, somos apresentados ao filho mais novo da arquiduquesa Sofia. A tiktoker fala do seu nascimento, sua família e seus supostos interesses como arte e arquitetura, diferente dos irmãos que se identificavam com guerras e exército. Qual a veracidade dessa narrativa? Não sabemos, afinal quase nunca os criadores de conteúdos trazem suas fontes. O que percebemos é que, apesar de ser um recorte “progressista”, a forma, ou o “gênero”, como dito acima, de se narrar é construído a partir da factualidade, como se afirmação do que aconteceu por meio de datas, acontecimentos e personagens por si mesmo sustentasse o que é dito. Em resumo, o conteúdo pode ser sobre qualquer assunto, mas a forma de se contar não, está já foi estabelecida previamente pela um espécie de “cultura metódica da história”.

Contudo, se esses elementos são anteriores às tecnologias, não significa dizer que as redes e a forma de comunicar na internet não interferem nas maneiras de se produzir narrativas sobre o passado. Além do texto e fala objetivos e diretos, temporalmente delimitados, os vídeos do TikTok expõem uma fórmula estética seriada - geralmente com várias imagens, de uma forma bastante dinâmica aos olhos acostumados a uma caoticidade visual. Assim, o processo de desenvolvimento dos vídeos, como um “produto”, deve considerar esses elementos, caso contrário não será monetizado ou impulsionado por meio dos algoritmos, como veremos mais adiante. Isso, no mínimo, já demonstra algumas especificidades da forma que a história toma para o grande público nessas plataformas. Posto isso, se mostra basilar compreender, mesmo que de forma preliminar, como se dá o funcionamento dessas redes, sua estrutura econômica e política.

### 3. Neoliberalismo e redes sociais

---

<sup>12</sup> Disponível em: [Eu queria ser amiga dele](#). Acesso em: 23/07/2024.



Letícia Cesarino (2021, 2022) dedicou uma farta pesquisa em prol de entender os motivos que tornam possível a comunicação da extrema-direita ser tão eficiente nas redes. Entre as suas várias conclusões está o fato de que as redes sociais se estabeleceram fortemente a partir de um imaginário e “estrutura” neoliberal. Apesar de serem vendidas como espaços de liberdade e empoderamento, as plataformas são desenvolvidas para serem experimentadas de modo individualista e, “[...] na escala do aparato técnico, ela é altamente centralizada, pouco transparente e patentemente monopolística, dominada por grandes corporações que cresceram de forma desregulada e com baixíssima *accountability* pública” (Cesarino, 2022, p. 65). Isso provoca uma relação contraditória na forma como nos relacionamos nas redes, afinal

Nesse modelo de internet, os usuários vão perdendo o controle daquilo que aparece para si e de como eles mesmos aparecem para outros. Essas decisões vão sendo delegadas para os algoritmos e os usuários passam a uma posição cada vez mais passiva. O grande paradoxo do capitalismo de vigilância – e, como já notamos, fonte da sua eficácia – é que, do ponto de vista dos usuários, poucos entendem a própria experiência nas plataformas como sendo de passividade. (CESARINO, 2022, p. 71).

Assim, o objetivo último dessas redes sociais é a constância dos lucros que, em resumo, são conquistados pela extração, “refino” e venda dos dados de usuários para empresas, sendo esse seu principal modelo de negócio e executável pela monopolização das *big techs* (Cesarino, 2022; Bolaño; Vieira, 2014; Dantas; Raulino, 2020). Logo, a produção de conteúdo desses historiadores para as plataformas é efetiva e lucrativa para as redes sociais, pois garantem um certo “nicho” de mercado, no caso as pessoas que consomem e gostam do conteúdo sobre história, e assim a coleta dos dados desses usuários<sup>13</sup>. Esses vídeos são monetizados, como uma contrapartida financeira, para esses influenciadores, caso contrário não esses sujeitos não dedicariam seu tempo de trabalho a tal atividade.

Apesar de aparentemente ser um espaço “livre e fácil”, de infinitas possibilidades, Carvalho (2016), que vê de forma positiva o papel das redes sociais na produção de

---

<sup>13</sup> Um bom exemplo disso é a existência do CuriosaBilia, perfil também administrado por Gracy Cristina, cujo título já demonstra o desejo da tiktokker em chegar em um outro público ou “bolha”. Aqui temos um vídeo sobre um suposto relacionamento amoroso entre Davi e Jônatas, filho do rei Saul. Interessantemente, se Curiosamoda Gracy fala sobre “personagens LGBT” do passado, aqui o reconhecimento de um possível relacionamento homoafetivo na mitologia cristã parece um certo absurdo.

passados, acaba por reconhecer a sobrecarga de trabalho ao mencionar que “o historiador público em redes sociais acumula as funções para além do seu ofício como o de comunicador e administrador. Nesse sentido, por gestão de refiro à capacidade de gerir conteúdos (moderação), pessoas (mediação) e ameaças (trolls, vírus, etc)” (*Idem*, 2016, p. 46). Isso sem mencionar que não é suficiente a existência ou a manutenção de apenas um perfil, mas vários nas mais diversas redes (Instagram, Tik Tok, X, etc.).

Essa sobrecarga e lógica de produção acelerada das redes acaba se desdobrando na própria qualidade dos vídeos, como já mencionado. Nessas novas sociabilidades, Malerba (2014)<sup>14</sup>, já pensava nos impactos dessa materialidade do virtual na produção histórica nas redes sociais. Para ele,

[...] há também um lado sombrio desse fenômeno, que é justamente o da qualidade dessa história [...]. A história social, processual, interpretativa, estrutural, analítica, crítica, não chega ao grande público, e sim a história paroquial, episódica, factual, pitoresca, anedótica, biográfica, das grandes batalhas, em rápidas narrativas dramáticas inflamadas. [...] O problema é que essa história popular é de qualidade questionável (MALERBA, 2014, p. 32).

Além dos desdobramentos, a questão do tempo se torna crucial para entender as contradições vigentes nas plataformas<sup>15</sup>. Martín Barbero (1997, p. 296) afirma que “[...] o tempo do ócio encobre e desvela a forma do tempo do trabalho: o fragmento e a série”. Apesar de analisar a realidade da televisão, o autor foi fatídico ao antecipar a mesma lógica nas redes sociais, pensadas para prender a atenção, não apenas mantendo essa estrutura como a intensificando. Como espaços planejados para o entretenimento, esquecemos como essas plataformas reproduzem a lógica “industrial”, que para ser efetivo deve se padronizar (Martín Barbero, 1997). Esse fenômeno pode ser facilmente observado no Tik Tok em que os vídeos de diferentes influenciadores se igualam estética e narrativamente, muitos deles reproduzindo os mesmos conteúdos sobre o passado, reduzindo a história apenas a esse aspecto do tempo e recortes específicos. Um

---

<sup>14</sup> Malerba (2017) também propõe um certo diálogo dos historiadores com teorias da audiência e comunicação para pensar não apenas o produto final, mas como esses conteúdos são consumidos, algo que falta nas análises de historiadores sobre o tema.

<sup>15</sup> É importante ressaltar que Lévy (1999, p. 27), também já resalta a aceleração como um aspecto da Cibercultura: “[...] a velocidade de transformação é em si mesma uma constante - paradoxal - da cibercultura. Ela explica parcialmente a sensação de impacto, de exterioridade, de estranheza que nos toma sempre que tentamos apreender o movimento contemporâneo das técnicas”.

fenômeno que desvela a concreta falta de liberdade já que, uma vez que o *tiktoker* não mantém a “fórmula” não tem garantia nenhuma de manter seu engajamento<sup>16</sup>, sendo penalizado financeiramente ou no seu alcance.

A partir desses elementos se torna possível apontar que mesmo com produções sobre história, das mais factuais, “neutras” ou progressistas, elas estão imbuídas dentro de uma estrutura que não necessariamente é democrática ou inovadora - talvez só em seu discurso. Devemos também assumir que ao reduzir o potencial da História a elementos da informação, sobre o que aconteceu, quando e com quem, por exemplo, e não a reflexão sobre esses eventos - e como chegamos a eles - acabamos por impossibilitar aos usuários das redes o conhecimento da história para além do fato/acontecimento. Dessa forma é necessário repensar a disciplina, seu ensino e divulgação, demonstrando seu papel na maneira de como nos temporalizamos e recuperando seu potencial contrafactual de mobilizar e instigar o imaginário para além do passado, ressignificando experiências já vividas em horizontes de transformação (CÁCERES, 1997).

#### 4. Reconhecendo os limites e buscando alternativas

Existe uma palavra bastante recorrente que define quase todos os perfis sobre História no Tik Tok: curiosidade. Retomando a ideia da plataforma como um espaço para se divertir, muitos historiadores propõem se utilizar da “bisbilhotice” como mola propulsora para chegar aos usuários e seguidores da rede social. Uma vez que essa atenção é fisgada, se pode passar informações relevantes para os usuários. Como citado acima, esse método é verbalizado ou registrado de várias maneiras por esses criadores de conteúdo. Por exemplo, no perfil “@goledehistoria”, o casal de historiadores Júlia e Jerson, produz vídeos dos mais variados temas, desde história do Brasil, Geral, América, além de comentar cultura pop relacionando, quando possível, com história<sup>17</sup>. Logo na apresentação há uma pergunta que define, de certo modo, o que pode significar a produção desses vídeos para as redes: “quem disse que aprender é chato?”. É possível

---

<sup>16</sup> Mais uma vez, Martin Barbero (1997) se mostra bastante atual em suas análises sobre a Indústria Cultural ao apontar a existência de uma “estética da repetição” que se intensificou significativamente na internet.

<sup>17</sup> Em um de seus vídeos, Júlia comenta o filme animado Anastasia, de 1997, produzido pela 20th Century Fox. O objetivo aqui é falar sobre a suposta sobrevivente da família Romanov. Disponível em: [vocês conhecem o mito da Anastácia, a princesa que sobreviveu?](#). Acesso em: 22/07/2024.

interpretar esse questionamento como um contraponto ao ensino em sala de aula, visto como chato, ou pouco atrativo.

Ao se levar em consideração as lógicas de consumo de uma geração que está se adultizando por meio de vídeos, textos e imagens que contam com certa imediatividade (Passero, Engster, Dazzi, 2016), é importante conceber o Tik Tok como uma ferramenta para tornar mais acessível e atrativa o passado. Em algumas situações, o conteúdo consegue sintetizar elementos, por meio do humor ou da descontração, muitas vezes dificultados pela falta de estrutura em sala de aula que, em sua maioria, conta como recursos pincel e quadro branco. Nesse sentido, não cabe ao presente trabalho negar ou positivar por completo os usos e interpretações possíveis dentro da Internet, especificamente sobre os vídeos de História na plataforma do Tik Tok, mas apontar os limites. É importante ressaltar também que não existe uma desqualificação do trabalho desses historiadores, mas uma reflexão sobre esse lugar social que ocupam. Afinal, a forma como esse conteúdo é compreendido e apropriado é por demais complexo<sup>18</sup> (Martin Barbero, 1997).

Não se pode afirmar, por exemplo, que todos os produtores de conteúdo de história para o Tik Tok tem sua atuação sustentada apenas pensando no retorno lucrativo. Muitos deles podem ter o desejo legítimo em querer impactar a realidade positivamente. Como mencionado acima, uma vez que a formação acadêmica desses historiadores das redes é bastante diversificada, incluindo aqueles que não tem formação alguma dentro da área, é esperado que esses sujeitos reproduzam certos estereótipos ou por uma falta de conhecimento acerca da teoria e metodologia historiográfica ou pela razão do público esperar determinados formatos, uma vez que se aprende culturalmente, principalmente por meio da escola, algumas das “bases engessadas” da historiografia (Bittencourt, 2021; Gonçalves, Coelho, Coelho, 2022; Ávila, 2016).

O que se pode afirmar, entretanto, é que por serem fruto de uma plataforma de entretenimento (Fisher, 2023), em última instância, esses conteúdos serão codificados a partir dessas lentes, mesmo que seu objetivo primeiro seja o de ensinar. Com isso queremos dizer que os *creators* estão submetidos a lógica algorítmica, em devem adequar

---

<sup>18</sup> Se torna cada vez mais comum entre os jovens, por exemplo, os usos do Tiktok, mais do que outros buscadores como o Google, para fazer pesquisas escolares (TÍLIA, 2024).

seus conteúdos ao que pode viralizar ou gerar engajamento. “Portanto, para produzir seu próprio salário [...], ele [criador de conteúdos] deverá atender a requisitos e configurações (algoritmos, regras, diretrizes, métricas etc.) estabelecidas pela plataforma.” (Silva, 2023, p. 79). De uma forma ou de outra, as *big techs* souberam se apropriar e utilizar o potencial comunicativo desses influenciadores para garantir que haja cada vez mais permanência e audiência em suas plataformas, de modo que alguns autores têm trabalhado com o conceito de economia da atenção para conceber as particularidades desse modelo de negócios (Bentes, 2021; Cesarino, 2022).

Esse formato demanda que os usuários das plataformas dediquem seu tempo, um recurso limitado, em suas redes. Criam-se mecanismos para que aquele sujeito que “existe” em várias plataformas passe mais tempo no Tik Tok e não no YouTube, por exemplo. Para o funcionamento desse sistema os algoritmos são imprescindíveis, já que eles vão ser responsáveis por redirecionar o conteúdo que o usuário mais gosta e assim mantê-lo por mais tempo *online*. Nossa atenção, contudo, está intimamente articulada com a disponibilidade de tempo desses usuários, logo esse mercado também é uma experiência de temporalidade.

A longo prazo, os consumidores dessas redes são inseridos em um ritmo de consumo que acaba por se confundir com outros complexos da vida, como a concepção do que é verdadeiro, ou a prática de uso do espaço virtual como sinônimo de luta política. Assim, quem utiliza as redes sociais, principalmente o Instagram e o Tik Tok, cuja dinâmica de tempo acelerada é bem estabelecida (Cesarino, 2022). O efeito coloca os usuários em uma necessidade constante de se atualizar e reagir aos últimos eventos ou acontecimentos. Logo, todos devem reagir, demonstrar interesse ou conhecer o “assunto do momento” sob o risco de ser excluído ou ficar “atrasado”. Ainda de acordo com Cesarino (2022, p. 75),

Outro efeito da temporalidade de crise permanente é a experiência de imediatividade: o usuário passa a entender como verdadeiro aquilo que chega ao seu smartphone em tempo real [...]. Seu acesso ao mundo passa a depender da entrega ininterrupta e supostamente direta de eventos por suas redes: as “*breaking news*”, os vídeos de celulares e câmeras de segurança, os testemunhos de pessoas comuns, os relatos em primeira mão. Visto que cada usuário recebe dos algoritmos uma internet personalizada, é de se esperar que o “mundo real” em que cada um vive se torne também personalizado.

É importante reconhecer que existe uma tensão entre quantidade de tempo a ser disputado e a “qualidade” dessa atenção, como diz Martín Barbero (1997, p. 301):

Pode-se observar uma gama de usos que não tem a ver unicamente com a quantidade de tempo dedicado, mas com o tipo de tempo, com o significado social deste tempo e com o tipo de demanda que as diferentes classes sociais [...]. Enquanto uma classe normalmente só pede informação à televisão, porque vai buscar em outra parte o entretenimento e a cultura - no esporte, no teatro e no concerto, outras classes podem isso só à televisão.

As observações acima podem facilmente ser ajustadas à realidade das redes sociais. Se torna cada vez mais comum os usos até mesmo de várias redes para objetivos diferentes como o Tik Tok para se divertir e o Facebook para se informar, por exemplo. Mas como argumentado até aqui, é importante considerarmos a possibilidade dessas plataformas estarem padronizando cada vez mais a forma como consumimos diferentes conteúdos<sup>19</sup>. Consequentemente, a produção da História acaba por também ser engolfada nessas dinâmicas. De acordo com Malerba (2017) hoje

[o] [...] potencial leitor de história não é mais o especialista, nem sequer o indivíduo educado, como no século XIX e praticamente todo o século XX. Blogs e redes sociais, por exemplo, não aceitam “textão”. A informação e a análise devem se veicular em gotas. A capacidade e a disponibilidade de leitura hoje contam-se em dígitos (MALERBA, 2017, p. 143)

Ao reduzir a História ao simples consumo pragmático temos a obstaculização - até certo ponto - de outras experiências de temporalidades que são necessárias para a formação político-social. Além disso, um segundo aspecto se dá pela simplificação epistemológica e funcional da internet e como a disciplina é inserida nesses moldes. Em um mundo cada vez mais fundamentado na eu-pistemologia<sup>20</sup>, a História acaba sendo reduzida a meras “interpretações” sem critério sobre o passado, no qual qualquer pessoa pode ter a sua, de modo que discursos anti-semitas, racistas e sexistas podem ter

---

<sup>19</sup> Um reflexo disso, por exemplo, é como parlamentares viralizam nas redes não por suas posições ideológicas ou atuação política, mas pelos vídeos ou cortes já pensados como forma de entreter e gerar distúrbio ou revolta.

<sup>20</sup> De acordo com Cesarino (2021), o conceito se dá a partir da desconfiança generalizada, principalmente alimentada pela extrema-direita, de que espaços de informações, como a mídia tradicional e a ciência, não são fontes de confiança. Logo, as pessoas são incentivadas ou encorajadas a acreditar apenas em suas crenças e concepções de mundo como critério de verdade.

legitimidade (Meneses, 2019). Turin (2019) levanta a hipótese de que essa temporalidade neoliberal, que reduz o conhecimento ao pragmatismo funcional:

Se antes as razões que fundaram o ensino obrigatório deveriam estar espelhadas em seu conteúdo pela dimensão pública da cidadania, agora esse espelhamento se dá tanto na financeirização do ensino, transformando ele próprio em "serviço", como nas novas bases curriculares que engendra, centradas em "competências" que possibilitem ao sujeito tornar-se competitivo em uma sociedade concebida como composta essencialmente de individualidades concorrenciais. [...] Em uma sociedade estruturalmente acelerada, o único elemento "sustentável" possível é a capacidade contínua de adequação" (TURIN, 2019, p. 22 - 23).

Posto isso, podemos avançar com o seguinte questionamento: É possível uma História Pública verdadeiramente democrática, horizontal ou transformadora em um espaço pensado e construído a partir de moldes neoliberais? Se não, quais alternativas são possíveis? Aqui nos interessa, mais do que qualquer outro aspecto, apontar o tempo, e consequentemente a história, como fator necessário da disputa política e alternativa ao modelo das redes.

Como levantado até aqui, as redes sociais, apesar de serem um importante espaço de disputa, contam com limites estruturais e temporais que impossibilitam uma atuação política democrática e transformadora (Fisher, 2023). Essas barreiras devem ser pensadas principalmente ao relacionarmos o entendimento social do que significa a História e as delimitações temporais que, no cotidiano das redes, funcionam de maneira fragmentária e seriada. No caso do Tik Tok, o mesmo usuário pode ver um vídeo sobre Segunda Guerra Mundial, cortar para um vídeo tutorial, publicidade e novamente retornar para História do Brasil. Logo, o conteúdo sobre História sofre com a escassa concentração desses usuários, cujo tempo efêmero lhe impede de fazer reflexões sobre o que vê, incentivados a consumir a maior quantidade de vídeos.

Sendo assim, o atual desafio se apresenta em estabelecer novas práticas de consumo e uso desses meios, repensando também as formas teórico-metodológicas de se produzir história. Nesse sentido, as contribuições de Galindo Cáceres (1997) se mostram pertinentes e centrais, já que o foco não é necessariamente o fenômeno existente, mas as ressignificações de modo a pensar futuros possíveis, uma abordagem que proporciona grande diálogo com a História. Assim,

Ao introduzir outras versões possíveis, a configuração é modificada e a sua mobilidade aumenta. Uma única versão permite o significado de uma configuração, um grupo de versões amplifica o significado possível das configurações possíveis. A ligação entre eventos pode ser múltipla e não apenas única. A versão única é útil mas reduzida, a multiplicidade de versões enriquece o sentido, embora não o torne necessariamente útil. O fato de uma mesma coisa poder ser diferente amplifica o sentido do que se conhece, ou seja, a proposta de mundos possíveis (GALINDO CÁCERES, 1997, p. 34-35, tradução nossa)<sup>21</sup>.

Na realidade das redes - mas não apenas delas, pontuando novamente a história escolar como principal espaço de socialização da disciplina - a história, por vezes é reduzida a certezas fixas sobre o passado, uma postura que restringe a imaginação social. Nesse sentido, a metodologia da história e a sua divulgação, enquanto aspecto da História Pública, devem encorajar a reflexão sobre o tempo e a trajetória e não sobre o simples evento/fato. Tensionar o presente não apenas com o passado, mas com maneiras de imaginar futuros, que não deixam de fazer parte da totalidade do tempo<sup>22</sup>. Em suma, o ensino, a divulgação e produção da História para as redes deve, assim como seu objeto de estudo, passar por outras mudanças, cujo olhar seja voltado às maneiras de imaginar e intervir no mundo e não apenas se limitar a práticas de consumo, como curtir um conteúdo. Isso apenas pode ser viável na disputa por novas temporalidades para além da efemeridade das redes.

É dentro desse escopo por outras temporalidades que o espaço escolar se torna fundamental. O historiador que vive na “era digital” deve atentar a relevância de enfrentar os espaços digitais, principalmente como forma de sufocar discursos e ideais extremistas e de implicações fascistas (Fisher, 2023), mas também voltar sua atenção para a centralidade das aulas de história, sua autonomia e potencial nas disputas de consciência de uma juventude que já não conhece o mundo sem telas. Logo, é necessário assimilar como esse consumo de vídeos acontecem, quais sentidos são construídos pelos

---

<sup>21</sup> “al introducir otras posibles versiones la configuración se modifica y su movilidad aumenta. Una sola versión permite el sentido de una configuración, un grupo de versiones amplifica el sentido posible de las configuraciones posibles. La liga entre acontecimientos puede ser múltiple y no sólo única. La versión única es útil pero reducida, la multiplicidad de versiones enriquece el sentido, aunque no necesariamente lo vuelve útil. el que lo mismo pueda ser distinto amplifica el significado de lo conocido, esa es la propuesta de los mundos posibles.” (GALINDO CÁCERES, 1997, p. 34-35).

<sup>22</sup> Ainda de modo a contribuir com esse debate, Miceli (2020, 45-46) afirma: “Ora, se se considerar que é no ensino que o trabalho do historiador pode (ou deveria) se relacionar com o conjunto da sociedade, a tarefa que se apresenta é a retificação da História que alimenta a memória coletiva: ‘essencialmente mítica, deformada, anacrônica’”.



estudantes, mas também pelo grande público, e buscar formas de subverter possíveis incongruências e confusões. Sendo assim, o processo metodológico e teórico da história também deve ser socializado e não só seu resultado, pois como nos lembra Batista (2023), as tecnologias têm um papel importante para o ensino, como potencialidades consideráveis, mas não podem substituir os espaços pedagógicos.

## 5. Considerações Finais

A partir do que foi exposto, ignorar os impactos que as tecnologias da comunicação provocam na realidade social seria, no mínimo, ingenuidade. É recorrente, dentro da academia, o olhar que minimiza ou desvaloriza esses espaços digitais, como o Tik Tok. Mas é nesse lugar que uma grande parcela da sociedade está se temporalizando e se apropriando do conhecimento histórico, o que deve nos levar não apenas a criticá-lo, considerando suas limitações, mas compreendê-lo em seus funcionamentos e dinâmicas. Como nos organizamos culturalmente e a maneira na qual nos temporalizamos está cada vez mais submersa em concepções de mundo assaltadas pela ideologia neoliberal (Turin, 2019; Fisher, 2020; Cesarino, 2022). Martin Barbero (1997), observava, especialmente no cinema, como ideias populistas se converteram em sinônimo de nacionalismo. Poderíamos fazer uma analogia pensando como o factualismo metódico e episódico acabou se tornando a única forma de se pensar a história. Para além do que foi posto no corpo do presente trabalho, é necessário pensar esse elemento como uma provocação. Essa contradição tem-se aprofundado, ao nosso olhar, pela intensificação de um caráter “privado” da história, distanciando-se do seu papel público — ou seja, o hábito de apenas consumir o que *eu* quero e gosto sobre a disciplina.

Posto isso, com as novas possibilidades de se produzir história na internet, devemos recuperar os aspectos éticos da disciplina, do seu ensino e divulgação, lembrando sempre da centralidade de pensar outras formas de nos historicizar (Ávila, 2016). Apesar das redes sociais se tornarem um valioso espaço de enfrentamento na construção de narrativas sobre o passado, elas não devem significar a única bóia de salvação em meio às violências cotidianas impostas pela lógica das *big techs* (Fisher, 2023). A luta política não deve se reduzir às redes, mas exceder o digital. Antes de tudo, as plataformas funcionam a partir de um modelo que garante lucro para poucos, apesar de

se apresentar com a nova *Ágora* grega. O tempo da democracia e da luta política não é o mesmo com o qual lidamos no virtual, fundado na efemeridade e aceleração constante de nossas práticas de consumo. Esperar apenas do âmbito digital a prática política necessária para transformar a realidade só revela o quanto estamos engolfados em uma temporalidade que não nos permite o próprio ato da reflexão.

Logo, precisamos dar novos significados sociais ao tempo, como proposto por Martín Barbero (1997), resistindo e lutando contra a padronização “virtual” da História. Mas, principalmente, recuperar na História sua contrafactualidade<sup>23</sup> (Palácios Cruz, 2004), reforçando sua capacidade ética em pensar outros mundos e horizontes possíveis, cuja ação deve se materializar no entendimento de que a História é feita pelos seres humanos e está em constante transformação. Esse movimento deve se dar, como proposta de intervenção, por meio da incorporação e análise crítica do que é visto no Tik Tok, por exemplo, por parte dos historiadores e professores em sala de aula, uma vez que já não se pode retroceder a realidade das redes de nossos cotidianos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. L. DE. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia Historia**, v. 31, n. 56, p. 365 – 400, maio 2015.

ÁVILA, Arthur Lima de. “Povoando o presente de fantasmas”: Feridas históricas, passados presentes e às políticas do tempo de uma disciplina. **Revista Expedições**, Rio Grande do Sul, v. 7, n. 2, p. 189–209, 2016. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018243>.

BATISTA, Ana Laura Galvão. **A realidade virtual e o ensino de História: trazendo uma experiência**. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 23, nº 3, 17 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/3/a-realidade-virtual-e-o-ensino-de-historia-um-relato-de-experiencia>

BELANDI , Caio. 161,6 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade utilizaram a Internet no país, em 2022. **Agencia IBGE Notícias**, [S. l.], 09 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias>

---

<sup>23</sup> Esse conceito é metodologicamente entendido como um exercício de pensar “alternativas” para o passado, procurando estabelecer cadeias de causa e efeitos na compreensão de determinados eventos históricos. De acordo com Gaddis (2003, p. 119) os historiadores “[...] revisitam o passado, variando as condições, para verificar quais delas produziriam resultados diferentes”. Nesse sentido, a contrafactualidade como parte do fazer metodológico historiográfico - por meio do questionamento “o que teria acontecido se...?” - pode contribuir como um caminho à reflexão sobre o passado, demonstrando o papel da imaginação para se pensar a história.

[/38307-161-6-milhoes-de-pessoas-com-10-anos-ou-mais-de-idade-utilizaram-a-internet-no-pais-em-2022](#). Acesso em: 14 abr. 2024.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BENTES, Anna. A indústria da influência e a gestão algorítmica da atenção. In: FERREIRA, Marcos Ribeiro; BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da

Graça Marchina (org.). **Estamos sob ataque!**: tecnologia de comunicação na disputa das subjetividades. 1. ed. São Paulo: Instituto Silvia Lane, 2021. cap. 4, p. 42-59.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico em sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2021. cap. 1, p. 11-27.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; VIEIRA, Eloy. ECONOMIA POLÍTICA DA INTERNET E OS SITES DE REDES SOCIAIS. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 16, n. 2, p. 71-84, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/2168>. Acesso em: 17 maio. 2024.

CANCLINI, Néstor Raúl García. **Ciudadanos reemplazados por algoritmos**. 1. ed. [S. l.]: Calas, 2019.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e redes sociais na internet: Elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 35–53, 2016.

CESARINO, Letícia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73–96, 2021. DOI: 10.5007/2175-8034.2021.e75630. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75630>. Acesso em: 18 maio. 2024.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CASSIRER, Ernest. **Ensaio sobre o homem**: Introdução a uma filosofia da Cultura Humana. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DANTAS, Marcos; RAULINO, Gabriela. Trabalho da audiência e renda informacional no Facebook e YouTube. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da**

**Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 22, n. 1, p. 123–141, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/12215>. Acesso em: 17 maio. 2024.

DUGNANI, P. Entretenimento e audiência: a informação como mercadoria para os influenciadores no Brasil. **Entropia**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 53–75, 2024. DOI: 10.52765/entropia.v8i15.517. Disponível em: <https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/517>.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é Mais Fácil Imaginar o fim do Mundo do que o fim do Capitalismo?**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FISHER, Max. **A máquina do caos: como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo**. São Paulo: Todavia, 2023.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GALINDO CÁCERES, Luis Jesús. **Sabor a ti: metodología cualitativa en la investigación social**. Xalapa: Universidad Veracruziana. 1997.

GONÇALVES, Andressa da Silva; COELHO, Mauro Cezar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. O bandeirante no livro didático: entre diversas narrativas (1997-2015). **Revista Ágora**, Vitória/ES, v. 33, n. 3, p. e-202233303, 2022. DOI: 10.47456/e-202233303. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/38510>.

GROHMANN, Rafael. Trabalho de plataforma e laboratório de luta de classes. In: GROHMANN, Rafael (org.). **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. Introdução, p. 13-23.

KIRKPATRICK, David. **O efeito Facebook: Os bastidores da história da empresa que conecta o mundo**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

MALERBA, J. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 7, n. 15, p. 27–50, 2014. DOI: 10.15848/hh.v0i15.692. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692>.

MALERBA, J. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 74, p. 135–154, jan. 2017.

MARTÍN BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MENESES, S. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 8, n.

15, p. 66–88, 2019. DOI: 10.20949/rhhj.v8i15.522. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/522>. Acesso em: 17 maio. 2024.

MICELI, Paulo. Uma pedagogia da História?. In: PINSKY, Jaime (org.). **O ensino de história: e a criação do fato**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2020. Cap 3, p. 37-52.

PALÁCIOS CRUZ, Victor Hugo. Liberdade e compreensão histórica. Os limites da história contrafactual. **Pensamiento y Cultura**, Bogotá, n. 7, p. 79–90, 2004. Disponível em: <https://pensamientoycultura.unisabana.edu.co/index.php/pyc/article/view/1129>.

PASSERO, Guilherme; ENGSTER, Nélia Elaine Wahlbrink; DAZZI, Rudmar Luís Scaranto. Uma revisão sobre o uso das TIC's na educação da Geração Z. **RENOTE: Novas Tecnologias da Educação**, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 2, p. 1-8, 2016.

SCHMIDT, Florian A. Trabalho e Inteligência Artificial Além da Mechanical Turk. In: GROHMANN, Rafael (org.). **Os laboratórios do Trabalho Digital: Entrevistas**. São Paulo: Boitempo, 2021. cap. 21, p. 143-146.

SILVA, Cleverson Ramom Carvalho. **O Chão de Fábrica das redes sociodigitais: o Trabalho dos Produtores de Conteúdo na Dinâmica do Capitalismo Contemporâneo**. Orientador: Dr.a Deise Luiza da Silva Ferraz. 2023. 193 f. Tese (Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Minas Gerais, 2023.

STOKEL-WALKER, Chris. **TikTok Boom: um aplicativo viciante e a corrida chinesa pelo domínio das redes sociais**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

TILIA, Caroline de. **Como o TikTok virou o novo Google para a Geração Z**. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2024/04/como-o-tiktok-virou-o-novo-google-para-a-geracao-z/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

TURIN, Rodrigo. **Tempos Precários: aceleração, historicidade e semântica neoliberal**. Rio de Janeiro: Zazie, 2019.

# SENTIDOS DE CONHECIMENTO HISTÓRICO ESCOLAR E DOCÊNCIA EM MEIO À QUESTÃO DO DIGITAL

Gabriela Arosa<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 25/05/2024.

Artigo aceito em: 08/11/2024.

## RESUMO:

Este artigo apresenta os sentidos hegemônicos de conhecimento histórico escolar e docência que foram possíveis de serem fixados a partir de dissertações desenvolvidas no âmbito do ProfHistória Nacional (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História), entre os anos de 2019 e 2023, que foram selecionadas no portal de buscas do próprio Programa. Para tal, foram mobilizadas como lentes teóricas a Teoria do Discurso, com ênfase na “pauta pós-fundacional”. Foi possível fixar como principais sentidos de conhecimento histórico escolar aqueles nos quais a participação de estudantes e professores se faz fundamental, além daquele que estabelece sua validade no conhecimento científico. Para a docência, são articulados sentidos que reforçam a ideia do professor como responsável por transmitir saberes – ou como mediador da aprendizagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** conhecimento histórico escolar; docência; ensino de História; ProfHistória; teoria do discurso.

## MEANINGS OF SCHOOL HISTORICAL KNOWLEDGE AND TEACHING WITHIN THE DIGITAL ISSUE

## ABSTRACT:

This article presents the hegemonic meanings of school historical knowledge and teaching that were possible to be established from Master's thesis which were developed within the ProfHistory program (Professional Master's in History Teaching) (2019-2023). To this end, Discourse Theory was used as a theoretical lens, focusing on the “post-foundational agenda”. It was possible to establish as the main meanings of school historical knowledge those in which the participation of students and teachers is essential, as well as that which establishes its validity in scientific knowledge. For teaching, there are articulated meanings that reinforce the idea of the teacher as responsible for transmitting knowledge, or as a learning guide or mediator.

## KEYWORDS:

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação, faz Doutorado no PPGE UFRJ, membro do GECCEH (Grupo de Estudos em Currículo Conhecimento e Ensino de História) ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4197-3468>

school historical knowledge; teaching; history teaching; ProfHistory; discourse theory.

## 1. Introdução

São muitas as intercorrências e imbricações possíveis entre a “questão do digital” e a construção de conhecimento histórico escolar em toda sua complexidade. A incorporação da temática do uso de tecnologias na educação não é recente. Desde o lápis e o quadro-negro, passando pelo mimeógrafo e retroprojektor até o próprio computador e a informática escolar, são muitos os artefatos, ferramentas e aparelhos tecnológicos que compuseram, e ainda compõem, o espaço escolar na história da educação. Também são muitos os trabalhos que se debruçaram sobre os aspectos culturais e as transformações causadas pelas novas interações homem-máquina.

A cultura contemporânea é atravessada pelas tecnologias digitais em rede – e isso produz um tipo diferente de comunicação entre os sujeitos cuja emissão do discurso foi descentralizada (Lemos, 2002, 2003), deslocando-se das mídias de massa para cada sujeito, que se torna, assim, um produtor. Ainda, outra característica comumente atribuída à cibercultura é a ubiquidade decorrente das relações com as tecnologias digitais. Esta pode ser definida pela possibilidade de estar em mais de um lugar ao mesmo tempo, o que nos obriga a repensar nossas formas de conceber o espaço apenas como um território neutro e estático para compreendê-lo como um espaço do poder que produz efeitos de subjetivação e também nas materialidades (Massey, 2004). Assim, pode-se afirmar que as questões do digital têm se manifestado mais como uma operação mental (Costa, 2021) que atravessa o ciberespaço e o constitui com barreiras porosas entre o que seria real e virtual na medida em que a posse ou presença das tecnologias digitais não são imprescindíveis para o contato com as manifestações dos processos de digitalização.

Desse modo, atribui-se como uma das características principais da cibercultura a capacidade de circulação em rede dos conhecimentos produzidos, bem como a produção de novos arranjos espaço-temporais que, por sua vez,

produzem práticas curriculares atravessadas por essa cultura (Santos, 2019). Ainda nessa perspectiva, para André Lemos (2002), a cibercultura pode ser compreendida como a “relação entre a técnica e a vida social”, ou seja, a relação dos sujeitos escolares com as tecnologias digitais, em contexto de cibercultura, provoca alterações significativas nas diferentes relações com os saberes e suas produções.

Tendo em vista a possibilidade de ser definida como uma forma específica de relação com o conhecimento, como a Escola se constitui nesse contexto? Como são constituídos os sentidos de docência possíveis de serem evidenciados nos diferentes contextos do Ensino de História? Fica evidente a relevância de produzir sentidos para como o nosso cenário sociotécnico atual tem tensionado a construção do conhecimento histórico escolar.

Por isso, buscou-se analisar como os sentidos de conhecimento histórico escolar e docência vêm sendo atravessados por essas “ferramentas intelectuais”. Além disso, as relações com as tecnologias digitais não produzem alteração somente nas nossas interações com os conhecimentos e saberes, mas são, sobretudo, parte integrante do contexto social, atuando também em nossos processos de subjetivações.

Nessa direção, o objetivo deste artigo é apresentar os sentidos de conhecimento histórico escolar e docência, que foram possíveis de serem fixados por meio da seleção e da análise de parte das dissertações produzidas no âmbito do ProfHistória (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História) que articulavam a “questão do digital” com a questão do conhecimento histórico escolar. Compreendemos, desta maneira, que os nossos processos de subjetivação são também processos de objetificação dos conhecimentos que mobilizamos e que nos “biografizam” ao mesmo tempo (Gabriel, 2018).

Diante disso, este artigo está dividido em 3 seções. A primeira apresenta a lente teórico-metodológica que orientou esta pesquisa. Por isso, foram evidenciados os elementos que definem o conjunto de reflexões que compõem a pauta pós-fundacional, escolhida como perspectiva de olhar/fazer o mundo. Também foram elucidados os motivos para a escolha do ProfHistória como espaço principal



para a produção do campo discursivo analisado. Ainda nesta primeira parte, foi apresentado o que aqui se compreendeu por “questão do digital”.

Na segunda seção, são apresentados os movimentos de identificação, seleção e análise das dissertações. Em seguida, são fixados os sentidos de conhecimento histórico escolar e docência que foram possíveis de serem apreendidos a partir da análise dessas práticas discursivas curriculares. Por último, as considerações finais, sempre provisórias e contingenciais.

## **2. Apostas teórico-metodológicas**

Os estudos pós-fundacionais se encontram em um conjunto de trabalhos, dispersos em diferentes campos de pesquisa e áreas disciplinares, que buscam produzir análises e problematizações que pretendem construir outras lógicas de pensamento, diferentes dos binarismos essencialistas e/ou deterministas que foram demarcados pelo paradigma da ciência moderna. Esse conjunto de trabalhos se insere, ainda, em um movimento mais amplo, denominado de pós-estruturalismo - que vem sendo alvo de muitas críticas, sobretudo no que se refere à enorme polissemia do termo “pós”, cuja utilização, muitas vezes, proporciona uma associação automática dessas teorias com o extremo relativismo desconstrucionista ou com um niilismo teórico.

Esta pesquisa se inscreve, contudo, em um movimento distinto ao se alinhar com os estudos pós-estruturalistas voltados para “conceber os processos políticos como parte de uma vivência social mediada discursivamente, interconectando cultura, sociedade e economia” (Lopes; Mendonça, 2015, p. 9). Ainda, como afirma Gabriel:

Na expressão ‘pós-fundacional’, tal como mobilizado por Marchart (2009), ele não é sinônimo de antifundacionismo, mas sim de fragilização do estatuto ontológico de um sentido particular de fundamento hegemônico pela metafísica quando essa perspectiva o associa às ideias de essência ou centro estável e absoluto (Gabriel, 2022, p. 259).

É, pois, nesse sentido, que o prefixo pós, quando articulado ao fundacionalismo, não deve ser compreendido como a negação de todo e qualquer sentido de “fundamentos”, tampouco da realidade que eles buscam sustentar, mas sim de uma indagação que deve funcionar como um alerta teórico-metodológico para a aporia

que se estabelece nas arenas de disputas que constituem a produção de sentidos para as coisas do mundo. Assim, o que estamos defendendo aqui é o “enfraquecimento ontológico dos fundamentos existentes” (Mendonça, 2016, p. 167). Ou seja, fortalecemos a ideia de que não existe um fundamento último e, com isso, abrimos para mais sentidos se fixarem como hegemônicos ou ao menos participarem da disputa.

Tal aporia citada anteriormente se constitui diante da impossibilidade de se obter um fundamento último, simultaneamente à impossibilidade de se produzir e compreender a realidade sem a fixação, mesmo que contingencial e de modo provisório, dos sentidos. Dessa maneira, quando nos localizamos teoricamente no âmbito do pós-fundacionalismo, estamos demarcando que os sentidos do mundo social são construídos contingencialmente, por meio dos jogos de disputa por fixação de sentidos para esse mundo social.

Assim, este trabalho aposta tanto na concepção de que o discurso não se configura apenas como um reflexo da realidade – mas opera também como uma forma de constituição desta, quanto no caráter político dessa maneira de compreender e produzir a realidade, em meio às lutas por hegemonia demarcadas pelas vontades de grupos de interesses particulares que se universalizam. Por discurso, entende-se um conjunto de simbologias que são articuladas, sempre em relação a algo ou alguém para produzir sentido. “Dessa forma, um objeto nunca é somente um objeto, mas um objeto imerso em uma estrutura de sentidos” (Mendonça, Linhares & Barros 2016, p. 182). Sendo assim, podemos compreender “discurso” como uma prática de significação em que não se separa a dimensão real da discursiva, pois ambas se constituem ao mesmo tempo, como afirmam Laclau e Mouffe (2015).

Outra dimensão que gostaríamos de privilegiar é o caráter contingencial da produção de sentido, que implica que, diante impossibilidade de se produzir um sentido único que tenha um significado em si mesmo, estabelecido a priori da sua imersão em uma configuração discursiva específica, operamos com a ideia de que os sentidos são provisoriamente fixados em função das articulações estabelecidas.

Dessa maneira, sua precariedade é inevitável e “marcada pela sua própria finitude existencial” (Mendonça, 2016, p. 182).

Assim, os sentidos aqui fixados não devem ser compreendidos como verdades inquestionáveis, mas como apostas políticas. Em outras palavras, conforme nos aponta Gabriel (2018, p. 9): “a abordagem discursiva pós-fundacional reconhece que atribuir sentidos é um ato político que ocorre em um sistema de diferença no qual qualquer fechamento de sentido é visto como impossível e necessário”. Não é por acaso, pois, que para a Teoria do Discurso pós-fundacional de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, os conceitos de “articulação”, “antagonismo” e “hegemonia” também são fundamentais. Segundo Daniel Mendonça, “compreender o processo articulatório é decisivo para o entendimento da noção de que é pelo discurso – e não antes e tampouco fora dele – que as identificações sociais são constituídas” (Mendonça, 2016, p. 76). Podemos entender por jogo articulatório a própria relação produtora de sentido, conforme Gabriel (2018). Dessa maneira, é possível afirmar que a articulação é uma lógica de produção de sentidos, sempre contingencial, provisória e estabelecida em meio a disputas que se dão em terreno social desigual. E que, diante disso, quando estabelecido um corte radical antagônico entre aquilo que se quer afirmar (significar) e o “outro”, que não pertence a essa cadeia definidora de sentidos, é quando se faz qualquer processo de significação (Gabriel, 2018).

Já o processo de hegemonização, segundo esse ponto de vista, é o momento em que o fluxo de definição das cadeias de significação – articuladas pelas lógicas da diferença e da equivalência – são interrompidas para a fixação de um sentido particular que se universaliza. Enquanto a lógica do antagonismo seria o que marca a impossibilidade desse fechamento último, as lógicas da equivalência e da diferença são indissociáveis, e, assim, para que seja estabelecida uma cadeia de significação (produzida pelos seus equivalentes), é preciso, ao mesmo tempo, se estabelecer aquilo que não faz parte dessa cadeia – os antagonismos (Gabriel, 2018).

Com isso, entende-se que é preciso excluir determinados sentidos das cadeias definidoras, e, assim, compreende-se que “atribuir sentido é, pois, condição para acessar a materialidade do mundo e agirmos politicamente” (Gabriel, 2018, p. 9).

Nesse caminho, ainda com Gabriel (2018), o que seria mais produtivo, portanto, nessa articulação teórica, é a possibilidade de deslocar as fronteiras de definição de sentidos para o que compreendemos por objetividade/subjectividade e apostar politicamente em sentidos outros, que desloquem o paradigma científico até então predominante. E, para a autora, isso é possível, pois “(...) o processo de objetivação pressupõe a produção contingencial de hegemonias e antagonismos em torno da estruturação de uma ordem discursiva em um sistema de diferença”. Ou seja, ambos os processos de objetivação e de subjetivação só são possíveis quando inseridos em processos de significação. Portanto, são também discursos produzidos nas relações.

Através dessa perspectiva, as dissertações do ProfHistória foram eleitas como campo discursivo privilegiado para a produção desses sentidos que desejamos fixar provisoriamente. Cinthia Monteiro de Araújo e Pedro Vítor Coutinho dos Santos (2022), ao se debruçarem sobre o Programa, orientados pelo ponto de vista dos estudos pós-coloniais, denominaram-no por *encruzilhada*, evidenciando o que os autores compreendem por uma epistemologia das macumbas, como um “encontro das diferenças [que] gera conflito entendido, não como barreira, mas como abertura de caminhos, espaços, para o movimento e para a mudança” (Araújo; Coutinho, 2022, p. 4). Enfatiza-se, assim, o rompimento, a fresta que se pode encontrar no campo empírico que construímos. Por isso, utilizamos a noção de “encruzilhada” como potência de cruzamentos de diferentes origens e direções, para compreender as potencialidades da produção acadêmica do Programa, que é formado por professores de História em atuação, de diferentes contextos escolares, que assumem a pesquisa acadêmica ao ingressarem no curso. Isto possibilita a constituição de um corpo discente que vivencia e problematiza ao mesmo tempo esse “encruzamento” entre a sala de aula e a Universidade, construídas por tanto tempo como instituições dicotômicas e hierarquizadas, mas entendidos aqui como potência criadora.

Conforme apontado por Monteiro e Rossato (2023), esses trabalhos devem ser destacados quanto às suas potencialidades epistemológicas, pois suas “atividades articulam, de forma orgânica, o estudo de questões sobre a produção do conhecimento histórico, a relação teoria/prática e o desenvolvimento de abordagem investigativa e criativa para o enfrentamento dos desafios do ensino (...)” do nosso

tempo presente, se apresentando, portanto, como uma forma interessante de esquadriñar o que se passa como demanda dos professores de História, atualmente, em relação à questão do digital (Monteiro, Rossato, 2023, p. 41).

As dissertações do programa também serviram como território que nos auxiliou na constituição dos próprios critérios que utilizamos para fixar sentidos para a questão do digital. Parte-se, então, da multiplicidade de abordagens que foram empregadas pelas dissertações do ProfHistória, e reforçada pelo estado da arte proposto por Tamanini e Souza (2019). Os pesquisadores, que se debruçaram sobre artigos que realizaram a articulação entre ensino de História e a questão do digital, afirmam que estes buscam fundamentação teóricas distintas tanto para a parte relativa à História e o seu ensino, como para aquela que trata das tecnologias, o que evidencia uma certa dificuldade em encontrar uma teoria que relacione os dois temas: ensino de História e tecnologias digitais (Tamanini; Souza, 2019, p. 9).

Portanto, diante dessa multiplicidade de abordagens, como definir o que estamos compreendendo por questão do digital no ensino de História? O que diferenciaria a abordagem com viés de reflexão sob as tecnologias digitais, por exemplo, das abordagens que se utilizaram de perspectivas culturalistas, baseadas principalmente no conceito de cibercultura? Quais fenômenos são definidores dessa questão? Diante dessa multiplicidade, como definir as palavras-chave para a seleção dessas dissertações? O que pode sinalizar a articulação com o digital e o que pode ser entendido por questão do digital?

Ao analisarmos as dissertações, observa-se que, além de serem muitas as palavras que podem nos apontar caminhos de pesquisa sobre esse assunto, existindo, portanto, um campo semântico muito vasto<sup>2</sup>, também são muitos os campos disciplinares (Comunicação Social, Antropologia Digital, História Pública Digital, História Digital, Ciência da Informação, Ciência e Tecnologia, Filosofia da Técnica, e muitos tantos), que também tratam dos fenômenos da digitalização e são articulados pelos trabalhos.

---

<sup>2</sup> Como por exemplo: redes sociais, Facebook, Instagram, WhatsApp, blog, web, internet, tecnologias digitais, Google, ensino híbrido, ensino virtual, digitalização, big dates, algoritmos, memes, fakenews, negacionismo, podendo citar tantas outras.

Nota-se que alguns autores foram mais recorrentes e destaca-se uma forte predominância das reflexões de Pierre Levy, Manuel Castells, José Martín-Barbero e, com menor frequência, outros autores como Donna Haraway. Na produção nacional, também podemos destacar as obras de André Lemos e Lucia Santaella. Todo esforço em nomear é um exercício também de exclusão. Por isso, trago o nome desses autores de forma não quantificada e sistemática, mas apenas como mais uma maneira de tentar elucidar a multiplicidade de abordagens sobre os variados fenômenos da questão do digital.

Mais do que nunca, hoje, pensar sobre a educação é, simultaneamente, pensar na ciência, na tecnologia, na saúde e, principalmente, na cultura e, tudo isso, de maneira articulada (Pretto, 2011, p. 96). Longe de expor e explorar todas as possibilidades, mas diante da necessidade de fixar sentidos possíveis para a questão do digital a partir dessa multiplicidade, nos limitaremos a algumas das questões que emergiram do campo discursivo analisado como mais pertinentes ao ensino de História e que elejo como o conjunto de problematizações que, de certa maneira, definem o que nos interessa nomear por 'questão do digital'.

Em acordo com Santaella (2003, p. 71), que afirma que é “(...) como se a dinâmica fluida dos processos culturais no mundo presencial já estivesse colocando nossas sensibilidades em sintonia com as dinâmicas virtuais da cultura ciberespacial em curso”, pretende-se elencar algumas das múltiplas intercorrências que estão em destaque e imbricadas aos processos de ensino e aprendizagem de História e ao ambiente escolar.

Nesse movimento, destacam-se as novas configurações temporais e espaciais; as muitas possibilidades de se observar as subjetivações docentes na escola e fora dela; a modificação da relação homem-máquina; a ubiquidade inerente da cultura digital; a estrutura midiática digital combinada com as estratégias políticas contemporâneas e seus impactos nos processos de ensino e aprendizagem de História; os aspectos e sentidos de inclusão e exclusão digital; a questão apresentada como um descompasso entre as potencialidades dessas tecnologias e da cultura e a aparente inabilidade da escola e dos professores de lidarem com ela; as linguagens que são parte inerente desse complexo arranjo; a configuração de um novo campo

de pesquisa denominado humanidades digitais; a forte utilização das ferramentas digitais como artefatos pedagógicos e, por último, os revisionismos e ataques políticos concedidos especificamente aos professores de História.

Em relação à questão temporal, muitas são as afirmações sobre como as tecnologias digitais foram responsáveis por diluir algumas das barreiras espaço-temporais cristalizadas. Podemos identificar que houve, em relação aos marcadores temporais típicos da modernidade, muitas modificações, principalmente provocadas pela capacidade ágil de decodificar e disseminar a informação que define o digital. Podemos destacar ainda a velocidade com que as mudanças tecnológicas ocorreram nos últimos anos (Preto, 2011; Santos, 2019; Santaella, 2003), demandando, assim, formas específicas de abordagem e organização do tempo do espaço.

No que diz respeito a dimensão da espacialidade, mobilizamos o entendimento de que o *ciberespaço*, nomeado por Levy (2010) como um espaço aberto que foi produzido através da interação humana com as novas tecnologias de informação proporcionada pela rede internacional de computadores, concebido como uma dimensão virtual, pode ser compreendido também pela noção de espaço construída por Doreen Massey (2004). A autora compreende o espaço como uma dimensão material e social que é constituído e ao mesmo tempo constitui a multiplicidade das relações sociais sendo maior demarcador da diferença do que da homogeneização Massey (2004). Dessa forma, defendemos que as interações com as tecnologias digitais, sobretudo as de informação e comunicação, devem ser mobilizadas para a direção da construção de um espaço comum (Dardot, Laval, 2016). Pois, para Dorren Massey (2004), todo espaço é relacional, múltiplo, heterogêneo e está circunscrito às relações de poder que o constituem.

Portanto, é importante o reconhecimento do ciberespaço como um devir contingencial, que longe de neutro, está sempre nas disputas inerentes à sua contingência. Dessa forma, a compreensão do ciberespaço que estamos mobilizando não pretende compreendê-lo como uma arena livre de constrangimentos sociais hierárquicos – como presente nas utopias de um espaço sem limites, censura ou dominação. Mas também, não é nosso interesse entendê-lo

somente como manifestação do controle das grandes empresas. Estamos compreendendo que a sua materialidade se dá nas interações sociais circunscritas em cenários sociotécnicos cada vez mais presentes no mundo contemporâneo em que a divisão entre real e virtual não faz mais sentido. (Santos, 2024)

Uma das possibilidades de explicação das transformações temporais é a ubiquidade, configuração permitida principalmente pela mobilidade dos smartphones que proporciona que outros arranjos espaço-temporais sejam construídos. Como nos diz Edméa Santos (2019):

Em tempos de cibercultura avançada, a mobilidade ganha potência por conta da sua conexão com o ciberespaço. Na era da mobilidade com conexões generalizadas em rede, podemos compartilhar e acessar simultaneamente vários lugares. Estamos diante da potência da ubiquidade. (Santos, 2019 p. 37).

Isso significa que podemos nos comunicar enquanto nos movemos, de modo que não precisamos mais da presença física uns dos outros para nos comunicarmos, e essa mobilidade não atrapalha a nossa comunicação. Assim também se dá o acesso à informação e o desenvolvimento de atividades coletivas de inúmeras naturezas. Acrescenta-se a isso os múltiplos fenômenos decorrentes do processo de globalização que alteraram as formas de significar as dualidades universal/partícula; local/global, borrando cada vez mais essas fronteiras. (Hall, 1997; Santaella, 2003)

Dessa ubiquidade, destaca-se o processo de “liberação” ou “difusão” do polo da emissão (Lemos, 2002; 2003), que pode ser caracterizado pela potência promovida pela interação com as tecnologias digitais, que permitem que qualquer sujeito seja, ao mesmo tempo, em qualquer espaço, produtor e consumidor de sentidos, diferentemente da cultura tida de massas. Para André Lemos, essa característica pode ser definida como uma das principais leis da cibercultura; a segunda lei seria a Liberação do polo da emissão. As diversas manifestações socioculturais contemporâneas mostram que o que está em jogo com o excesso de informação nada mais é do que a emergência de vozes e discursos anteriormente reprimidos pela edição da informação pelos *mass media*. A liberação do polo da emissão está presente nas novas formas de relacionamento social, de



disponibilização da informação e na opinião e movimentação social da rede. Assim, *chats, weblogs, sites*, listas, novas modalidades midiáticas, *e-mails*, comunidade virtuais, entre outras formas sociais, podem ser compreendidas por essa segunda lei (Lemos, 2003, p.2). Em diálogo com esse autor, invisto na interpretação de que a liberação do polo da emissão traduz-se nos ambientes escolares por meio das múltiplas formas de presença das relações com essas tecnologias digitais que muitas vezes são narrados como interrupções.

Ou seja, o que estou demarcando aqui por “questão do digital” é esta multiplicidade de fenômenos que emergem nas pesquisas, nas falas de professores no senso comum e que marcam a nossa contemporaneidade. Essas intromissões (falta de engajamento aos modelos e linguagens não digitais, questionamento sobre o conhecimento de professores e científicos em ambientes escolares, etc.) ocorrem não apenas porque o professor ou a escola teriam perdido a sua hegemonia enquanto sujeito e instituição produtoras ou validadoras de conhecimento. Aliás, arrisco que nunca a tiveram, pois as tradições, a religião, as mídias, etc., sempre disputaram esse espaço. E, ainda, se a escola se define como tal por meio da sua relação específica com o conhecimento (Gabriel, 2013), a busca de outras formas de manifestação dessa liberação do polo da emissão tende a revalidar o lugar desta instituição como um desses espaços privilegiados pela sua relação com os saberes. E não o contrário.

Nesse caminho, compreendemos por “questão do digital” a multiplicidade de fenômenos que se apresentam nas relações de ensino e aprendizagem de História, demarcadas principalmente pela ubiquidade e pela difusão do polo da emissão. Essas relações foram responsáveis por alterar composições espaço-temporais que alteram simultaneamente os processos de objetivação/subjetivação do conhecimento histórico escolar.

### **3. Sentidos de conhecimento histórico escolar e docência nas dissertações do ProfHistória**

Com o objetivo de selecionar as dissertações do programa, através do banco de dados da própria instituição, que se debruçassem sobre a articulação entre

conhecimento histórico escolar a questão do digital, foram empreendidos dois movimentos de busca. No primeiro, foram selecionadas as seguintes palavras-chave: “cultura digital”, “cibercultura”, “YouTube”, “internet”, “Instagram”, “tecnologias digitais” e “redes sociais”. Foram excluídos os trabalhos anteriores ao ano de 2018, de modo a completar os últimos cinco anos (2019-2023). Dessa seleção, foram encontradas 37 dissertações e, destas, 6 arquivos não estavam disponíveis, totalizando assim 31 dissertações.

Por meio da leitura e análise dos títulos das dissertações, foi possível perceber que as abordagens são múltiplas, reproduzindo a tendência descrita por (Monteiro; Rossato, 2023). Podemos identificar como subtemas de pesquisa relacionadas à questão do digital a produção e análise de jogos e o uso de redes sociais (Facebook, Instagram, YouTube, etc.) em atividades pedagógicas voltadas para o ensino de História. Outras abordagens também preconizam o letramento digital e/ou histórico como uma chave de entrada para problematizar a cultura e o uso das tecnologias digitais na História ensinada, o uso dos memes como ferramenta de ensino, bem como as narrativas históricas que circulam através dessa nova forma de linguagem.

Ainda sob o ponto de vista da História Pública e Digital, muitos foram os trabalhos que se debruçaram sobre as narrativas e ou conteúdos históricos escolares que circulam em redes sociais ou plataformas virtuais, na tentativa de identificar caminhos para as tensões que emergem do crescimento das diferentes formas de consumo do passado e das disputas dos regimes de verdade, dos crescentes discursos negacionistas, etc.

Ainda com as mesmas autoras (Monteiro; Rossato, 2023), o programa (ProfHistória) tem como uma de suas preocupações o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas que possam refletir e problematizar as demandas emergentes das práticas dos docentes de História, de modo a contribuir para a “melhoria da sua qualidade”. Deste modo, muitas dissertações contam com propostas didáticas de diferentes formatos (planos de aula, materiais didáticos em diferentes formatos, canais no YouTube, *sites*, *blogs*, perfis no Instagram, oficinas, cursos online, etc.). Alguns destes trabalhos optaram por divulgar suas pesquisas e resultados em espaços virtuais. Destes, aqueles que não tiveram uma reflexão sobre a

especificidade desta cultura, ou mesmo da utilização de tecnologias digitais como ferramentas para o objetivo de ensino/aprendizagem, foram excluídos da análise final. Já que, no meu entendimento, o espaço virtual fora utilizado como espaço de divulgação sem serem consideradas as suas especificidades e suas possíveis relações/articulações. Ainda, apesar desses trabalhos terem sido excluídos da minha seleção para leitura por não debaterem sobre as especificidades dos ambientes virtuais ou da cultura digital, isso não desqualifica suas considerações. Pelo contrário, podem nos indicar que estes espaços digitais são frequentemente procurados para servirem como plataformas importantes de divulgação dos resultados científicos produzidos no campo de pesquisas em ensino de História, incluindo a própria divulgação e produção do conhecimento histórico escolar.

Sem o recorte cronológico dos últimos cinco anos, foram encontrados 55 trabalhos o que representa aproximadamente 10% do total de dissertações defendidas (561) do ano de 2019 até o ano de 2023. No entanto, vale ressaltar que na plataforma do programa não havia sido incluído os trabalhos do ano de 2023, conforme verificado até dezembro deste ano. Esses números nos apontam que a questão do digital é bastante significativa e presente nas dissertações do programa bem como marcada pela multiplicidade de abordagens. Dessa maneira, concluiu-se que é possível que outros trabalhos além dos identificados possam emergir diante da busca com outras palavras-chave desse campo semântico vasto que define o digital.

Marcella Albaine Farias da Costa (2021) afirma que, ao analisar as dissertações dos anos de 2016 até 2018, produzidas no âmbito do programa, “Foi possível notar a variedade de subtemas e as formas (as mais diversas e criativas) de se explorar a relação do digital com o fazer histórico-escolar.” (Costa, 2021, p. 52). Essa tendência se seguiu nos trabalhos analisados por mim, nos anos seguintes (2019-2022). E foi essa multiplicidade que sustentou a fixação dos sentidos de digital que pretendi neste trabalho.

Desta feita, para que eu conseguisse identificar elementos de articulação entre o conhecimento histórico escolar e a questão do digital, fez-se necessária um novo movimento de busca e seleção das dissertações, que consistiu em identificar trabalhos que obtivessem os termos “conhecimento histórico escolar” em seus

títulos ou resumos. Foram encontrados ao todo 16 trabalhos, obedecendo ao mesmo recorte cronológico empreendido nas estratégias de busca anteriores nesta plataforma (2019-2023).

Depois da leitura do título e do resumo de cada um desses trabalhos encontrados, foram selecionados aqueles que estabeleciam algum tipo de relação com a questão do digital. É importante salientar que, dentro do conjunto de trabalhos anteriores, apenas um artigo encontrado na estratégia anterior de busca desta plataforma se repetiu nesta busca, o que chama atenção para a possibilidade de que existam ainda muitos outros trabalhos além dos encontrados aqui que se debruçam sobre alguma das facetas da questão do digital.

Persistindo no objetivo de analisar os sentidos de conhecimento histórico escolar que circulam naqueles trabalhos que estão interessados em articular as duas esferas de análise aqui privilegiadas - o conhecimento histórico escolar e a “questão do digital” nas suas mais variadas facetas e possibilidades - foram selecionados para a leitura final de apenas 4 artigos.<sup>3</sup>

Observa-se que o número de trabalhos que foram encontrados na primeira estratégia de busca e seleção das dissertações, com as palavras-chave que indicam a presença da preocupação com a questão do digital, é bastante significativo. Porém, quando realizamos a busca pelo entrelaçamento com o conhecimento histórico escolar, poucos são os trabalhos encontrados apontando para uma lacuna de pesquisas que se debruçam sobre essa especificidade ou que dialoguem com esse conceito.

A dissertação “Construindo narrativas no ciberespaço: uma proposta de letramento histórico digital para estudantes do ensino fundamental nos anos finais”, de Danilo Nogueira de Medeiros, defendida em 2020, buscou analisar as formas de utilização das tecnologias digitais, com ênfase nas que dizem respeito à comunicação e informação, de modo a garantir seu uso consciente e também o desenvolvimento do pensamento histórico. As abordagens teóricas privilegiadas pelo autor foram as da Didática da História, da Educação Histórica e também da História Digital. As formas de letramento histórico emergem como possibilidade de resposta à sua

---

<sup>3</sup> A plataforma não oferece a possibilidade de combinação entre mais de uma palavra-chave, o que não me permitiu buscar diretamente aqueles trabalhos que cruzassem as duas questões aqui interessadas.

problemática levantada. Sendo assim, sua investigação centrou-se na construção de uma proposta de atividade, com o objetivo de oferecer oportunidade de letramento-histórico digital em aulas de História do Ensino Básico, através da construção de narrativas digitais. Para o autor:

O letramento histórico ocorre com a instrumentalização essencial para habilitar os alunos a tratarem as fontes, problematizando-as e analisando cada uma. Também lhes permite contextualizar as informações obtidas, com o apoio de referencial historiográfico, e comunicar todo o seu aprendizado a partir de uma narrativa. O letramento digital, por sua vez, acontece atrelado a todos os processos anteriormente citados, pois os procedimentos de construção do conhecimento histórico escolar ocorrem mediados por aparelhos como tablets, celulares, computadores, usando a internet e valendo-se de ferramentas online, como os ambientes virtuais de aprendizagem. (Medeiros, 2020, p. 12)

Pode-se inferir, no fragmento acima, que, apesar do termo “conhecimento histórico escolar”, os sentidos articulados identificam na metodologia do conhecimento histórico-científico a validação para aquilo que deve ser ensinado na escola. Reforçando por sua vez a ideia de que a historiografia seria suficiente para sustentar a construção do conhecimento escolar. Ademais, pode-se afirmar que, apesar de o texto não explicitar o que compreende por conhecimento histórico escolar, ele é sempre associado à participação direta dos estudantes em sua construção. Isto destaca o quanto a atuação destes é fundamental para o que se compreende por conhecimento escolar e reforça a tendência identificada por (Monteiro; Rossato, 2023) de que a participação destes é um elemento constitutivo deste saber, que o diferenciaria, portanto, do produzido pela historiografia que não possui esta participação como inerente a sua constituição.

A dissertação “A história entre zeros e uns: Ensino de História e nativos digitais (2000-2018)”, escrita por Fábio Ferreira Pauli, prioriza a categoria de “nativos digitais” como chave interpretativa para buscar compreender as possíveis conexões entre a juventude, por meio do viés das suas construções identitárias influenciadas pelo mundo digital e o conhecimento histórico escolar. Foram utilizados autores do campo da pedagogia para construir o entendimento de cultura escolar, mas, apesar disso, pode-se depreender que sua concepção de conhecimento

histórico escolar considera duas dimensões como principais para a sua constituição: a participação dos estudantes e o conhecimento científico basilar.

Na proposta pedagógica apresentada como resultado da pesquisa, Pauli (2000 – 2018) propôs que os estudantes da 2ª série do Ensino Médio desenvolvessem um jogo digital, cujo objetivo foi o de proporcionar “uma produção de uma experiência historiográfica, junto aos estudantes, de forma a possibilitar novos caminhos de aprendizagem por meio de ferramentas próximas do seu cotidiano.” (p. 121). Sendo assim, ao definir a atividade didática em que os estudantes usam os jogos digitais aliados ao conteúdo historiográfico como “experiência historiográfica”, privilegia-se, como no trabalho anterior, o conhecimento científico como lugar de validação daquele conhecimento histórico que deve ser ensinado nas escolas. Bem como pode contribuir para compreensão de um determinado sentido de historiografia que está restrita ao espaço científico-universitário, reforçando-o também como parâmetro para definir o que deve ser ensinado na escola. Assim, apesar de reconhecer a participação ativa dos estudantes, não os considera como produtores de historiografia de antemão, apenas após a adequação aos métodos historiográficos.

Na dissertação “Professora, afinal, para que serve a História? Vidas no papel e projeções de futuro no ensino e aprendizagem de História da Geração Z”, escrita por Susanna Fernandes Lima, parte do mesmo olhar epistemológico dos artigos anteriores - da Didática da História. Além disso, privilegia o ponto de partida geracional como forma de enfrentar a relação entre juventude, ensino de História e a questão do digital e apresenta novamente a ideia predominante nos textos aqui analisados: de que a ciência histórica deve ser basilar na constituição do conhecimento histórico escolar e assim contribuir para a formação de uma “consciência histórica”. O objetivo da dissertação de Susanna consistiu em apresentar uma resposta, construída com seus estudantes, em uma escola pública do Rio de Janeiro, para uma pergunta ao mesmo tempo comum, batida e extremamente relevante, anunciada em seu título: “afinal, para que serve a história?”.

Sua pesquisa apontou para a constatação de que a pergunta, muitas vezes repetida em sua experiência docente, representa a tentativa dos estudantes de atribuir sentido às suas experiências de aprendizado. Nesse caminho, a participação

ativa dos jovens é um elemento importante - assim como outros também trazidos no texto - da constituição do conhecimento histórico escolar. No entanto, a autora chama atenção também para o fato de que o conhecimento científico não é transferido sem alterações e recontextualizações, que levam em consideração outros saberes e processos de subjetivação envolvidos, principalmente advindos da participação ativa dos estudantes, mas também dos processos de seleção, organização e reestruturação dos saberes científicos constituídos, ainda, pela subjetividade dos professores.

No entanto, o que mais se destacou no trabalho de Susana foi uma das descobertas da sua pesquisa. Os estudantes das suas turmas de ensino médio, convidados a ilustrarem as suas relações com as mídias digitais, responderam com imagens que aparentam e descrevem tristeza, desespero, infelicidade, desânimo, etc., indo contra ao que normalmente se espera do comportamento dos jovens em relação à utilização das redes sociais e de tecnologias digitais: um entusiasmo. Existe toda uma expectativa de que a utilização de tecnologias digitais no ensino de História possa contribuir para a construção de uma maior participação ou engajamento dos estudantes, resultante de uma identificação maior com a aula por meio da relação com uma ferramenta que possibilita acesso a elementos constituidores da cultura da geração dos nomeados “nativos digitais”.

Observa-se que as dissertações articulam os sentidos de que a utilização das tecnologias digitais na interação com o conhecimento histórico escolar tende a promover e incentivar uma maior participação dos sujeitos escolares na construção do conhecimento histórico com o objetivo de lhes proporcionar maior autonomia e engajamento. Importa sublinhar que, se o reconhecimento de tais tecnologias nos estudos sobre a interface ensino de História e cultura digital foram fundamentais para a modificação das relações de ensino e aprendizagem, bem como nos diferentes impactos que isso tem provocado na circulação, divulgação, construção e compreensão do conhecimento científico, essas pesquisas quase não se preocupam com uma epistemologia própria do conhecimento escolar. Delegando às preocupações da ciência histórica com suficientes para letrar ou aproximar essas ferramentas do ensino de História.

Monteiro e Rossato ainda identificaram que “a apropriação das tecnologias de informação e comunicação por parte dos professores e estudantes em prol do processo educativo” (Monteiro; Rossato, 2023, p. 50) é um dos dez principais temas abordados pelas dissertações deste programa nos últimos anos. Para as autoras, esses trabalhos abordaram principalmente a tecnologia como um “suporte para o material didático produzido” e também por “reflexões que buscam investigar seu impacto na aprendizagem das crianças e jovens acerca da História.” Também destacaram que o termo “digital” apareceu algumas vezes associado ao termo “aprendizagem” (Monteiro; Rossato, 2023, p. 50), bem como o termo “histórico-digital” também foram associados ao termo “letramento”, quando analisadas as palavras-chaves das dissertações produzidas pelas turmas de ingresso nos anos 2016 e 2018.

Quanto ao conjunto de dissertações, que utilizaram em suas análises, foi identificado que apareceram muitas ocorrências do termo “aprendizagem”. As autoras apontam que a presença recorrente desse termo pode evidenciar a preocupação destes pesquisadores, como uma tendência em valorizar “atitude de historiador” como uma das funções de se “ensinar História”. Essa tendência, por sua vez, se inscreve nos estudos dessa área, que destaca os limites e potencialidades de diversos materiais didáticos e outros suportes de práticas públicas de História e suas utilizações nas relações de ensino de aprendizagem. (Monteiro; Rossato, 2023). O que também se verifica nas dissertações que foram analisadas neste trabalho.

Em relação à produção do conhecimento histórico escolar e a o que foi possível de se observar nas dissertações percebe-se uma reativação de um debate implícito nas questões levantadas até aqui sobre quem teria autorização para definir os currículos de História, nas suas mais variadas concepções, no ensino básico: o campo da educação ou o campo da História/historiografia. Por outro lado, aposta-se que a profusão de trabalhos sobre a temática demonstra a força que o campo do ensino de História veio construindo nas últimas décadas. Ainda, é possível destacar os debates sobre a autonomia dos saberes escolares em relação aos saberes acadêmicos.

Em relação aos sentidos de docência articulados pelas dissertações é possível afirmar que a identificação de que os estudantes se sentem mais motivados com a



utilização das tecnologias digitais tende tanto a atribuir ao professor de História o papel de apropriar, manusear e empregar a utilização destas tecnologias em suas estratégias de ensino, quanto a reforçar uma caracterização tecnicista destas tecnologias, compreendendo-as somente como ferramentas.

Nessa direção é como se essas ferramentas tivessem (em si) a potencialidade de contribuir para esse engajamento maior sem considerar as interações delas com os sujeitos. Apesar de se ressaltar novos sentidos atribuídos à relação com essas tecnologias, sobretudo no que tange à participação dos alunos, elas reforçam concepções de docência que estão atreladas ao papel do professor como responsável pela transmissão de saberes acumulados ou pela construção de espaços de aprendizagem.

Nas dissertações do ProfHistória aqui analisadas, pode-se identificar dois fortes sentidos de docência: no primeiro, cabe ao docente a responsabilidade de transmitir os saberes técnicos necessários para o manuseio crítico das tecnologias digitais e da integração na cultura digital. O papel do professor de História em relação à profusão desse manuseio crítico para a construção da cidadania e para o exercício da democracia é reforçado e reatualizado. Nesse caminho, o professor também seria responsável pela mediação da aprendizagem que se dá por meio destas tecnologias, fazendo isso por meio da construção dos ambientes e das atividades que a proporcione. Retirando assim dessa cadeia de definições de docência o papel de construtor de conhecimento e contribuindo, portanto, para que esse papel seja delegado para professores universitários e ou pesquisadores.

O segundo sentido de docência reafirma a fixação de sentido de 'professor' como curador, mediador ou norteador da construção do conhecimento histórico escolar e também da relação com as tecnologias digitais e suas culturas. Isso se faz sob a argumentação de que as características inerentes da cultura digital - marcadas pela efemeridade e velocidade com que essas tecnologias se modificam- exigem novos papéis. Dentre esses papéis, destaca-se o de ensinar aos estudantes a lidarem com o volume e com a velocidade de informações e conhecimentos que circulam e são produzidos nos ambientes virtuais.

Nos textos analisados, termos como mediador, curador, orientador, ao serem mobilizados para adjetivar o substantivo docente, participam da cadeia de significação do significante professor/a. Com efeito, nessa perspectiva, o/a professor/a mediador/curador/orientador é definido como aquele que seria capaz de utilizar (em suas múltiplas funcionalidades e possibilidades) as tecnologias digitais de forma crítica, proporcionando condições que efetivem um maior engajamento e autonomia para os estudantes na hora de acessarem, construírem e se relacionarem com os conteúdos históricos na internet, além de fazê-lo de uma forma mais ampla, com os conhecimentos deste ambiente virtual.

É mencionado, também, o aparente despreparo técnico de professores e dos estudantes. Em relação ao despreparo dos professores, dois sentidos encontram-se em disputa: uma visão de que o despreparo pode acontecer por decorrência das suas constituições geracionais, o que os qualificariam cognitivamente/culturalmente/biologicamente como diferenciados em relação à geração que nasceu se relacionando com tais tecnologias e cultura.

A outra visão responsabiliza as ausências das formações de professores em relação à questão da tecnologia como responsáveis por esse aparente despreparo dos professores. Digo aparente despreparo pois, apesar de alguns trabalhos do ProfHistória reforçarem essa concepção, outros vêm questionando a noção de “nativos e imigrantes digitais”, pois esta categoria estaria carregada de determinismos biologizantes. (Rodrigues, 2018).

Pode-se depreender que, apesar de grande parte da literatura acadêmica reafirmar que é notável e inquestionável que as tecnologias digitais e as principais características das culturas digitais que definem nosso tempo presente são responsáveis por transformar a forma como produzimos conhecimento, as dissertações do ProfHistória analisadas mostram que essa articulação não é automática tampouco evidente. Nesses estudos, pouco se avançou em relação a como nós professores significamos as tecnologias digitais na relação com a produção de conhecimento histórico escolar. Ao contribuírem para reafirmar o sentido de professor como transmissor ou mediador, ratificam sentidos que já circulavam no campo, apenas com a roupagem da inovação tecnológica entusiástica.

Afinal, outras metodologias, já muito mobilizadas pelos docentes, para além das digitais, podem cumprir o papel de proporcionar um ensino ativo, interativo, engajado, cidadão, etc.

#### **4. Considerações finais e provisórias**

Este artigo explorou os sentidos de conhecimento histórico escolar e de docência que foram possíveis de serem fixados entre os discursos dos professores-pesquisadores de História autores das dissertações analisadas. Delimitamos o ProfHistória como o principal campo discursivo, pois consideramos esses discursos como atuantes e potentes na arena de disputas dos currículos de História no ensino básico e na formação de professores.

Os principais sentidos de conhecimento histórico que podemos ressaltar é a noção de que o conhecimento histórico escolar é uma derivação da ciência histórica, possuindo seus regimes de verificação (Meneses, 2019, 2021) sustentado na produção acadêmico-científica. Observa-se ainda que o conhecimento histórico escolar é associado à participação ativa e consciente de estudantes e professores.

Aposto, assim, na importância da categoria de conhecimento nos processos de significação de termos como escola e docência como estratégia de enfrentamento, em contexto de populismos digitais (Cesarino, 2020), de manifestações decorrentes da abertura do polo da emissão nas situações escolares e de consciência forçada da maioria de nós durante a pandemia de Covid-19 do cenário sociotécnico em que estamos inseridos. Observamos também que o populismo digital (Cesarino, 2020) tem desestabilizado os regimes de verificação da ciência histórica (Meneses, 2019, 2021), comprometendo, por consequência, a legitimidade social do que é ensinado nas escolas, desautorizando assim os produtores desses conhecimentos (professores/cientistas).

A pesquisa também aponta para uma certa fragilidade da autonomia epistemológica do conhecimento histórico escolar, que se justifica pelos sentidos hegemônicos que foram articulados pelos discursos dos professores-pesquisadores do ProfHistória. A ênfase na relação com o conhecimento científico como orientação central para a construção do

conhecimento escolar destaca a falta de regimes de verificação (Meneses, 2019,2021) específicos para legitimar aquilo que deve ser considerado - ou não - por conhecimento histórico escolar. Isto pode levar somente à utilização dos regimes de verificação da ciência histórica, muitas vezes desestabilizados, como forma de compreender o que é ensinado nas salas de aula do ensino básico sem levar em consideração a amálgama de interações que constitui a especificidade do que se constrói na escola.

### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, Cinthia Monteiro de; SANTOS, Pedro Coutinho dos. Ensino de História e Cambonagem: o ProfHistória como encruzilhada para uma educação pelo dendezeiro. **Caderno Cajuína Revista Interdisciplinar**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2022.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020.

COSTA, Marcella Albaine Farias da. **Ensino de História e historiografia escolar digital**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

GABRIEL, Carmen Teresa. Objetivação e subjetivação nos currículos de licenciaturas: revisitando a categoria saber docente. **Revista Brasileira De Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. e230071, 2018.

GABRIEL, Carmen Teresa. Que ensino de história para qual verdade? Desafios teóricopolíticos em tempos de negacionismo. In: ROCHA, H. A. B.; MAGALHÃES, M. de S. (Orgs.). **Em defesa do Ensino de História. A democracia como valor**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

GABRIEL, Carmen Teresa; CASTRO, Marcela Moraes de. Conhecimento escolar: objeto incontornável da agenda política educacional contemporânea. **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 45, n. 31, p. 82-110, jan./abr. 2013.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade: Cultura, Mídia e Educação**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 15-46 jul./dez. 1997.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Pós-marxismo sem pedido de desculpas. In: LOPES, A. C.; MENDONÇA, D. de. **A teoria do discurso de Ernesto Laclau: Ensaio Críticos e entrevistas**. São Paulo: Annablume Editora, 2015.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. O Comum: um ensaio sobre revolução no século 21. Tradução Renan Porto. Universidade Nômade, 2016.

LEMOS, André. **Cibercultura. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 8. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

LEMOS, André. **Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época**. In: LEMOS, André; Cunha, Paulo (Orgs.). Olhares sobre a Cibercultura. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003. p. 11-23.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2010.

LOPES, Alice Casimiro. MENDONÇA, Daniel de (Orgs.). **A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: Ensaio críticos e entrevistas**. São Paulo: Annablume Editora, 2015.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Niterói, v. 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

MEDEIROS, Danilo Nogueira de. **Construindo narrativas no ciberespaço: uma proposta de letramento histórico e digital para estudantes do Ensino Fundamental nos Anos Finais**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

MENDONÇA, Daniel; LINHARES, Bianca de Freitas; BARROS, Sebastián. O fundamento como “fundamento ausente” nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e **Revista Espacialidades** [online]. 2022.1, v. 18, n. 1, ISSN 1984-817X [134]

Laclau. **Sociologias: Epistemologia das Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 164-194, jan./abr. 2016. DOI:10.1590/15174522-018004106.

MENESES, S. Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020). **Revista Brasileira de História**, [S. l.], v. 41, n. 87, maio/ago. 2021.

MENESES, S. Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 66–88, 2019. DOI: 10.20949/rhhj.v8i15.522.

MONTEIRO, Ana Maria; ROSSATO, Luciana. ProfHistória: formação docente, demandas do presente e novas perspectivas para o Ensino de História. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 36–59, jan./abr. 2023. DOI: 10.12957/revmar.2023.71053.

PRETTO, N. de L. O desafio de educar na era digital: educações. **Revista Portuguesa de Educação**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 95–118, 2011. DOI: 10.21814/rpe.3042.

RODRIGUES, Aldair. O ensino de História na era digital: potencialidades e desafios. In: DURÃO, Susana; FRANÇA, Isadora (Orgs.). **Pensar com método**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. p. 145-175.

SANTAELLA, L. O Homem e as Máquinas. In: DOMINGUES, D. (Org.). **A arte no século XXI: a humanização das tecnologias**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes do pós-humano: Da cultura das mídias a cibercultura**. São Paulo: Editora Paulus, 2003.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2019.

SANTOS, Soares Yan. Decolonizar a História Digital Apontamentos sobre Cibercultura, Ensino de História, Ensino de História e Fundamentos da Educação. **Revista Teoria da História**. V.27, nº1, p.110-133, 2024.

TAMANINI, P. A.; SOUZA, M. S. As novas tecnologias e o ensino de História como temática de pesquisas nas universidades brasileiras. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. e32142, 2019. DOI: 10.15448/2179-8435.2019.1.32142.

## **A ARGÉLIA SE DESVELA:** Mulheres argelinas frente a campanha de emancipação colonial nos anos da guerra.

Bruna Perrotti<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 03/05/2023

Artigo aceito em: 04/10/2024

### **RESUMO:**

Durante a Guerra de Independência da Argélia, ou a Revolução Argelina (1954-1962) a administração colonial elegeu a libertação da mulher argelina como símbolo da chamada Campanha de Emancipação Colonial. Tal campanha consistiu em uma série de investimentos públicos e uma violenta intervenção na realidade das mulheres acompanhada pela concessão repentina de direitos progressistas para elas. Este trabalho buscou tecer um panorama da situação da mulher argelina quando a guerra começa e reconstituir aspectos da campanha, destacando como ela afetou diferentes mulheres e evidenciando a multiplicidade de posicionamentos e formas de atuação das mulheres argelinas frente as investidas coloniais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revolução argelina; mulheres; agências.

### **ALGERIA UNVEILED:**

Algerian women facing the Colonial Emancipation Campaign in the war years

### **ABSTRACT:**

During the Algeria's War of Independence, or the Algerian Revolution (1954-1962) the colonial administration elected the liberation of Algerian women as a symbol of the so-called colonial emancipation campaign. This campaign consisted of a series of public investments and violent intervention in the reality of women accompanied by the sudden concession of progressive rights for them. This work aims to make an overview of the situation of the Algerian woman when the war begins and reconstruct aspects of such a campaign, highlighting how it affected different women and focusing on the multiplicity of positions and forms of action of Algerian women in the face of colonial attacks.

**KEYWORDS:** Algerian revolution; women; agencies.

## **1. Introdução**

---

<sup>1</sup> Mestra em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1116970556120224>. E-mail: [bruuperrotti@gmail.com](mailto:bruuperrotti@gmail.com)



O bastante conhecido ensaio “A Argélia se desvela”, de Frantz Fanon é hoje a principal referência no Brasil sobre a situação e a atuação das mulheres argelinas na Guerra de Independência da Argélia, tendo sido publicado originalmente na obra *L’an cinq de la Revolution algerienne*, em 1959, cinco anos após o início dos conflitos. A obra faz, a partir da perspectiva de um militante da Frente de Libertação Nacional, e naquele momento, coordenador de seu jornal oficial (*El Moudjahid*), uma análise sociológica e um balanço dos conflitos até aquele momento. Este texto, em particular, denuncia como a administração colonial francesa mobilizava questões de gênero durante a guerra afim de legitimar não só a manutenção da colonização, como uma intervenção direta na realidade das mulheres argelinas apresentadas pela administração como vítimas que deveriam ser libertadas, sendo as campanhas de desvelamento públicas os maiores exemplos da violência deste processo de “libertação”. Fanon explica essa intervenção na esfera privada como uma estratégia para dividir a sociedade argelina a partir da conquista das mulheres. O texto ilustra de maneira clara a tonalidade que assume o discurso colonial naquele momento:

A administração colonial pode então definir uma doutrina política precisa: — Se queremos atingir a sociedade argelina em sua estrutura, em suas faculdades de resistência, precisamos primeiro conquistar as mulheres; é preciso buscá-las atrás do véu com o qual elas se dissimulam e nas casas onde os homens as escondem. A situação da mulher será então tomada como tema de ação. A administração dominante quer solenemente defender a mulher humilhada, rejeitada, enclausurada... Descrevem-se as imensas possibilidades da mulher, infelizmente transformada pelo homem argelino em objeto inerte, desmonetarizado, isto é, desumanizado. O comportamento do argelino é firmemente denunciado e assimilado a sobrevivências medievais e bárbaras. (Fanon, 2002, p. 27)

Para Fanon, assim como todas as outras reações desesperadas de uma estrutura decadente que busca sobreviver, essa está fadada ao fracasso, pois as mulheres argelinas aceitaram prontamente a decisão dos dirigentes da revolução de se engajar na luta, e agora, com a força do movimento nacionalista e das circunstâncias da guerra, uma verdadeira transformação social se passava: elas deixavam seu lugar de inércia e assumiam novos papéis sociais. O autor traz uma análise inovadora para a época demonstrando como o colonialismo estava imbricado em relações de gênero em suas reinvenções, entretanto, acaba por subestimar a

agência das mulheres antes da revolução, atribuindo a decisão de engajamento delas a líderes da FLN, mais grave, para se opor ao discurso civilizatório francês, Fanon minimiza tensões do patriarcado argelino, que já vinham sendo denunciadas por mulheres argelinas como Assia Djebar, incidindo em uma romantização das relações de gênero na Argélia no período revolucionário. Para o autor, as mulheres durante a revolução, não eram mais questionadas sobre sua honra e passavam a instrumentalizar o véu que, antes um elemento estático da tradição, agora se convertia em uma arma contra o colonialismo. O autor registra como em atos heroicos, mulheres argelinas transportavam bombas escondidas sob o véu, ou o dispensavam, se passando por europeias e carregando explosivos em suas cestas. O momento da publicação do texto, o torna além de um balanço sociológico, também um manifesto político contra o colonialismo, por esse motivo ele acaba por privilegiar o registro de algumas experiências e posicionamentos de mulheres sobre a guerra, em detrimento de outros.

A campanha de emancipação colonial durante a guerra pode ser lida através das reflexões de Spivak sobre a situação da mulher no contexto colonial indiano, a autora usa em sua argumentação o caso específico da abolição britânica do sacrifício das viúvas em 1829, a viúva hindu (*satti*, em sânscrito) caminha até a pira funerária em chamas do marido morto e se imola sobre ela: *A abolição desse ritual pelos britânicos foi geralmente compreendida como um caso de “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura”* (Spivak, 2010, p. 91).

A sentença formulada pela autora, que toma a abolição do ritual indiano como origem simbólica, pode ser aplicada para pensar as tensões relacionadas às mulheres argelinas no século XX, capturadas nos episódios de desvelamento públicos empreendidos pela administração colonial que visavam “libertar” as mulheres da opressão patriarcal de uma sociedade supostamente inferior em uma escala civilizacional. Na realidade, tais tensões, para além do véu, abrangem uma série de outros costumes e convenções, que buscavam regular as condutas, os corpos e os destinos das mulheres na sociedade argelina, e que são reivindicadas por

uma postura nacionalista conservadora, como parte de uma tradição ameaçada pelo colonialismo.

A teórica afirma que no caso indiano a transposição da questão do ritual *satti* da esfera privada para a pública tem uma relação complexa com a conversão do poder britânico de uma esfera mercantil e comercial para uma presença territorial e administrativa (Spivak, 2012, p. 96). No caso argelino em questão, séculos depois, é quando a presença territorial e administrativa é posta em cheque, ou seja, durante a Guerra de Independência, que as questões privadas relacionadas aos “direitos das mulheres” passam a ser uma questão digna de intervenção em campanhas ideológicas, legislativas e militares: é quando se tem os desvelamentos forçados, como afirma Fanon, mas também a aprovação súbita de uma série de leis progressistas relacionadas à família, ao casamento, ao acesso a saúde e à ocupação das mulheres em espaços educacionais, colocando a Frente de Libertação Nacional na difícil posição de ter que lidar com a reação conservadora dessas medidas ao mesmo tempo em que buscava maximizar o engajamento feminino na causa da independência, o texto de Fanon responde a este contexto.

Partindo dessas reflexões e problemáticas, neste trabalho buscamos descrever a situação de direitos das mulheres argelinas até o início da guerra, detalhar aspectos da chamada Campanha de Emancipação Colonial e enfatizar a multiplicidade das respostas das mulheres argelinas às tensões apresentadas, em todas as suas contradições. Entre as heroínas estampadas pelo periódico da FLN e exaltadas por Fanon e as mulheres oprimidas capturadas pelo olhar colonial, há durante a guerra, um leque diverso de mulheres com opiniões políticas distintas, em situações concretas, que reagiram às investidas coloniais de formas diferentes.

## 2. Desenvolvimento

Já no século XIX, no período colonial, a sociedade argelina era particularmente restrita em relação aos direitos das mulheres se comparada a outras sociedades do norte da África e no Oriente Médio (Leonhardt, 2006, p. 8). A situação delas era regida pela observância do direito malékite e de costumes locais

ambos baseados em uma tradição islâmica que favorecia a linhagem masculina da família e que mudou pouco no período da ocupação francesa:

O direito familiar muçulmano não concede às mulheres as capacidades ligadas a maioridade. A mulher é colocada sobre a tutela do pai, seu “ouali”, que detém o direito de firmar o matrimônio de sua filha virgem. Assim, as mulheres são frequentemente casadas logo quando crianças. O casamento de meninas que ainda não haviam menstruado, autorizado pelo direito malékite argelino, não permite controlar de maneira estrita o momento de consumação do casamento. Uma vez casada, a mulher depende da tutela de seu marido, que tem autoridade sobre ela e seus filhos. Ela não pode se opor à poligamia de seu marido, a não ser no caso de que isso tenha sido estabelecido previamente no contrato de casamento. Ela é submetida ao repúdio unilateral, que é o modo de dissolução mais comum dos casamentos na Argélia. Por sua vez, a mulher muçulmana pode pedir o divórcio em um número de casos bem específico. A mulher cabila não tem acesso ao direito ao divórcio. Em caso de falecimento do marido, a mulher muçulmana herda um oitavo da herança. As mulheres cabilas, em aplicação das Kanouns, são excluídas de toda herança. (Sambron, 2003, p. 226, tradução nossa)

Apesar de permitida, como afirma Djamil Amrane, a influência da cultura berbere fez com que a poligamia fosse algo excepcional na Argélia (Amrane, 1992, p. 58). Alguns grupos berberes que mais resistiram a abandonar suas próprias dinâmicas sociais frente a expansão do islamismo, divergiram moderadamente dessas linhas gerais como é possível observar no excerto citado sobre a região da Cabila, em que o relevo montanhoso e o consequente fator de isolamento geográfico ajudou na conservação dos costumes (Fanon, 2011, p. 18).

Por parte dos agentes do imperialismo, os relatos de viagem, quadros e mesmo estudos etnográficos contribuíram para a criação de um sistema de representações que retratava as mulheres argelinas ora de maneira sexualizada, misteriosa, e disponível ao olhar e às vontades dos “exploradores” – é o caso do quadro *Femmes d’Alger dans leur appartement* (1834) de Delacroix, - ora como vítimas oprimidas por uma sociedade bárbara e patriarcal. Em *Couro Imperial* (2018), McClintock nos lembra que as linhas gerais desse imaginário já vinham sendo constituídas muito antes do período colonial:

Viajantes da Renascença encontravam uma audiência voraz e lasciva para suas estórias picantes de tal forma que, muito antes da era do alto imperialismo vitoriano, a África e as Américas já se tinham tornado o que pode ser chamado de *pornotrópicos* para a imaginação europeia – uma

fantástica lanterna mágica da mente na qual a Europa projetava seus temores e desejos sexuais proibidos (McClintock, 2018, p. 44)

Na construção dessas imagens o véu era um elemento importante. Em “A Argélia se desvela”, Fanon nos dá a ideia do potencial que a imagem da mulher velada tinha na construção visual de toda uma sociedade, as roupas fazem a primeira impressão de quem olha de fora (Fanon, 2011, p. 17). O retrato das mulheres como vítimas, entretanto, nunca serviu para que as instituições coloniais intervissem em prol da ampliação dos direitos das mulheres. Ao contrário, como afirma MacMaster, a administração cooperou com intelectuais conservadores que defendiam as leis vigentes e as práticas tradicionais a fim de *legitimar a exclusão* dos nativos do estatuto de cidadão – o Código civil francês (Macmaster, 2012, p. 218-219).

A intervenção colonial na esfera privada, tanto no casamento como nas relações familiares, além de não colaborar com os interesses coloniais, corria o risco de provocar uma desestabilização que deixaria a Argélia ingovernável (Cole, 2012, p. 218). Como afirma Memmi, o colonizado, inferiorizado, privado de direitos, terras e participação política, encontra na família e na religião valores refúgios diante da situação global dos outros aspectos de sua vida, e sendo esses valores os únicos que ainda consegue controlar, se agarra a esse controle (Memmi, 1977, p. 94). Memmi nos faz entender como o colonialismo ao criar discursos e representações invasivas carregadas de racismo, sexismo e ideologias civilizatórias contribuiu para o aumento do conservadorismo.

Para Chaterjee, essa recusa a deixar com que o colonialismo interferisse na esfera privada é uma característica central dos nacionalismos anticoloniais. Se contrapondo a tese de Benedict Anderson, de que os nacionalismos na África e na Ásia teriam sido importados da Europa por elites intelectuais que se apoiaram em formas modulares do nacionalismo europeu (Anderson, 2008). Chaterjee afirma que a singularidade dos nacionalismos anticoloniais - constituídos muito mais na experiência cotidiana que no intelecto - se manifesta na criação de seu próprio campo de soberania, através da divisão do mundo das instituições e das práticas sociais em dois “domínios”: um material, que abarcaria as esferas da política, da

ciência e da tecnologia, em que o poder colonial claramente havia triunfado, e um espiritual, no qual o nacionalismo se reivindica soberano e não permite intervenções. Chaterjee ressalta neste domínio espiritual, a criação de um campo interno da cultura nacional e não deixa de evidenciar, além da importância da língua como marcador identitário, a importância das mulheres e da família na conformação da identidade nacional vinculada à tradição (Chaterjee, 2008, p. 230).

A socióloga Daniele Amrane afirma que, em 1954, quando a guerra começa o resultado da qualidade da opressão dupla – colonial e tradicional – a qual as mulheres estiveram submetidas até então, era bastante desfavorável:

elas eram completamente excluídas da vida pública, apenas 4,5% sabiam ler e escrever (a média geral da população girava em torno de 10%) e não tinham acesso ao mercado de trabalho com a exceção dos setores que não demandavam qualificações profissionais. Se eram camponesas ou empregadas, trabalho para elas era uma questão de sobrevivência; não haviam mais do que seis mulheres doutoras e apenas 25 professoras no ensino secundário, nenhuma no superior, na Universidade de Argel, dos 500 estudantes, apenas 50 eram meninas. A partir desses dados temos alguma noção da situação das mulheres logo antes da eclosão da guerra. Três anos após o início dos conflitos, no ano de 1957, a administração colonial mudaria por completo sua postura de não intervenção dando início a chamada campanha de “emancipação” (Amrane-Minne; Abu-Haidar, 1999, p. 62)

No dia 16 de maio de 1958, ao som de *La Marseillaise* e *Le Chant des Africaines*, o governo francês reuniu milhares no centro de Argel, que assistiram à performance do desvelamento de inúmeras argelinas por mulheres francesas. As primeiras, depois do ato, cantaram “Kif kif les françaises” (“Sejamos como as mulheres francesas”). (Shepard, 2006, p. 187 apud Quinan, 2011, p. 724). Essas argelinas eram participantes do grupo chamado Femmes Solidarité, uma organização que tinha como suposto objetivo melhorar as vidas das mulheres na Argélia. Entre as francesas que retiraram os véus se encontrava, junto com as mulheres de outros oficiais, Madame Salan, que era casada com o general que comandou as forças armadas francesas na Argélia em 1958 e depois foi líder da organização contra terrorismo que lutou contra as forças independentistas (Quinan, 2011, p. 725). A performance foi realizada cercada por militares armados e se repetiria em várias outras cidades nas próximas semanas. A campanha de

desvelamento, como ficou conhecida, fazia parte de uma maior que envolvia outras medidas de intervenção:

Entre janeiro de 1957 e o final de 1959 a junta civil-militar de regime na Argélia, como parte da estratégia de emancipação, instituiu uma série de iniciativas que foram pensadas para estender os direitos legais e “liberar” as mulheres muçulmanas da ignorância e do peso esmagador da dominação patriarcal, medidas que incluíam campanhas de desvelamento, times médicos femininos nas zonas rurais (EMSI), aumento do acesso a escolarização, treinamento jovem, junta europeia-muçulmana de mulheres, extensão do direito ao voto, e uma nova legislação sobre a família (MacMaster, 2007, p. 94)

Se nas cidades os desvelamentos se davam como espetáculos públicos, na região das montanhas da Cabila, outros desvelamentos ocorriam de forma mais privada na confecção de cartões de identificação.

Nós estávamos no período dito de “pacificação”. O que queria basicamente dizer: arrasar as casas isoladas dos *fellagas* para os obrigar a reconstruí-las ao redor do posto militar francês, nas vilas de reagrupamento, onde cada habitante deveria ter uma carta de identidade e era eu o responsável por fazer as fotografias. (Garenger apud Sarret, 2012, tradução nossa)

O entrevistado é Marc Garenger, que em 1960, foi convocado para atuar no exército francês, e que chega à Cabila no vilarejo de Ain Terzine, localizado à 100 quilômetros ao sul de Argel. O fotógrafo estava sob o comando do general Maurice Challes, um dos líderes do exército francês que naquele momento atacava as vilas suspeitas de abrigarem e colaborarem com membros da FLN nas montanhas. Para cortar a comunicação e o abastecimento dos militantes o general decide por destruir as vilas e transferir a população para as vilas de reagrupamento, que segundo a matéria de Carole Naggar, e outros testemunhos, eram basicamente um eufemismo para campos de concentração.

Figura 1: Mulher não identificada



Fonte: Marc Garenger, 1960

As campanhas de desvelamento ocorreram no mesmo ano do tour do General de Gaulle pela Argélia. Imagens do então presidente neste tour em que ele falava diretamente às mulheres argelinas foram exibidas dois anos depois no documentário *The falling Veil* produzido em 1960 pelo governo francês, a narração no documentário era a seguinte: “a confiança dele nas mulheres agiu quase como uma corrente elétrica para muitas delas, uma espécie de choque psicológico que as sacudia da antiga atitude apática para uma nova percepção de si mesmas” (Shoefield, 1960 apud Quinan, 2011, p. 726). De acordo com Quinan, esse documentário mostra mulheres europeias levando argelinas para lojas de departamento, correios e outras



“modern-day conveniences”, uma atitude a princípio estranha, considerando que elas viviam em um país industrializado em pleno século XX, mas que pode ser entendida dentro de um movimento maior da ideologia imperialista que inventa para a África desde o século XIX um *espaço anacrônico* (McClintock, 2018, p. 74).

Em relação às alterações legislativas propostas pela campanha de emancipação, além do direito ao voto, destacam-se as leis conhecidas como Leis de Casamento, que se diferenciavam das leis Melékite tradicionais dominantes, pela proibição do casamento de meninas menores de 15 anos; a substituição do casamento arranjado pela livre escolha de ambas as partes; a abolição do repúdio – ato que permitia ao marido romper com a mulher apenas pela proclamação verbal, sem maiores justificativas ou responsabilidades perante a ex-esposa e os filhos; e ainda a afirmativa de que essas determinações deveriam passar por registros civis e os juízes resolveriam os casos problemáticos prezando pelos interesses das crianças e priorizando o suporte delas e das mães (MacMaster, 2007, p. 95).

MacMaster faz uma análise das possíveis razões para essa mudança de estratégia da administração colonial em relação a esfera privada na qual destacamos a surpresa com a extensão do engajamento das mulheres nos conflitos, que imaginando que a FLN poderia tentar potencializar – como de fato o fez – precipitou uma ação que pudesse desmobilizar a atuação da Frente atraindo as mulheres com a concessão de direitos. Além disso, a Tunísia e o Marrocos, que haviam conseguido autonomia de forma muito mais simples do que a Argélia, haviam acabado de aprovar códigos familiares progressistas, que deixavam a Argélia francesa sem argumentos frente à opinião internacional tratando-se de direitos humanos. E, por fim, a questão que o autor coloca como de maior relevância é que o Gabinete de Psicologia e Assuntos de Guerra, dominado pelos militares franceses, considerou que a campanha ideológica da “emancipação” deveria focar na questão das mulheres como um símbolo de uma modernização maior empreendida pelo governo francês que envolvia também uma política econômica desenvolvimentista de largos investimentos concretizada no *Plan de Constantine*, posto em prática em 1958, também como forma de deslegitimar os argumentos nacionalistas

(MacMaster, 2007, p. 96-97). O documentário produzido pelo governo francês citado acima exemplifica bem o caráter da utilização das mulheres como símbolos dessa modernização.

Segundo Jaime Wadowiec, algo que é consenso no tema é que a campanha de emancipação francesa teve pouco impacto na cooptação de mulheres argelinas e que os sentimentos dessas estavam firmes no campo anticolonial nacionalista. Seu artigo busca resgatar, entretanto, a história de um grupo de mulheres que levou a sério a concessão plena da cidadania francesa às mulheres em 1958, e que sugeriram através de cartas e comentários na imprensa popular, às vezes diretamente, que o estado francês tinha melhores chances de garantir a equidade das mulheres que os nacionalistas – dado que as leis já haviam sido aprovadas, ao passo que a imprensa revolucionária não tocava no assunto de legislações. De donas de casa analfabetas nas zonas rurais a mulheres educadas nos padrões coloniais, esse grupo ressaltado por Wadowiec buscou contribuir e avançar com os objetivos da campanha de emancipação francesa por vezes indo contra os estereótipos racistas direcionados as mulheres argelinas e os padrões ocidentais de feminilidade emancipada propostos pelos oficiais (Wadowiec, 2013, p. 651).

Madame Sehir Hacène, uma mulher muçulmana afiliada às feministas da Union Française pour le Suffrage des Femmes (UFSF), apelou ao estado colonial para obter ajuda na organização de oportunidades educacionais para meninas muçulmanas - cujo futuro ela viu como limitado pelo costume patriarcal local. Duas décadas depois, às vésperas da Revolução argelina, Fadila Ahmed escreveu ao jornal de língua árabe Al manar (The Beacon) em 1953 para explicar que “nós, as mulheres argelinas, temos dois carcereiros: o colonialismo... e os homens apáticos que se apegam a costumes e tradições herdadas não do Islã, mas de seus pais ignorantes. O segundo”, explica ela, “é pior do que o primeiro”. Mulheres como Hacène e Ahmed revelam o relacionamento das mulheres argelinas com o movimento anticolonial como variado e, mesmo, como cauteloso por vezes em relação a um nacionalismo de orientação masculina. (Wadowiec, 2013, p. 654)

Wadowiec cita donas de casa analfabetas, pois está dialogando com Adrienne Leonhardt que também faz menção a essa parcela minoritária que tomou o lado colonial, entretanto, afirmando que se tratavam em sua maioria de mulheres ricas e educadas nos padrões franceses:

Do outro lado do conflito, havia um pequeno número de mulheres argelinas que resistiram à FLN, escolhendo ao contrário se alinhar aos colonialistas franceses. Na década de 1950, um pequeno grupo de mulheres argelinas de classe alta, educadas na França (chamadas de “évoluées” ou mulheres evoluídas), começou a se manifestar contra o movimento de resistência. As évoluées eram exatamente o tipo de mulher que o governo francês e os apoiadores da Argélia Francesa esperavam anunciar na França como beneficiárias de suas reformas, exemplificando a necessidade de “salvar” ainda mais argelinas da FLN. Algumas mulheres, como a autora argelina Djamila Debeche, defenderam o feminismo de estilo ocidental e abraçaram as reformas francesas. Ela acreditava que tradições como o véu eram “antitéticas à modernização” e enfatizou a importância da integração das culturas francesa e argelina. Ela foi chamada de anti-nacionalista, porque seus escritos sugeriam que a opressão masculina era pior do que o “biculturalismo nascido da opressão colonial” (Leonhardt, 2013, p. 14)

A autora mencionada por Leonhardt, Djamila Debeche, foi a primeira argelina a publicar romances, seguida por Taos Amrouche e Assia Djebar. Debeche nasceu em 1926 e realizou seus estudos em Alger, onde viveu até os dezesseis anos. Em 1942, trabalhou como apresentadora de rádio em um programa para mulheres onde defendeu a escolarização para jovens argelinas, publicou na revista *Terre d'Afrique*, em 1946, um artigo chamado *Femme musulmane dans la société*, lançou um periódico feminista que teve dez publicações chamado: *L'Action*, e participou em 1947 de um congresso de feminismo internacional em Paris como diretora dessa revista. No mesmo ano, publicou seu primeiro romance *Leila, jeune fille d'Algerie*, em que a protagonista é adotada por uma família europeia e depois trabalha como professora para meninas no sul da Argélia. Em 1951, Debeche publica o ensaio: *L'Enseignement de la langue arabe en Algérie et le droit de vote aux femmes algériennes* (O ensino da língua árabe na Argélia e o direito das mulheres argelinas ao voto). Quando a guerra de independência começa, em 1954, se naturaliza francesa e se instala na França. Publica ainda em Alger, em 1955, um segundo romance *Aziza*, e em 1959, um outro ensaio chamado, *Les grandes étapes de l'évolution féminine en pays d'Islam* (As grandes etapas da evolução feminina em países do Islã), esse último na França (Dejeux, 1994).

Daniele Djamilia Amrane-Minne, ex-combatente e que por isso teve acesso a fontes do Ministério dos Veteranos que não estavam em domínio público, foi a primeira a fazer um balanço da situação e da participação das mulheres na guerra e

no pós-guerra em um circuito mais acadêmico. Para a socióloga, a participação feminina na guerra se dá desde o início dos conflitos, ao contrário do que afirmou Fanon em *L'an cinq de la revolution algerienne* que coloca o início da participação feminina como uma deliberação dos líderes da FLN quando os conflitos já haviam assumido ares críticos (Fanon, 2011, p. 30). Segundo as autoras, essa participação foi expressiva em relação ao número total de combatentes – *There were 10,949 fighting women, 3.1% of all those taking part in active combat* (Amrane-Minne, 1999, p. 62). Esse número, entretanto, só contempla as mulheres que tiveram seu estatuto de combatente reconhecido pelo governo revolucionário, e, ao que tudo indica, é uma estatística bastante subestimada.

Publicações sobre a situação e participação das mulheres na guerra de independência que analisaram o viés de gênero na campanha propagandística e militar de emancipação promovida pelo governo francês, se debruçaram também sobre a resposta nacionalista da FLN que em contrapartida colocava a liberação das mulheres como um subproduto lógico que viria com a revolução. As publicações oficiais da FLN no *El Moudjahid*, davam destaque a figura das *maquisardes* que representavam 16% das mulheres combatentes reconhecidas posteriormente e que atuavam nas montanhas; e a figura das *fidayates* (2% das mulheres reconhecidas pelo governo revolucionário como combatentes) (Amrane-Minne, 1992, p. 59) – essas últimas atuaram basicamente nas cidades, passando pelas zonas de revista com explosivos e apesar de serem minoria foram as que receberam maior destaque como heroínas nacionais.

Há um movimento, bastante apoiado na tese de Djamila Amrane, entretanto, de tentar complexificar essa figura da guerrilheira, consolidada de maneira romantizada na imprensa revolucionária, nos escritos de Fanon e no filme *A Batalha de Argel*, já que ela representava uma porcentagem minoritária do engajamento feminino, e não contemplava as experiências das mulheres camponesas e outras funções que foram desempenhadas por mulheres e que muitas vezes não receberam reconhecimento por parte do Estado revolucionário depois da guerra na hora da concessão de direitos como a pensão para ex-combatentes. Esse foi o caso

das mulheres que atuaram cozinhando, limpando, ou carregando suprimentos nos pontos de apoio do exército, que se localizavam em zonas perigosas de conflito (Amrane-Minne, 1999; Helie-Lucas, 1999; MacMaster, 2007; Leonhardt, 2013).

É interessante interpretar as intervenções coloniais aqui exploradas dentro de uma tradição de apropriações do feminismo e dos direitos das mulheres que não se inicia no momento da guerra da Argélia e muito menos finda com a mesma. Françoise Vergés nos elucida sobre aspectos do que cunhou como “feminismo civilizatório” desde o período colonial, ao pós-colonial, passando pelas lutas de libertação. O conceito é explicado pela autora na seguinte passagem:

Chamo esse feminismo de *civilizatório* porque ele adotou e adaptou os objetivos da missão civilizatória colonial, oferecendo ao neoliberalismo e ao imperialismo uma política dos direitos das mulheres que serve a seus interesses. Os direitos das mulheres, quando esvaziados de toda dimensão radical, tornam-se um trunfo nas mãos dos poderosos. Esse feminismo legitimou uma divisão entre uma sociedade aberta *por natureza* à igualdade entre mulheres e homens (a europeia) e as sociedades *por natureza* hostis à igualdade (todas as outras, mas principalmente a muçulmana) (Vergés, 2020, p. 17)

Essa suposta sociedade mais aberta aos direitos das mulheres, está fundamentalmente associada à ideia da República Francesa. Entretanto, quando as intervenções coloniais pautam os direitos das mulheres como símbolo de uma modernização que a República Francesa poderia propiciar às suas colônias, essa associação não encontra fundamentação histórica. Isso fica nítido quando observamos como as mulheres francesas e suas reivindicações foram (des)tratadas tanto durante a Revolução Francesa que iria consolidar a República, como no período pós-revolucionário, no século XIX.

Segundo Vergés, durante o século XIX na França, a maioria das feministas apoiaram o império colonial - com raras exceções como Louise Michel e Flora Tristan - pois viam nele uma possibilidade de livrar as mulheres do sexismo em outros contextos. Muitas incentivaram projetos educacionais para as mulheres da colônia por vezes seguindo preceitos religiosos e domésticos. Para a autora, o estudo de seus diários de viagem pode por vezes nos fazer esquecer que sua atuação só era possível devido a ação dos exércitos coloniais. Nesse sentido, a narrativa

hegemônica sobre os direitos das mulheres enfatiza a ausência de direitos nos territórios coloniais e coloca como objetivo último a conquista do voto como o direito mais emblemático seguindo a lógica das democracias europeias. O feminismo ficou assim associado à República que seria uma instituição aberta ao direito das mulheres, pressuposto que ignora o fato de que na França, as mulheres só obtiveram o direito ao voto em 1944, bem depois de muitos países na Europa ou mesmo o Brasil, e com muito esforço e movimentação política, para não mencionar que esse mesmo direito foi negado aos chamados departamentos ultramarinos franceses até 1980.

### **3. Considerações finais**

Buscamos nesse artigo reconstituir aspectos da chamada campanha de emancipação colonial que ocorreu em meio a Guerra de Independência da Argélia entre os anos de 1959 e 1960, particularmente no que concerne à realidade das mulheres argelinas. Toda essa campanha teve uma face midiática voltada a ganhar o público francês e internacional em relação a legitimidade da manutenção das tropas na Argélia. Fica claro que os direitos das mulheres foram atrelados a um discurso civilizatório, em violentas investidas contra a população argelina, que se viu atacada e por vezes humilhada publicamente. As respostas das mulheres argelinas a tais ataques, entretanto, não podem ser resumidas as heroínas nacionais que estamparam os periódicos da Frente de Libertação Nacional. Nem a situação de direitos das mulheres argelinas pode ser lida ou exclusivamente na chave da intervenção civilizatória francesa ou na chave da exaltação da posição social da mulher argelina feita pelo nacionalismo argelino durante a guerra. Nesse sentido, buscamos complexificar o quadro da realidade feminina nos anos em questão, trazendo as legislações que estavam em jogo, as diferentes posições das mulheres sobre elas, bem como os diferentes tipos de engajamento das mulheres que se aliaram ou não à Frente de Libertação Nacional na causa anticolonial.

### **REFERÊNCIAS**

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

CHATTERJEE, Partha. “Comunidade imaginada por quem?” in BALAKRISHNAN, Gopal (Org). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

AMRANE-MINNE, Danielle-Djamila; ABU-HAIDAR, Farida. Women and Politics in Algeria from the War of Independence to Our Day. **Research in African Literatures**, vol. 30, n. 3, 1999.

AMRANE-MINNE, Danielle-Djamila. Les combattantes de la guerre d'Algérie. **Matériaux pour l'histoire de notre temps**, n°26, 1992.

DEJEUX, Jean. **La littérature féminine de langue française au Maghreb**. Paris: Éditions Karthala, 1994.

FANON, Frantz. A Argélia se desvela. Em: CORRÊA, Mariza (Org). **Textos didáticos**: Ensaio sobre a África do Norte. Tradução de Marcio Silva. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

FANON, Frantz. **L'an cinq de la Révolution algérienne**. Paris: Présence Africaine, 1959.

FANON, Frantz. **L'an cinq de la revolution algerienne**. 3a Edição. Paris: La Découverte, 2011.

HELIE-LUCAS, Marie-Aimee. “Women, Nationalism, and Religion in the Algerian Liberation Struggle.” In: GIBSON, Nigel C. **Rethinking Fanon**: The Continuing Dialogue. New York: Humanity Books, 1999.

LEONHARDT, Adrienne. Between two jailers: women's experience during colonialism, war, and independence in Algeria. **Anthós**, v. 5, n. 1, 2013.

MACMASTER, Neil. *Burning the Veil*: The Algerian War and the “Emancipation” of Muslim Women, 1954–62. Resenha de: COLE, Joshua. **The Journal of Modern History**, vol. 84, n. 1, 2012, p. 218-219.

MACMASTER, Neil. The Colonial “Emancipation” of Algerian Women: the Marriage Law of 1959 and the Failure of Legislation on Women’s Rights in the Post-Independence Era. **Vienna Journal of African Studies**, vol. 12, 2007.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Tradução: Plínio Dentzien. Campinas-Sp: Editora Unicamp, 2018.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado, precedido do retrato do colonizador.** Tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

QUINAN, Christine. Veiling Unveiled: Female Embodiment and Action in Assia Djebar's *Les Enfants Du Nouveau Monde* and *Les Alouettes Naïves*. **Women's Studies: An inter-disciplinary journal**, vol. 40, n. 6, 2011.

SAMBRON, Diane. La politique d'émancipation du gouvernement français à l'égard des femmes algériennes pendant la guerre d'Algérie. **Des hommes et des femmes dans la guerre d'Algérie.** Paris: Autrement, 2003.

SARRET, Camille. Portraits de femmes algériennes: « Elles m'ont foudroyé du regard ». **Tv5 monde**, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Almeida. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WADOWIEC, Jaime. Muslim Algerian Women and the Rights of Man: Islam and Gendered Citizenship in French Algeria at the End of Empire. **French Historical Studies**, v. 36, n. 4, 2013.



# A CONSTRUÇÃO AUDIOVISUAL DOS MEDOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19 NO BRASIL

Danton Oliveira Normandia<sup>1</sup>  
Dra. Carla Miucci Ferraresi de Barros<sup>2</sup>

Artigo recebido em: 06 / 03 / 2023.  
Artigo aceito em: 08 / 08 / 2024.

## RESUMO:

O medo em perspectiva histórica e cotidiana denota reflexões, enunciações e expressões acerca de diferentes e diversificadas temáticas e realidades. Nesse cenário, priorizando o Brasil no período da pandemia da covid-19, o audiovisual e suas respectivas produções, exemplificadas na 3ª edição do Festival Curta (C)errado – “O medo nosso de cada dia” (2021), contribuem para uma necessária discussão que acarreta possibilidades, proporções e limites em torno do medo e sua intrínseca relação para com o homem e a humanidade em movimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Medo; Audiovisual; Covid-19; Brasil; Festival Curta (C)errado;

## THE AUDIOVISUAL CONSTRUCTION OF FEARS IN TIMES OF THE COVID-19 PANDEMIC IN BRAZIL

## ABSTRACT:

Fear in historical and daily perspective denotes reflections, enunciations, and expressions about different and diverse themes and realities. In this scenario, prioritizing Brazil in the period of the covid-19 pandemic, the audiovisual and its respective productions, exemplified in the 3rd edition of the Curta (C)errado Festival - "O medo nosso de cada dia" (Our daily fear) (2021), contribute to a

<sup>1</sup> Analista Educacional na Superintendência Regional de Ensino de Minas Gerais (SRE-MG) – Uberlândia. Mestrando e graduado em História pelo Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (INHIS-UFU). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2333652499809894>>. E-mail: <[dantononormandia@gmail.com](mailto:dantononormandia@gmail.com)>.

<sup>2</sup> Professora Associada dos Programas de Pós-Graduação e Graduação do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (INHIS/UFU) com ênfase nas áreas de História e Cultura, Cinema e História, Gênero e Sexualidades. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, Bacharel em História e em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Coordenadora do festival audiovisual Curta (C)errado. Coordenadora do grupo de estudo Colonialidade do olhar: visualidades, subjetividades e interseccionalidades do PPGHI/UFU. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0945074272601689>>. E-mail: <[carlamiucci@gmail.com](mailto:carlamiucci@gmail.com)>.

necessary discussion that entails possibilities, proportions, and limits around fear and its intrinsic relationship to man and humanity in motion.

**KEYWORDS:** Fear; Audiovisual; Covid-19; Brazil; Festival Curta (C)errado;

## 1. Introdução

A compreensão em torno do medo foi e é palco de muitas investigações, análises e produções acadêmicas ao longo do tempo. Sob múltiplos e diversificados contextos, conjunturas e significados que evocam uma série de relações e contradições, o medo permeia a relação do homem com a sua própria natureza, num jogo de forças que ultrapassa as barreiras do (des)conhecido, das (in)certezas e da (des)ordem.

Sob essa perspectiva, o medo associa-se a um conjunto de relações que se manifestam em diferentes temporalidades e espacialidades, do passado ao futuro, do Ocidente ao Oriente, do individual ao coletivo, das sensações aos sentimentos. Em todas estas, nenhum caminho se mostra assertivo em definir o que é o medo – se é que há uma essência que o defina como verdade absoluta ou a-histórica. Entretanto, as várias possibilidades e tentativas de caracterizá-lo reforçam sua complexidade e apontam uma infinidade de sentidos e materialidades possíveis que acompanham as tentativas de delimitá-lo.

O presente artigo<sup>3</sup> cuja temática e objeto de reflexão é o medo, vem juntar-se a essa difícil e intrincada tarefa – sem pretensões de apresentar respostas ou direcionamentos definitivos. Contudo, é importante localizar, em meio a vasta bibliografia sobre o tema e seus diferentes recortes, de onde este artigo parte e onde ele pretende chegar.

O enfoque temporal se desdobra no tempo presente, que como bem definiu Walter Benjamin, um presente carregado de passado<sup>4</sup>. Assim, debruçamo-nos sobre esse lapso temporal do presente que já nasce passado, mas

---

<sup>3</sup> Considerações em construção diante da pesquisa desenvolvida sob a modalidade de Bolsa de Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa em Minas Gerais (FAPEMIG) entre os anos de 2022-2024.

<sup>4</sup> Ver também: BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: *Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

que carrega um lampejo do que poderia ser o futuro em suas mazelas, dúvidas, rupturas e permanências que englobam o imaginário e a realidade concreta dos sujeitos que vivem na modernidade capitalista-colonialista<sup>5</sup>. Em termos mais específicos, aprofunda-se em torno dos medos expressos no Brasil no período de pandemia global da Covid-19 – entre os anos de 2020 e 2021.

Para essa consideração, um segundo elemento compõe e dimensiona esse recorte: a 3ª edição do Festival Curta (C)errado – “O medo nosso de cada dia” (2021) e seu respectivo corpus documental<sup>6</sup>. Incorpora-se, em recorte temático e metodológico, as produções audiovisuais, fomentadas e visibilizadas pelo festival, que constituem diferentes abordagens, olhares e enunciações para o medo, em meio às vivências contemporâneas sob um cenário inédito e de perplexidade.

Desse modo, o presente artigo busca analisar as enunciações audiovisuais do medo, assim como refletir sobre suas interações com o contexto histórico, suas implicações com o cotidiano e a construção de uma narrativa histórica sobre o momento pandêmico. A ideia é contribuir para o amplo e complexo debate sobre o relacionamento de longa duração entre a História, o medo e suas enunciações sem pretensões a certezas e conclusões definitivas.

## 2. Os medos entre o histórico e cotidiano

O medo em trajetória histórica e cotidiana se manifesta por meio de clivagens, ou melhor, conforme Yi-Fu Tuan (2005 [1979])<sup>7</sup>, por meio de paisagens que repercutem, desde estados psicológicos ao meio ambiente real construído e experienciado pelo homem e pela sociedade em recorrente transformação. Desde já, a consideração em retratar sobre o medo é uma proposição complexa e multifacetada ao se evidenciar suas repercussões nas relações humanas.

---

<sup>5</sup> Sobre essa noção “modernidade capitalista-colonialista”, ver também em: ROLNIK, Suely. *Esféricas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

<sup>6</sup> O Festival Curta (C)errado é um evento bienal, ocorrida na cidade de Uberlândia-MG desde 2017, que fomenta as produções audiovisuais com reflexões no campo das relações de gênero, cinema, memória, subjetividades e visualidades. As demais informações detalhadas sobre o festival, para além da edição mencionada, como também, dos acervos vinculados ao evento constam adiante neste artigo.

<sup>7</sup> Ver também: TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005 [1979].

Consoante a essa ideia, Jean Delumeau (2009)<sup>8</sup> afirma que o medo passa de uma condição social a ser evitada ou silenciada para ser aceita e consumada na transição dos tempos medievais às épocas modernas. Uma transição que, não necessariamente, é marcada por progressos. Pelo contrário, é marcada por arraigados preconceitos, desigualdades, perigos e temores que, simultaneamente, refletem na vida privada e coletiva dos indivíduos – sobretudo, nesse caso, na Europa ocidental.

Contudo, os avanços para a modernidade não extinguem a presença do medo em sociedade. No máximo, condiciona-o a uma entidade a ser tolerada ou remediada. Em realidade, de acordo com Zygmunt Bauman (2008)<sup>9</sup>, as reflexões desse período convencionam o medo em um estágio ainda mais complexo em comparação com séculos anteriores. Sob um mundo amplamente globalizado, o medo encontra-se difundido em, praticamente, todos os lugares e situações (des)conhecidas e, cada vez mais, se multiplicando entre novas e inéditas surpresas. Desse modo:

Nossa vida está longe de ser livre do medo, e o ambiente líquido-moderno em que tende a ser conduzida está longe de ser livre de perigos e ameaças. A *vida inteira* é agora uma longa luta, e provavelmente impossível de vencer, contra o impacto potencialmente incapacitante dos medos e contra os perigos, genuínos ou supostos, que nos tornam temerosos (BAUMAN, 2008, p.12).

Diante dessa luta, a saída que a modernidade encontrou foi a (ir)racionalização desse medo e uma falsa sensação de controle do que muitas vezes é incontrolável, agravando-se a dificuldade de distinguir uma grande ou relevante catástrofe de uma pequena ou particular tragédia (Bauman, 2008, p. 21). Um impasse que também é apresentado por Luciana Oliveira dos Santos (2003)<sup>10</sup>, para quem o medo aparece como fruto da gradativa individualização – egocêntrica e meritocrática – das atuais sociedades. Estas que, mesmo em um mundo hiper ou

---

<sup>8</sup> Ver também: DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente (1300-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>9</sup> Ver também: BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

<sup>10</sup> Ver também: SANTOS, Luciana Oliveira dos. O Medo Contemporâneo: abordando suas diferentes dimensões. Rio de Janeiro: **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 23, n. 2, p. 48-55, 2003.

super conectado, se (des)articulam sob incessantes distâncias, desamparos e ainda mais inseguranças e violências (Bauman, 2008, p. 24; Santos, 2003, p. 53).

Sob esse cenário, segundo Novaes (2007)<sup>11</sup>, a situação atual, em boa parte das sociedades ocidentais modernas, projeta-se para uma ausência de sentido e uma desesperança em relação ao futuro diante de recorrentes crises humanitárias e conflitos de proporções globais. O medo, portanto, se encontra estimulado e escancarado. Em exemplificação, a pandemia da covid-19 – alvo temático deste artigo – é uma métrica dessa conjuntura em desenvolvimento.

Desse modo, essa construção do medo sob o ponto de vista histórico, entre comparações e complementações com o passar dos séculos, aponta para uma realidade controversa – incluindo a contemporaneidade. Nesse ponto, em concordância ao que expõe Delumeau (2007)<sup>12</sup>, o medo se engrandece aos seus múltiplos e derivados extremos quando não se é percebido de forma lúcida e necessária para o contínuo desenvolvimento da humanidade. Sem essa consciência, sob o equilíbrio dos progressos e perigos que o acompanham, o que ressoa é o descontrole invasivo ao cotidiano das sociedades presentes no ontem, no hoje e, possivelmente, no amanhã.

Sob esse fluxo temporal, um medo, em específico, se resalta dentre tantos outros, em conformidade aos trabalhos de Ignácio Gerber (2013)<sup>13</sup>, Delumeau (2007) e de Francis Wolff (2007)<sup>14</sup>. Trata-se, para eles, do medo fundamental, mais humano, constante e universal já existente: o medo da morte. Não se trata, portanto, de um medo qualquer. Pelo contrário, é um medo que representa a complexidade da relação do homem com o próprio medo. Afinal, não há nada mais humano que o sentir e o refletir sobre a morte. Desse modo, parafraseando Wolff (2007), não existe

---

<sup>11</sup> Ver também: NOVAES, Aduino (Org). **Ensaio Sobre o Medo**. São Paulo: Editora Sesc, 2007.

<sup>12</sup> Ver também: DELUMEAU, Jean. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, Aduino (Org). **Ensaio Sobre o Medo**. São Paulo: Editora Sesc, 2007.

<sup>13</sup> Ver também: GERBER, Ignácio. O medo da perda do amor. São Paulo: **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 47, n. 1, p. 32-40, 2013.

<sup>14</sup> Ver também: WOLFF, Francis. Devemos temer a morte?. In: NOVAES, Aduino (Org). **Ensaio Sobre o Medo**. São Paulo: Editora Sesc, 2007.

um ser humano, independe de suas características e identidades concebidas, que não tenha tido medo da morte.

Nesse sentido, o medo da morte também se associa, paradoxalmente, com a relação do homem com a vida e o ato de viver. Ao mesmo tempo que se proclama enquanto uma certeza, simultaneamente, se estabelece como nada certo e se aparece como um fato de conteúdo conhecido, sua respectiva forma apresenta-se sob completo desconhecimento. Assim, o medo da morte, como um medo elementar, constitui-se como o fim para todos os outros medos e suas especificidades. Por isso, através desse medo, a vida se mostra uma figura de resistência que, como bem ressalta Wolff (2007), merece ser exaltada: do temor ao destemor, não se teme a morte depois da vida, mas a morte na vida.

Para além dessa profunda reflexão, o medo, insere-se, também, no mundo político assim como nas suas correlações sociais e culturais. Isto é, a organização em sociedade e as conseqüentes dinâmicas de poder, ao longo da história humana, são perpassadas pelo medo desde os tempos da filosofia contratualista, bem explorado por Maria Isabel Limongi (2007)<sup>15</sup>, aos tempos contemporâneos acentuados por conflitos e guerras ao terrorismo, como apresenta Jacques Rancière (2007)<sup>16</sup>.

Nesse escopo, Limongi (2007), ao retratar a construção filosófica em torno dos contratualistas, como Thomas Hobbes e Jacques Rousseau, atrela o medo enquanto um instrumento de sustentação aos vínculos civis idealizados e concretizados pelo homem. Consoante a isso, a lógica do poder ganha destaque ao se projetar nas relações humanas em comunidade. Desse modo, o medo, na ótica hobbesiana, dá-se pelo temor do homem em relação aos outros homens e pela produção e reprodução de poderes sem limites.

A resposta para isso desemboca nas maneiras racionais com que se dá a relação para com o medo e sua proliferação em âmbito político e social. Como

---

<sup>15</sup> Ver também: LIMONGI, Maria Isabel. A racionalização do medo na política. In: NOVAES, Adauto. **Ensaios Sobre o Medo**. São Paulo: Editora Sesc, 2007.

<sup>16</sup> Ver também: RANCIÈRE, Jacques. Do medo ao terror. In: NOVAES, Adauto. **Ensaios Sobre o Medo**. São Paulo: Editora Sesc, 2007.

ressalta Rancière (2007), entre as atitudes razoáveis para se lidar com o medo ou a repreensão em torno do seu perigo ou mesmo sua rejeição, exerce-se a capacidade de racionalizá-lo. Com isso, principia-se a utilização da estratégia do temor pelo temor nas relações e organizações de poder, desenvolvendo, assim, o âmbito do medo.

Além desses pilares, o medo também está presente na conflituosa e histórica relação da ciência com a sociedade – ainda mais em tempos contemporâneos. Em realidade, na medida que se realiza evoluções no campo científico, há o aparecimento de crises diante das aspirações em prol de respostas ou soluções para as adversidades do mundo. No entanto, tais expectativas nem sempre são acertadas e, o pior, podem até caminhar para o sentido oposto ao que era esperado. Nesse sentido, como apresenta Etienne Klein (2007)<sup>17</sup>, a relação ciência e sociedade se assemelha, em metáfora, a um casal que está se separando, em que não se existe mais a companhia, restando somente as discussões acaloradas.

Consoante a isso, é crescente a desconfiança mesmo num mundo onde a realidade se apresenta em gradativo progresso científico. Ainda mais, considerando que as inovações científico-tecnológicas desenvolvidas, ao longo do tempo, foram utilizadas não só para o bem “civilizatório” como previa o projeto iluminista, mas também para o mal, para a barbárie e para o genocídio a céu aberto, por exemplo, praticado pelo governo nazista. Em retomada das reflexões de Klein (2007), há uma arraigada distância entre o papel da ciência e sua importante contribuição social e o reconhecimento da própria sociedade que, em tese, se desfruta desse incessante progresso.

Em complemento, o fato da ciência se encaminhar como uma entidade com um discurso que se pretende universal e disposta a encontrar a(s) verdade(s), agrava o cenário de crise e desconfiança. Assim, se a descoberta de uma dada “verdade”, pela ciência, não apresenta um sentido para a sociedade, logo, esta caminha para uma ruptura com aquela. A desconfiança se torna, sem surpresas, descrença. Desse

---

<sup>17</sup> Ver também: KLEIN, Etienne. Questionando a ciência. In: NOVAES, Adauto. **Ensaio Sobre o Medo**. São Paulo: Editora Sesc, 2007.

modo, a presença do medo – e suas diversificadas consequências – no âmbito científico não é mera ou simples coincidência.

Diante desses pilares, da morte à ciência, no desenrolar dos séculos – destacando a modernidade e sua relação com a contemporaneidade –, expressa-se a multifacetada relação da humanidade com os processos e dispositivos de construção de seus medos, que por sua vez, não se esgotam mesmo sob as muitas tentativas e possibilidades de compreendê-lo. Nos presentes debates e reflexões com o intuito de conceituar o medo, ele se apresenta na sua própria indefinição.

### 3. A relação da História e o audiovisual

As produções audiovisuais e o próprio cinema constituem, não é de hoje, uma destacada relação com a História. Na pesquisa apresentada neste artigo, busca-se contribuir para com essa realidade que, como ressalta Robert Rosenstone (1998)<sup>18</sup>, tem sido uma das principais fontes de conhecimento histórico para a população nos últimos tempos.

Uma das motivações consideradas se prontifica, com base em Paulo Roberto Arruda de Menezes (1996)<sup>19</sup>, pela projeção dos filmes que, por tudo que o envolve – desde a produção à recepção ao público –, se configura como uma atividade. Mas não, uma atividade qualquer. Trata-se de um processo de imersão “(...) em algo que é absolutamente diferente do mundo do qual saímos e no qual vivemos” (Menezes, 1996, p. 85-86). Assim, reflete-se que o filme, por essa dinâmica, se realiza no ato de ser percebido e não de ser pensado (Merleau-Ponty, 1983, p. 115 apud Menezes, 1996, p. 86-87).

Em razão desse cenário, Menezes (1996) e, também, Mônica Almeida Kornis (1992)<sup>20</sup> evidenciam, portanto, que o cinema não reproduz a realidade e, sim, se

---

<sup>18</sup> Ver também: ROSENSTONE, Robert A. História em imagens, História em palavras: reflexões sobre as possibilidades de plasmar a História em imagens. Salvador: **O Olho da História. Revista de História Contemporânea**, v. 1, n. 5, p. 105-116, 1998.

<sup>19</sup> Ver também: MENEZES, Paulo Roberto Arruda de. Cinema: imagem e interpretação. São Paulo: **Tempo Social**, v. 8, n. 2, p. 83-104, 1996.

<sup>20</sup> Ver também: KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol. 5, nº 10, 1992, pp. 237-250.



exibe enquanto uma construção a partir do real e, ainda, sob uma linguagem própria e um dado contexto histórico (Menezes, 1996, p. 89; Kornis, 1992, p. 238). No máximo, pode se representar uma ilusão de “representificação” no momento da atividade em execução (Menezes, 1996, p.89).

Consoante a isso, o filme passa a ser uma importante fonte para se compreender o mundo – desde os comportamentos às ideologias existentes – e a diversidade de sociedades e momentos históricos. Desse modo, o filme, a partir da articulação entre a palavra, a imagem, o som e o movimento, se consolida como uma construção que permite a alteração da realidade através da manipulação ideológica de seu conteúdo (Menezes, 1996, p. 93; Kornis, 1992, p. 239; Rosenstone, 1998, p.5).

Diante dessa compleição, uma questão se aprofunda: a assimilação do filme como um conhecimento válido para a história (Rosenstone, 1998, p.4). Para as possíveis respostas, diferentes historiadores e correntes historiográficas do último século se debruçaram em compreender este problema. Os trabalhos de Marc Ferro neste tema<sup>21</sup>, como recorda Kornis (1992), demonstram que o filme constitui, simultaneamente, um agente da história e um documento para a análise das sociedades que revela as crenças, as intenções e o imaginário do homem (Kornis, 1992, p. 243).

Para além dessa concepção, os trabalhos de Pierre Sorlin – também enfatizado por Kornis (1992) – apresentam uma outra condição em relação aos filmes e sua relação com o conhecimento histórico. Para ele, o que importa são “(...) os mecanismos internos da própria expressão cinematográfica com a configuração ideológica e o meio social nos quais os filmes – um a um, ou por grupos – se inserem.” (Kornis, 1992, p. 246). Assim, a produção audiovisual se torna uma reflexão imaginária de alguns aspectos da sociedade diante de várias visões possíveis em torno da realidade (Kornis, 1992, p. 247).

Outro adendo de Kornis (1992), neste balanço de interpretações históricas e sociológicas acerca do cinema e dos filmes, se refere, também, aos historiadores

---

21

ingleses Anthony Aldgate, Jeffrey Richards e Arthur Marwick que nos seus trabalhos abordam o filme em sua “(...) capacidade de retratar uma cultura e dirigir-se a uma grande audiência na condição de meio de controle social e de transmissor da ideologia dominante da sociedade” (Kornis, 1992, p. 247).

Sobre essas diferentes posições, constata-se a diversidade e a riqueza em torno do trabalho do historiador no âmbito do audiovisual e seus plurais desafios ao se considerar um outro tipo de fonte de conhecimento histórico e, conseqüentemente, como destaca Rosenstone (1998), mais uma ou mesmo uma diferente “verdade histórica” existente que ainda se encontra “(...) lutando por adquirir um lugar numa tradição cultural que durante muito tempo privilegiou o discurso escrito” (Rosenstone, 1998, p. 10).

#### **4. O medo e o audiovisual: 3º Festival Curta (C)errado – o medo nosso de cada dia (2021)**

O Festival Curta (C)errado é um projeto idealizado pela docente dos cursos de pós-graduação e graduação do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (INHIS-UFU), Dra. Carla Miucci<sup>22</sup>, e conta com a colaboração da professora Dra. Mônica Campo<sup>23</sup>, do mesmo Instituto. O evento ocorre a cada dois anos na cidade de Uberlândia-MG, com a programação em cartaz no auditório do Museu de Arte de Uberlândia (MunA). Até o presente momento, o festival contou com três edições nos anos de 2017, 2019 e 2021 – e com a previsão de uma quarta edição para o ano de 2023. Trata-se de um evento que objetiva o fomento, a promoção e a visibilidade e fomento de produções audiovisuais com reflexões que tratam e caracterizam o campo das relações de gênero, cinema, memória, subjetividades e visualidades.

---

<sup>22</sup> Carla Miucci Ferraresi de Barros é doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP) e docente da graduação e do programa de pós-graduação do Instituto de História (INHIS) da Universidade Federal de Uberlândia-MG (UFU). Pesquisadora dos campos do cinema, das relações de gênero e das visualidades.

<sup>23</sup> Mônica Brincalpe Campo é doutora em História pela Universidade de Campinas (UNICAMP) e docente da graduação e do programa de pós-graduação Instituto de História (INHIS) e do mestrado profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Uberlândia-MG (UFU). Pesquisadora dos campos do cinema, memórias, subjetividades e das visualidades.

A primeira edição do Festival, ocorrida em 2017, tratou das relações de gênero, sexualidades e suas intersecções com as questões da violência contra a mulher, homofobia, feminicídio, transfobia, diversidade sexual, transgeneridade, masculinidades, raça, direitos humanos e reprodutivos. A segunda edição, ocorrida em 2019 e intitulada de “Corpos vulneráveis e vidas precárias”, tratou da precarização das vidas e da vulnerabilidade de corpos em nossa sociedade, evidenciando também os preconceitos e potencializando reflexões interdisciplinares que tocam em temas problematizados na primeira edição.

A terceira edição, ocorrida remotamente em 2021, cujo título foi “O medo nosso de cada dia”, teve como temática justamente o medo e seus arrebatamentos que perturbam e amedrontam a alma e o corpo na contemporaneidade, apresentando diferentes e sensíveis olhares, abordagens e enunciações sobre o medo, entendido tanto em sua dimensão de afeto quanto como modo de percepção do mundo atual e suas respectivas problemáticas éticas, políticas, sociais, científicas e culturais.

O enfoque deste artigo se concentra, especificamente, na terceira edição do Festival Curta (C)errado – “O medo nosso de cada dia”. Sob o cenário de pandemia Covid-19 no Brasil, o festival ocorreu entre os dias 2 e 10 de outubro de 2021, de forma experimental e inédita em caráter totalmente remoto. Ao todo, foram inscritos 316 curtas-metragens nacionais, produzidos entre os anos de 2020 e 2021, com duração máxima de 25 minutos, tendo sido selecionados 125 dispostos entre os gêneros ficção, documentário, animação e experimental.

A partir das produções audiovisuais selecionadas para o festival, foi feito um trabalho de classificação e divisão dos curtas que levou em conta temáticas mais específicas, como o gênero e a duração dos filmes. No entanto, ressalta-se que, para este trabalho, priorizou-se uma classificação/divisão que aproximasse ou agrupasse o conjunto de curtas-metragens sob a ótica de alguns medos identificados e analisados ao longo da pesquisa.

Essa classificação dos curtas-metragens e suas classificações nos tipos de medos específicos, ocorreu a partir de duas vias: as temáticas trazidas pelos próprios filmes, entendidos como fontes documentais; e as problemáticas apresentadas por parte da bibliografia consultada para o escopo desta pesquisa. Assim, a partir de repetidas apreciações, chegou-se aos denominadores tipificados dos medos, levando em consideração fatos, lembranças e reflexões enunciadas em cada um deles e pelo conjunto.

Vale lembrar, ainda, que a classificação proposta é apenas uma proposição dentre tantas outras possíveis. Nem mesmo se pode afirmar que tais categorias, sob os critérios demonstrados acima, exauram outras definições e classificações. Trata-se, antes, de uma possibilidade encontrada e aprofundada no tempo desta pesquisa e que ressalta, também, com as devidas proporções do festival e seu enfoque temático, as relações existentes entre o audiovisual e a História.

Nesse sentido, destacamos seis “tipos” de medos presentes no acervo à disposição: o medo da morte; o medo de relacionamento; o medo da loucura; o medo do governo; o medo do futuro; e o medo do preconceito. Há, também, curtas-metragens marcados como “indefinidos”, diante de problemas de exibição e acesso no decorrer e posteriormente ao festival<sup>24</sup>. O gráfico e a tabela, a seguir, mostram essa metodologia de classificação e articulação entre as produções audiovisuais e os medos:

Tabela 01: Curtas-metragens da 3ª edição do Festival Curta (C)errado – “O medo nosso de cada dia”. Tipos de medo.

Quantidade de curtas-metragens	“Tipos” de medos
28	Relacionamento
25	Loucura
24	Futuro

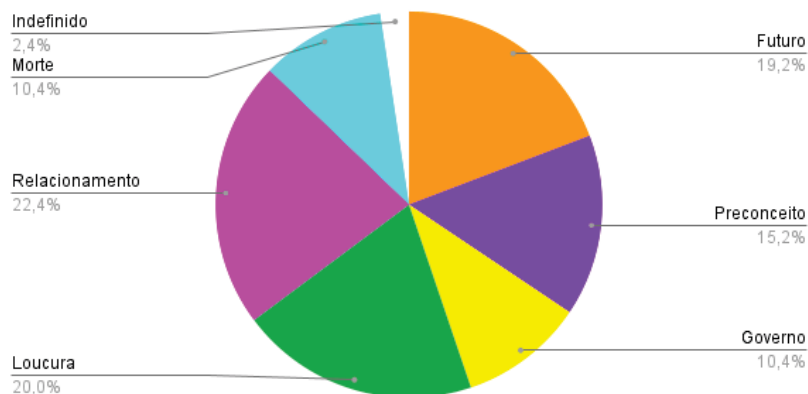
<sup>24</sup> Os curtas-metragens “indefinidos” foram retirados do ar ou não constam informações de acesso nas plataformas indicadas no ato das inscrições. Em contato com os responsáveis das produções, não foram obtidas respostas.

19	Preconceito
13	Morte
13	Governo
3	“Indefinido”

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 01: Curtas-metragens da 3º edição do Festival Curta (C)errado – “O medo nosso de cada dia”. Tipos de medo.

Os tipos de medo(s) nos curtas-metragens - 3º Festival Curta (C)errado (2021)



Fonte: Elaboração própria

Os dados da tabela 01 nos mostram que, da amostragem analisada (125 curtas-metragens), aqueles que tratam do medo de relacionamento representam a maioria, o equivalente a 22,4% do total, conforme gráfico 01. É importante entender que essas produções não tratam de um tipo de relacionamento em específico. Eles aparecem em diversos formatos, contextos e mobilizam desejos diversos, com desafiantes formas de enunciações e de processos de (des)socialização.

Nesse sentido, temos curtas-metragens que apresentam o relacionamento em suas condições ligadas ao casamento, à família, à amizade, à vizinhança, dentre outros ordenamentos sociais. Além disso, abordam as performances de gênero que,

direta e/ou indiretamente, aparecem associadas com crimes e violências frutos do machismo, como o feminicídio, por exemplo.

Em seguida, com 25 curtas-metragens, o equivalente a 20% do total da amostragem, está o medo da loucura que dialoga, principalmente, com a (in)capacidade e a (in)sanidade humana de lidar com dilemas ligadas ao fantasioso, ao desconhecido, ao abstrato, ao oculto ou ao sobrenatural. Dito isso, os curtas-metragens observados trazem a loucura atenta aos embates do ser humano em seu estado psicológico e seus respectivos estímulos imaginativos que aparecem em variados momentos do cotidiano.

Em relação aos temas vinculados a esse “tipo” de medo, elucidada-se, a partir de curtas-metragens ligados ao terror ou ao suspense em sua forma de construção narrativa, os transtornos mentais em decorrência médica ou ligada ao uso de substâncias ilícitas, com destaque para a depressão e suas respectivas consequências no modo de ser e agir em sociedade. Consoante a isso, exibe-se, também, episódios de paranoia, de insônia e de pesadelos que problematizam o homem em relação ao cotidiano e ao mundo que vive no âmbito da insegurança e da solidão.

O medo do futuro aparece na terceira posição, com 24 curtas-metragens e representando 19,2 % do total da amostragem. Sob um recorte mais amplo em relação aos demais medos analisados, a ótica de “futuro” não possui um nicho temático fechado. As produções englobadas nesse conjunto não se aproximam de nenhuma das outras categorias elencadas na pesquisa. Trata-se de produções reflexivas que evocam, em grande parte, aspectos políticos e projeções econômicas em formato de distopias.

No âmbito temático, são curtas-metragens que abordam problemas em torno do envelhecimento humano, do antropoceno<sup>25</sup> e de denúncias sobre o

---

<sup>25</sup> Em linhas gerais, conforme Bruno Latour (2020), o antropoceno se estabelece como um novo período geo-histórico em camadas que dimensionam, desde a filosofia à política, a humanidade para além de noções relacionadas à modernidade, redesenhando o sentido de vínculo com a Terra, a sociedade e a natureza cujos traços se portam, gradativamente, mais inverossímeis. Ver também: LATOUR, Bruno. Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

funcionamento do sistema capitalista, do trabalho contemporâneo, do meio ambiente, da tecnologia – como a internet, as inteligências artificiais e demais exemplos de veículos e instrumentos desse nicho – e seus respectivos desdobramentos, transformações e/ou consequências projetadas ao longo prazo temporal.

O medo do preconceito é abordado em 19 curtas-metragens, sendo presente em 15,2% das produções analisadas. O preconceito enunciado nesse agrupamento está ligado às construções estruturais e históricas que fundamentam julgamentos, exclusões e segregações sociais – sobretudo, a partir da sociedade brasileira em sua respectiva realidade em desdobramentos estruturais e históricos.

Nisso, as produções dispostas nessa categoria, hegemonicamente, manifestam preocupações, denúncias e traumas conectados ao racismo, ao capacitismo e à LGBTfobia em situações ou casos expressos desde a infância à fase adulta de um indivíduo ou de uma comunidade – como os povos indígenas, os povos quilombolas, dentre outros. As dualidades que aparecem nas tensas relações configuradas pela violência versus resistência e o protagonismo versus inviabilidade também se fazem presentes nos curtas-metragens quando abordam questões relativas à ancestralidade, por exemplo.

Não obstante, o medo da morte se faz presente em 13 curtas-metragens, representando 10,4% das produções analisadas. Em grande parte, a morte aparece sob múltiplas e diversificadas formas, na perda ou na construção do luto em torno de um ente querido, sobre uma perda que já ocorreu, independente se recordado em tempos recentes ou em memórias longínquas.

No entanto, também casos em que a morte, enquanto elemento central, é enunciada como contradição entre ser admitida, assim, aceita como uma condição natural; e negada, quando não superada pelos sujeitos ligados ao morto ou, ainda, por uma busca incessante por sobrevivência. Por último, é relevante também a menção, encontrada a partir dos curtas-metragens em questão, do fenômeno do suicídio e suas complexas dinâmicas entre o pensar e o consumir o fato.

O medo do governo também é contemplado nesse escopo e empata com o medo da morte em número de produções que tratam dessa temática. Apesar de uma maioria estar sob o enfoque do governo brasileiro, especificamente do mandato do presidente Jair Messias Bolsonaro, há outras nuances, principalmente políticas, demonstradas nos curtas-metragens. Há os que problematizam e denunciam formas autoritárias de governo ou de Estado que existiram ao longo da história, como também, apresentam manifestações sociais e outras formas de resistências a estes cenários políticos – até mesmo em projeções de distopias.

Nesse sentido, assim como no caso dos curtas-metragens que abordam no medo do preconceito, a dicotomia da opressão e da resistência – sob os contornos da violência, da justiça e da insegurança, também – estão presentes, porém sem a centralidade, por exemplo, de pautas raciais ou de gênero. Assim, trata-se de curtas-metragens que fornecem denúncias, memórias e reflexões nas organizações e responsabilidades dos sujeitos históricos em uma dada conjuntura política, social, econômica, ideológica etc.

Em vista dessa classificação/divisão em torno do conteúdo temático dos curtas-metragens, os medos elencados atrelam-se ao contato para com essas fontes e, simultaneamente, as influências bibliográficas decorridas da pesquisa. Sob repetidas exposições, chegou-se a essas considerações. Contudo, não se trata de respostas corretas. Nem mesmo se pode confirmar que tais categorias, sob os critérios demonstrados acima, não representam outras definições e simbolismos, como também, já não se integram a uma outra categoria. Desse modo, tratou-se apenas de uma possibilidade encontrada e aprofundada no desenvolvimento da pesquisa.

## **5. Entre filmagens e contextos: o medo da pandemia da covid-19 no Brasil**

Na relação estabelecida entre os medos e suas respectivas expressões no audiovisual brasileiro, um fator não deve passar despercebido nem visto como um mero detalhe: o momento em que foram produzidos a maioria dos curtas-metragens presentes na 3ª edição do Festival Curta (C)errado – “o medo nosso de cada dia”



(2021). Tratava-se de uma já histórica pandemia, entre os anos de 2020 e 2021, com efeitos e consequências globais, atrelada a um vírus de contágio e transmissão até então desconhecidos.

Apesar de iniciada em outros continentes, regiões e países – da Ásia à Europa –, a pandemia de covid-19 deixou marcas profundas e em processamento no Brasil e nos brasileiros nesses últimos anos. Nessas circunstâncias, Richard Miskolci (2021)<sup>26</sup>, em um curto ensaio sobre esse processo advertiu que:

“Quando o que era risco se materializou em perigo epidemiológico, a incerteza gerou cálculos, projeções e probabilidades sobre a curva da epidemia, mas também instaurou um estado de crise que vincula a coletividade e os sujeitos.” (MISKOLCI, 2021, p.165)

Sob essa realidade, o medo e sua respectiva profusão de significados, simbolismos, reações e enunciações se torna parte do cotidiano nacional – e mundial. Nisso, elabora-se e compartilha-se uma série de situações em torno de teorias conspiracionistas e negacionistas em relação ao vírus – desde suas origens a sua real existência – e, também, aos tratamentos e prevenções admitidas com o intuito de não expandir o contágio e transmissão. A necessidade do isolamento social – depois, o alvo se tornou as vacinas – frente a inexistência de remédios para conter os sintomas da doença são exemplos desse disputado processo (Miskolci, 2021, p.165).

As consequências desse cenário, destacadas por Christian Ingo Lenz Dunker (2020)<sup>27</sup>, é a manipulação de um ambiente político paranoico e perverso, em que as desconfianças e os desencontros sobre o que se vê, o que se escuta e o que se sabe e, também, em relação ao outro são gradualmente potencializadas em expectativas e problematizações, inclusive através de pontos de vistas, sobre a pandemia da covid-19 no país (Dunker, 2020, p.18). Com isso,

“A expectativa de que o vírus seja devastador, não apenas em termos de vidas, mas também em impacto econômico, social e moral, cria por si só

---

<sup>26</sup> Ver também: MISKOLCI, Richard. O medo da pandemia como questão sociológica. Rio de Janeiro: **Sociologia & Antropologia** [online], v.11, n. spec, p. 163-168, 2021.

<sup>27</sup> Ver também: DUNKER, Christian Ingo Lenz. **A arte da quarentena para principiantes**. São Paulo: Boitempo, 2020.

suas próprias condições de realização. As pessoas ficam em casa, os governos bloqueiam aglomerações públicas, as famílias estocam víveres, as bolsas avaliam efeitos sobre o consumo futuro e... a realidade confirma a teoria” (DUNKER, 2020, p. 18).

Entre expectativa e realidade, um dilema emergiu desse cenário, como ressalta Dunker (2020). Isto é, promoveu-se a indiferença frente aos absurdos difundidos – inclusive pautadas, predominantemente, nos discursos do então presidente Bolsonaro –, a fim de se garantir a capacidade de se sonhar ou de se esperançar. Ao passo que essa mesma retórica, acreditada e expandida por muitos bolsonaristas declarados nesse período, contribuíram para a falta de discernimento e de reconhecimento da realidade do país. Em ambas as perspectivas, a pandemia se fez fomentada e centralizada (Dunker, 2020, p. 19).

Contudo, mesmo sendo um dilema, não se trata de uma equivalência de considerações. Pelo contrário, reforça-se as contradições. Inclusive, sob o uso do termo “histeria”. Uma palavra usada para se diminuir a relevância e a periculosidade da pandemia da covid-19 no Brasil (Dunker, 2020, p.47). No entanto, a histeria representou a idealização de desejos e ações alheias, restringindo a criticidade e a autonomia de pensamento sobre o momento vivido (Dunker, 2020, p.49).

Não obstante, o contraditório se transforma em nocivo, devido ao alto grau de influência e repercussão que se modela ao se descredibilizar uma pandemia com milhares de mortes corriqueiras e outros nefastos problemas e prejuízos para a sociedade em desproteção. A histeria, em sua devida concepção, denota responsáveis e responsabilidades que exemplifica os desdobramentos em torno do medo, sobretudo, no mundo político e suas respectivas conexões para com a sociedade – nesse caso, brasileira.

Para além desses efeitos, que perpassam a singularidade do país em um contexto de pandemia e suas respectivas formas de relação e reconhecimento, um importante ponto, conforme Miskolci (2021), se faz presente. O caos generalizado instituído no Brasil, durante esse período, não deixou de ter considerações em torno da estrutura histórica do país – do passado ao presente. Isto é, em meio ao cenário de adversidades e fragilidades que materializam a lacuna da solidariedade e da

coletividade, a desigualdade e o individualismo permaneceram e se sobressaíram no cotidiano (Miskolci, 2021, p. 166).

Com esse legado em construção, estimam-se diferentes e plurais manifestações e produções, do âmbito político ao cultural e artístico, discutindo e problematizando, de forma mais geral ou específica, as transformações ocorridas e em ocorrência no país antes, durante e depois da pandemia da covid-19. Nesse sentido, o festival e, conseqüentemente, seu acervo audiovisual, em análise neste artigo, se formalizam como enunciações dessa conjuntura.

Em vista disso, a pandemia da covid-19 no Brasil, um momento inquietante e trágico na histórica recente do país, se estabelece como um elemento que está presente em 33 curtas-metragens do 3º Festival Curta (C)errado – “o medo nosso de cada dia” (2021). Para entender a proporção desse dado, considera-se que mais de ¼ das produções do festival<sup>28</sup> estavam diretamente atreladas, quanto ao tema, ao momento pandêmico brasileiro.

Além disso, esses curtas-metragens se inseriram em todas as categorias de “medo” classificados na pesquisa desenvolvida – do medo da morte ao medo de relacionamento. Sobre essa relação, apresentamos uma segunda tabela e gráfico neste artigo:

Tabela 02: Curtas-metragens da 3º edição do Festival Curta (C)errado relacionados com a pandemia da covid-19

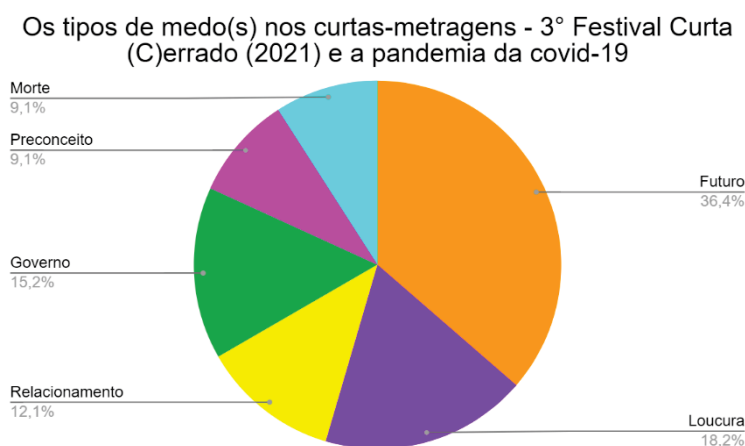
Quantidade de curtas-metragens	“Tipos” de medos
4	Relacionamento
6	Loucura
12	Futuro
3	Preconceito
3	Morte

<sup>28</sup> Trata-se de 33 curtas-metragens em uma amostragem total de 125 produções selecionadas no 3º Festival Curta (C)errado – “o medo nosso de cada dia” (2021), o que equivale, em número exatos, a 26,4%.

5	Governo
---	---------

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 02: Curtas-metragens da 3º edição do Festival Curta (C)errado e relacionados com a pandemia da covid-19



Fonte: Elaboração própria

Ao se voltar para essa segunda classificação, surgiram novas questões, com o intuito de se diferenciar os medos já delimitados diante de uma realidade única e nada corriqueira sob o ponto de vista histórico. Contudo, o mundo antes, durante e até mesmo após a pandemia são diferentes e exigem particularidades em termos analíticos e críticos que não encontraram respostas no desenvolvimento deste artigo. Como comparar quaisquer um desses medos classificados entre períodos, apesar de próximos, distintos? Como contrastar, por exemplo, o medo da morte no período da pandemia da covid-19 no Brasil e em anos anteriores a esse momento?

Contudo, a sobreposição dos dados entre os 33 curtas-metragens relacionados com a pandemia covid-19 no Brasil e as outras 92 produções restantes<sup>29</sup> que não abordam esse momento histórico apresentam inferências para se refletir um pouco sobre esse problema acima, a partir das definições propostas para se classificar cada um dos medos em relação ao 3º edição do Festival Curta (C)errado – “o medo nosso de cada dia” (2021).

<sup>29</sup> Preferiu-se não destacar novas tabela e gráfico para esses curtas-metragens em específico, visto que já estiveram inseridos nas primeiras demonstrações apresentadas no total de produções da 3º edição do festival.

O medo do futuro, por exemplo, é protagonista nessa proposição, organizada a partir de uma segunda classificação atrelada à pandemia da covid-19 no Brasil, com 12 curtas-metragens de 33 possíveis, representando 36,4% dessa amostragem. Ademais, ao se considerar a totalidade de produções relacionadas a esse medo no festival, são 12 de 24 produções, correspondendo, assim, a metade de curtas-metragens cujo medo simbolizado é o futuro.

Para além dessa inferência, destaca-se também, nessa segunda classificação, o medo do governo. Em um contexto de pandemia da covid-19, 5 das 33 produções sob esse enfoque retrataram essa temática, equivalendo a 15,2% desse conjunto de curtas-metragens do festival. Em relação ao todo sobre esse medo, configura-se mais de 1/3 de produções em que a realidade pandêmica se atrelou a uma indisposição frente ao governo brasileiro vigente.

Os demais medos – relacionamento, loucura, preconceito e morte –, apesar de exibirem sua relevância com as produções que se envolveram, explicitamente, com o cenário de pandemia da covid-19 no país – como o caso do medo da loucura, com 18,2% dessa segunda amostragem –, ao se espelhar com a totalidade de curtas-metragens do festival obteve um baixo impacto. Assim, se constituíram minorias ao se pensar nesses medos na abrangência de produções do festival.

Diante desses resultados, não se buscou responder as perguntas indicadas no início deste tópico. Mas, dentro da possibilidade encontrada para se dialogar acerca desse cenário, percebe-se a influência acentuada do medo do futuro e o medo do (des)governo em um contexto de pandemia da covid-19 no Brasil diante de uma realidade de tragédias e insensibilidades corriqueiras entre os anos de 2020 e 2021. Traça-se, assim, uma ligação entre essas produções audiovisuais presentes no festival para com as noções de medo dispostas neste artigo, mas, sobretudo, com a história em tempo presente.

Além disso, apesar dos números em relação aos outros medos indicarem um baixo impacto na relação de produções atreladas a pandemia covid-19 e o todo do acervo do festival, não há de se menosprezar tais mazelas em uma conjuntura

complexa e inédita para milhões de brasileiros. Pelo contrário, constata-se a existência de se ter medo de diferentes formas e de problemas vinculados aos relacionamentos, aos preconceitos, às loucuras e às mortes em tempos pandêmicos. Contudo, o temor ao futuro e ao governo obtiveram uma prioridade de aflição, de denúncia e de expressão no âmbito do audiovisual.

Por fim, esclarece-se que, a partir dessas inferências, a pandemia da Covid-19 potencializou esses diversificados medos classificados desde o primeiro momento de análise dos curtas-metragens do 3º Festival Curta (C)errado – “o medo nosso de cada dia” a sua maneira ou sob a sua conjuntura, apresentando variações de intensidade e de condição em relação às produções do festival como um todo. Além de se promover como um fato marcante, direta e indiretamente, ao festival e as respectivas produções atreladas a esse tema.

## 5. Considerações finais

O retrato histórico e multifacetado do medo – e, também, sobre o medo – demanda desafios de reflexão ao se defrontar com a complexidade da trajetória humana. Em vista disso, o medo se revela como uma afeição humana que constitui os indivíduos de formas diferentes no tempo e no espaço. Trata-se de uma característica imanente aos seres humanos, porém, é historicamente construída, já que se atualiza conforme os contextos sociais, políticos e culturais de cada sociedade no tempo e no espaço.

Sob as muitas possibilidades de expressões do medo, edificam-se conexões entre os diferentes tipos de medo, com o intuito não de ramificá-lo, mas, sim, de aprofundá-lo em demandas latentes aos seus usos e enunciações perante diversificadas sociedades e conjunturas. Por isso, esclarece-se as clivagens ou mesmo paisagens do medo em torno de especificidades que acarretam, desde o medo da morte ao medo da ciência, motivações e relações que apresentam permanências e transformações ao longo do tempo.

Nesses parâmetros, o uso do audiovisual para analisar as expressões dos medos aparece como central e suscetível de ser problematizado. Assim, o trabalho

junto ao acervo dos curtas-metragens classificado para a 3º edição do Festival Curta (C)errado – “O medo nosso de cada dia” (2021), cumpre esse papel de investigação das expressões e enunciações e determinados tipos de medo, produzidos em contexto específico.

Nossa análise baseou-se na construção de proposições, levantadas a partir de classificações/divisões dos tipos de medo e de seus contextos histórico-culturais, que caracterizam parte do cenário contemporâneo nacional. No processo metodológico de análise, outras preocupações se destacaram, caracterizando uma primeira classificação em medos de relacionamento, da loucura, da morte, do governo, do futuro e do preconceito.

Para além dessas classificações, a pandemia da covid-19 aparece como um segundo marcador classificatório no interior da primeira divisão. Com isso, nada mais justo que retratá-la enquanto um destaque ou um protagonista dentro do processo de pesquisa cujo impacto e associação ao medo se faz presente, destacando o momento vivido pela maioria dos diretores e produtores dos curtas-metragens, como também, pela própria sociedade brasileira nesses últimos anos.

Diante dessas conclusões, a construção desse artigo se trata, enfim, de uma das muitas avaliações possíveis para prescrutar os caminhos e horizontes que percorrem e entrelaçam o medo, o audiovisual e a pandemia covid-19 diante de (in)certezas, (des)continuidades e (ir)racionalidades experienciadas pelo homem e pela sociedade. Um todo que se manifesta em um processo histórico ainda sob investigação e muitos questionamentos.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: **Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DELUMEAU, Jean. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, Adauto (Org). **Ensaio Sobre o Medo**. São Paulo: Editora Sesc, 2007.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente (1300-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **A arte da quarentena para principiantes**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GERBER, Ignacio. O medo da perda do amor. São Paulo: **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 47, n. 1, p. 32-40, 2013.

KLEIN, Etienne. Questionando a ciência. In: NOVAES, Adauto. **Ensaio Sobre o Medo**. São Paulo: Editora Sesc, 2007.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol. 5, nº 10, 1992, p. 237-250.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LIMONGI, Maria Isabel. A racionalização do medo na política. In: NOVAES, Adauto. **Ensaio Sobre o Medo**. São Paulo: Editora Sesc, 2007.

MENEZES, Paulo Roberto Arruda de. Cinema: imagem e interpretação. São Paulo: **Tempo Social**, v. 8, n. 2, p. 83-104, 1996.

MISKOLCI, Richard. O medo da pandemia como questão sociológica. Rio de Janeiro: **Sociologia & Antropologia** [online], v.11, n. spec, p. 163-168, 2021.

NOVAES, Adauto (Org). **Ensaio Sobre o Medo**. São Paulo: Editora Sesc, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. Do medo ao terror. In: NOVAES, Adauto. **Ensaio Sobre o Medo**. São Paulo: Editora Sesc, 2007.

ROSENSTONE, Robert A. História em imagens, História em palavras: reflexões sobre as possibilidades de plasmar a História em imagens. Salvador: **O Olho da História. Revista de História Contemporânea**, v. 1, n. 5, p. 105 -116, 1998.

SANTOS, Luciana Oliveira dos. O Medo Contemporâneo: abordando suas diferentes dimensões. Rio de Janeiro: **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 23, n. 2, p. 48-55, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005 [1979].

WOLFF, Francis. Devemos temer a morte?. In: NOVAES, Adauto (Org). **Ensaio Sobre o Medo**. São Paulo: Editora Sesc, 2007.



## A GRÉCIA DE HERÓDOTO: uma arqueologia geográfica

Jahan Natanael Domingos Lopes<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 16/10/2023

Artigo aceito em: 30/07/2024.

### RESUMO:

Para desvelar, através da arqueologia foucaultiana, o saber discursivo de Heródoto (484 – 425 a.C.), visou-se a um estudo, entre identidades e diferenças, de sua obra *História*. Disso, parte-se do método arqueológico ao saber geográfico. No mundo grego, delimitaram-se duas camadas de pensamento: a camada egoica, entre heróis por Homero e deuses por Hesíodo e a camada de alteridade, entre a guerra greco-persa de Heródoto e a guerra do Peloponeso de Tucídides. Aliás, entende-se que Heródoto não existe senão à medida da gramática, da semântica, do léxico e do conteúdo material de sua camada histórica. A Grécia, portanto, existe como discurso da situação contemporânea do autor pelo encontro de si no Outro e do Outro em si. Assim, abre-se o tempo grego em uma geografia arqueológica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pensamento geográfico; Geografia histórica; Arqueologia; Territorialidade.

### THE HERODOTUS' GREECE:

A geographic archaeology

### ABSTRACT:

In order to unveil, through Foucaultian archaeology, the discursive knowledge of Herodotus (484 – 425 BC), the aim was to study, between identities and differences, his work *History*. From this, the archaeological method is based on geographical knowledge. In the Greek world, two layers of thought were delimited: the egoic layer, between heroes by Homer and gods by Hesiod, and the layer of alterity, between the Greco-Persian war of Herodotus and the Peloponnesian war of Thucydides. In fact, Herodotus does not exist and is understood if not by the grammar, semantics, lexicon and material content of its historical layer. Greece, therefore, exists as a discourse of the author's contemporary situation through the encounter of self in the Other and of the Other in itself. Thus, Greek time opens up in an archaeological geography.

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7334620447042840>. Identificador ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0410-5219>. E-mail: [jahan\\_natanael@hotmail.com](mailto:jahan_natanael@hotmail.com).

**KEYWORDS:** Geographic thinking; Historical geography; Archaeology; Territoriality.

## 1. Introdução

Ele vai bem, o velho Heródoto. É lido (pelo menos supõe-se), editado, glosado e interpretado. Estará satisfeito com isso?

(Hartog, 1999, p. 15)

Ao movimento da pós-modernidade, as diferenças e as descontinuidades marcam a trama, peremptoriamente intensificada, de multiplicidades histórico-discursivas. Entende-se, adentro desse processo, uma desestruturação da unidade, tal como pode-se dizer de um livro: “Por mais que o livro se apresente como um objeto que se tem na mão; por mais que ele se reduza ao pequeno paralelepípedo que o encerra: sua unidade é variável e relativa.” (Foucault, 2022, p. 28). O livro, então, é apontado pelo ensejo de ressaltar a diversificação dos elementos que o constitui. Doravante, ao mesmo tempo como contraponto e como fundamento, parte-se da história universal para a realidade diferencial de todo o objeto analisado. Ademais, entre o lado do saber (transcendente) e o lado da ciência (imaneente), tratam-se: “Os dois lados conjuntamente – a história conceituada – formam a rememoração e o calvário do espírito absoluto; a *efetividade*, a *verdade* e a *certeza* de seu trono, sem o qual o espírito seria a solidão em vida” (Hegel, 2014, p. 531, destaques nosso). Desse modo, vive-se o estilhaçamento do espírito em um processo inverso à constituição da identidade, isto é, com a arqueologia do saber, através dos discursos, tomam-se os enunciados, infindavelmente, ampliando-os em uma explosão.

Nesse sentido, visionar-se-á a um caminho oposto à história das ideias (tecida pelas continuidades) em suas permanências, tratando-se *mutatis mutandis* da história dos conceitos (tecida pelas descontinuidades) em suas rupturas. Dito isso, pauta-se em um percurso orientado conforme as transformações dos discursos, fato que não é novo:

O mundo da história não foi sempre pensado sob aspecto da unidade histórico-universal. Como mostra o caso de Heródoto, ele pode ser considerado também como um fenômeno moral. [...] [Há uma] quantidade de exemplos, mas não uma unidade. (Gadamer, 2015, p. 283)

A concepção historiográfica, promovida pelo historiador grego, remete à meta-história à qual a história ajuíza sobre si mesma mediante a um sentido de diferenças. Por isso, entranha-se nesse mundo herodoteano com o seguinte critério: “A herança da Antiguidade é como a própria natureza, um vasto espaço a interpretar; aqui e lá é preciso arrolar signos e pouco a pouco fazê-los falar.” (Foucault, 2016, p. 46). O sistema linguístico dita as normas perante o sistema discursivo das possibilidades de serem materializadas nos textos literários e o contexto, sobretudo, delimita as bordas interdidas de uma camada de pensamento.

Avança-se, por conseguinte, em uma exegese arqueológica, almejando a discernir acerca do sentido territorial grego, visada a partir de Heródoto de Halicarnasso (484-425 a.C.). Em verdade, como a uma musa, esse autor será submetido à dissolução de sua estrutura, eis nosso alvo: “Heródoto (chamado ‘pai da história dos gregos’, que, aliás, escreveu com linguagem vulgar).” (Vico, 1979, p. 107). Na contramão do caminho de instigar para além da trama hagiográfica e da trama bibliográfica, rentes às continuidades, desvela-se rumo à seguinte sentença sociolinguística mediante que em:

toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, [...] esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 2014, p. 8-9)

Assim, as normas e as regras são pautadas como *episteme* em termos de gramática, semântica, léxico e conteúdo material de uma camada arqueológica do saber. Nisso, Heródoto segue estritamente as diretrizes de seu contexto, segundo a linguagem de seus horizontes histórico-geográficos, concretizado em seus livros somente o possível de sua camada.

Por mais, afere-se a situar o discurso herodoteano como uma manifestação própria da linguagem grega (da *episteme* grega), tanto em suas verdades quanto em suas mentiras. Evoca-se, o tão conhecido pai da história como, inclusive, pai das mentiras de sua época: “O pai não é necessariamente o mentiroso, mas é porque ele é o pai que surge igualmente como mentiroso. Olhando-os assim, Heródoto e a sequência de suas interpretações formam um espelho que aumenta as coisas”

(Hartog, 2014, p. 402). Disso, encontra-se uma paridade entre a sabedoria grega e a especificidade do conhecimento histórico construído pelo halicarnassiano adentro de sua delimitação espaço-temporal. Com efeito, define-se o conceito de camada arqueológica: “Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto de relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados” (Foucault, 2022, p. 231). A partir da configuração das *epistemes*, imersas no espaço e no tempo, têm-se, portanto, as unidades múltiplas em múltiplas unidades. Pela abertura arqueológica, Heródoto é semente e fruto de sua camada histórico-geográfica.

As limitações de Heródoto são a sua própria época limitada, afinal, seus dados não fornecem informações irrevogáveis, sendo contingentes tanto pelas adversidades de idiomas desconhecidos, quanto dos poucos documentos disponíveis, mas também pela técnica visora de expressividade artística. Em exemplo, diz-se:

Dario foi o artífice da organização definitiva do império, dividindo em vinte ‘satrapias’. A lista apresentada pelo próprio Dario (inscrição de Behistun) não coincide com a apresentada por Heródoto, que, no entanto, parece derivar de fontes autênticas. (Liverani, 2020, p. 751)

Dessarte, encara-se a obra mediante a sua poética (criação) a partir de um sistema de pensamento em curso histórico. Defende-se, tão logo, a seguinte colocação: “Há o que é dito por Heródoto e o que se sabe por outras formas. O que se sabe serve para criticar o que se diz, e o que se diz (uma vez criticado) aumenta o que se sabe.” (Hartog, 2014, p. 47). Nesses perpasses, averigua-se a leitura de um autor não à procura da verdade pura, mas da verdade florescida por sua camada arqueológica, isto é, das sentenças que transpassavam o autor como verdadeiras.

Em guisa das camadas aqui sobrepostas, recupera-se a pensar em dois horizontes epistêmicos propriamente gregos. Elencam-se, em subsequência, estes dois estratos de pensamentos: 1) a camada mítica, evidenciada pelas obras acerca dos deuses por Hesíodo (1995) e acerca dos heróis por Homero (1999; 2014) e, a mais recente, 2) a camada realista, por meio das obras historiográficas tanto das guerras greco-persas (ou Médicas) de Heródoto (2019a; 2019b), quanto da guerra do Peloponeso de Tucídides (2001). Esses dois horizontes, em duplas de autores,

promovem diferenças imponentes; a primeira, transmite a fase egoica em que os gregos conheciam a si mesmos e, por conseguinte, a fase de alteridade na qual os gregos conheciam os Outros e, sobretudo, como os Outros constituem a si mesmos enquanto comunidade grega.

Nesse perpasso, irromper-se deve ao cerne, ou seja, à questão herodoteana – formada pela camada de alteridade – que é a constituição da Grécia a partir de um espaço-tempo aberto às interações culturais. Nisso, transcorre-se:

Heródoto escreveu sua obra entre 445 a 425 a.C., tendo como tema as guerras pérsicas, e criou um novo gênero narrativo baseado na pesquisa (*historiái*), na descrição geográfica e na comparação da cultura helênica com a dos chamados bárbaros. (Flores, 2010, p. 10)

A situação de disjunção dos pensamentos em camadas é inversamente proporcional à conjunção dos homens em discursos; isto é, a colocação da:

História no espaço epistemológico é de grande importância para sua relação com as ciências humanas. [...] homens [...] contemporâneos, não visam jamais senão a cortes sincrônicos no interior de uma historicidade que os constitui e os atravessa (Foucault, 2016, p. 513)

O incurso no panorama herodoteano, paralelo ao panorama grego, alude a uma condição irrevogável, em seu tempo geográfico, de convivência com a diferença.

Conduz-se, então, a uma concepção geográfica da estratificação do tempo em horizontes arqueológicos do saber. Assenta-se, nesse sentido, para: “Uma abordagem que aponta para uma arqueologia do saber geográfico.” (Moraes, 2017, p. 131). Por uma trama de enunciados, enlaça-se o discurso em um direcionamento às concepções descontínuas em sintonia, isto é:

O tempo da ciência não perde, pelos aperfeiçoamentos da cronometria moderna, seu caráter de fluxo contínuo ao longo de posições descontínuas. [...] A sucessão do tempo apenas reproduz a sucessão das coisas com as quais lidamos.<sup>2</sup> (Dardel, 1946, p. 54-55, tradução nossa)

Desse caminho, guia-se a partir da geografia arqueológica para a discussão do pensamento grego situado no halicarnassiano.

---

<sup>2</sup> “Le temps de la science ne perd pas, à travers les perfectionnements de la chronométrie moderne, son caractère d'écoulement continu le long de position discontinue. [...] La succession du temps ne fait que reproduire la succession des choses dont on s'occupe.”

Ao mais, ressalta-se, na exegese deste brilhante escritor grego, a submissão a uma rigorosa arqueologia do saber, promulgando o encontro para com o sentido de seu discurso sobre a Grécia. Atenta-se, em uma célebre asserção, que a história epopeica de Heródoto expõe o processo de descoberta de si no Outro e do Outro em si. Fora dos redutos da originalidade, buscar-se-ão elucidar o território do discurso e o discurso do território. Isso posto, a primeira seção delimita os fios transcorrentes ao autor em fundamentação da camada da qual constitui o discurso de sua obra e a segunda seção conduz-se de modo geral às asserções – pelas identidades e pelas diferenças – em pauta da constituição do território grego em suas múltiplas interações discursivas. A questão cerne a ser encaminhada, na historicidade da cultura grega através de Heródoto, é discutir pela arqueologia geográfica: o que é a Grécia?

## 2. Heródoto não existe

É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede.

(Foucault, 2022, p. 28)

O desempenho de uma produção tão rica quanto a do trabalho herodoteano leva, primordialmente, a questionar: o que é Heródoto? Antes de nada, é um historiador. Deriva-se esse profissional a partir da etimologia da história: “O *hístōr* seria, antes de tudo e por princípio, um olho – e *hístōríē*, por sua vez, alguma coisa (senão uma história) relativa ao olho.” (Hartog, 2014, p. 22). Desse modo, a corporalidade admite sua incursão no processo de investigação perceptiva do entorno, focando-se no que se vê como base da *ver-dade*. Outrossim, uma visão leviana não deve ser assumida porque não se trata de um hermético olhar abjeto: “a *hístōríē* não é, de início ou somente, uma operação que, do ver, extrai o saber, mas principalmente um processo linguístico que, em certos casos, consegue fazer ver.” (Hartog, 2014, p. 25). A noção de reprodução da perspectiva experienciada é de suma importância na qualificação da história em seu sentido existencial, ao passo que o olho de um permite ser o olhar de outrem.

Ainda na concepção do olho perpétuo, a saber, da reprodução textual em vista de permitir aos leitores a continuidade da construção da paisagem do mundo, percebe-se que há uma disciplinaridade científica esboçada em uma noção panóptica (*pan*, vários e *óptica*, olho). A relação estabelece-se através do desejo, atualmente mecanizado, de alcançar um sistema apoteótico:

O aparelho disciplinar perfeito capacitaria um único olhar tudo ver permanentemente. [...] lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem. (Foucault, 2014, p. 170)

A história é panóptica em um sentido ideal, haja vista reproduzir as condições experienciadas através dos documentos, formulando arquivos de constituição holística. As lentes herodoteanas visam, sem delongas, à geografia como condição descritiva da trama de lugares constituintes de seu mundo, entramando tanto as relações internas quanto as relações externas.

Em verdade, sua obra transita, com um fio condutor, uma história sequencial dos eventos, particularizando as histórias de vida de existências cujas decisões influenciaram nas dinâmicas das cidades, das guerras, dos impérios etc. O grande contexto de sua camada é alicerçado pela guerra greco-persa (mais conhecida como Guerras Médicas). A partir de sucessivos raptos de mulheres, entende-se a origem cosmológica desse conflito: de Io (grega raptada pelos fenícios), de Europa (fenícia raptada pelos gregos), de Medeia (colquidense raptada pelos gregos) e de Helena (grega raptada pelos troianos) (*História*, I, 1-3). Nesses horizontes, permeia-se o princípio de inimizade, o qual se projetará por todo o mosaico do mundo mediterrâneo:

Quanto a mim, não pretendo absolutamente decidir se as coisas se passaram dessa ou de outra maneira; e, depois de ter narrado o que conheço [...] prossigo minha história, na qual tratarei tanto dos pequenos Estados como dos grandes (*História*, I, 5)

Com isso, o autor busca, mediante a sua linguagem, expressar a verdade epistemológica entramada pelas distintas sociedades coexistentes; para além de si, ele procura um completo panorama geográfico de seu mundo.

Em concepção de situar a sua obra, compendiam-se nove livros, cada um dedicado a uma musa, e o plano geral intitulou-se *História*. Desabrocha-se, pois, uma arte científica na escrita épica de gênero narrativo, inclusive, com diversos momentos de diálogos em prosódia. Desse modo, o halicarnassiano transcende sua finitude por intermédio da escrita, haja vista que: “Só há história (trabalho, produção, acumulação e crescimento dos custos reais) na medida em que o homem como ser natural é finito” (Foucault, 2016, p. 356). As musas, com suas respectivas responsabilidades, marcam a seguinte ordem dos livros historiográficos:

- I – Clio, a musa da História.
  - II – Euterpe, da Poesia Lírica.
  - III – Tália, da Comédia.
  - IV – Melpômene, da Tragédia.
  - V – Terpsicore, da Dança.
  - VI – Érato, do Amor.
  - VII – Polímia, da Religião.
  - VIII – Urânia, da Astronomia.
  - IX – Calíope, da Poesia Épica.
- (Azevedo, 1965, p. 104)

A partir dessa correlação religiosa, permite-se situar a crença de um autor propriamente grego, reverente aos discursos sagrados, apesar de mediado por uma intenção de narrar, para ser reproduzido, o que se pode ver. Outrossim, tudo aquilo que o autor narra é tão somente o que a sua língua – permeada pela cultura – permite ser dito, afinal: “uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis – um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos.” (Foucault, 2022, p. 33). Nesse plano, os discursos são possibilidades de pensamentos que são abertos por um conjunto de enunciados efetivados: pela fala ou pela escrita. Por isso, assenta-se a condição de que: “A linguagem é toda ela *discurso*, em virtude desse singular poder de uma palavra que passa por sobre o sistema dos signos em direção ao ser daquilo que é significado.” (Foucault, 2016, p. 132, destaque do autor). O dito, sem embargo de sua infinidade de dizeres, é regrado por diretrizes fixas espaço-temporalmente e, tanto o que é original quanto o que é tradicional, permeia-se de possibilidades já em curso no sistema de pensamento de uma camada arqueológica.



Compenetra-se, ademais, em uma ampla gama de enunciados em cada arranjo discursivo preludiado pelos livros. Elencam-se, pelo próprio autor, as temáticas transcorridas no decorrer das primeiras obras, concernentes às principais discussões geográficas: I. Clío: “Os persas – Os medos – Babilônia – Cresos – Candolo e Gigés – Ciro – Semíramis – Tómiris” (*História*, I, 1-216); II. Euterpe: “Egito – Ísis – O oráculo de Dodona – Sesóstris – Rampsinito – Heliópolis – Elefantina – O Nilo – Embalsamentos – Sepulturas – Os 12 reais – Psamético – Vegos – Psámis – Áprius – Amásis” (*História*, II, 1-182); III. Tália: “O Egito – A Pérsia – Cambises – Mênfis – O boi Ápis – A Etiópia – Polícrates – Amásis – O falso Esmérdis – Dario – O cerco de Babilônia – Zópiro” (*História*, III, 1-160); IV. Mêlpomene: “A Cítia – Hércules – Os Grifãos – Os Hiperbóreos – Descrição da Terra – O povo de Cílix – Costumes dos Cítas – Anacáris – A expedição de Dario – O Ponto Euxino – As Amazonas – Os Trácios – Os Getas – A Líbia – O culto do Sol” (*História*, IV, 1-205). Esses quatro primeiros livros advogam extensas e vívidas descrições tanto naturais quanto humanas de toda a espacialidade do mundo conhecido pelos gregos. De fato, a geografia herodoteana está enfaticamente no decorrer desse quarteto literário, fornecendo uma perspectiva deveras detalhada dos grandes Estados da Terra até os limites populacionais do mundo geográfico.

Os demais livros prefiguram a distensão maior da guerra, narrando, minuciosamente, todos os grupos de povos constituintes do exército grego e do exército persa e, no entretanto, pontuando cada batalha desde sua origem até seu desfecho. Os enunciados desses últimos cinco livros são deveras extensos e partilham de posições detalhadas ao que diz a despeito da guerra em processo. Talvez o mais crucial para o delongar da história sejam aos gregos pelas descrições, sobretudo políticas, de Atenas e de Esparta, defronte aos persas a partir dos governos de Dario seguido por Xerxes. Nesse sentido, prescreve-se um curso propriamente geográfico nos primeiros livros e, em tendência à especificidade da guerra greco-pérsica, caminha-se para uma geopolítica altamente acurada.

Há mais. Em reforço da discussão acerca do método geográfico como condutor da narrativa, alicerça-se a pensar que: “Se Heródoto surge como um dos

fundadores da geografia, é porque descreve o mundo de seu tempo de maneira diferente: o seu relato não é de um viajante que enumera etapas de um itinerário” (Claval, 2015, p. 25). Durante a prosa, nota-se uma conexão histórico-geográfica através dos movimentos marcados pela continuidade temporal e pela descontinuidade espacial, ou seja, a história é tratada pela sucessão dos eventos e a geografia, pela simultaneidade dos eventos. Com essas abordagens temporal e espacial: “Heródoto apresenta conjuntos territoriais que define pelos seus limites, tal como aparecem num mapa, e pelos seus traços comuns, a visão sintética, que implica que se saiba mudar de escala, encontra-se já presente.” (Claval, 2015, p. 25). A concepção do discurso segue em uma técnica de escalaridade em dois sentidos: primeiro, através da indução dos eventos diminuindo a escala ao plano territorial e segundo, conforme os textos avançam – na inflexão entre o quarto e quinto livros – em uma dedução dos eventos na abertura da grande escala.

Há, então, uma complexa articulação entre o tempo e o espaço, partindo da modulação da escala ao decorrer da obra. Esse sentido promove o processo germinal da mundialização manifestada na técnica articulada pelo autor. Percebe-se, inclusive, a seguinte mobilização entre os lugares descritos e a obra escrita:

os lugares têm significado [...]. A literatura é somente um caminho pelo qual esses significados são produzidos pela cultura e atribuímos ao lugar, assim como o lugar é frequentemente apropriado para produzir significados na literatura. (Thrift, 1983, p. 21 apud Holzer, 2016, p. 288)

Cada lugar narrado por Heródoto é circular, transpassando, entre sua percepção e sua compreensão, a totalidade do mundo: tanto grego quanto bárbaro (não-grego). A *História* é um discurso relativo aos gregos perante o mundo, situando-a em uma camada finita de pensamento: “O discurso é subtraído à lei do devir e se estabelece em uma intemporalidade descontínua. Imobiliza-se por fragmentos: estilhaços precários de eternidade.” (Foucault, 2022, p. 203). Ao perpassar da trama literária – sendo literatura um conceito moderno –, os lugares são materializados na obra como realidades, tanto por suas averiguações materiais quanto pelo compartilhamento do sistema de pensamento às marcas alegóricas.

Em vista de salientar a camada epistêmica, absolutamente tudo que foi materializado pelo conjunto de palavras formadoras de frases e, no ápice, de ideias pelos livros herodoteanos, são horizontes existentes fora de sua consciência. A consciência legisla a ordem das palavras, mas não as criou e, conforme as regras linguísticas, possui uma limitação nas combinações. O que é Heródoto, afinal? Nada em si. Somente quem ele é possui uma existência autoral, isso e nada mais. A condição arqueológica permite aferir que o método geográfico e as técnicas diversas de temporalização escalar são – contra a centralização ontológica – constituídas pelo pensamento grego, sendo irrelevante o Heródoto para essa aferição, a não ser para atestar a concretude de uma das diversas possibilidades. Por fim, alia-se a dizer que Heródoto não existe, todavia, ao dizer isso, ressalta-se a existência de um pensamento amalgamado pelas consciências de seu tempo e de seu espaço.

### 3. A Grécia existe

Que escândalo confrontar a geografia não à ciência e aos seus critérios, mas às estratégias e ideologias! Também escândalo para os historiadores que geógrafos se apoderem do “pai da história” [...] Heródoto é também o primeiro verdadeiro geógrafo.

(Lacoste, 2012, p. 17)

Pela perspectiva da *episteme*, o pensamento situado histórico-geograficamente é delimitado nas rupturas de descontinuidades. As fronteiras de uma camada a outra marcam a transição da verdade de um discurso em outro. O fio de como a verdade desenvolve-se sempre coliga a natureza e o homem, ressalta-se:

O homem recebe da natureza aquilo com que fazer signos e estes signos lhes servem primeiramente para se entender com os outros homens a fim de escolher aqueles que serão retidos, os valores que lhes reconhecerá, as regras de seu uso (Foucault, 2016, p. 149)

Nesse sentido, progride-se a linguagem como base imaterial das possibilidades a serem materializadas, ao seguinte passo:

a linguagem modifica-se não tanto como as migrações, o comércio e as guerras, ao sabor do que sucede ao homem ou ao capricho do que ele pode inventar, mas, sim, sob condições que pertencem propriamente às formas fonéticas e gramaticais (Foucault, 2016, p. 509)

Com isso, as regras do que se pode ou não ser dito são as principais regentes do mecanismo o qual constrói os raciocínios – lógicos ou não – voltados a discursar a verdade de uma camada sobre a integralidade do mundo.

Em prospecção do curso da transformação contínua da língua grega, a qual falava Heródoto, perpassam-se diversos povos e, tão logo, diversas verdades em um perpétuo processo. O trajeto pode ser embasado neste curso histórico:

Foram mercadores da Fenícia, aventureiros da Frígia, da Macedônia e da Ilíria, gálatas, citas, bandos de exilados ou de fugitivos que carregaram a base primitiva da língua grega de tantas espécies de partículas inumeráveis e de tantos dialetos. (Pluche, 1811, p. 26 apud Foucault, 2016, p. 126)

Assim, reserva-se a dizer que o que fora dito pelo pai da historiografia é fruto das múltiplas verdades subsequentemente substituídas até chegar-se à sua produção literária. Tanto é, pois, que suas inverdades são frutos das verdades de seu tempo, por exemplo: “O ‘Pai da História’ positivamente não acreditava na *redondeza* da Terra” (Azevedo, 1965, p. 105, destaque do autor). É esperado assinalar, haja vista esse excerto, que os gregos compartilhavam do universo mental e do linguístico cuja Terra não é esférica; em outro caso, cita-se:

Heródoto confessou que jamais pôde saber ao certo qual o total de *habitantes* da Cítia. Apenas soube informar que os verdadeiros Citas, os que vagabundeavam pelas estepes, eram um número bastante reduzido. (Azevedo, 1965, p. 113, destaque do autor)

Portanto, revela-se a simplicidade de certas informações, como a densidade populacional, trabalhadas na demografia herodoteana; ainda há muito por se fazer, em outras formas discursivas, na história da ciência.

Dessarte, a Grécia é um pensamento construído pela historicidade e regido pela linguagem: as limitações e as láureas da escrita herodoteana são frutos de sua época. Através da fase de alteridade, os gregos – e Heródoto estava a par – descobriam a si mesmos nos Outros, isso porque a Grécia não é exclusivamente grega, à guisa de exemplificar: “Teria vindo também dos Líbios para os Gregos o hábito de atrelar quatro cavalos a seus carros.” (*História*, IV, 189), ou “Disseram-me [os Egípcios] também que os Egípcios haviam sido os primeiros a dar nome aos 12

deuses e que os Gregos tinham adotado tais nomes.” (*História*, II, 4), ou “foram também os Egípcios os primeiros entre todos os povos a instituírem festas ou reuniões públicas, procissões e oferendas, costumes esses adotados pelos Gregos.” (*História*, II, 58), ou “Os nomes das festas dos Iônios terminam sempre pelas mesmas letras, tendo elas isso em comum com a dos Gregos e com os nomes próprios dos Persas.” (*História*, I, 148), ou

Todos são unânimes em afirmar que os Egípcios foram os primeiros a estabelecer a noção de ano, dividindo este em 12 partes, segundo o conhecimento que possuíam dos astros. Parecem-me eles nisso muito mais hábeis do que os Gregos. (*História*, II, 4)

Dessas incorporações, a cultura grega renova-se na constante inter-relação com outros povos, aglutinando a si o Outro, em um incurso de antropofagia imaterial.

Ao revés, tal como o caminho de assimilação, encontra-se o caminho de diferenciações discursivas interdidas pela cultura grega. Nesse passo, têm-se como exemplos: “Os Citas reprovavam aos Gregos a celebração de bacanais, e julgavam contrária à razão a ideia de um deus que leva os homens a tais extravagâncias.” (*História*, IV, 79), ou

os Cários, habitantes da Índia, acostumados a comer os cadáveres dos pais, e perguntar-lhes, na presença dos Gregos, quanto queriam para queimar os pais depois de mortos. Os Indianos, horrorizados com a proposta, pediram-lhe para não insistir numa linguagem tão odiosa. (*História*, III, 38)

ou

Hércules, dizem eles, tendo chegado ao Egito [...] o conduziram com grande pompa ao templo, revelando a intenção de imolá-lo a Júpiter. [...] Os Gregos dão a entender [...] não terem o menor conhecimento do caráter dos Egípcios e de suas leis. (*História*, II, 45)

ou

Os egípcios foram também os primeiros que, por princípios religiosos, proibiram o comércio sexual com as mulheres nos lugares sagrados [...] Todos os outros povos, com exceção deles [Cários] e dos Gregos, agem de modo contrário (*História*, II, 64)

ou “Os Persas a que há pouco nos referimos foram os primeiros a virem da Ásia à Grécia para fazerem o reconhecimento desse país.” (*História*, III, 138), ou “De

acordo, porém, com as tradições dos Persas, Perseu era assírio, tornando-se grego depois, embora seus pais não o fossem.” (*História*, I, 120). Estranham-se, os gregos, pela diversidade de ritos nas margens geográficas de seu mundo, reforçando, através das diferenças, as fronteiras entre cada civilização.

Essa camada de alteridade, rica de identidades e de diferenças, concorre como uma construção posterior à camada egoica, pouco discutida pelo halicarnassiano, porém, sendo Heródoto muito lúcido desta ausência:

Durante muito tempo ignorou-se a origem de cada deus, sua forma e natureza, e se todos eles sempre existiram. Homero e Hesíodo, que viveram quatrocentos anos antes de mim, foram os primeiros a descrever em versos a teogonia, a aludir aos sobrenomes dos deuses, ao seu culto e funções e traçar-lhes o retrato. Os outros poetas, que se diz tê-los precedido, não existiram, na minha opinião, senão depois deles. Sobre o que acabo de relatar, uma parte colhi com as sacerdotisas de Dodona; mas no que concerne a Hesíodo e Homero, os dois grandes poetas a que acima faço referência, nada mais faço do que emitir minha opinião pessoal. (*História*, II, 53)

Heródoto estava ciente de que sua camada era cabalmente distinta da passada. Sua discussão não percorria os horizontes de justificar a existência de deuses e de heróis, mas visava ao fluxo da linguagem entre os povos e como as histórias deles transformavam-se. Dentre os diversos incursos históricos, encontram-se os: “Tegeatas. Esse povo era, outrora, o menos civilizado entre os Gregos, e não fazia nenhum comércio com os estrangeiros nem mesmo entre si; mas depois passaram, da maneira que vou contar, a possuir melhor legislação.” (*História*, I, 65). Com isso, a evolução, a partir das mudanças, são recorrentes na obra. No ápice, são permitidos paralelismos: “O texto de Heródoto e seus desdobramentos modernos: uma questão imperialista (o caso britânico)” (Hering, 2004, p. 176). A concepção dos impérios é seminal nas genealogias históricas das civilizações discutidas pelo autor, fornecendo uma trama vívida das relações, tanto racionais quanto emocionais, traquitadoras do desenvolvimento imperial.

Outrossim, permite-se não somente ver a constituição dos gregos a partir dos gregos, mas também o Outro toma forma de espelho de aproximações e de afastamentos para com a Grécia. O mais célebre caso é deste filósofo cita:

“Anacársis foi realmente morto da maneira a que nos referimos, e teve esse triste fim por haver praticado costumes estrangeiros e mantido relações com os Gregos.” (*História*, IV, 77). Ao voltar para a Cítia, agregando costumes gregos, foi morto sem demora, mostrando que a Grécia não era uma civilização exemplar para todas as outras culturas; inclusive, era, por vezes, medrosa: “Os Atenienses [...] foram os primeiros de todos os Gregos a enfrentar impetuosa desassombradamente os Medos, quando até então o simples nome Medos inspirava terror aos Gregos.” (*História*, VI, 112). Nesse caminho, observa-se o processo de pensamento grego em consciência de sua relativa significância, a saber, a fase egoica, homérica e hesiódica, estava terminantemente encerrada.

Há, por outros enlaces, mais. Em vista da analítica discursiva, perpetra-se na seguinte definição: “o termo discurso poderá ser fixado: conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (Foucault, 2022, p. 131). Com isso, instiga-se um dos principais enunciados refletidores do discurso da guerra greco-persa neste excerto de Artábano para Xerxes: “ou as nossas terras passarão para o domínio dos Gregos, ou toda a Grécia para o nosso. Não há meio-termo; a inimizade que reina entre as duas nações não o permite.” (*História*, VII, 11). Esse dito é verdadeiramente o pensamento por escrito de algo que não necessitava ser materializado em palavras. Isso posto, acomete-se a outras possibilidades de estudo de enunciados tal como: “O Discurso Parresiástico de Michel Foucault aplicado à História Antiga – um estudo de caso sobre o rei espartano Demáratos” (Assumpção, 2013, p. 226). Com isso, o discurso é par da história tal como o enunciado é par do evento, cada evento é unidade entre unidades de um discurso que é uma totalidade entre outras totalidades: isso no espaço e no tempo.

Ao rumo da linguagem, perpetra-se em uma maquinaria de regras que limitam possibilidades infinitas, produzindo em cada povo um sentido explicativo de seu próprio mundo. Assim, conduz-se a refletir no seguinte processo:

a partir de designações primitivas, a imaginação dos homens (segundo os climas em que vivem, as condições de sua existência, seus sentimentos e paixões, as experiências que fazem) suscita derivações que são diferentes

conforme os povos [...] e que explicam, sem dúvida, além da diversidade de línguas, a relativa instabilidade de cada uma. (Foucault, 2016, p. 282)

Em cada cultura um discurso é produzido, circular à palavra e à coisa, mas plausível de semelhanças tal como: “a prática da magia é atribuída a povos inteiros, como as tribos líbias de que Heródoto fala ou os ofiogenes em torno de Parium, no Chipre, que curavam picadas de cobra.”<sup>3</sup> (Hubert, 2021, p. 132, tradução nossa). Por essas condições, acomete-se que a compreensão de um povo é, tão já, a compreensão de sua linguagem e vice-versa. Ambos auxiliam a compreensão de si no Outro e do Outro em si.

Em guisa de arremate, há em Heródoto um explícito mecanismo de constituição da Grécia, em suas identidades e em suas diferenças para com cada povo horizontado pelo conhecimento grego. A Grécia, portanto, é um discurso, infindo de enunciados possíveis: mas, sob a condição das regras linguísticas, pauta-se por um sentido de reflexão de si mesma na camada discorrida pelo halicarnassiano. O incurso de explicitar que a Grécia é um discurso encaminha-se uma repleta geografia historiográfica na perceptividade de uma cultura sobre si mesma. Os gregos são questionadores de sua formação, de modo científico, isto é, buscando uma base sólida que fundamente a própria condição histórica. Desse modo, a reflexão herodoteana se eternaliza, inclusive, como método de autoanálise cultural, principiando, no mosaico de povos do mundo geográfico, uma interação viva.

#### 4. Considerações finais

Ao caminho da profusão da arqueologia do saber, encontra-se uma discussão que entremete os discursos no espaço e no tempo em camadas de pensamento, a saber, como *episteme*. Assim, desvela-se como uma perspectiva de pensamento pautado nas diferenças e nas discontinuidades, marcando as passagens de um pensar e outro. Conforme a linguagem, a constituição de autores é nó em uma rede de feixes que perpassam, histórico-geograficamente, as obras literárias. Entre elas, estudou-se, aqui, a *História* de Heródoto de Halicarnasso, visando a conceber em seu

---

<sup>3</sup> “la pratique de la magie à des peuples entier, comme ces tribus libyenne dont parle Hérodote ou les ophiogènes des environs de Parium en Chypre, qui guérissaient les morsures de serpents.”



discurso a reflexão tomada arqueologicamente por seu povo: uma intensa discussão sobre o que é a Grécia.

Duas camadas foram estabelecidas como inflexão do pensamento grego: primeira, em uma fase egoica (pela camada mítica) e segunda, em uma fase de alteridade (pela camada realista). Entre herois com Homero e deuses com Hesíodo, a primeira *episteme* é de suma constituição de um autoconhecimento centralizado na própria história, sem a ausculta das interações complexas, tomando a verdade de modo cosmológico. Outrossim, entre a guerra greco-persa com Heródoto e a guerra do Peloponeso com Tucídides, uma reflexão de embate cultural é exercida em uma *episteme* dialógica entre as culturas diversas; nesse prumo, a verdade é materializada, não mais em ditos, mas em vistos a partir da construção discursiva da trama do mundo conhecido.

Nesse perpassar, o pai da história, pai da mentira, pai da geografia, pai da historiografia corresponde a um ser pouco importante arqueologicamente, haja vista que o pensamento espaço-temporalmente situado de seu povo já elucidava seus escritos: história, mentira, geografia, historiografia. Não há nada dito por Heródoto que não seja replicação de enunciados dentro de um discurso regrado pela gramática, semântica, léxico e material escrito. Heródoto não existe, mas a Grécia existe. Esta é, tão somente, um discurso em um processo infundável de reconstituição ao princípio das relações interculturais. Desse passo, os horizontes do pensamento são o fundamento da ontologicidade de cada povo do mundo diferencial.

O trabalho, portanto, atingiu duas relações de suma relevância à arqueologia do saber grego: a presença de duas camadas (egoica e de alteridade) entre os herois e os deuses e, ademais, o encontro de si no Outro e do Outro em si feito na reflexão herodoteana. Ambas as reflexões são bases do mecanismo discursivo da Grécia e, a partir dessas sentenças, infundáveis enunciados podem ser admitidos. Ao fim, espera-se que a discussão geográfica tenha ampliado as múltiplas perspectivas de leitura do mundo grego, permitindo as reflexões de autoanálise e meta-análise

incutidas no pensamento descontínuo dos próprios gregos. Arqueologicamente, o pensamento geográfico é a conscienciosidade da época, ou seja, a geografia existe e eu não.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

HERÓDOTO. **História**: volume 1. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019a.

HERÓDOTO. **História**: volume 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019b.

HESÍODO. **Teogonia**: a origem dos deuses. 5ª ed. São Paulo: Iluminuras, 1995.

HOMERO. **Odisseia**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

HOMERO. **A Ilíada**. 3ª ed. Portugal: LB Europa-américa, 1999.

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

### BIBLIOGRAFIA

ASSUMPÇÃO, Luis. O Discurso Parresiástico de Michel Foucault aplicado à História Antiga – um estudo de caso sobre o rei espartano De Maratos. **Aedos**, v. 5, n. 13, p. 226-241, 2013.

AZEVEDO, Aroldo. **O Mundo Antigo**: expansão geográfica e evolução da geografia. São Paulo: Buriti, 1965.

CLAVAL, Paul. **História da geografia**. Lisboa: Edições 70, 2015.

DARDEL, Eric. **L'histoire, science du concret**. Paris: Presses Universitaires de France, 1946.

FLORES, Moacyr. Heródoto e a construção da História. **Historiæ**, Rio Grande, v., n. 3, p. 9-16, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

GADAMER, Hans. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

HEGEL, Georg. **Fenomenologia do espírito**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HERING, Fábio. O texto de Heródoto e seus desdobramentos modernos: uma questão imperialista (o caso britânico). **Mneme revista de humanidades**, Caicó, v. 5, n. 10, p. 176-204, 2004.

HOLZER, Werther. **A geografia humanista**: sua trajetória 1950-1990. Londrina: Eduel, 2016.

HUBERT, Henri. **A magia no mundo greco-romano**. Ed. bilíngue. São Paulo: Ed. USP, 2021.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra**. Campinas: Papirus, 2016.

LIVERANI, Marcio. **Antigo Oriente**: História, Sociedade e Economia. São Paulo: Ed. USP, 2020.

MORAES, Antonio. Foucault e a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 66, p. 129-138, 2017.

PLUCHE, Noël-Antoine. **La mécanique des langue**. Lyon: J. Ayné, 1811.

THRIFT, Nigel. Literature, the production of culture and the politics of place. **Antipode**, Oxford: Blackwell Publishing, v. 15, n. 1, p. 12-24, 1983.

VICO, Giambattista. **Princípios de (uma) Ciência Nova**: acerca da natureza comum das nações. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

## ANTROPOTOPONÍMIA E ATIVIDADE LEGISLATIVA NO DISTRITO FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (1897-1900)

Lucas Ramon Porto de Assis <sup>1</sup>  
Viviane Moraes de Caldas <sup>2</sup>

Artigo recebido em: 09/07/2024.  
Artigo aceito em: 05/11/2024.

### RESUMO:

Esta pesquisa configura-se enquanto um estudo de história e memória, esteado nos pressupostos da Toponímia e nos conceitos de memória dominante (POLLACK, 1989) e memória coletiva de grupos sociais (HALBWACHS, 1990). Analisa a atuação do Conselho Municipal do Rio de Janeiro na nomeação de logradouros públicos — manifestada nas Leis pelo mesmo aprovadas e pelas suas Resoluções propostas —, entre 1897 e 1900, a qual se dava pela utilização de nomes de indivíduos, os antropotopônimos, como forma de prestar-lhes homenagens a personalidades de relevo, a fim de sua perenização no imaginário daquele município. Evidenciando casos de conflito entre esta construída memória dominante e outra, mais orgânica, coletiva local, o trabalho visa a contribuir na compreensão da formação da identidade territorial carioca.

**PALAVRAS-CHAVE:** Toponímia; Memória; Rio de Janeiro; Identidade; Território.

### ANTHROPOTOPONYM AND LEGISLATIVA ACTIVITY IN THE FEDERAL DISTRICT OF THE UNITED STATES OF BRAZIL (1897-1900)

### ABSTRACT:

This research is a study of history and memory, based on the theory of Toponymy and the concepts of dominant memory (POLLACK, 1989) and collective memory of social groups (HALBWACHS, 1990). It analyzes the actions of the Rio de Janeiro

---

<sup>1</sup>Graduado em História (Universidade Estadual da Paraíba); graduando em Letras Português/Francês (Universidade Federal de Campina Grande). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0135191562412280>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6081-7707>. Integrante dos grupos de pesquisa GEPAPEP e MiMuDe. Correio eletrônico: [lucasramonporto@gmail.com](mailto:lucasramonporto@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Letras (Universidade Federal da Paraíba). Professora de Língua Latina (Universidade Federal de Campina Grande). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0372425956977246>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8898-2568>. Líder do grupo de pesquisa MiMuDe. Correio eletrônico: [viviane.moraes@professor.ufcg.edu.br](mailto:viviane.moraes@professor.ufcg.edu.br).

City Council in naming public places — as manifested in the Laws approved by the aforementioned legislative body, and in the Resolutions it proposed —, between 1897 and 1900, through the use of names of individuals, anthrotoponyms, as a way of paying homage to important personalities, for the perpetuation of them in the imaginary of that municipality. By highlighting cases of conflict between this constructed dominant memory and another, organic, local collective memory, the work contributes to the understanding of the formation of Rio's territorial identity.

**KEYWORDS:** Toponymy; Memory; Rio de Janeiro; Identity; Territory.

## 1. Introdução

Este trabalho propõe-se a ser um estudo diacrônico da toponímia do município do Rio de Janeiro, entre os anos de 1897 e 1900, a partir do processo legislativo de concessão e alteração de nomes de ruas que se verificava naquele período específico. O enfoque principal do esforço investigativo concentra-se na análise dos topônimos urbanos (primordialmente, as ruas, avenidas e travessas) municipais que ostentavam (e muitos ainda o fazem) nomes de pessoas, os chamados antropotopônimos [os mais recorrentes (Tavares, 2021) na toponímia urbana brasileira], objetivando compreender-lhes a motivação subjacente dos nomeadores (legisladores) em propor tais designações de personalidades específicas, em detrimento de outras. Sabe-se muito bem, portanto, ser o processo de nomeação toponímica movido de interesses, e as conseqüentes denominações de espaços públicos dele resultantes refletirem a realidade sociocultural local (Dutra; Dargel, 2021).

A nomenclatura de uma localidade é um imperativo na vivência humana; é a partir do ato de conceder um nome que o homem pode compreender, dar sentido à realidade que o cerca, enfim «individualizar e especificar os referentes [...]» (Tavares, 2021, p. 172), sejam eles locais ou pessoas. Muito haveria por se dizer sobre o papel da linguagem nesse processo, mas a presente pesquisa pretende estrear-se na ciência da Onomástica para desenvolver um estudo de história e memória, razão pela qual não se vai analisar o objeto de interesse pelo prisma linguístico. Não obstante, faz-se necessário reconhecer a indispensabilidade da capacidade humana para a linguagem no fenômeno de conhecimento e apreensão do mundo exterior. É a partir dela que

o indivíduo «traduz em ‘formas significativas’ ou em ‘palavras’ os mais variados aspectos de sua cultura, integralizando-os em um todo orgânico» (Dick, 1980, p. 4).

A linguagem, porém, é, ela própria, resultado da intencionalidade humana moldada, portanto, pelos seus interesses. Saussure (1969) bem preconiza a arbitrariedade do signo linguístico, a sua não vinculação necessária a qualquer determinante *a priori*. Ou seja, as denominações, como atividade humana, são arbitrárias em relação ao seu significado, não refletem, necessariamente, a materialidade, o real; originam-se de escolhas feitas pela convenção social. Uma ressalva que precisa de ser feita, no caso específico dos antropotopônimos, é que, ainda que os nomes próprios possam ser abarcados pela arbitrariedade do signo que representam, uma vez denominando sítios públicos, eles estão claramente motivados, porque, na sua escolha específica «transparecem tanto aspectos geográficos quanto da cultura material e imaterial do espaço nomeado» (Clementi; Isquierdo, 2023, p. 4). Esse fato é claro e central para a presente análise.

No que concerne à nomenclatura de topônimos antroponímicos — o enfoque do trabalho —, a partir da discussão anterior, fica claro que tal processo, em especial aquele que se desenvolve por atos do Poder Público, não é desinteressado e nem espontâneo. Em verdade, «orienta-se pela disputa da ‘memória dominante’ do lugar, onde podemos compreender o que se buscou lembrar e o que se procurou esconder» (França, 2015, p. 299), ou seja, está repleto não só de reprodutores de certas memórias, mas também de «interditos de marca» (Dick, 1980), os quais suprimem outras. Essas designações geográficas, assim, relacionam-se muito intrinsecamente à identidade local, ou mesmo de alhures, a depender das intencionalidades honoríficas dos legisladores locais e da projeção ou cosmopolitismo do centro urbano em questão. Enfim, a nomeação de logradouros públicos é orientada pela memória/mentalidade dominante e serve ao propósito de reafirmá-la e consolidá-la, maioritariamente através do expediente das homenagens (Dick, 1998).

A pesquisadora Vicentina Dick (1980) propôs uma taxonomia dos topônimos baseada em seus fatores determinantes. No caso específico da presente pesquisa, trata-se do estudo dos de natureza antropocultural, ou seja, que são determinados por objetos de ordem cultural humana, como os nomes próprios de personalidades, por exemplo. Os lugares que são batizados com nomes de pessoas, vivas ou mortas, denominam-se de antropotopônimos, já mencionados no parágrafo inicial desta introdução. A importância deste tipo de designação, ainda segundo Dick (1980, p. 264), reside no fato de os nomes próprios «[exercerem] o papel de verdadeiros registros do cotidiano, revelado em atitudes e posturas sociais, específicas de determinados grupos humanos [e preservarem], por isso mesmo, a memória coletiva».

Utilizou-se muito das preconizações da referida autora acima no desenvolvimento teórico e metodológico da pesquisa. Não obstante, o seu enfoque linguístico-morfológico-semântico vai além das intencionalidades pertinentes deste trabalho, razão pela qual foi preciso realizar-se uma triagem quanto aos conceitos dos quais aqui se haveria de apropriar, sob risco de se desenvolver uma pesquisa menos histórica e mais linguística. Nesse sentido, um autor que ainda mais efetivamente orientou o proceder metodológico aqui posto em prática foi George R. Stewart (1954), no seu artigo *A classification of place names*. A proposta analítica de Stewart considera que, no ato de nomear lugares, há uma motivação básica, absolutamente geral e humana: «o desejo de identificar um sítio e assim distingui-lo dos demais» (Stewart, 1954, p. 1)<sup>3</sup>. No entanto, o nomeador, em casos como o da seleção de nomes de personalidades históricas para denominar algum topônimo público, sempre possui outras razões quando do seu trabalho onomástico, geralmente a consolidação de alguma memória a partir do seu homenageado.

Ainda considerando a obra de Stewart (1954), este estabelece uma classificação mais simplificada (porque menos relacionada à linguística) do que a de Vicentina Dick para os mecanismos orientadores da nomenclatura de topônimos.

---

<sup>3</sup> «The desire to identify a place and thus distinguish it from others». Todas as traduções de Stewart (1954) são de nossa responsabilidade.

Dentre os táxons por ele constituídos, o pertinente é o dos «nomes comemorativos», *commemorative names*, surgidos

[...] através do processo de tomar-se um nome já estabelecido e dar-se-lhe uma nova aplicação, com propósitos honoríficos. Nesse mesmo caso, o motivo secundário, i.e., celebração, ou ao menos o desejo de se perpetuar o antigo nome por alguma razão, pode ser considerado essencial (p. 6)<sup>4</sup>.

Observe-se a indispensabilidade do motivo secundário neste processo, o qual é, exatamente, o objeto que se busca aqui estudar.

Do ponto de vista da metodologia, consideraram-se como fontes para o desenvolvimento da pesquisa as Coleções de leis municipais e vetos, entre 1897 e 1900, publicadas pela Secretaria do Conselho Municipal do Distrito Federal e organizadas pelo seu Diretor Geral, o Dr. Alvarenga Fonseca. Submeteram-se os Decretos ali contidos a uma análise qualitativa, tendo em mente as intencionalidades que os estavam e o momento histórico ou contexto social específico em que se publicaram, atingindo, efetivamente, os objetivos delineados para a pesquisa, que se já discutiram.

Naturalmente, tudo isso posto, este trabalho poder-se-ia limitar a identificar os homenageados que passaram a dar nome aos logradouros públicos do Distrito Federal do Rio de Janeiro, a partir das Leis que se aprovaram nesse sentido, entre 1897 e 1900. Haveria aí algum valor historiográfico. Porém, propõe-se ir além, compreenderem-se as razões que poderiam orientar esse processo legislativo, as quais vão desde o render-se homenagem a certos indivíduos, passando pelo estabelecimento de uma memória dominante (Pollak, 1989), até à facilitação dos expedientes administrativos. Há, inclusive, situações em que a Administração Pública submete-se à vontade popular (leia-se à toponímia paralela) e renomeia logradouros para atender às sensibilidades e ao hábito da população, à memória coletiva de grupos sociais locais (Halbwachs, 1990).

---

<sup>4</sup> «By the process of taking an already established name and giving it a new application, for honorific ends. In this instance the secondary motive, i.e., commemoration, or at least a desire to perpetuate the old name for some reason, may be considered essential».



Para fins de organização do trabalho, este foi dividido destarte: além desta introdução, onde se contêm as informações básicas relativas aos objetivos e às orientações teórico-metodológicas da investigação, consignou-se uma pequena secção à síntese política e urbanística do Rio de Janeiro, a fim de situar o leitor no tempo e espaço do desenvolvimento dos acontecimentos aqui descritos; uma parcela mais robusta do texto, onde os dados são apresentados e analisados e, por fim, rápidas considerações conclusivas e as referências bibliográficas.

## 2. O Rio de Janeiro político e urbano

Até 15 de novembro de 1889, quando do movimento que derrubou o Império, o Rio de Janeiro denominava-se Município Neutro, sede da Corte. Com o Decreto nº 1 do novo regime<sup>5</sup>, o Governo Provisório assumiu a administração direta local. O Decreto nº 50-A, de 07 de dezembro do mesmo ano<sup>6</sup>, dissolveu a Câmara Municipal, criando, em seu lugar, o Conselho de Intendência Municipal, cujos sete membros foram escolhidos pelo Governo Provisório e funcionavam como seus delegados, garantindo o bom funcionamento dos negócios do município. Tinha esta Intendência um caráter provisório e de revisão da administração carioca, quase punitivo (Brasil, 1889).

Em promulgada a Constituição de 1891<sup>7</sup>, o antigo Município Neutro passa a denominar-se Distrito Federal, ainda sob o controle do Governo Central. No ano seguinte, a partir da Lei nº 82<sup>8</sup>, é estabelecida, enfim, a organização administrativa perene daquele Ente Federativo, sendo constituído por um órgão legislativo, o Conselho Municipal, cujos membros seriam eleitos diretamente para mandatos de três anos, e por um Poder Executivo, na figura do Prefeito, escolhido pelo Presidente da República para um termo de quatro anos (Brasil, 1892).

---

<sup>5</sup> Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889. «Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais».

<sup>6</sup> Decreto nº 50-A, de 07 de dezembro de 1889. «Dissolve a Illma. *Camara* Municipal e *cria* um Conselho de *Intendencia* Municipal».

<sup>7</sup> Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.

<sup>8</sup> Lei nº 85, de 20 de setembro de 1892. «Estabelece a organização municipal do Districto Federal».

De acordo com as determinações da mesma Lei, ao Prefeito assistia-lhe o poder de veto a qualquer Resolução do Conselho Municipal, ocasião em que aquele deveria justificar, perante o Senado Federal, as razões de sua oposição ao projeto legislativo. Nesses casos, quando se analisam as exposições de motivo do administrador distrital, são identificadas muitas informações importantes sobre o contexto social daquele município e daquele período histórico, em particular no tocante ao trabalho de lisonja e de consolidação da memória dominante local.

Já em 19 de novembro de 1903, é sancionada uma Lei<sup>9</sup> que altera, em parte, o funcionamento orgânico do Distrito Federal. O mais importante de se destacar é o fato de que as prerrogativas do Prefeito foram expandidas, estabelecendo-se doravante que, dentre outras, «a abertura e denominação de ruas, praças, estradas e caminhos, bem como o respectivo policiamento, e livre *trânsito*, o alinhamento e *embellezamento*, a irrigação, os esgotos *pluviais*, o calçamento e a *iluminação*» (BRASIL, 1903, p.1) seriam matérias sobre as quais o líder do Executivo distrital legislar privativamente. Assim, não mais incumbiria ao Conselho Municipal deliberar sobre nomenclatura dos logradouros públicos, como se observará até aqui. Coincidentemente, governava no Rio de Janeiro Pereira Passos, o qual se utilizaria desta nova incumbência exclusiva para a homogeneização das designações de todos os instrumentos urbanísticos do município, parte da sua famigerada reforma.

Naturalmente, quando se trata do espaço urbano, especialmente numa perspectiva histórica, faz-se necessário que se compreenda um pouco do seu processo de evolução e consolidação. Com o desenvolvimento das cidades, sua expansão, novas ruas, avenidas, praças, enfim, instrumentos de uso e vivência coletiva são construídos ou melhorados, havendo a premente necessidade de nomeá-los (e/ou renomeá-los). No Rio de Janeiro oitocentista não foi diferente.

Os anos 1870 são os primeiros em que o município protagoniza um período reformista (Casco, 2009): formam-se comissões de melhoramentos urbanos, as quais

---

<sup>9</sup> Lei nº 1.101, de 19 de novembro de 1903. «Modifica a lei *orgânica* do Distrito Federal e autoriza o Prefeito a realizar um *empréstimo* para saneamento a *embelezamento* da Capital Federal.

tinham objetivos estéticos, de expansão da área geográfica habitável e, principalmente, voltados à melhoria da salubridade pública. A cidade vai passar a ser tomada pelos bondes e pelos trens, impulsionando o seu desenvolvimento e, em consequente, expandindo a marginalização dos mais humildes, retirados do Centro. Estimava-se, neste período, uma população total de 235.291 habitantes (Abreu, 1997).

Especialmente em 1874, após o princípio das reformas, estabelece-se uma revisão da nomenclatura de todos os logradouros públicos do Rio, sistematizando-os e organizando-os, com o fim de facilitar o expediente administrativo. Não obstante, este trabalho nunca fora publicado, somente vindo a ter efeito a partir de 1904, por ordem do referido Prefeito Pereira Passos. Naquela altura, havia cerca de dois mil desses locais públicos em todo o município, contando de praças, avenidas, travessas e ruas, dispersos por 25 distritos.

### **3. O processo legislativo e a memória**

Everaldo Backheuser (et al., 1949) sistematizou uma regra orientadora das motivações e dos procedimentos através dos quais as denominações antropônimos de topônimos são escolhidas em determinada sociedade. Ele afirma que este fenômeno pode representar «[...] acentuada intelectualidade e sentimento cívico consoante os nomes escolhidos sejam de pessoas anônimas ou de potentados [...] ou de homens ilustres nas letras, artes, ciências ou de relevo histórico» (Backheuser et al., 1949, p. 180-181, apud Dick, 1980, p. 272). Esta pesquisa parte precisamente de tal premissa (muito próxima da de George Stewart), concebe que os esforços onomásticos dos membros do Conselho Municipal do Distrito Federal e do seu Prefeito tinham a intenção de prestar homenagens a personagens importantes não só para aquele Distrito, mas para a própria história brasileira, com algum destaque dado à elevação da memória de nomes que contribuíram para o estabelecimento, manutenção e consolidação do regime republicano, fundado a 1889. Oito anos após o golpe posto em marcha por Deodoro da Fonseca e apoiado pelos positivistas da Caserna, republicanos de longa data (poucos) e os adesistas de ocasião, em 1897, tal

processo de imposição (ou construção) de uma memória coletiva dominante continuava com avanços e retrocessos. Naturalmente, o referido processo de monumentalização de indivíduos através da denominação toponímica não foi uniforme nem passivamente aceite pela população; em muitas ocasiões, marcadamente com a grande reforma urbanística do prefeito Pereira Passos (1902-1906), a denominação popular/corrente, ou espontânea, de determinado logradouro público prevaleceu e findou por ser incorporada à nomenclatura oficial (Clementi; Isquerdo, 2023).

Alguns dos antropotopônimos estabelecidos por força de lei, no Distrito Federal, entre 1897 e 1900, configuraram-se enquanto homenagens a pessoas que ainda se encontravam vivas na altura da aprovação do dispositivo legislativo, prática tal não mais permitida pela legislação corrente<sup>10</sup>, a nível da Administração Federal. Para o já mencionado Backheuser (1949), este tipo de conduta «lisonjeira» representava um problema, uma vez que os humores da política são sempre variáveis e os nomes dados a topônimos eram trocados pela mera conveniência da situação, a depender do grupo partidário ou político que ascendia. Este é um estudo interessante que se poderia desenvolver, mas vai além do objetivo presente, que será mais abrangente e geral, porém vale a pena referenciar-se esta concepção do geógrafo porque versa sobre o jogo de interesses da toponímia antroponímia e como a memória dominante se constroi num ambiente de conflitos sociais.

Tudo considerado, principia-se a análise oito anos após a proclamação da República brasileira, a partir de 1897, portanto. O primeiro caso de mudança de denominação de topônimos urbanos do Rio de Janeiro, por força de lei, está contido no Decreto nº 387, de 08 de abril do referido ano<sup>11</sup>. Nele, há dois fenômenos relevantes de se considerarem: primeiramente, a uma travessa que não possuía nome oficial, apenas uma designação popular (travessa do Fogueteiro), determinou-se que

---

<sup>10</sup> Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977. «Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências».

<sup>11</sup> Decreto nº 387, de 08 de abril de 1897. «Dá à Travessa sem nome, conhecido como 'Do Fogueteiro', a denominação de Soares Cabral, e à Rua Almirante Delamare a antiga denominação de Rua das Laranjeiras».

se passaria a chamar Soares Cabral. Não foi possível identificar o homenageado, o qual ainda hoje nomeia o mesmo topônimo, a rua Soares Cabral. Eis aqui um processo interessante, porque é uma das raras ocasiões em que uma denominação espontânea é substituída por uma oficial, adotada por lei, perpetuando-se destarte. Quiçá o termo «Fogueteiro» não ecoasse tão intimamente na memória da população que ali vivia ou a personagem Soares Cabral tenha sido alguém de relevância para aquela coletividade. Pode-se apenas conjecturar nesse sentido, mesmo porque, justamente por se não conhecer o indivíduo que emprestou o nome ao topônimo, não é possível ser categórico quanto a sua taxonomia, ou seja, se é, efetivamente, uma homenagem a uma personalidade histórica ou apenas apologia a algum indivíduo local. De um ponto de vista da memória, porém, é muito provável que houvesse alguma identificação daquela pessoa com a memória coletiva do espaço geográfico (território), tendo em vista a longevidade da denominação da rua.

O mesmo Decreto ainda substituiu o nome de um outro topônimo urbano, perpendicular ao primeiro: a chamada rua Almirante Delamare voltou a chamar-se rua das Laranjeiras, importantíssimo logradouro do Rio de Janeiro atual, até hoje assim denominado. Este novo nome [na verdade, a designação histórica da rua desde o século XVIII, porque era aquela uma região de chácaras, tornada depois em ponto de morada da aristocracia brasileira (Brasil, 1959)] fora, em algum período da história, substituído pelo do Almirante Delamare. Há muitos indivíduos aos quais esta designação pode fazer referência, já que houve quatro almirantes da distinta família Delamare, um deles residente naquele espaço (Brasil, 1959). O ponto principal, no entanto, é aperceber-se do fato de que a referida rua passa a ostentar um substantivo genérico, um fito topônimo, que tem próxima relação com a memória, história e identidade locais, como o apontaria Halbwachs (1990), talvez muito mais do que um homem de monta que ali vivera.

O Decreto nº 400, de 05 de maio de 1897<sup>12</sup> apresenta, também, a substituição dos nomes de três ruas. A primeira alteração é da rua de Grunewald

---

<sup>12</sup> Decreto nº 400, de 05 de maio de 1897. «Autoriza a mudança da denominação da rua Grunewald para a de rua Barbosa da Silva, e dá outras providências».

para rua Dr. Barbosa da Silva, antropônimos demasiado generalistas para que pudessem vir a ser desvendados efetivamente; logo, permanecem desconhecidos por hora, sem que seja este um prejuízo para as intenções do trabalho. A referida rua ainda se encontra com igual designação atualmente. O mesmo caso observa-se com outro logradouro afetado pelo Decreto: uma certa Rua Ida passou a ser Rua Bandeira de Gouvêa, em homenagem a Joaquim Bandeira de Gouvêa, nascido no Rio de Janeiro, em 1812, e falecido em 1878. Ele exerceu a Magistratura, foi Deputado Provincial pela Província do Rio de Janeiro e Presidente da de Santa Catarina, entre 1871 e 1872 (Memória Política de Santa Catarina, 2023). É um indivíduo, portanto, com méritos para ser lembrado, filho daquela terra.

Uma outra determinação do dispositivo legal em questão, quicá o mais interessante, diz respeito à nomenclatura de outro logradouro: a chamada rua Tavares passa a chamar-se rua Pompílio de Albuquerque, ainda hoje existente com o mesmo denominativo. A relevância desta alteração consiste no fato de que foi substituído um antropólogo generalista, de nome de família, Tavares, pelo de um indivíduo claramente distinguível. O homenageado, Pompílio de Albuquerque, muito bem servia à consolidação do ideário republicano: capitão do Exército, fora redator no periódico *A República*, a partir de 1871, juntamente com nomes qual o de Quintino Bocaiúva; secretário do recém-fundado Clube Republicano, em 1873, (Lemos, s.d., s.p.) e, mais celebrenete, idealizador de um plano, em 1870, «para derrubar o trono em cooperação com o recém-fundado partido republicano, justamente quando Dom Pedro II organizou sua primeira viagem ao exterior» (Soares, 2020, p. 2). Assim, o capitão Pompílio de Albuquerque teria os requisitos para compor o panteão dos apoloizos da República: militar, republicano histórico, abolicionista e um homem de ação.

Em 16 de dezembro de 1897, publicou-se o Decreto nº 486<sup>13</sup>, o qual trazia determinações de mudanças de nomes de logradouros, como os demais. O fenômeno mais importante contido neste dispositivo legal diz respeito à substituição

---

<sup>13</sup> Decreto nº 486, de 16 de dezembro de 1897. «Muda a denominação da rua Industrial para a de rua General Delgado de Carvalho, no Engenho Velho, e dá outras providências».

do nome da rua Cerqueira Lima pelo de Marechal Machado Bitencourt. Tem-se duas situações interessantes neste processo: em primeiro lugar, o homenageado que se substituiu era o General José Cerqueira Lima, o qual fizera carreira militar no município do Rio de Janeiro durante toda a era imperial e que se juntaram à administração do período republicano como Presidente do Paraná, entre 1890 e 1891. Havia sido lisonjeado com a denominação do topônimo ainda em vida (viria a morrer somente em 1898), mas também assistiria à substituição de seu nome pelo do mais novo homenageado, o Marechal Carlos Machado Bitencourt. Este último havia sido Ministro da Guerra do Presidente Prudente de Moraes, supervisionando a expedição vencedora que debelou o movimento messiânico de Canudos, em 1897. Em 05 de novembro do mesmo ano, fora morto, quando interveio numa malfadada tentativa de assassinio contra Prudente de Moraes. Alçado foi, portanto, à condição de herói e mereceu a honraria póstuma — garantida apenas um mês e onze dias após o seu sacrifício — de emprestar seu valoroso nome a um logradouro público do Distrito Federal, ainda hoje existente.

Em segundo lugar, o General Cerqueira Lima, rebaixado em lisonja, foi um dos que assinaram o Manifesto dos 13 Generais contra o Presidente Floriano Peixoto, em 1892. Uma atitude de insubordinação, ou assim o concebera o Marechal de Ferro. Quanto a Machado Bitencourt, tem-se um mártir, que morreria para defender o seu Comandante Supremo, o Presidente da República. O contraste não poderia ser mais revelador e se não crê que foi a esmo, por acaso, esta substituição de nomenclaturas, afinal, tais movimentos nunca o são. Um detalhe, porém, a se ressaltar é que há, perpendicular à rua Marechal Bittencourt, no Rio de Janeiro de hoje, a Travessa Cerqueira Lima, possível remanescente deste processo e período.

Já no ano de 1898, a 28 de março, publica-se o Decreto nº 515<sup>14</sup>, cujas determinações são no sentido de restabelecer nome de ruas anteriormente utilizadas. A primeira modificação diz respeito ao logradouro chamado Bela da Princesa, o qual volta a ostentar sua denominação anterior de Dr. Correa Dutra. Trata-se de

---

<sup>14</sup> Decreto nº 515, de 28 de março de 1898. «Restabelece o nome das ruas Dr. Corrêa Dutra e Carioca».

uma homenagem ao médico, chefe da Comissão Médica de combate a epidemias em Campinas (SP), chefe de polícia do Distrito Federal e Deputado Distrital Doutor Francisco Correa Dutra (Paiva, s.d., s.p.), homenageado ainda em vida (morreria somente em 1906). É um exemplo da lisonja prestada a um cidadão que deu grandes contribuições para a comunidade local e de alhures e que, por isso, esteve incólume às mudanças de humores políticos, tendo em vista que a rua Correa Dutra ainda hoje subsiste com esta mesma designação.

Restabeleceu-se, da mesma forma, a designação de uma rua São Francisco de Assis para Rua da Carioca, toponímia corrente desde o ano de 1848 (BRASIL, 1959). Segundo Gerson Brasil (1959), em trabalho sobre a história das ruas do Rio de Janeiro, em 1878, este topônimo passou a chamar-se rua São Francisco da Penitência (muito próximo ao que retirava de circulação o Conselho Municipal com o Decreto nº 515), em apologia à homônima igreja que naquela localidade encontrava-se, tendo seu nome substituído novamente pelo antigo (da Carioca). Não obstante, a história deste logradouro permite reflexões ainda mais interessantes sobre a consolidação de múltiplas memórias e da identidade das pessoas que nela viviam. Desde o século XVIII, a rua que se passaria a chamar de Carioca, em alusão ao rio que pelas proximidades passava, era conhecida como rua do Piolho, apelido de um indivíduo cuja residência ali era somada a casas para aluguer (Brasil, 1959). De nomenclatura espontânea, nascida da idiosincrasia de um morador local, a qual subsiste «[...] somente pelo uso diário no âmbito de uma comunidade» (Clementi; Isquierdo, 2020, p. 8), tornou-se o Piolho nome oficial, constante na *Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, dos tempos de D. João VI (BRASIL, 1959). Como se já demonstrou, a 1848, passaria a chamar-se pela denominação até hoje utilizada, tendo esta se tornado, também, popular entre os moradores, estada na história.

Já em 25 de abril de 1899, publicou-se o Decreto nº 670<sup>15</sup>, trazendo a renomeação de uma série de ruas. Dentre outras determinações, há a substituição da nomenclatura da rua Campo Alegre, designação geográfica com um modificador,

---

<sup>15</sup> Decreto nº 670, de 25 de abril de 1899. «Muda a denominação de diversas ruas».



para rua Barão de Ibituruna. A priori, pode suscitar espécie que se estabeleçam designações toponímicas no coração da República brasileira apologéticas ao período imperial, a alguém que ostente o título nobiliárquico de Barão, neste exemplo. Porém, tal processo é muito mais comum do que inicialmente suposto e, pode-se afirmar, o prevalente nestes movimentos é a importância do homenageado para a localidade ou para o país. No caso de Ibituruna, trata-se do Doutor João Batista dos Santos, renomado médico e pesquisador da saúde, membro da (ainda àquela altura) Academia Imperial de Medicina e último Presidente da Província das Minas Gerais. Foi homenageado em vida (morreria em 1911) pelos seus serviços às ciências médicas da Nação, e sua memória permanece imortalizada no logradouro do atual Rio de Janeiro.

O mesmo Decreto traz homenagens a mais figuras ilustres da nobreza brasileira. Duas estradas inominadas até àquela altura, na região do Jacarepaguá, recebem as denominações de Barão e Baronesa de Taquara. Uma vez mais, as benfeitorias dos lisonjeados sobressaem-se à sua ligação com o Império. Francisco Pinto da Fonseca Telles, o Barão de Taquara, foi um importante filantropo e impulsionador de melhoramentos para a região já mencionada, sendo mesmo conhecido pela alcunha de «Patriarca de Jacarepaguá». Fora, também, homenageado em vida, mas hoje a preservação de sua memória encontra-se somente em logradouros de municípios da zona metropolitana do Rio de Janeiro, não mais na própria cidade, onde há uma Praça que leva o seu nome, na zona oeste carioca.

Ainda em relação a um outro indivíduo que recebeu a honra de perpetuar o seu nome no de um logradouro, por força do mesmo dispositivo legal, foi o Dr. Edmundo Muniz Barreto, nomeando a rua Muniz Barreto. Também ainda vivo quando da honraria, o homenageado ocupa diversos cargos na Magistratura em múltiplas comarcas, no Rio e alhures, e viria a assumir uma cadeira no Supremo Tribunal Federal, em 1910 (Lago, 2001). Faleceu somente em 1934. É um nome que se mantém ainda hoje preservado na mesma rua, resistindo ao passar dos anos e às mudanças de políticas e mais um caso de indivíduo cujos méritos soam mais significativos do que questiúnculas de outra natureza.

A primeira das proposições do Conselho Municipal pelo Prefeito não sancionada, que rege matéria de alteração de nome de ruas, foi uma aprovada em 06 de outubro de 1899, sob a presidência de Honório Gurgel<sup>16</sup>. Conforme se já discutiu, ao líder do executivo distrital incumbia a justificativa do veto perante o Senado Federal e desta exposição de motivos muitas informações importantes se puderam extrair. A Resolução do Conselho propunha, dentre outras providências, a renomeação de duas ruas absolutamente importantes do Centro do Rio de Janeiro: a rua da Assembleia e a do Rezende, que se passariam a chamar, respectivamente, de República Argentina e Visconde de Taunay. No caso da primeira, uma daquelas que interiorizaram a cidade, bastante antiga, as suas denominações populares tinham muito a ver com a vivência das pessoas que por ali transitavam ou viviam. Chamavam-na, nos primórdios, de rua da Cadeia, por recepcionar as janelas principais, quando se abriam, da Cadeia Velha (Brasil, 1959). Outras duas designações interessantes, que muito bem representam o fenômeno da denominação espontânea, «distinta daquela imposta por autoridades ou eventuais detentores do poder de mando e que, tantas vezes, se distinguem pelo distanciamento da realidade ambiental ou do gosto popular» (Dick, 1980, p. 272), foram rua do Manoel de Brito, em alusão a um comerciante de carnes que vivera ali e rua do Padre Bento Cardoso, rememorando o período em que tal sacerdote assistira naquela localidade, ainda no século XVII (Brasil, 1959). Beckheuser (1949) vai classificar este tipo de nomeação espontânea e relativa à vivência de uma pessoa específica na localidade como resultado do pequeno horizonte geográfico daqueles indivíduos. De certa forma, o geógrafo tem sua razão, mas é preciso de se pensar os motivos que fizeram com que a coletividade escolhesse este e não aquele indivíduo para ostentar o nome do topônimo. Tudo isso está relacionado com a vivência quotidiana das pessoas, as suas ligações com o espaço e com os demais moradores, afinal «é por meio das vivências e apropriações dos sujeitos neste ambiente que o espaço deixa de ser um mero lugar “frio” e sem “vida”, para tornar-se um “Território”, construído a partir das diversas redes de sociabilidade que aí se formam» (França, 2020, p. 4). Logo, o senhor Manoel de Brito e o Padre Bento causaram impacto tal na vida social daquela rua,

<sup>16</sup> «Resolução pela qual muda as denominações de diversas ruas», de 06 de outubro de 1899.

cada um no seu período, que tiveram os seus nomes, espontaneamente, apropriados pelos moradores para designar o sítio onde viviam. É por isso que a nomeação de ruas e o embate memória dominante *versus* memória subterrânea configuram-se enquanto objetos de estudo muito mais ricos do que uma análise apriorística poderia supor.

Sobre a rua do Rezende, é também um logradouro do Centro do Distrito, perpendicular à da Assembleia. O grande problema apresentado pelo Prefeito José Cesário de Faria Alvim, na justificativa de seu veto, que haveria de emergir da mudança de nomenclatura destas ruas era o fato de que «*taes* alterações [...] acarretam graves perturbações no serviço de arrecadação de rendas e outros» (Fonseca, 1899, p. 127). Assim, o expediente administrativo encontrar-se-ia prejudicado, em especial devido ao fato de que a carta cadastral do Rio de Janeiro, elaborada desde 1877, ainda não se encontrava posta em vigor, o que somente processar-se-ia, efetivamente, com o Decreto nº 641, de 06 de novembro de 1906<sup>17</sup>, promulgado pelo Prefeito Pereira Passos, como consequência da sua própria reforma urbanística (1902-1906). Não obstante, o Dr. Faria Alvim também tinha outras preocupações, menos utilitárias e mais sensíveis à patrimonialização dos nomes de monta da história nacional: reconhecendo a importância de se homenagear personalidades como o Visconde de Taunay, o Prefeito ressalta que «não basta dar seus nomes a praças e ruas: é preciso *também* que se os perpetue na *memória pública* pelas *referencias* a *elles* feitas a todo o instante, o que só se consegue quando o povo aceita as novas denominações» (Fonseca, 1899, p. 127). Percebe-se, nesta fala do administrador, a consciência de que a imposição de uma memória uniforme, a partir das homenagens forçadas sobrepostas aos hábitos e sensibilidades da coletividade, é um trabalho inglório e infrutífero. Mais grave, citando os casos do Largo do Machado (uma praça que se denominava, oficialmente, Duque de Caxias e possuía a estátua do eminente Brigadeiro) e da rua Cosme Velho<sup>18</sup>, legalmente,

---

<sup>17</sup> Decreto nº 641, de 06 de novembro de 1906. «Aprova a nomenclatura das ruas e outros logradouros públicos e dá outras providências».

<sup>18</sup> A rua Cosme Velho, prolongamento da das Laranjeiras, tem esse nome, dado pelos populares que ali viviam, popularizado e incorporado à toponímia oficial, em alusão a um comerciante, o senhor Cosme Velho Pereira, dos primeiros a construir uma chácara ali (Brasil, 1959). O logradouro já

**Revista Espacialidades** [online]. 2024.2, v. 20, n. 1, ISSN 1984-817X [212]

Francisco Otaviano, mas que o povo insistia em chamar pelo nome afetivo, o alcaide do Distrito Federal questionava: «Não é expor, ao que parece, a um *repudio publico* nomes tão gloriosos, gravados no coração de todos, mas que baldadamente se imporão à força irresistível do *habito* que nos *captiva* as tradições?» (Fonseca, 1899, p. 127). Parece, pelos exemplos empíricos, ter a sua razão o Dr. Faria Alvim.

No ano seguinte, já em 31 de maio, mais uma Resolução do Conselho Municipal<sup>19</sup>, versando sobre nomenclatura de topônimos públicos, é vetada, desta feita pelo Prefeito Dr. Coelho Rodrigues. A proposta de Decreto propunha denominar a Praça da Glória como Praça Pedro Álvares Cabral, além de renomear uma rua «conhecida pelo nome de Rocha» para Dr. Bezerra de Menezes. O administrador municipal apresenta argumentos similares àqueles de Faria Alvim, ressaltando o embaraço que seria causado pela alteração de nomenclatura de uma sítio tão importante como a Praça da Glória, «uma das praças mais frequentadas e gratas á nossa população, habituada a festas *annuaes* ligadas a um culto, de onde lhe veio o nome sagrado pela tradição e pela fé religiosa, desde os tempos coloniais» (Fonseca, 1900, p. 225). Logo, não se tratava meramente, como nunca o é, de homenagear uma figura importante como a do descobridor do país, mas, em verdade, a proposição incorria no sério risco de ferir as sensibilidades religiosas da população local, pois que aquele topônimo era lugar de celebrações, de tradição longínqua, tornara-se um território imerso numa rede de subjetividades e vivências que passavam de geração para geração. Uma vez mais, o Prefeito tem a consciência de que a memória coletiva construída num determinado espaço não é tão facilmente sobreposta e da futilidade de a Administração Pública assumir este conflito. Em visão geral, o Dr. Coelho Rodrigues resume incisivamente que «em regra essas mudanças não aproveitam a *ninguem* e prejudicam aos particulares, até á administração *publica*. [...] Na realidade *ninguem* lucra com tais mudanças» (Fonseca, 1900, p. 225).

---

ostentou moradores outros ilustríssimos, como Francisco Otaviano (que o nomeava no período de 1897, como é mencionado pelo Prefeito na sua mensagem de veto) e o mais famoso de todos: Machado de Assis, o «Bruxo do Cosme Velho».

<sup>19</sup> «Resolução pela qual muda a denominação da Praça da Glória», de 31 de maio de 1900.

A mensagem de veto traz, ainda, um comentário absolutamente valioso do Prefeito sobre como o embate entre a memória dominante que se busca construir — sempre disposta a homenagear os grandes heróis pátrios — e a memória coletiva local é uma constata no Distrito Federal e como esse processo de alteração de nomenclatura de logradouros e doutros instrumentos urbanos não passava de um «prurido de inovações que tantas vezes tem atacado ao *actual* [Conselho Municipal] e aos seus antecessores» (Fonseca, 1900, p. 226), contra o qual a Administração Distrital deveria prevenir-se. Deixa claro, também, em congruência ao que Backheuser (1949) preconizara, que as conveniências políticas, em especial porque a maioria das homenagens que se prestavam era direcionada a personalidades ainda vivas, têm grande influência sobre o referido procedimento, transformando a atividade legislativa regulamentadora de tal matéria em um exercício de desprestígio e desmoralização. Veja-se no excerto a seguir:

O interesse do inventor e suas opiniões a respeito do novo nome, sobretudo quando se trata de contemporâneos, variam com o tempo e às vezes em curto prazo e a *propria* vaidade do portador do nome glorificado nas novas placas fica sujeita às reações do bom senso e do *espírito* conservador do povo, que tem tantas vezes neste *assumpto* e nesta mesma cidade deposto os *heróis* do Conselho e revogado as leis *municipaes*, com *desprestígio notório* e crescente dos poderes *públicos* que *collaboraram* nessas mudanças (FONSECA, 1900, p. 225).

A exposição de motivos do Prefeito termina com uma sugestão, muito similar à realizada pelo seu antecessor, quando da Resolução de 06 de outubro de 1899. Para honrar a memória do descobridor do Brasil, como celebração pelos quatrocentos anos da chegada da frota cabralina a estas terras, o administrador sugeriu a edificação de uma estátua na Praça da Glória, preservando, assim, a memória coletiva das gentes que a tinham como um território importante, marcadamente pelo ponto de vista religioso, e fazendo a devida apologia à personagem histórica que se queria rememorar. O imbróglio resolveu-se, efetivamente, porque a denominação da Praça se manteve (Praça Nossa Senhora da Glória, em integridade) e foi construído o Monumento a Pedro Alvares Cabral (IV Centenário do Descobrimento do Brasil), como o sugerira o Dr. Coelho Rodrigues,

numa das partes deste grande instrumento urbanístico, expandido por Pereira Passos (BRASIL, 1959).

Sobre a segunda alteração de nomenclatura que a Resolução propunha, de rua Rocha para rua Dr. Bezerra de Menezes, as justificativas anteriormente elencadas também se aplicavam para explicar-lhe o seu veto. O intendido homenageado era o médico Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, expoente do Espiritismo no Brasil, abolicionista de renome e figura popular, conhecido como «médico dos pobres». Havendo morrido no dia 11 de abril de 1900, o Conselho Municipal, logo em 31 de maio, propôs esta homenagem póstuma a um indivíduo que se dedicou à caridade e ao oferecimento dos seus serviços aos mais necessitados da capital do país (Brasil, 2021). Apesar de justa a reverência a tal figura, vetou-se a renomeação da rua naquela altura. Hoje, no entanto, o Dr. Bezerra de Menezes nomeia um logradouro no Rio de Janeiro e, inclusivamente, teve aprovação, no Senado Federal, em 2021, para ser alçado à categoria de Herói Nacional. O Projeto de Lei segue esperando tramitação na Câmara dos Deputados (BRASIL, 2021).

#### **4. Considerações finais**

A pesquisa analisou o processo legislativo de (re)nomeação de topônimos públicos do Distrito Federal do Rio de Janeiro, entre os anos de 1897 e 1900, buscando compreender as motivações inerentes dos nomeadores (membros do Conselho Municipal) em propor e implementar tais nomenclaturas, do ponto de vista da memória dominante (Pollak, 1989) versus memória coletiva local (Halbwachs, 1990). O enfoque principal recaiu sobre os antropotopônimos, aqueles que se escolhem a partir de um nome de alguma pessoa. Considerando-se o fato de que este tipo de topônimo é estabelecido com o intuito básico de homenagear o indivíduo cujo nome é apropriado pelos legisladores (Dick, 1980); (Stewart, 1959), este estudo buscou identificar a pessoa que recebia tal lisonja, a partir de dados biográficos, e analisar as possíveis e prováveis razões de ser da honraria, concedida pelo Poder Público.

Da mesma forma, evidenciaram-se alguns conflitos nesse processo de nomeação, posto ser ele, como toda prática humana, filho do seu tempo e de seu contexto histórico-social. Primeiramente, mesmo no seio da Administração Pública, construtora e reprodutora da memória dominante, perceberam-se movimentos de avanço e recuo, quanto ao homenagear-se de certos indivíduos, tendo em vista o fato de que, com o passar do tempo e o soprar de diferentes ventos políticos ou ideológicos, tal apologizado tornava-se inadequado ou desimportante, sendo substituído por outro (Backheuser, 1949). Da mesma forma, a memória coletiva, as sensibilidades, a identidade e a história de determinados grupos pertencentes ao território urbano onde se propunham alterações de nomenclaturas de logradouros resistiam simbólica e efetivamente contra a oficialidade das denominações, preterindo-as em favor dos nomes com os quais se já haviam habituado e, muita vez, condicionando o Poder Público a incorporá-los nas cartas urbanísticas da cidade.

Por fim, um trabalho como o presente contribui para a compreensão da cultura e da identidade da cidade sobre a qual se debruça, no caso em tela, o Rio de Janeiro Distrito Federal. Por ser um esforço de natureza diacrônica, tem o potencial de identificar como, a partir da evolução toponímica do local, tais noções (identidade e cultura) foram se alterando e ressignificando no decurso do tempo, até chegarem ao estado atual de coisas. É fato que o embate entre as memórias oficiais, reproduzidas pela política (primordialmente, a atual Câmara de Vereadores do Rio) e as subterrâneas, coletivas de grupos, é uma constante ainda hoje, como sempre haverá de ser. Estudar este processo no passado contribui para a compreensão efetiva do que se passa no presente. Assim se crê.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 3ª edição, 1997 (156 pp.).

BRASIL. **Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1892, partes I e II**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brazil. Rio de Janeiro, 1824**.

**Revista Espacialidades** [online]. 2024.2, v. 20, n. 1, ISSN 1984-817X

[216]

BRASIL. **Decretos do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1889.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 4.323, de 2021.** Inscreve o nome de Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, o Doutor Bezerra de Menezes, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Brasília: Senado Federal, 2021.

BRASIL. Gerson. **História das ruas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1959.

CASCO. Ana Carmen Amorim Jara. **Cartografia dos discursos de memória: uma investigação nômade sobre o patrimônio.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

CLEMENTI, S. B.; ISQUERDO, A. N. A toponímia oficial e paralela na nomeação de praças de Cuiabá/MT. **Signótica**, Goiânia, v. 35, p. e74029, 2023.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica.** Princípios teóricos e modelos taxionômicos. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1980.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os nomes como marcadores ideológicos. **Acta Semiótica et Lingvistca.** SPPL/SP. Editora Plêiade, v. 7, p. 97–122, 1998.

DUTRA, Neidiani Alves da Silva; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. A antroponímia na nomeação dos logradouros públicos de Paranaíba/MS. *In:* ISQUERDO, Aparecida Negri. **Toponímia urbana no Brasil.** Campo Grande: Ed. UFMS, 2023, v. 3.

FONSECA, Alvarenga (org.). **Collecção de leis municipais e vetos de 1897.** Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1898, v. 3.

FONSECA, Alvarenga (org.). **Collecção de leis municipais e vetos de 1898.** Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1899, v. 4.

FONSECA, Alvarenga (org.). **Collecção de leis municipais e vetos do primeiro semestre de 1899.** Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1899, v. 5.

FONSECA, Alvarenga (org.). **Collecção de leis municipais e vetos do segundo semestre de 1899.** Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1899, v. 6.

FONSECA, Alvarenga (org.). **Collecção de leis municipais e vetos do primeiro semestre de 1900.** Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1900, v. 7.

**Revista Espacialidades** [online]. 2024.2, v. 20, n. 1, ISSN 1984-817X [217]



FONSECA, Alvarenga (org.). **Collecção de leis municipais e vetos do segundo semestre de 1900**. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio, 1901, v. 8.

FRANÇA, João Paulo. **A “rua do esquecimento”: a memória dominante nos logradouros centrais de Campina Grande-PB**. Revista Espacialidades. v. 8, n.1, 2015.

GALVÃO, Miguel Arcanjo. **Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brazil no periodo de março de 1808 a 15 de novembro de 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Editora Vertice. São Paulo, 1990.

LAGO, Laurenio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos 1828-2001**. 3. ed. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001. p. 246-247.

LEMOS, Renato. Quintino Bocaiúva. *In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, s.d.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Joaquim Bandeira de Gouvêa**. 2023. Disponível em:  
<[https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1318-Joaquim\\_Bandeira\\_de\\_Gouvea](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1318-Joaquim_Bandeira_de_Gouvea)>. Acesso em: 12 de junho de 2024.

PAIVA, Evelyn Morgan Monteiro. Francisco Correa Dutra. *In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, s.d.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-21.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução: António Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 1969.

SILVA, Glauber Paiva da. Lá na Volta de Zé Leal: o triunfo da memória coletiva em detrimento da memória dominante. **XIX Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**, v. 19, n. 1, 2020.

SOARES, Rodrigo Goyena. Os militares e os usos políticos do abolicionismo. **Anos 90**, 27, 1–15, 2020.

STEWART, George. A classification of place names. *In: Names*. Berkeley, v. II (1), march, 1954.

TAVARES, Marilze. Nomes transplantados nas ruas de dourados – MS: os corotopônimos. *In*: ISQUERDO, Aparecida Negri. **Toponímia urbana no Brasil**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2023, v. 3.

# A POLIVALÊNCIA DAS ELITES NO VALE DO JEQUITINHONHA (MG): a trajetória de Murilo Badaró<sup>1</sup>

Albér Carlos Alves Santos<sup>2</sup>  
Laurindo Mékie Pereira<sup>3</sup>

Artigo recebido em: 05/04/2024  
Artigo aceito em: 27/10/2024

## RESUMO:

A trajetória de Murilo Paulino Badaró é típica de filhos de elite, sobretudo relacionada à multinotabilidade, como apontada em Grill (2020). Ele é de família com tradição na política e percorreu um caminho que, em certa medida, estava estruturado a partir da tradição dos seus antecessores, sendo ele um herdeiro de um sobrenome que já operava como um sistema de diferenciação, com um legado que se reafirmou por meio dele. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar a trajetória de Murilo Badaró em sua polivalência (Dulci, 1999). A partir da sua trajetória é possível perceber sua constante presença no campo (Bourdieu, 1983) da política mineira e nacional, sempre carregando o discurso regionalista (Castro, 2021) do Vale do Jequitinhonha. O artigo se organiza tanto na pesquisa bibliográfica como na análise documental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Murilo Badaró; Vale do Jequitinhonha; Elites.

THE POLIVALENCE OF ELITES IN THE JEQUITINHONHA VALLEY  
(MG):  
the trajectory of Murilo Badaró

## ABSTRACT:

The trajectory of Murilo Paulino Badaró is typical of elite children, especially related to multinotability, as pointed out in Grill (2020). He comes from a family with a

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no V Seminário Nacional de Pesquisa em História Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Registro agradecimento aos membros do Grupo de Trabalho pelas indicações de leitura e aprofundamento teórico, realizadas ao longo da apresentação do texto.

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Minas Gerais, Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1053295173612856>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4085-6642>. E-mail: [alber.carlos@ufvjm.edu.br](mailto:alber.carlos@ufvjm.edu.br).

<sup>3</sup> Doutor em História pela USP. Professor do PPGH e PPGDS, ambos na Unimontes. Bolsista BIPDT/FAPEMIG. Coordenador do Projeto: “O papel dos intelectuais: teoria e engajamento em Darcy Ribeiro, Afonso Arinos e Oscar Dias Corrêa” (APQ-03136-22/FAPEMIG). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0686454547632127>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1318-1798>. E-mail: [mekie1@hotmail.com](mailto:mekie1@hotmail.com).

tradition in politics and has followed a path that, to a certain extent, was structured based on the tradition of his predecessors, being heir to a surname that already operated as a system of differentiation, with a legacy that has reaffirmed itself through him. In this sense, this article analyzes the trajectory of Murilo Badaró in his versatility (Dulci, 1999). From his trajectory it is possible to see his constant presence in the field (Bourdieu, 1983) of Minas Gerais and national politics, always carrying the regionalist (Castro, 2021) discourse of the Jequitinhonha Valley. The article is organized both in bibliographic research and in documentary analysis.

**KEYWORDS:** Murilo Badaró; Jequitinhonha Valley; Elites.

## 1. Introdução

A polivalência das elites em Minas Gerais é um tema presente em diversas análises da chamada “questão regional”, sobretudo porque no estado, o projeto modernizador ao longo do século XX, com destaque à primeira metade, como apontou Dulci (1999), esteve pautado por um conjunto de personalidades heterogêneas, que tinham interesses tanto divergentes, como também comuns, a depender da situação. Esses agentes, no entanto, apostavam na possibilidade de conciliação entre os grupos, tendo em vista um ideário de mineiridade<sup>4</sup>. Evidentemente, em última instância, a manutenção do poder ou o aumento dele era um dos elementos facilitadores dessa coalização de elites.

Neste trabalho, o conceito de elite se refere aos agentes dominantes em cada campo. O principal indicador de dominação é o acúmulo de poder simbólico, sendo que, dessa maneira, esses agentes se colocam como porta-vozes (Bourdieu, 1990) de determinados grupos, sobretudo a partir da ideia de região. Assim, o conceito de elite está ligado a poder. Para Bobbio (1998),

em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político), a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence

---

<sup>4</sup> A ‘mineiridade’ se constituiu enquanto uma identidade regional legitimada. É um conceito amplamente utilizado, sobretudo como recurso político. Dulci (1999) apresenta três funções ideológicas à ideia da ‘mineiridade’. A primeira é “servir como uma ideologia da classe dominante”. A segunda é a de ajudar a legitimar o domínio das elites, na medida em que o restante da sociedade, ou parcela significativa da mesma, compartilha os valores e símbolos regionais. E a terceira é a de fortalecer os interesses do estado de Minas Gerais na arena nacional.

sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância (Bobbio, 1998, p. 385)

No caso da abordagem sobre região, aqui se refere sobremaneira ao entendimento de que é um conceito político, sendo, portanto, palco de lutas de diferentes agentes sociais, como os governamentais e empresariais na afirmação de projetos regionais. Nesse aspecto a ideia de região, aqui apontada, foge dos limites da ciência geográfica em seu aspecto físico e se vincula a ideia de região como arena política (Arrais, 2007).

Como um palco de lutas, as regiões são acontecimentos históricos, nos termos apresentado em Albuquerque Júnior (2008).

As regiões, portanto, não pré-existem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas. Falar em região implica em se perguntar por domínio, por dominação, por tomada de posse, por apropriação. Falar em região é também falar em subordinação, em exclusão, em desterramento, em banimento. Falar em região é se referir àqueles que foram derrotados em seu processo de implantação, àqueles que foram excluídos de seus limites territoriais ou simbólicos, àqueles que não fazem parte dos projetos que deram origem a dado recorte regional. Falar de região implica em reconhecer fronteiras, em fazer parte do jogo que define o dentro e o fora: implica em jogar o jogo do pertencimento e do não pertencimento (Albuquerque Júnior, 2008, p. 58)

Ressalta-se que o conceito de região é amplo e complexo, pois é explicado em diferentes áreas do saber, como apontou Bourdieu (2010). No caso do Vale do Jequitinhonha, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) dividiu o território de Minas Gerais em doze mesorregiões, entre elas o Jequitinhonha. Além do IBGE, outra instituição que regionalizou o território mineiro foi a Fundação João Pinheiro (FJP) que instituiu, em 1992, as Regiões de Planejamento que levaram em consideração a regionalização do IBGE em mesos e microrregiões, entre outros critérios. Esse trabalho não pretende discutir especificamente o conceito de região debatido, sobretudo, nas abordagens dos geógrafos, mas sim uma determinada representação de fronteira (Bourdieu, 2010) que esteve ligada a atuação do então deputado Murilo Badaró após a proposta de criação da Comissão de

Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale) em 1964. A Codevale é responsável por uma delimitação político-administrativa da região do Vale do Jequitinhonha.

Retomando a ideia de elites, é preciso atentar-se para o caráter multifacetado que configurou a elite mineira. Seus agentes acumularam funções e papéis ao longo do processo modernizador do estado. Nesse sentido, um mesmo agente social percorria diferentes espaços, como a política (enquanto exercício de mandato), o serviço público, o serviço na iniciativa privada, a representação de entidade de classe, os espaços de produção cultural etc.

Destaca-se que os espaços, principalmente políticos e de produção cultural, aqui serão apontados como campos, na perspectiva de Bourdieu (1983). De acordo com o autor:

os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços, podendo ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes (em partes determinadas por elas). [...] A estrutura do campo é um estado de relação de forças entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores (Bourdieu, 1983, p. 89-90)

Ainda de acordo com Bourdieu (1990) os campos são como “mundos”. Nesse sentido eles são plurais, com lógicas correspondentes, que constroem sentidos comuns, lugares-comuns. Dessa maneira, os campos são lugares de relações de força e de lutas que visam modificar a posição dos agentes ou conservá-la, para manutenção de práticas de dominação dos agentes dominantes, ou subversão, por parte dos agentes dominados.

Dulci (1999) em importante estudo sobre a recuperação econômica de Minas Gerais, na primeira metade do século XX, caracteriza as principais elites atuantes no estado, sendo a elite política e agrária (tradicionais) e a elite técnica e empresarial (modernas). Para o autor há, por parte de algumas personalidades, um trânsito entre posições de elite, que representa a polivalência como uma

característica presente na história de diversos expoentes, tanto da política, como do empresariado e da tecnoburocracia mineira.

No sentido apontado acima, este artigo interessa por um agente específico que tem vínculo com a elite política em Minas Gerais e que teve prestígio também a nível nacional, sendo dominante em diversos campos que transitou. Aqui será apresentado alguns aspectos da trajetória de Murilo Paulino Badaró, que se tornou, no decorrer da segunda metade do século XX, um representante regional do Vale do Jequitinhonha nas mais variadas funções que ocupou ao longo da sua carreira política e também no campo cultural.

Colocam-se algumas questões para enfoque mais específico, sobretudo considerando a ideia de representante regional (Bourdieu, 2010) que se explicita na figura de Murilo Badaró. Assim, são propostas duas perguntas principais, com objetivo de analisar a trajetória de Murilo Badaró com relação à região do Vale do Jequitinhonha. Na trajetória política de Murilo Badaró, o sobrenome familiar funciona como elemento de diferenciação? Murilo Badaró pode ser considerado da elite regional polivalente?

## **2. Murilo Badaró: uma trajetória de multinotabilidade ligada à representação do Vale do Jequitinhonha (MG)**

Murilo Paulino Badaró nasceu em Minas Novas (MG) no dia 13 de setembro de 1931, filho de Francisco Badaró Júnior<sup>5</sup> e de Gelcira Paulino Badaró, família tradicional na cidade, pois o sobrenome Badaró foi acumulando prestígio ao longo das relações de casamento entre membros da elite política e agrária local,

---

<sup>5</sup> O pai de Murilo Badaró era médico, mas percorreu a política partidária, seguindo a linhagem familiar. Foi prefeito de Minas Novas (MG), município que foi controlado por décadas pelo avô e bisavô maternos e pelo pai. Foi também deputado estadual de Minas Gerais de 1927 até 1930. Em outubro de 1934, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte de Minas Gerais, nomeado por Getúlio Vargas e prefeito de Minas Novas até 1945. Foi deputado federal em 1963. Ainda neste ano, dirigiu o Departamento Nacional da Criança do Ministério da Educação e Cultura, e, de 1966 a 1970, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, no governo de Israel Pinheiro. Faleceu em Belo Horizonte no dia 18 de janeiro de 1970 (CPDOC, 2023).

sendo uma força simbólica ligada à história, tanto da cidade, como de uma regionalização<sup>6</sup> do Vale do Jequitinhonha.

De acordo com Horta (1986), em sua análise sobre as famílias governamentais de Minas Gerais, “o casamento era um laço a perpetuar a estrutura. Quem não era ‘homem bom’ e aspirava promover-se socialmente, teria forçosamente de casar-se em família de ‘homens bons’.” Dessa forma, observa-se na trajetória “dos Badaró” a ocorrência do indicado pelo autor citado acima, uma vez que é notória a tentativa constante da busca de prestígio para que se figurassem (ou continuassem) na sociedade de “homens bons”. Desde o casamento do trisavô de Murilo Badaró, vemos uma ligação de vínculos sempre com pessoas prestigiosas, sendo do campo político a principal delas.

No caso da família Badaró, a própria “história governamental” (Horta, 1986), a escolarização dos filhos e a trajetória na política já opera um princípio de distinção, estrutura, estruturante do *habitus* (Bourdieu, 1990). Em entrevista para a série ‘Memória e Poder’ da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG, 2002), o próprio Murilo Badaró indica que ele nasceu em uma “casa política” se referindo a seu pai, Francisco Badaró Júnior, e também ao avô<sup>7</sup>, bisavô<sup>8</sup> e trisavô<sup>9</sup>. Ainda de acordo com ele, “a trama familiar em Minas Gerais sempre prevaleceu muito na política, sempre foi muito importante. Talvez não como um dado decisivo, mas como um dado formador de situações.” (ALMG, 2002). Nesse mesmo sentido, em

---

<sup>6</sup> Murilo Badaró foi o proponente da lei que criou a Codevale, que marcou uma determinada caracterização regional do Vale do Jequitinhonha a partir da década de 1960.

<sup>7</sup> Francisco Coelho Duarte Badaró (tinha o mesmo nome do avô, que foi o precursor do sobrenome Badaró). Foi Deputado Federal Constituinte (1891-1893), Senador Estadual (1919-1921) e Deputado Federal (1921). Foi ainda Promotor da comarca de Minas Novas, tendo sido provido para o cargo de Juiz de Direito em 21 de abril de 1885. De 1893 a 1894 exerceu a função de Ministro Plenipotenciário do Brasil (embaixador) no Vaticano. Foi ainda Senador Estadual (1919-1921) e Deputado Federal (1921), tendo feito parte da executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM) (Alves, 2019).

<sup>8</sup> Há poucas pesquisas que tratam sobre os dados biográficos de Justiniano Corsino Duarte Badaró. De acordo com a Prefeitura Municipal de Francisco Badaró (2023), ele era Coronel da Guarda Nacional. De acordo com Alves (2019), ele foi tenente e coletor de impostos. Em Ramalho (2018) há uma descrição como família de proprietário de terras e de políticos em Guarapiranga (MG).

<sup>9</sup> Francisco Coelho Duarte Badaró. Foi Sargento-Mor e Comendador. Obteve cargos políticos no Império, como deputado da Assembleia Provincial nas legislaturas de 1838-1840; 1841-1842 e 1843-1845 (Alves, 2019).



documento publicado na ocasião do décimo aniversário da Codevale, Murilo Badaró já havia relatado:

Nasci no Alto Jequitinhonha. Para ser mais exato, em Minas Novas – origem de que me orgulho. Filho de político, criei-me em ambiente impregnado de política, onde os assuntos giravam em torno de problemas políticos, com todas suas variações, a meu ver a mais nobre forma de servir a Pátria (Badaró, 1984, p. 210)

Tanto na entrevista citada para a série ‘Memória e Poder’, como no documento em referência aos dez anos de criação da Codevale, Murilo Badaró se coloca como um político vocacionado. A trajetória da sua família teria sido responsável pela sua inclinação à política partidária. Nessa perspectiva, sua trajetória representa uma forma de utilização do patrimônio simbólico familiar (Grill, 2020). Toda uma herança simbólica é representada na figura do herdeiro político, que, a exemplo de Murilo Badaró, mantém uma narrativa organizada sobre seus antepassados próximos.

Além do casamento, a formação escolar era um elemento distintivo familiar entre os agentes sociais das elites no Vale do Jequitinhonha. O investimento familiar para que seus filhos alcançassem o nível de formação superior representava uma forma de perpetuação de poder, sobretudo no campo político. No caso de Murilo Badaró, sua formação superior ocorreu em Belo Horizonte, na capital do estado de Minas Gerais. Esse fato já é um indicativo da posição social privilegiada em relação à população regional, que, como apontado pela Codevale (1968), era o menor do estado e também do Brasil naquele período.

Dessa maneira, observa-se que a família Badaró faz parte do grupo de elite no Vale do Jequitinhonha que investiu na gradativa escolarização<sup>10</sup> dos filhos, como forma de reprodução de poder e ajuste à nova realidade imposta pela mudança na conjuntura regional em meados do século XX, sobretudo pelo processo de modernização conservadora da antiga fazenda. Os filhos de políticos e fazendeiros,

---

<sup>10</sup> Ressalta-se que a escolarização das elites não é novidade do período delimitado nessa pesquisa. Holanda (1995, p. 156-157), por exemplo, destacou no Brasil a procura por ascensão individual através do bacharelismo e das profissões liberais como “aliada a nossa formação colonial e agrária”. Ver Holanda (1995).

por exemplo, ingressam na elite técnica, pois acessando a formação acadêmica, pretensamente garantiam a reprodução social familiar na região. Nesse aspecto, Leite (2015) destaca que:

A oligarquia agrária teve que custear a formação dos seus filhos como parte da sua estratégia de reprodução, ainda que nesse processo a perspectiva assumida pelos mesmos pudesse se modificar a ponto de sugerir transformações que abalariam as condições em que se sustentava o poderio das suas próprias famílias (Leite, 2015, p. 342-343)

Ainda sobre alguns traços biográficos, destaca-se que Murilo Badaró tornou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1955, sendo que, no período em que era estudante, participou da política estudantil como um dos fundadores da Frente Acadêmica Renovadora. Ainda nesse período ele foi membro da União Estadual dos Estudantes. Elegeu-se deputado estadual pelo PSD em 1958, na época o mais jovem parlamentar da Assembleia mineira (27 anos). Também era cantor de ópera, com pseudônimo de Ricardo Villas. Teve ainda intensa produção intelectual com diversas obras publicadas, entre elas, citam-se:

Posição dos Estados Membros na Constituição Brasileira, 1951; Intervenção do Estado na Vida Econômica, 1951; Foge o Mundo da Economia Liberal?, 1952; Elaboração Constitucional, 1952; Papel do Estado-Membro da Federação, 1952; O Problema de Energia Elétrica em Minas Gerais, 1952; As Três Dimensões de Santiago Dantas, 1952; Uma Nova Inconfidência Mineira, 1952; Em Busca da Verdade Partidária, 1952; A Verdade sobre Minas Gerais, 1952; Discriminação de Rendas, 1962; Protesto de uma Geração, (Discurso Parlamentar), 1964; Do Jequitinhonha ao Tennessee - estudo sobre a vida americana, 1967; Sintomas da Rebelião Política de Minas, 1968; Os Kennedy e a Nova Política do Brasil, 1968; A América Sombria Antes das Eleições, 1968; Reforma e Revolução – uma interpretação político-econômica da crise mineira, 1970; Memorial Político, 1976; Alma de Minas; O Bombardino; Vigésimo Mandato (crônicas); José Maria Alkmin (biografia); Gustavo Capanema, uma revolução na cultura (biografia); Milton Campos, um pensador liberal (biografia) (Câmara Dos Deputados, 2023)<sup>11</sup>.

Como já indicado, Murilo Badaró ingressou na vida política em 1958, sempre ocupando funções públicas, seja por mandato eletivo ou por indicação (Tabela 1). Destacam-se: deputado estadual em Minas Gerais entre os anos de 1958

---

<sup>11</sup> Cita-se ainda a biografia de Olavo Bilac Pereira Pinto, que foi escrita por Murilo Badaró. “Bilac Pinto: o homem que salvou a república” (primeira edição 2010, editora Gryphus).

a 1967, deputado federal entre 1967 a 1979, senador de 1979 a 1984; ministro da indústria e comércio de 1984 a 1985, senador de 1985 a 1987. Ele também ocupou o cargo de vice-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) entre os anos de 1987 a 1989. Destaca-se ainda sua trajetória como um importante agente do campo cultural, com participação em diversos meios de comunicação escrita<sup>12</sup>, além de ter sido professor universitário (Centro Universitário de Brasília), fundador do Centro de Pesquisa e Estudos Mineiros<sup>13</sup> e presidente da Academia Mineira de Letras por mais de dez anos.

**Tabela 1. Resumo de mandatos e outros.**

Murilo Paulino Badaró			
		Início	Fim
Ma nda tos	Dep. Estadual (MG)	1959	1963
	Dep. Estadual (MG)	1963	1967
	Dep. Federal (MG)	1967	1971
	Dep. Federal (MG)	1971	1975
	Dep. Federal (MG)	1975	1979
	Senador (MG)	1979	1987
	Prefeito de Minas Novas (MG)	2005	2007
Out ros	Secretário de Estado do Governo de Minas Gerais	1966	1966
	Ministro da Indústria e Comércio	1984	1985
	Vice-Presidente do BDMG	1987	1989
	Presidente da Academia Mineira de Letras	1998	2010

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa em ALMG (2002), Câmara dos Deputados (2023) e Senado Federal (2023).

Murilo Badaró é parte da elite política de Minas Gerais que percorreu outras funções públicas fora do campo político-partidário, ainda que influenciado por ele. Teve intensa produção como agente da cultura e das artes mineiras, sobretudo pela sua obra literária, com destaque, como já mencionado, para as publicações biográficas. Nesse sentido pode-se caracterizá-lo em sua multinotabilidade (Grill, 2020).

<sup>12</sup> Foi colaborador do Jornal do Brasil, RJ e Hoje em Dia, Diário do Comércio e O Estado de Minas, MG, entre outros.

<sup>13</sup> De acordo com Reis, Grill e Pereira (2020), Murilo Badaró, em 1996, fundou e foi o primeiro presidente do Centro de Pesquisa e Estudos Mineiros, instituição voltada para reconstituir a história política e cultural do estado.

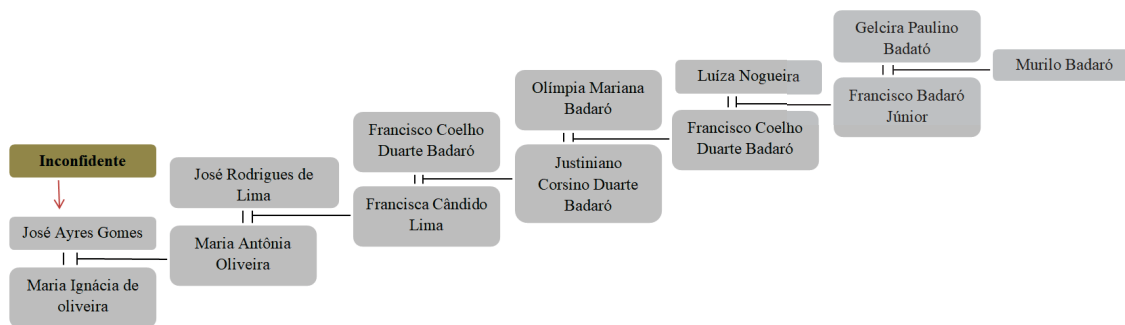
Com efeito, as *multinotabilidades* eram garantidas por lugares comuns de formação e laços de reciprocidade entre seus membros, reproduzidos por “herdeiros”, que acumulavam recursos sociais e políticos por intermédio de: casamentos; transmissão de competências no meio familiar; aprendizagens precoces em cargos; constituição de redes de clientelas via cargos políticos; e da passagem pelas faculdades de direito (em Minas Gerais) e de engenharia (no Rio de Janeiro), nas quais conquistavam não somente conhecimentos e habilidades, como também reforçavam os vínculos de amizade e com a parentela (Grill, 2020, p. 143)

Considerando a abordagem de Dulci (1999) e Grill (2020), entende-se que a polivalência de Murilo Badaró acontece, sobretudo, pela sua multinotabilidade que lhe garante um caráter de “diferença, separação, traço distintivo” (Bourdieu, 2011, p. 18). Ele era herdeiro do espólio político da família “dos Badaró” em Minas Novas. Dessa maneira, a família tem centralidade na trajetória de Murilo Badaró. Em relação à noção de família, para Bourdieu (2011) sua função

tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de transmissão entre as gerações: ela resguarda uma unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução (Bourdieu, 2011, p. 131)

De acordo com Horta (1986) a família Badaró tem ligação com as “famílias governamentais de Minas Gerais”, pois o bisavô de Murilo Badaró se casou com uma descendente da família Ayres Gomes, família do inconfidente José Ayres Gomes e de João Gomes, proprietário de terras e fundador do município de Santos Dumont (MG). Ao pesquisar a genealogia familiar, pode-se fazer uma correção pontual na análise de Horta (1986), pois, de acordo com Alves (2019) e Ramalho (2018), foi o trisavô de Murilo Badaró que se casou com Francisca Cândido Lima, que era descendente da família Ayres Gomes. (Figura 1).

**Figura 1. Diagrama Murilo Badaró**



FONTE: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa de Alves (2019) e Ramalho (2018).

De acordo com Grill (2020):

O sobrenome Badaró tem notabilidade no rol das “grandes famílias” que, desde o século XIX, demarcaram os padrões de acesso aos postos de poder político que prevaleceram ao longo da segunda metade do século XX, em Minas Gerais. A descrição desse caso traz à tona não apenas as imagens arraigadas das “heranças políticas” – associando-as a alinhamentos partidários entre os membros, notadamente via aproximações mais à direita no espectro político –, como também o peso das inscrições culturais e reconhecimentos intelectuais para a sua afirmação social (Grill, 2020, p. 144)

Destaca-se ainda que a atuação política de Murilo Badaró se manteve ligada com um discurso regionalista<sup>14</sup> do Vale do Jequitinhonha, bem como vinculada à criação de uma representação sobre a região. Analisar sua trajetória é importante para, por ela, conhecer o que hoje se naturalizou como Vale do Jequitinhonha.

### 3. Considerações Finais

A genealogia da família Badaró, em especial pela linhagem da representação político-partidária, demonstra o uso dos espólios simbólicos por parte de agentes dedicados aos trabalhos político e intelectual, que constrói uma imagem coletiva de sua “família”. Murilo Badaró, nascendo em uma família de tradição na política, percorreu um caminho que, em certa medida, estava estruturado a partir da tradição

<sup>14</sup> O regionalismo aqui é mencionado, sobretudo, a partir dos interesses políticos, como apontou Castro (2021, p. 48), ele deve ser entendido como uma mobilização política de grupos dominantes numa região em defesa de interesses específicos frente a outros grupos dominantes de outras regiões ou do próprio Estado. O regionalismo, portanto, é um conceito eminentemente político, vinculado, porém, aos interesses territoriais.

dos seus antecessores, sendo ele um herdeiro de um sobrenome que já operava como um sistema de diferenciação, com um legado que se reafirmou por meio dele.

A polivalência atribuída a Murilo Badaró, enquanto uma elite (aqui entendida como parte dominante dos campos pelos quais transitou), fundamenta-se ao que aqui foi caracterizado como multinotabilidade. A partir da atuação político-partidária, que pode ser considerada precoce, e pela própria tradição das elites, sobretudo na escolarização dos filhos, percebe-se que foi possível o trânsito por outros campos, além do político. Nota-se ainda na trajetória de Murilo Badaró a ocupação de diversos cargos de indicação, que lhe garantiram constante presença na política mineira e nacional, sempre carregando o discurso regionalista (do Vale do Jequitinhonha) como marca, uma vez que ele era natural de Minas Novas, uma cidade entre as fronteiras desta região.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras, Revista de História**, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ALMG. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Memória e poder: Murilo Badaró**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/tv-assembleia/videos/video?id=652589&tagLocalizacao=>. 2002. Acesso em: 11 jul. 2023.

ALVES, Débora Cristina. **Redes Clientelares, Sucessão e Herança em Guarapiranga – 1715 a 1820**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana centro-goiano**. Goiânia: Editora Vieira, 2007.

BADARÓ, Murilo. **Alma de Minas**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 385-391.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 107-132.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11 ed. Campinas: Papirus, 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Murilo Badaró**: biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131598/biografia>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2021.

CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha). **Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha**. Biblioteca da Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, v. 1, 1968.

CPDOC. **Francisco Badaró Júnior**. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-badaro-junior>. Acesso em: 13 jul. 2023.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

GRILL, Igor Gastal. Bases sociais, representações e usos de espólios simbólicos em “famílias de políticos”. **Repocs**, v. 17, n. 33, jan./jun. 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Novos tempos. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 155-167.

HORTA, Cid Rabelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. **Revista Análise e Conjuntura - FJP**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 111-142, 1986.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **O campesinato no vale do Jequitinhonha**: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. 2015. 762 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BADARÓ. **Dossiê de tombamento do Senhor morto**. Disponível em <https://www.franciscobadaro.mg.gov.br/site/wp-content/uploads/2023/02/Dossiê-Tombamento-da-Imagem-do-Senhor-Morto.pdf>: Acesso em: 10 jul. 2023.

RAMALHO, Juliana Pereira. **Minas Novas:** um projeto de província nos sertões - povoamento e concentração fundiária na freguesia de São Pedro do Fanado (1834-1857). Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História - Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

REIS, Eliana; GRILL, Igor Gastal; PEREIRA, Ariel. As “regiões” nas entrelinhas do trabalho político: bases sociais, investimentos intelectuais e carreiras parlamentares (MG, RS, PE e MA). **Revista TOMO**, n. 36, p. 267-320, 2020.

SENADO FEDERAL. **Senadores:** Murilo Badaró. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2135>. Acesso em: 10 jul. 2023.



# FILHO(A)S INGÊNUO(A)S, MÃES ESCRAVIZADAS E EX-ESCRAVIZADAS ANTES E DEPOIS DO 13 DE MAIO:

lutas, continuidades e rupturas

Daniel de Oliveira<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 30/07/2024.

Artigo aceito em: 06/11/2024.

## RESUMO:

Durante os anos finais da escravidão e no pós-abolição na Paraíba, especialmente na cidade de Bananeiras, houveram vários pedidos de tutela de crianças órfãs e ingênuas. Nestes processos, por um lado; encontram-se registros de mães e pais disputando nos tribunais o direito de ter a sua família por perto contra antigos senhores ou proprietários que necessitavam de mão de obra barata e análoga à escravidão, de outro. Esta pesquisa de cunho qualitativa e quantitativa foi feita a partir da “ligação nominativa de fontes” (SLENES, 2011) e dos pressupostos do campo teórico-metodológico da História Social da Escravidão, tendo como objetivo principal analisar os embates judiciais entre (antigos) senhores e (ex-)escravizadas no final da década de 1880. A nossa documentação são os processos de tutela e soldada movidas contra estas crianças, boa parte do(a)s filho(a)s de ex-escravizadas, a qual permite compreendermos a dinâmica da abolição e do pós-abolição na cidade de Bananeiras. Por fim, chegamos à conclusão que antigas disputas existentes durante a escravidão desaguam no pós-abolição com continuidades e rupturas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escravidão; Abolição; Pós-Abolição; Bananeiras-PB; Ingênuo(a)s.

FREED CHILDREN, ENSLAVED AND EX-ENSLAVED MOTHERS  
BEFORE AND AFTER MAY 13: struggles, continuities and ruptures.

## ABSTRACT:

During the final years of slavery and post-abolition in Paraíba, especially in the town of Bananeiras, there were several requests for guardianship of orphaned and freed children. In these processes, on the one hand, there are records of mothers, sons

<sup>1</sup> Professor da Educação Básica do Estado da Paraíba e do Município de Caiçara-PB. Este artigo é parte da tese que desenvolvo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob orientação do professor Dr. Gian Carlo de Melo Silva. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5403363489362761>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2773-0954>; e, e-mail: [danielprofhistoria13@hotmail.com](mailto:danielprofhistoria13@hotmail.com).

and daughters fighting in court for the right to have their family close by them against former proprietor or owners who needed cheap labor similar to slavery, on the other hand. This qualitative and quantitative research was carried out based on the “nominative connection of sources” (SLENES, 2011) and the assumptions of the theoretical-methodological field of the Social History of Slavery, with the main objective of analyzing the legal clashes between (former) masters and (formerly) enslaved at the end of the 1880s, allowing us to understand a little more about the dynamics of abolition and post-abolition in the town of Bananeiras. Finally, we come to the conclusion that old disputes during slavery reach post-abolition with continuities and ruptures.

**KEYWORDS:** Slavery; Abolition; Post-Abolition; Bananeiras-PB; Freed Children.

## Introdução

A cidade de Bananeiras-PB foi palco de um número considerável de pedidos de tutela com pagamento de soldada para o(a)s filho(a)s da escravidão, ou melhor, o(a)s chamado(a)s ingênuo(a)s nos anos que antecedem a abolição e nos meses seguintes. Diante disto, estas crianças deveriam trabalhar ou render de alguma forma para o seu tutor. Todavia, as condições de labuta lembravam muito as mesmas relações de trabalho que vigoravam durante a escravidão, sendo reclamadas por suas mães ou por algum parente quando possível. Destarte, tal forma de resistência visava a não separação entre filho(a)s e as/os famílias/pais/mães como, também, o direito de poder criar e educá-los.

O termo ingênuo(a)<sup>2</sup> para o contexto dos anos finais dos oitocentos no Brasil surge a partir da Lei de nº 2.040 de 28 de setembro de 1871. Segundo ela, a partir daquele momento, o(a) filho(a) da mulher escravizada nascida no Império do Brasil seria considerado(a) de “condição livre”, ou melhor, ingênuo(a)s. Para isso, o senhor deveria, com o limiar dos oito anos de idade da criança, optar em receber 600\$000 do Estado ou “usufruir” do trabalho de crianças no mesmo ritmo de exploração até os 21 anos de idade.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Ingênuo, juridicamente foi o filho da escrava libertada, portanto já nascido livre. Tal termo, concepção e figura jurídica vêm do direito romano. [...] Assim explica que se usando o direito romano” manumissos, e ingênuos eram os filhos dos ex-escravo”. Desta disposição jurídica do ingênuo, no direito romano, ser o filho do escravo já liberto, e dos direitos plenos de cidadão que disto decorria, surgiu a maior polêmica no uso deste termo e da inserção social destes, o filho livre da mulher escrava, após a lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre-Livre” (SOUSA, 2006, p. 123).

<sup>3</sup> Se formos fazer uma adição simples de 1871 + 21 = 1892. Desta forma, somente a partir de 1892 que as primeiras crianças filhas de escravizadas poderiam de fato ser consideradas livres. Ou seja, o

A população negra, individual e familiar, foi explorada, perseguida e punida das mais diversas formas no decorrer do Brasil colonial e imperial. Isto ocorreu antes e durante os festejos do 13 de maio e no pós-abolição. Itan Cruz Ramos lembrou dos temores dos primeiros-ministros baianos José Antônio Saraiva e João Maurício Wanderley, antes do Treze de Maio, e que se assemelhavam ao medo senhorial de todo Brasil, acerca da perda do direito de explorar as crianças ingênuas até os 21 anos de idade e dos sexagenários que deveriam trabalhar gratuitamente durante até os 3 anos para os seus proprietários (RAMOS, 2022, p. 183).

Como pode ser visto, o contexto do pós-abolição trazia diversas expectativas para as pessoas que estavam vivenciando aquele momento. Diante disto, a população escravizada e egressa do cativeiro soube diante das condições existentes pensar em outras possibilidades de vida para si e para os seus familiares. Mesmo que em alguns casos, estes projetos fossem interrompidos ou que tivessem empecilho senhorial ou de um algum ex-senhor. De tal forma, este artigo trata acerca das histórias das famílias negras que vivenciaram parte final da escravidão, a abolição e o pós-abolição na cidade de Bananeiras. Ao mesmo tempo que ex-escravizada(o)s tentavam organizar da melhor forma as suas vidas, durante o contexto supracitado de mudanças sociais e jurídicas, senhore(a)s buscavam reservar trabalhadore(a)s para os seus engenhos; fazendas de café e criatório, mesmo que fossem constituídos por crianças, ingênuo(a)s e órfãs. A respeito disto, com as suas variadas tramas que iremos ver a partir de agora.

### **Senhores, processos e justificativas**

Neste tópico, iremos discutir como funcionavam os processos de tutela e soldada que tratam sobre a vida do(a)s ingênuo(a)s da cidade de Bananeiras-PB. Estas crianças denominadas de ingênuo(a)s foram resultado da Lei de nº 2.040 de 28 de setembro de 1871. Os temas mais relevantes desta legislação, que ficou conhecida popularmente como Lei do Ventre Livre, foram: a “libertação do ventre” da mulher escravizada, pois no Brasil a ideia foi a legitimação da hereditariedade “do negro

---

projeto da escravidão gradual e lenta deveria por parte de alguns setores políticos do Brasil ultrapassar o ano de 1888. BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm)>. Pesquisado em: 07/08/2024.

como escravo” e a “norma era do *partus ventrem sequitur*, ou seja, o filho do ventre escravo continuava escravo” (MOURA, 2013, p. 237-240); a criação do “Fundo de Emancipação” e a origem do seu financiamento; a “legalização do acúmulo de pecúlio” por parte do escravizado; e, a “realização da matrícula dos escravizados” em todo o Império brasileiro.

Com relação a Lei de nº 2.040/1871, a historiadora Keila Grinberg afirmou que:

De fato, promulgada em 1871 depois de intensos debates, a Lei do Ventre Livre alterou radicalmente o status do escravo no Brasil, a partir do momento em que oficializou aquilo que quase todos esperavam, mas receavam tornar público: o fim do sistema escravista neste país, ao estabelecer que todos os filhos de escravos nascidos a partir de então seriam considerados livres (GRINBERG, 2002, p. 270).

Como pode ser visto, a Lei de 1871 transformou de maneira significativa as estruturas sociais e jurídicas que existiam entre senhores, escravizados e a sociedade nos diversos espaços do Brasil Império. Portanto, a legalidade da escravidão no país estava com os seus dias contados, pois, tal como ocorreu com o tráfico em 1831/1850, o outro pilar que sustentava a escravidão desmoronou.<sup>4</sup>

Este impacto foi visto nas diversas cidades e vilas das províncias do Brasil a partir do agenciamento desta legislação por parte dos cativos. Na Paraíba, os estudos de Rocha (2009) para a Cidade da Paraíba; Lima (2009) para Campina Grande; Lima (2010) para Mamanguape; e, Silva (2021) para São João do Cariri, ressaltam como escravizados africanos e seus descendentes fizeram uso da Lei de 7 de novembro de 1831 ou de nº 2.040/1871, sendo intensificadas com o contexto de debate e promulgação da Lei de nº 3.270/1885 em prol de sua liberdade e de seus familiares.

---

<sup>4</sup> A Lei 2.040/1871 faz parte da legislação que paulatinamente vai abolindo a escravidão no Brasil. Além desta, ver: BRASIL. Lei de 7 de setembro de 1831. *Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos*. Disponível em: <[https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LIM/LIM581.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-7-11-1831.htm#:~:text=LIM%2D7%2D11%2D1831&text=LEI%20DE%207%20DE%20NOVEMBRO,do%20Imperador%20o%20Senhor%20D.></a>>. Pesquisado em 07/08/2024. BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. <i>Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império</i>. Disponível em: <<a href=)>. Pesquisado em 07/08/2024. BRASIL. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. *Regula a extinção gradual do elemento servil*. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3270.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm)>. Pesquisado em 07/08/2024.

Portanto, a legislação supracitada se materializou em ações de liberdades por parte dos escravos, mas também implicou na (re)criação de estratégias senhoriais para continuar explorando estas pessoas e seus descendentes. Uma destas era a “tutela” com pagamento de “soldada”.

Com relação ao conceito de “*soldada*”<sup>5</sup>:

A *soldada* era o sistema em que as crianças órfãs e desamparadas, cujos parentes não podiam criá-los, eram entregues a pessoas capazes de garantir-lhes o necessário para a sua sobrevivência, como alimentação, vestimentas, calçados e ensinar-lhes uma profissão, enfim, mantê-las até a maioridade. Cabia aos juízes de órfãos a obrigação de lançar pregão em suas audiências para noticiar a todos os interessados que havia órfãos menores disponíveis para soldada ou por obrigação de casamento (LIMA, 2010, p. 303).

Como pode ser visto, a soldada era um sistema que visava garantir abrigo para as crianças que necessitavam, principalmente, órfãs. Assim, daria conta da insuficiência de alimentação, vestimentas, calçados e preparavam-lhes para os desafios do futuro com uma profissão. Todavia, na prática ela foi utilizada e dimensionada para “capturar” crianças, órfãs, libertas e ingênuas para que fossem exploradas ao máximo no mundo da escravidão. Na cidade de Campinas-SP, o curador geral deixa “bem claro ao declarar que os tutores costumavam explorar seus tutelados pobres e negros em todos os sentidos” (ALANIZ, 1997, p. 54). Com relação a isto, traremos alguns exemplos mais adiante.

Quais tipos de tutoria poderiam existir?

Os tutores eram nomeados pelo Juízo de Órfãos e poderiam ser testamentários, legítimos ou dativos. Os tutores testamentários eram aqueles nomeados por testamento; os legítimos eram os nomeados na falta ou por incapacidade dos testamentários e os dativos eram nomeados pelo Juiz, diante da falta ou incapacidade de uns e outros (URRUZOLA, 2014, p. 21).

---

<sup>5</sup> “Paga, que se dá aos criados, aos trabalhadores”. PINTO, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/?q=soldada>>. Disponível em: 21/05/2024. Este mesmo dicionário traz o conceito de tutela que significa: “tutoria/proteção”. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/?q=tutela>>. Pesquisado em 21/05/2024.

Sabendo os tipos de tutoria. Qual era o perfil das pessoas que exerciam a função de tutor através de pagamento de soldada? Segundo a historiadora Alaniz (1997):

Alguns eram tios, irmãos, cunhados, padrastos ou padrinhos dos menores órfãos ou semi-órfãos. Outros eram comerciantes, funcionários públicos, lavradores (e essa categoria inclui tanto sitiante, quanto grandes fazendeiros, solicitadores, etc. Quase todos dirigiam-se diretamente aos Juizes de Órfãos para solicitar a tutela dos menores em questão. Em alguns casos, entretanto, o Curador Geral dos órfãos, indicava a existência de um menor necessitando de tutor, indicava a pessoa – em seu entender – mais adequada a exercer a tutela (ALANIZ, 1997, p. 57).

Com relação aos/às ingênuo(a)s da cidade de Bananeiras-PB, as pessoas interessadas eram comerciantes e militares, como Antônio Américo da Costa Pinto e capitão Basílio Pompilo de Melo; lavradores, Antônio Bezerra Carneiro da Cunha, Ignácio Gomes Pedrosa e Martiniano Laurentino de Araújo; senhores de engenhos, capitão João Rodrigues de Assumpção, capitão José Barbosa Coitinho e capitão Francisco Batista de Aguiar. Como pode ser visto, trata-se de homens à procura de mão de obra que poderia ser utilizada de imediato ou em breve período de tempo. Desta forma, “tudo indica que os ingênuos prestavam os mesmos serviços das crianças escravas” (GEREMIAS, 2005, p. 69). Patrícia Ramos Geremias continua afirmando que estas atividades de trabalho ocupadas por esses menores eram:

Os serviços que as crianças prestavam, consistiam em serem elas moleques de recado ou criadas; iam buscar o jornal ou correio nas vilas e cidades vizinhas, encilhavam os cavalos, arrumavam os quartos, ajudavam a vestir, desvestir e banhar as pessoas da casa e os visitantes, engraxavam os sapatos, escovavam as roupas, serviam a mesa, entre outras atividades. E na falta dessas crianças alguém teria que fazer, em último caso, um escravo em idade de exercer outras atividades, talvez mais rentáveis ao senhor (GEREMIAS, 2005, p. 69).

A tabela abaixo indica os senhores e a quantidade de pedidos feitos por eles:

Tabela 001 – Número de petições de tutela solicitadas por cada proprietário				
Nº	Data	Proprietário	Quantidade	Percentual
01	28/05/1888	Capitão José Barbosa Coitinho	06	37,50 %

02	28/05/1888			
03	28/05/1888			
04	28/07/1888			
05	28/07/1888			
06	29/07/1888			
07	11/09/1863	Ricardo José de Menezes	01	6,25 %
08	27/07/1869	José Joaquim Macedo Júnior	01	6,25 %
09	25/08/1886	Capitão João Rodrigues de Assumpção	01	6,25 %
10	14/01/1887	Ignácio Gomes Pedrosa	01	6,25 %
11	30/04/1887	Antônio Bezerra Carneiro da Cunha	01	6,25 %
12	30/07/1888	Bartolomeu Florentino de Medeiros	01	6,25 %
13	30/07/1888	Capitão Francisco Batista de Aguiar	01	6,25 %
14	11/08/1888	Antônio Américo da Costa Pinto	01	6,25 %
15	01/09/1888	Martiniano Laurentino de Araújo	01	6,25 %
16	29/11/1888	Capitão Basílio Pompilo de Melo	01	6,25 %
Total			16	100,00 %
FONTE: Processos de tutelas disponível no Arquivo do Fórum da Comarca de Bananeiras-PB.				

Como pode ser visto nessa tabela, a maioria das petições estavam concentradas na última década da abolição, especificamente, nos derradeiros anos, chegando a um número de quatorze dos dezesseis. O maior peticionário foi o

capitão José Barbosa Coitinho, com seis de um universo de dezesseis crianças, ou seja; 37,50% do total. Um aspecto que se destaca é que todos pedidos feitos têm como data os dias ou meses que seguiram à abolição. Tal fato sugere que houve uma tentativa de resguardar para si esta mão de obra infantil a qualquer custo. Ademais, notamos que todos os pedidos de tutela foram aprovados, mas, durante os embates entre proprietários e os familiares do(a)s tutelado(a)s, algumas destas solicitações acabaram se tornando nulas em seus efeitos ou foram transferidas para outras pessoas.

Todos os pedidos apresentam como justificativa o oferecimento da educação, vestuário, alimentação, profissionalização e o encaminhamento para o casamento. Este último, destinado especialmente, para as meninas. Portanto, vejamos os argumentos utilizados conforme a tabela a seguir:

Tabela 002 – Justificativas apresentadas nas petições de tutela		
Justificativa	Quantidade	Percentual
Moral	08	50,00 %
Trabalho	07	43,75 %
Sedução	01	6,25 %
Total	16	100,00 %

FONTE: Processos de tutelas disponível no Arquivo do Fórum da Comarca de Bananeiras-PB.

Os cuidados básicos para alguém ser tutor(a) eram escritos e assinados na hora do juramento por quem ganhava juridicamente o direito de tutelar uma criança, vinculado ao bem-estar do(a) tutelado(a). Todavia, outras informações de cunho moral, tipo de trabalho e argumentos eram acrescentados para convencer o juiz de que a entrega da criança ao peticionário representaria a melhor escolha naquele momento.

A questão da moral foi algo que preocupava a metade dos peticionários, ou seja, em qual ambiente e quais tipos de qualidades estes responsáveis tinham para



educar aquele(a) menor. Em 1863, Ricardo José de Menezes trouxe ao conhecimento do Juízo de Órfãos de Bananeiras que existia no lugar Bacupari “uma menina de nome Ana, parda, com sete anos de idade mais ou menos”, órfã, “em companhia de Conceição, crioula, tia da menina”. Segundo Menezes, neste ambiente não seria possível ocorrer “a menor educação útil” em virtude “de sua miserabilidade e seus costumes”. No ano de 1888, Antônio Américo da Costa Pinto, negociante e morador na cidade de Bananeiras, solicitou perante o juiz a criança de nome Benedito, filho natural de Basília, que foi caracterizada como uma “mulher que não tenha vida regular” e por isso “ela não podia dar a devida educação moral e religiosa”. Em setembro deste mesmo ano, Martiniano Laurentino de Araújo, morador no Olho D’água Seco, criava os ingênuos José, de onze anos e Estevão, de três anos de idade. Ambos eram filhos da ex-escravizada Rosa. Araújo requeria a tutela com o objetivo de não permitir que eles fossem “atirados ao mundo sem guia, sujeitos a escorregarem na ladeira do vício e do crime” para isto deveriam ser empregados no trabalho da lavoura.<sup>6</sup>

Apenas um; ou 6,25%, foi classificado como sedução. A história ocorreu no ano de 1869. Joaquim José de Macedo Júnior pediu a tutela do menor João, idade de treze anos, e denuncia que José Francisco Camelo estava aliciando para que o menor saísse de sua companhia. Maria Vitória Barbosa de Lima lembra que as crianças, preferencialmente as negras – pardas, mulatas e pretas –, eram potencialmente vistas como melhor opção para o rapto e, conseqüentemente, venda para serem escravizadas em algum lugar da província da Paraíba, ou melhor, do império brasileiro (LIMA, 2010, p. 307-310). Já com relação ao tema trabalho, foram expostos em sete casos dos dezesseis; ou 43,75%. Como pode ser visto, o trabalho juntamente com a educação eram pontos indispensáveis para quem quisesse ser tutor. Em 21 de maio de 1887, Antônio Bezerra Carneiro da Cunha, morador no sítio Monte Belo, requisitou a menor Tereza, que tinha idade entre dez e doze anos, filha da liberta Antônia, casada com um de seus escravizados. Justificou que iria

---

<sup>6</sup> *Autuamento de uma petição de Ricardo José de Menezes para Tutela da menor Maria*, 1863, caixa 255. *Autuamento de uma petição de Antônio Américo da Costa Pinto, em que pede se nomeo Tutor ao menor Benedito, filho de Basília*, 1888, caixa 253. *Autuamento de uma petição de Martiniano Laurentino de Araujo, em que requera tutela dos Orphaãos Jose, e Estevão, filhos da ex-escrava Rosa*, 1888, caixa 254.

cumprir com todas as exigências, mas, também, utilizar dos serviços da criança para o seu próprio benefício.

O capitão José Barbosa Coitinho, morador no Engenho Cumati, foi uma das pessoas que mais estava envolvida com o(a)s ingênuo(a)s em Bananeiras através dos processos de tutela. Dos dezesseis processos, ele participou de seis. Destes seis, quatro tiveram como justificativa o trabalho como ponto principal. Estes quatro envolveram ex-escravizadas que possuíam algum vínculo com ele. Os outros dois envolviam as crianças Rufina e Antônia, filhas das libertas que pertenciam a João Barbosa de Farias; e, para elas justificou, ou melhor, desqualificou as suas mães a partir da questão da moralidade. As quatro crianças ingênuas se chamavam: Manoel, quatro anos, filho de sua ex-escrava Arcanja; Antônia, cinco anos e Joana, oito anos, ambas filhas de sua ex-cativa Josefa; Maximiana, doze anos, ingênuo (filha de alguma escravizada) e órfã. Seu principal argumento era a utilização exclusiva de seus serviços domésticos e, quando viável, promovê-las em casamentos, especialmente no caso das meninas.<sup>7</sup>

Estes argumentos vistos anteriormente e outros, também, justificaram os pedidos de tutela nas cidades de Campinas e Itu, ambas na província de São Paulo. Portanto, “muitas crianças livres, pobres, ingênuas e libertas, foram removidas de seus lares, sem qualquer reação, sob as alegações de maus costumes e/ou vícios, ou excessiva pobreza de suas famílias” (ALANIZ, 1997, p. 73). Geremias afirma que normalmente nos processos de tutelas envolvendo crianças com algum bem se fazia necessário para o juiz e o curador geral de órfãos escutarem testemunhas que comprovassem e afirmassem a capacidade do(a) tutor(a) em criar aquele(a) menor(a). Tratamento diferente com as crianças livres pobres e ingênuo(a)s como, também, pode ser visto nos processos de Bananeiras-PB com as tutelas dativas. Desta forma, o andamento processual teria um rito distinto quando o(a)s

---

<sup>7</sup> *Autuamento de uma petição de Antonio Bezerra Caneiro da Cunha, em que requer a tutela da menor Thereza, filha da liberta Antonia, 1887, caixa 005. Autuamento de uma petição do capitão José Barbosa Coitinho, em que requer a tutela do menor Manoel, filha da liberta Arcanja, 1888, caixa 254. Autuamento de uma petição do capitão José Barbosa Coitinho, em que requer a tutela da menor Antonia, filha da liberta Josefa, 1888, caixa 254. Autuamento de uma petição do capitão José Barbosa Coitinho, em que requer a tutela da menor Joana, filha da liberta Josefa, 1888, caixa 253. Autuamento de uma petição do capitão José Barbosa Coitinho, em que requer a tutela da menor Maximiana, órfã, 1888, caixa 253.*

envolvido(a)s tinham riquezas ou não, ou melhor, quando a criança seria branca ou negra. A questão racial era algo perceptível e central nas vidas das pessoas, especialmente, nestes anos que antecedem a abolição e o pós-abolição. “Tal opção (tutela dativa) fez com que muitas destas crianças fossem afastadas de seus parentes, principalmente de suas mães, no período em que muitos ex-escravos, agora libertos, buscavam reunir suas famílias” (GEREMIAS, 2005, p. 88).

O(A) ingênuo(a) da cidade de Bananeiras-PB tem um perfil muito semelhante com o de outras crianças do Brasil. A situação demonstrada pela historiadora Alaniz (1997), nas cidades de Campinas e Itu é muito semelhante com a região por nós estudada. Segundo ela, “[...] a grande maioria das crianças tuteladas entre 1875 e 1895, nas cidades de Campinas e Itu, eram pobres. E não apenas pobres, mas sim paupérrimas [...]” (ALANIZ, 1997, p. 53). A situação econômica foi um fator relevante juntamente com a questão racial para todos os pedidos estudados por nós e deve ter contribuído para que tenham sido concedidos pelo Juízo de Órfãos da cidade de Bananeiras-PB aos peticionários. Estes casos serão analisados a partir do próximo tópico.

### **Histórias de crianças ingênuas: lutas, continuidades e rupturas**

Em 30 de julho de 1888, Bartolomeu Florentino de Medeiros<sup>8</sup>, morador no Covão, requereu perante o Juízo de Órfãos de Bananeiras-PB a tutela do(a)s menores Mariano, 10 anos; Manoel, 9 anos; Justina, 8 anos. Todos órfãos. Eles eram filhos da “preta Gertrudes, que foi escrava do finado José Leandro Ferreira, cunhado do suplicante”. Segundo Bartolomeu F. de Medeiros, a senhora Gertrudes era de “má condição, e não pode dar-lhes educação”. Diferentemente dele que poderia fornecer os meios educacionais através do trabalho, conforme sua versão. A

---

<sup>8</sup> Bartolomeu Florentino de Medeiros foi casado com Verônica Maria do Espírito Santo e apareceu uma vez apadrinhando ingênuo no sacramento de batismo. Joana, parda, nascida no dia 13 de janeiro de 1875 e batizada no dia 24 do mesmo mês e ano, na capela de Nossa Senhora da Boa Morte, filha natural de Guilhermina cativa de José Rodrigues da Costa Júnior, morador no Olho D'água, sendo padrinhos Bartolomeu Florentino de Medeiros e Verônica Maria do Espírito Santo. O responsável pela celebração foi o padre Manoel Correia de Souza Lima e assinado pelo vigário José Eufrozino de Maria Ramalho.

menina ocuparia “os serviços domésticos” e ele se “sujeitava a ampará-la por um casamento logo que ela tivesse idade precisa”; os meninos seriam destinados para a agricultura. Por fim, como recompensa pagaria uma “módica soldada” e sua atitude visava “prevenir a perda dos mesmos órfãos” que moravam com o Medeiros desde “tenra idade”.<sup>9</sup>

O curador geral dos órfãos, o doutor Luis de Sá Lima, não se opôs e foi deferido o pedido pelo juiz de órfãos, o major Felinto Florentino da Rocha, com a condição que as soldadas fossem pagas da seguinte forma: Mariano receberia a quantia de 12\$000 e Manoel ganharia o valor de 10\$000. Ambas as quantias seriam referentes a um ano de serviço, porém só deveriam ser depositadas em Juízo a cada biênio. Bartolomeu Florentino de Medeiros ainda se comprometeu através de juramento a “educar e alimentar” os três irmãos.<sup>10</sup>

Todavia, poucos dias depois, em 06 de agosto de 1888, o curador geral de órfãos, Luis de Sá de Lima, solicitou “baixa na tutela dos menores Mariano, Manoel e Justina” em virtude da reclamação de sua mãe. A genitora não se apresentava somente como Gertrudes, mas com nome e sobrenome de – “Gertrudes Maria da Conceição” – e com a *qualidade* de casada, conseqüentemente, não eram órfãos conforme tinha alegado Bartolomeu Florentino de Medeiros. Ela deve ter ido à procura de ajuda junto ao seu companheiro.

A ex-escravizada e agora senhora Gertrudes Maria da Conceição tinha contraído matrimônio anteriormente com o senhor Anselmo José da Trindade. Segundo a certidão de casamento anexada ao processo, cedida por Trindade, consta que eles tinham contraído matrimônio em “12 de maio de 1888, na Matriz de Pilões, perante as testemunhas Daniel Ferreira Vaz e João Manoel dos Santos”, obedecendo todas as formalidades exigidas pela Igreja. Diante dessas alegações e documentos

---

<sup>9</sup> *Autuamento de uma petição de Bartholomeu Florentino de Medeiros, em que requer-se nomeo Tutor dos Orphãos Justina, Mariana e Manoel, 1888, caixa 253.*

<sup>10</sup> *Autuamento de uma petição do Doutor Curador Geral dos Orphãos em que requereo baixa da tutella dos Orphãos Mariano, Manoel, e Justina, filhos de Gertrudes Maria da Conceição, e dos quais é Tutor Bartholomeu Florentino de Medeiros. Anexada no Autuamento de uma petição de Bartholomeu Florentino de Medeiros, em que requer-se nomeo Tutor dos Orphãos Justina, Mariana e Manoel, 1888, caixa 253.*

anexados, o escrivão de órfãos José Lopes Pessoa da Costa lavrou termo que tornava sem efeito a concessão de tutela a Bartolomeu F. de Medeiros.

A partir da história das crianças ingênuas Mariano, Manoel e Justina, podemos compreender melhor as relações sociais e vínculos que envolvia esta família negra na cidade de Bananeiras-PB durante o pós-abolição. A trajetória de vida de Gertrudes Maria da Conceição deve ter sido parecida com a de outras mães que estavam vivenciando este período de transição entre a escravidão para o pós-abolição. Cabe ressaltar que nos é indicativo por esta documentação e outras que serão demonstradas mais adiante que a qualidade de ser “mãe solteira” estava mais propícia a ver a sua reputação questionada e a guarda de seus filhos facultada através de um processo de tutela por algum homem de posses. Como demonstrado anteriormente, só foi a partir da presença do seu companheiro Anselmo José da Trindade e com a comprovação que tinha a “qualidade de casada” que a guarda foi entregue à mãe das crianças.

Itan Cruz Ramos analisando os processos de tutelas da província da Bahia traz a história de Vitória, crioula, filha da africana Felicidade e mães de três crianças ingênuas. A trama se passou em Inhambupe, que ficava localizada a 153 quilômetros de Salvador. O caso chegou ao presidente da província e envolvia o senhor Marcos Leão Veloso que fazia parte de uma das famílias mais conhecidas. Mesmo depois de várias insistências da mãe e avó, Marcos L. Veloso não deu nenhuma importância desrespeitando o direito de uma mulher na “qualidade de solteira” de educar os seus filhos (RAMOS, 2022, p. 189).<sup>11</sup> Portanto, isto não era somente uma realidade de Bananeiras, mas vista também na província da Bahia.

No dia 30 de julho de 1888, o capitão Francisco Batista de Aguiar saiu do seu Engenho Cajazeira em direção ao Juízo de Órfão na cidade de Bananeiras-PB para entregar sua petição de tutela para ser analisada pelo juiz major Felinto

---

<sup>11</sup> Esse autor ressalta a ambiguidade da Lei 2040 com relação aos ingênuos. “Se alguns senhores, mesmo insatisfeitos com a lei de 1871, procuraram estender sua política de domínio sobre os ingênuos, persistindo no paternalismo, outros senhores mostraram-se inconformados com a legislação, mesmo passados anos desde a sua promulgação”. RAMOS, Itan Cruz. *Saraiva, Dantas e Cotegipe: baianismo, escravidão e os planos para o pós-abolição no Brasil (1880-1889)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 144.

Florentino da Rocha. Ela tinha como objetivo requerer a tutela da menor Joana, 12 anos, filha de “Damiana de tal”. No documento, a mãe foi apresentada como “mulher de má vida” e por isso não seria exemplo para a menor, pois certamente este comportamento da mãe levaria a menina a se perder dentro de breve tempo. Para evitar este mal, “restaria somente” ao Aguiar usufruir dos serviços da criança Joana. Como pode ser visto, a questão da moral era um ponto importante e que sempre estava presente nos argumentos de quem requisitava a tutela das crianças. Tal alegação foi vista para desqualificar “Damiana” como, também, as mães Maria e Catarina que passamos a ver agora.

Esta história trata das vidas das crianças negras Rufina, 8 anos, filha de Maria, e de Antônia, 6 anos, filha de Catarina, durante o pós-abolição na cidade de Bananeiras-PB. Mais precisamente por volta do dia 28 e 29 de julho de 1888, quando o capitão José Barbosa Coitinho, residente no Engenho Cumati solicitou junto ao Juízo de Órfãos a tutela destas duas e outras quatro no período de maio a junho deste ano. Suas mães, Maria e Catarina, eram ex-escravizadas de João Barbosa de Farias, morador e vizinho do capitão José Barbosa Coitinho. Portanto, ambos tinham relações de amizade, talvez de parentesco pelo sobrenome “Barbosa” e quem sabe desafetos. Tudo isto ficava nesta região denominada de Cumati.<sup>12</sup>

Como comentado anteriormente, no final do primeiro semestre para o início do segundo do ano de 1888, o capitão e comerciante José Barbosa Coitinho solicitou perante o Juízo de Órfãos de Bananeiras-PB seis crianças, dentre elas Rufina e Antônia. Para isto, ele alegou que as mães destas menores tinham a “reputação duvidosa”, tendo como objetivo “somente de auferir dos seus serviços domésticos” e que o “suplicante [iria] ampará-las pelo casamento logo que elas tenham a idade com pessoas de sua igualha”. Chama a nossa atenção o fato que José

---

<sup>12</sup> Os processos são esses: *Autuamento de uma petição do Capitão Joze Barboza Coitinho em que pede ser nomiado Tutor da Orpha Antonia, filha de Catarina*, 1888, caixa 253. *Autuamento de uma petição do Capitão Joze Barboza Coitinho em que pede ser nomiado Tutor da Orpha Antonia, filha de Josefa*, 1888, caixa 254. *Autuamento de uma petição do Capitão Joze Barboza Coitinho em que pede ser nomiado Tutor da Orpha Joana, filha de Josefa*, 1888, caixa 253. *Autuamento de uma petição do Capitão Joze Barboza Coitinho em que pede ser nomiado Tutor do Orphao Manoel, filho de Arcanja*, 1888, caixa 254. *Autuamento de uma petição do Capitão Joze Barboza Coitinho em que pede ser nomiado Tutor da Orpha Maximiana*, 1888, caixa 253. *Autuamento de uma petição do Capitão Joze Barboza Coitinho em que pede ser nomiado Tutor da Orpha Rofina, filha de Maria*, 1888, caixa 253.

Barbosa Coitinho só caracterizou moralmente com “reputação duvidosa” as mães Maria e Catarina. Com relação às outras genitoras, não faz nenhuma ponderação que pudesse colocar em dúvida as suas honradez. O seu discurso foi diferente em virtude de manter outro tipo de relação com as demais mães. Joana, com 8 anos e Antônia, com 5 anos, são filhas de Josefa, solteira; Manoel, 4 anos, filho de Arcanja; Maximiana, 12 anos, ingênu<sup>13</sup> e órfão.<sup>14</sup> As senhoras Josefa e Arcanja foram ex-escravizadas do próprio capitão José Barbosa Coitinho.

Parece-nos que a questão da força de trabalho era uma necessidade urgente do capitão José Barbosa Coitinho. Por isto, a sua pressa em pedir junto ao Juízo de Órfãos de Bananeiras-PB este número de tutela de crianças pobres e filhas de ex-escravizadas. A demanda do Engenho Cumati deveria ser maior do que a quantidade de trabalhadores que necessitava em sua propriedade como, por exemplo, suas ex-escravizadas Josefa e Arcanja, que agora com a nova condição teria de ser nomeada de moradoras. Todavia, as condições de trabalho não deveriam ter mudado nada com relação à escravidão.

Passados dois meses. Mais precisamente no dia 13 de setembro de 1888, as mães Maria e Catarina, através da escrita do senhor Antônio Rabelo de Oliveira, pedem a “remoção da tutela de suas filhas”. Para isto, elas denunciavam a forma e o ritmo de exploração da força de trabalho que as suas meninas estavam sendo submetidas no Engenho Cumati. Vejamos as alegações das mães:

Catarina e Maria, ex-escravas de João Barbosa de Farias, vêm respeitosa<sup>mente</sup> ante V. S.<sup>a</sup> queixar-se de José Barbosa de Coitinho tutor de suas filhas menores, Antônia e Rufina. **O mau tratamento que tem tido nossas filhas, com trabalhos pesados que suas débeis forças não comportam, e surras excessivas, obrigaram-nas a fugirem e abandonar a casa de seu tutor; em vista do exposto Ill.mo Sr., torna-se um cativo forçado, que já extinto, se V. S.<sup>a</sup> não tomar as providências que o caso exige, e a lei faculta.**

<sup>13</sup> O termo ingênuo aparece na documentação mesmo datando em 28/05/1888.

<sup>14</sup> Antônia nasceu no dia 02 de dezembro de 1882, filha da cativa “Josefa Fernandes”, e foi batizada no dia 01 de janeiro de 1883. Seus padrinhos eram Benedito Dias Ferreira e Maria. O assento não descreve a condição deles, mas acreditamos que fossem livres. Manoel nasceu no dia 09 de junho de 1884, filho da escravizada “Archanja Maria da Conceição”, e recebendo o sacramento do batismo no dia 15 de junho de 1884. Seus padrinhos foram Antônio Francisco de Souza e dona Joaquina Maria de Assumpção. Ambas as cerimônias foram realizadas pelo padre José Eufrozino de Maria Ramalho.

Continuando as suplicantes a permanecerem em casa de seus ex-senhores, onde teve e tem tido bom tratamento, vem, por isso requerer a V. S.<sup>a</sup> que se digne remover a tutela de suas ditas filhas para o seu ex-senhor João Barbosa de Farias, onde as suplicantes podem administrar todo cuidado e carinho as suas referidas filhas, onde também foram elas criadas com todo zelo e amor por suas ex-senhoras. (Grifos e sublinhados nosso).<sup>15</sup>

Alguns pontos merecem ser ressaltados a partir do trecho da petição de remoção da tutela das crianças Rufina e Antônia. Nós temos alguns questionamentos com relação a este documento. Por que o capitão José Barbosa Coitinho solicitou tutela se as crianças eram “ingênuas” e filhas de ex-escravizadas de João Barbosa de Farias? Será verdade que as relações entre as ex-cativas, Maria e Catarina, com o seu ex-senhor, foram tão amistosas como mencionado na petição? Quais jogos de interesse estavam em jogo nessa descrição? Tentaremos responder a tais questionamentos.

Inicialmente, acreditamos que a tutela das crianças não teria sido requerida por João Barbosa de Farias e diante da necessidade da mão de obra, José Barbosa Coitinho viu a possibilidade de recrutar duas crianças para amenizar a sua necessidade, somada com as outras quatro petições.<sup>16</sup> Rufina, 8 anos, já poderia ser iniciada no mundo do trabalho, pois a própria legislação da época previa esta viabilidade quando permitiu “utilizar-se dos serviços do menor (oito anos) até a idade de 21 anos completos” (BRASIL. Lei 2.040/1871. Art. 1º, § 1º).<sup>17</sup> Além do mais, o próprio Coitinho na petição requisitou as menores para “somente auferir dos seus serviços domésticos”. Com relação a Antônia, as mães denunciavam como

---

<sup>15</sup> *Autuação de uma petição de Catarina, e Maria, ex-escravas de João Barboza de Fiaras, em que pedem remoção da tutela de suas filhas*, 1888, caixa 254.

<sup>16</sup> O incentivo à reprodução endógena da população escrava, a utilização da mão de obra livre pobre e o uso do trabalho do(a) ingênuo(a)s foram utilizadas no decorrer do Oitocentos para suprir a necessidade nos locais de trabalho, conforme demonstra: ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, 2007, p. 138.

<sup>17</sup> A Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 foi regulamentada através do Decreto 5.135 de 13 de novembro de 1872. Art. 10. A declaração do senhor, para habilitá-lo a requerer ao governo a indenização pecuniária em título de renda de 600\$000 com juro anual de 6 %, será feita ante qualquer autoridade judiciária, em forma de protesto, dentro de 30 dias a contar daquele em que o menor atingir a idade de 8 anos; e, se o não fizer então, **ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor até a idade de 21 anos completos.** (Lei - art. 1º § 1º). (BRASIL. Decreto nº 5.135/1872. Art. 10º).



ela e Rufina estavam sendo exploradas diariamente que “torna-se um cativo forçado” em um momento “que já [estava] extinto”. Por isto forçando a fuga delas.<sup>18</sup>

Muitos interesses estavam em jogo. Não tem nenhum tipo de neutralidade nas intenções de cada personagem desta narrativa. Todavia, não negamos a crueldade inerente ao sistema escravista e que relações afetuosas possam ter existido, sobretudo, entre as filhas Rufina e Antônia com as suas mães, Maria e Catarina. Analisemos as conveniências que cada um/uma (Rufina e Antônia com as suas genitoras; capitão José Barbosa Coitinho; e, João Barbosa de Farias) poderia alcançar caso o resultado fosse positivo para um deles. O capitão Coitinho tinha expectativa de obter uma mão de obra barata e que pudesse tentar controlar seus corpos desde tenra idade de acordo com o “*modus operandi*” da escravidão. Não foi à toa o tratamento dispensado às menores Rufina e Antônia. Elas estavam sendo submetidas a longas jornadas de “trabalhos pesados que [as] suas forças débeis não comporta[va]m”, complementando com “surras excessivas” definindo bem o “*modus operandi*” de – “um cativo forçado” em dias de setembro de 1888.

Para as mães Catarina e Maria era o momento de reaver as suas filhas próximas de si. Para isto, não se omitiram em denunciar o capitão José Barbosa Coitinho, praticante deste – “cativo forçado” – com todas as suas mazelas; resultado de quase quatro séculos de escravidão no/na Brasil/Paraíba. Na petição, as mães descreveram um pouco da vida privada que tinham “aparentemente” com o seu ex-proprietário João Barbosa de Farias. Em suas narrativas, escrita por Antônio Rabelo de Oliveira, descreveram a casa de seus ex-senhores como um ambiente que tinha um bom tratamento e que as meninas Rufina e Antônia “foram criadas com todo zelo e amor por suas ex-senhoras”. Desta forma, na casa de João Barbosa de Farias seria o local adequado para as mães “administrarem todo cuidado e carinho” às suas filhas.

---

<sup>18</sup> Durante as últimas décadas da escravidão o agenciamento do(a)s escravizado(a)s contribuíram para corroer o sistema por dentro. “Fugas, indisciplina, corpo mole ou quaisquer outras possibilidades de “desorganização” do cativo” (RAMOS, 2022, p. 58). Para a província da Paraíba foi identificado “a presença desses sujeitos em episódios de fugas das mães escravizadas que carregaram consigo seus filhos [ingênuos]”. LYRA FILHO, Giuseppe Emmanuel. *Um caminho para a liberdade: a Lei Rio Branco na crise do sistema escravista paraibano*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020, p. 127.

Como dito anteriormente, não existe neutralidade nos discursos e práticas. Compreendemos que o posicionamento político tomado pelas mães foi um mecanismo para trazer para perto de si as suas filhas. Deste modo, toda a imagem retratada do lugar do senhor Farias seria uma forma para fortalecer os argumentos das senhoras Catarina e Maria de que tinham um ambiente familiar adequado. Não negamos que este cenário para elas fosse verdade. Todavia, não acreditamos que este tratamento fosse dado a toda a população egressa do cativo em sua unidade produtiva. E que lá, também, agia no mesmo – “*modus operandi*” – que funcionava na propriedade do capitão José Barbosa Coitinho e se assemelhava a outras posses, construído durante a escravidão em Bananeiras-PB.

A historiadora Maria Vitória Barbosa de Lima, em sua pesquisa, narra a história de uma criança que era neto de “uma pobre e velha índia” que morava na Baía da Traição, termo da cidade de Mamanguape-PB em 1867. A criança foi entregue para ser tutelada por Antônio Francisco de Paulo Rozario. Na residência de Rozario sofria todas as práticas que lembrava a escravidão como altas jornadas de trabalho, “carregando lenha, água, capim, anda na rua quase nu e muito sujo” além de ser “açoitado por qualquer falta” (LIMA, 2010, p. 304). Como pode ser visto, a prática do açoite, do castigo, das punições etc. não se limitava somente a Bananeiras, mas para outras localidades na Paraíba.

Toda esta situação era conveniente para o senhor João Barbosa de Farias, pois com o resultado positivo ele teria mais duas trabalhadoras. Por fim, o curador geral interino José Antônio da Silva Pinto emitiu parecer que acreditava ser “justo e de equidade que fosse nomeado para tutor das menores, João Barbosa de Farias em companhia de quem conservam-se as mães das mesmas menores, visto como só as mães podem formar o espírito e o coração de seus filhos”. A decisão do juiz de órfãos, major Felinto Florentino da Rocha, acatou-se na orientação do curador emitindo parecer favorável em 13 de setembro de 1888.

Durante a escravidão na cidade de Bananeiras-PB, mais precisamente no dia 22 de dezembro de 1886, a escravizada Inocência se dirigiu a este Juízo para requerer a sua liberdade. Para isto, ela contou com a solidariedade da escrita

documental e argumentativa de Francisco da Costa Cirne. Ela era propriedade do senhor Ignácio Gomes Pedrosa, morador na Picada.<sup>19</sup>

A autora juntou o seu pecúlio no valor de 40\$000 em dinheiro e um “cavalo” com base no artigo 4º da Lei de número 2.040 de 28 de setembro de 1871. Foram nomeados para ser o curador o próprio Francisco da Costa Cirne e o depositário João Ferreira da Silva Pinto. Pelo perfil das economias de Inocência nos é indicativo que trabalhasse no criatório ou que tivesse alguma habilidade com animais. Desta forma, este pecúlio deve ter sido oriundo da criação ou de algum roçado cultivado em dias sagrados e momentos permitidos pelo seu senhor. Acerca do conceito de resistência havia formas sutis como descreveu Ricardo Tadeu Caires da Silva: “aos escravos, restava a habilidade de barganhar com seus senhores os melhores caminhos que levassem à liberdade, bem como as condições de sua própria subsistência no cativeiro – o direito ao pecúlio, à moradia própria e ao plantio de roças, são exemplos disso” (SILVA, 2000, p. 55).

O proprietário foi chamado para o acordo, conforme previsto no parágrafo segundo, do artigo 56, do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. Ele concordou com o valor estimado de 100\$000 que seria a junção dos 40\$000 e 60\$000 que era equivalente ao preço do cavalo. Parece-nos que para Ignácio Gomes Pedrosa em virtude do contexto da última década da escravidão não restava escolha a não ser concordar. E, para Inocência a liberdade jurídica com a entrega da carta de liberdade. Com relação a aceitação do fim da escravidão e participação maior da população na província da Bahia, Tadeu Silva lembra que “foi somente a partir de 1885 que o movimento conseguiu uma adesão mais substancial da sociedade, passando desde então a efetuar ações incisivas” (SILVA, 2000, p. 113). Desta forma, a decisão em aceitar o valor proposta pela cativa Inocência estava dentro deste contexto de pressão social do fim da escravidão.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> *Autuamento de uma petição para a liberdade requerida pela escrava Inocência, pertencente a Ignacio Gomes Pedrosa*, 1886, caixa 352.

<sup>20</sup> “No Maranhão, as ações de liberdade evidenciam que escravos e libertos tinham consciência de seus direitos. Contudo, é provável que o movimento abolicionista tenha ajudado a difundir informações por entre escravos e libertos acerca de seus direitos. Somam-se a isto, a experiência e o conhecimento adquirido e repassado por outros escravos que tiveram algum litígio na Justiça pela sua liberdade. Aqui, os dados apontam para um maior número de ações deste tipo nas décadas de

A Inocência era mãe de quatro ingênuo(a)s: Matilde, parda, 08 anos, Liberalino, 07 anos; João, 04 anos; e, Maria, 01 ano. A primeira foi batizada na freguesia de Nosso Senhor do Bonfim, na povoação da Serra da Raiz e os demais receberam este sacramento na freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Bananeiras, ambas localizadas na província da Paraíba. Esta era a família de Inocência. Ela deveria acreditar que agora na condição de liberta teria o direito de ir e vir, procurar outro trabalho ou morar em outro sítio, fazenda ou engenho com o(a)s seus/suas quatro filho(a)s. Portanto, assim como novo era o ano, nova condição jurídica ela estava. A respeito disto, o seu ex-proprietário Ignácio Gomes Pedrosa denunciava junto ao Juízo de Órfãos de Bananeiras, em 14 de janeiro de 1887, que tendo “sua escrava Inocência obtido liberdade em dias do mês de dezembro do ano findo (1886), conduziu clandestinamente consigo sua filha de nome Matilde, maior de 8 anos”. Desta forma, o senhor Pedrosa limitava-se à liberdade indenizada por sua ex-cativa.<sup>21</sup>

Pela leitura do processo que Ignácio G. Pedrosa moveu contra Inocência, ele optou em ficar usufruindo do trabalho da ingênua Matilde até ela completar 21 anos, de acordo com parágrafo primeiro, do artigo primeiro, da Lei 2.040 de 1871. Como Matilde era maior de 8 anos, a legislação<sup>22</sup> permitia ficar com o senhor para que a menor pudesse ser educada, alimentada e receber uma profissão. Diferentemente dos demais irmãos que tinham a idade inferior a oito anos e a lei facultava a mãe seguir a sua vida com eles. Portanto, Matilde “se achava em poder e sob autoridade do suplicante, prestando os serviços compatíveis com a sua condição”. Segundo Robert Conrad “dos 400 mil ou mais ingênuos registrados até 1885, apenas 118 haviam sido confiados ao governo” (CONRAD, 1978 [1972], p. 144). Logo, “a força da escravidão, mesmo de um projeto que buscava o seu fim

---

1870 e 1880”. LOPES, Daylana Cristina da Silva. *Direito e escravidão: embates acerca da liberdade jurídica de escravos no Maranhão (1660-1888)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão, 2013, p. 59.

<sup>21</sup> *Autuamento de uma petição de Ignacio Gomes Pedroza*, 1887, caixa 254.

<sup>22</sup> Parágrafo 4<sup>a</sup>, Artigo 1<sup>o</sup> – Se a mulher escrava obtiver liberdade, **os filhos menores de oito anos**, que estejam em poder do senhor dela por virtude parágrafo 1<sup>o</sup> (dessa mesma lei), **lhe serão entregues**, exceto se preferir deixá-los, e o senhor anuir a ficar com eles (BRASIL. Lei 2040/1871).

gradual, apresentava-se nessas ações dos proprietários em permanecerem com as crianças sob os seus domínios” (LYRA FILHO, 2020, p. 130).<sup>23</sup>

Esta história terminou com o pedido de busca e apreensão da menor Matilde por parte do tutor Ignácio Gomes Pedrosa e acatada pelo juiz Dr. Trajano Américo de Caldas Brandão Júnior em 1887. O oficial de justiça João Francisco da Costa Mesquita iniciou diligência para recuperar Matilde. Foi encontrada e apreendida no dia 15 de janeiro de 1888 no lugar “Poço Dantas”, e entregue possivelmente no sítio Picada, propriedade do Ignácio Gomes Pedrosa.<sup>24</sup> Portanto, Inocência com a sua família não estava muito longe e nas mediações de Bananeiras. Talvez, prestando serviço para outra pessoa ou quem sabe para ficar perto de outros familiares ou de seu companheiro. Esta situação deve ter aumentado a fúria do Ignácio G. Pedrosa. Como pode ser visto, tratamos da história da família negra de Inocência. Ela protagonizou embate para obter a sua liberdade jurídica, depositando pecúlio e conseguindo a sua liberdade. Igualmente, o seu ex-senhor peticiona à justiça para fazer o seu direito de usufruir do trabalho da menor Matilde. Conseguindo lhe impor uma derrota, assim como ela fez no primeiro instante. Por fim, não é de se surpreender que Inocência deva ter recuperado a sua filha no pós-abolição para ter toda sua família reunida.

### **Algumas considerações**

Mostramos no decorrer deste artigo como ocorreu lutas, rupturas e continuidades da escravidão na cidade de Bananeiras, especialmente, a partir da documentação do processo de tutela e soldada movida pelos senhores nos anos antes e durante o pós-abolição. Com isto, estes proprietários e antigos senhores visavam garantir de forma legal trabalhadore(a)s infantis para as suas unidades

---

<sup>23</sup> Segundo esse historiador, a Lei 2.040 permitiu “a utilização de crianças dentro das propriedades escravas se colocou como uma alternativa para os proprietários do Brasil inteiro para suprir a falta de mão de obra escravizada” LYRA FILHO, Giuseppe Emmanuel. *Um caminho para a liberdade: a Lei Rio Branco na crise do sistema escravista paraibano*. João Pessoa, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, 2020, p. 130.

<sup>24</sup> Outra história que foi pedido para que algum oficial de justiça prendesse e entregasse a criança ao tutor João Rodrigues de Assumpção Neves, morador no Engenho Alagoa do Matias, foi do menor Manoel e de sua mãe Maria, viúva. *Autuamento de uma petição do Capitão João Rodrigues de Assumpção Neves, requerendo por soldada o orphão Manoel filho de Maria de tal*, 1886, caixa 254.

produtivas. Por outro lado, isso impactava diretamente nas relações das famílias negras. Esta situação fez com que as mães e parentes se articulassem para reaver suas crianças retiradas de seus lares a partir de argumentos que as desqualificavam, atingindo a sua moralidade.

Concordamos com a historiadora Alaniz que até para mães que aceitaram a tutela e a soldada para os seus filhos viam nisso outras possibilidades melhores para eles. Segundo ela:

A extrema pobreza também foi o argumento empregado por algumas mães viúvas, ao entregarem seus filhos a tutela de “pessoas gradas”. Nos casos envolvendo alguns libertos, houve a procura dos antigos senhores para que fossem tutores dos menores. E, nesses casos, podemos ensaiar uma explicação. Após o treze de maio, muitos libertos viram-se subitamente sem moradia, alimentação ou vestuário, obrigações que, anteriormente, pertenciam a seus senhores. A possibilidade de sobrevivência, tendo de responsabilizar-se por uma ou mais criança, seria bem pouca. Assim, a procura aos ex-senhores pode ter parecido um recurso bem natural a esses libertos, uma vez que a liberdade não lhes trouxera (em muitos casos) nem independência e nem a autossuficiência (ALANIZ, 1997, p. 73).

Ao mesmo tempo, quando foi possível outros projetos de vidas foram criados ou recriados para ter uma vida mais cômoda. Não só neste tipo de resistência se fez as mulheres e homens egressos do cativeiro, mas em outros, também. Um deles foi lutar nos tribunais para reaver seus parentes e liberdades. Todavia, quando o cálculo do risco era muito alto o melhor caminho foi a negociação entre elas e seus antigos senhores.

Por fim, estas histórias de vidas são importantes para serem levadas para a sala, conforme a obrigatoriedade da Lei 10.639/03. É essencial que outras imagens, narrativas e representações sejam consideradas, especialmente neste século XXI, onde o racismo se manifesta de diversas formas.

## REFERÊNCIAS

SITE

*Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/dicionario-da-lingua-brasileira/?q=soldada>>. Acesso em: 21/05/2024.

## PROCESSOS

*Autuamento de uma petição de Antônio Amaerico da Costa Pinto, em que pede se nomeo Tutor ao menor Benedicto, filho de Bazília, 1888, caixa 253.*

*Autuamento de uma petição de Antonio Bezerra Caneiro da Cunha, em que requer a tutela da menor Thereza, filha da liberta Antonia, 1887, caixa 005.*

*Autuamento de uma petição de Bartholomeu Florentino de Medeiros, em que requer-se nomeo Tutor dos Orphãos Justina, Mariana e Manoel, 1888, caixa 253.*

*Autuamento de uma petição de Catarina, e Maria, ex-escravas de João Barboza de Fiaras, em que pedem remoção da tutela de suas filhas, 1888, caixa 254.*

*Autuamento de uma petição de Ignacio Gomes Pedroza, 1887, caixa 254.*

*Autuamento de uma petição de Martiniano Laurentino de Araujo, em que requera tutela dos Orphaãos Joze, e Estevão, filhos da ex-escrava Roza, 1888, caixa 254.*

*Autuamento de uma petição de Ricardo José de Menezes para Tutela da menor Maria, 1863, caixa 255.*

*Autuamento de uma petição do capitão Joze Barbosa Coitinho, em que requer a tutela do menor Manoel, filha da liberta Archanja, 1888, caixa 254.*

*Autuamento de uma petição do capitão Joze Barbosa Coitinho, em que requer a tutela da menor Antonia, filha da liberta Josefa, 1888, caixa 254.*

*Autuamento de uma petição do capitão Joze Barbosa Coitinho, em que requer a tutela da menor Joana, filha da liberta Josefa, 1888, caixa 253.*

*Autuamento de uma petição do capitão Joze Barbosa Coitinho, em que requer a tutela da menor Maximiana, órfã, 1888, caixa 253.*

*Autuamento de uma petição do Capitão Joze Barboza Coitinho em que pede ser nomeado Tutor da Orpha Antonia, filha de Catarina, 1888, caixa 253.*

*Autuamento de uma petição do Capitão Joze Barboza Coitinho em que pede ser nomeado Tutor da Orpha Rofina, filha de Maria, 1888, caixa 253.*

*Autuamento de uma petição do Doutor Curador Geral dos Orphãos em que requereo baixa da tutella dos Orphãos Mariano, Manoel, e Justina, filhos de Gertrudes Maria da Conceição, e dos quais é Tutor Bartholomeo Florentino de Medeiros. Anexada no Autuamento de uma petição de Bartholomeu Florentino de Medeiros, em que requer-se nomeo Tutor dos Orphãos Justina, Mariana e Manoel, 1888, caixa 253.*

*Autuamento de uma petição para a liberdade requerida pela escrava Innocencia, pertencente a Ignacio Gomes Pedroza, 1886, caixa 352.*

## BIBLIOGRAFIA

ALANIZ, Anna Gicelle de Garcia. *Ingênuos e libertos: estratégia de sobrevivência familiar em épocas de transição, 1871-1895*. Campinas: Área de publicação CMU/Unicamp, 1997.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas e abolicionismo na Província de São Paulo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

BRANDÃO, Sylvana. *Ventre livre, mãe escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco*. 3ª ed. ver. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 2011.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros- cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

LARA, Silvia H. Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, 1995, p. 43-56.

LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da “Rainha da Borborema”*: uma história social da escravidão em Campina Grande – século XIX. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2010.

LOPES, Daylana Cristina da Silva. *Direito e escravidão: embates acerca da liberdade jurídica de escravos no Maranhão (1660-1888)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão, 2013.

LYRA FILHO, Giuseppe Emmanuel. *Um caminho para a liberdade: a Lei Rio Branco na crise do sistema escravista paraibano*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre as mãos e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

RAMOS, Itan Cruz. *Saraiva, Dantas e Cotegipe: baianismo, escravidão e os plano para o pós-abolição no Brasil (1880-1889)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2022.

ROCHA, Solange Pereira. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.



SILVA, Lucian da Silva. *Esmagando a cabeça da hidra: escravidão, liberdade e abolição na Paraíba do Norte, 1877-1888*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SOUSA, Ione Celestre Jesus de. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

URRUZOLA, Patricia. *Faces da liberdade tutelada: libertas e ingênuos na última década da escravidão (Rio de Janeiro, 1880-1890)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

# O POVO DO SERIDÓ TRAJA BEM NA FANTASIA: a construção do espaço seridoense através das aparências (Rio Grande do Norte, séculos XIX-XX)

João Quintino de Medeiros Filho<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 11/11/2023

Artigo aceito em: 08/07/2024

## RESUMO:

O presente escrito investiga os caminhos da construção do Seridó potiguar como espaço regional através das aparências, durante os séculos XIX-XX, associando esse processo às práticas da modernidade. A discussão do espaço parte das ideias de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999), que reconhece o conceito enquanto construção marcada e demarcada através da repetição de enunciados e imagens. Procura-se analisar textos produzidos e veiculados pela imprensa seridoense, buscando encontrar as possíveis relações com as ideias modernas que circulavam no mundo ocidental, no tocante a padrões estéticos, cuidados com o corpo e formas de comportamento, problematizando as táticas de mimetização das modas enquanto estratégias para a edificação de uma identidade regional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Seridó. Espaço. Região. Moda. Aparências.

## THE PEOPLE OF SERIDÓ DRESS WELL IN COSTUME:

the construction of seridoense space through appearances (Rio Grande do Norte, 19th-20th centuries)

## ABSTRACT:

This writing investigates the paths of construction of Seridó Potiguar as a regional space through appearances, during the 19th-20th centuries, associating this process with the practices of modernity. The discussion of space is based on the ideas of Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999), that recognizes the concept as a marked and demarcated construction through the repetition of statements and images. The aim is to analyze texts produced and published by the Seridoense press, seeking to find possible relationships with modern ideas that circulated in the Western world, regarding aesthetic standards, body care and forms of behavior, problematizing the tactics of imitating fashions as strategies for building a regional identity.

---

<sup>1</sup> Mestre em História. Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).  
Currículo: <https://lattes.cnpq.br/5693542500366891>. Identificador ORCID:  
<https://orcid.org/0009-0008-1503-1981>. E-mail: [joao.quintino@ufrn.br](mailto:joao.quintino@ufrn.br).

**KEYWORDS:** Seridó. Space. Region. Fashion. Appearances.

## 1. Fiando e tecendo: como introdução

– O povo do Seridó  
Traja bem na fantasia,  
Admirou-me a decência  
Na roupa de Zé Garcia  
Aquele sim, é um rapaz  
Que as moças têm simpatia.  
(Silva, 2011, p. 15)

Vestir o espaço com palavras, vesti-lo é possibilidade parecendo metáfora; vesti-lo vestindo os seus corpos com vestes literais, decorando-os com poses e gestos gravados em imagens e escritos, aproxima-se de vesti-lo como um espaço corporificado. Tecemos o caminho: entender como se deu a construção do Seridó potiguar enquanto espaço regional através das aparências, durante os séculos XIX e XX, associando esse processo às práticas da modernidade<sup>2</sup>.

A região do Seridó localiza-se no centro-sul do Rio Grande do Norte, semiárido nordestino, dizendo respeito aos velhos limites da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Anna, criada em 1748; sediada na Vila do Príncipe, instituída em 1788. O Seridó possui uma cartografia histórica e culturalmente construída, constituindo-se pelos municípios de Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim do Seridó, Jardim de Piranhas, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas (Araújo; Diniz, 2019)<sup>3</sup>.

Eis que, entre os séculos XIX e XX, o algodão vestiu o Seridó de sentido, mas não somente ele o fez, não apenas os tecidos o fizeram, nem tampouco a moda de vestir deve tê-lo conseguido sozinha. Serão as aparências a executar essa tarefa de difícil engendramento e de resultados fugidios? A moda, a beleza e o

---

<sup>2</sup> Buscamos o conceito de modernidade nas reflexões de Marshall Berman, inspiradas na frase de Karl Marx: “tudo o que é sólido desmancha no ar” (Marx, 2000, p. 15).

<sup>3</sup> O Seridó é uma região interestadual, banhada pelo rio Seridó e seus afluentes. O Seridó potiguar foi dividido em Ocidental e Oriental pelo IBGE, em 1989 (Dantas; Moraes, 2001).

comportamento – qual colcha de retalhos, com emendas colaborativas –, podem haver trabalhado numa atividade que também caracterizou a região e a sua gente nos discursos escritos e imagéticos, fazendo crer que o Seridó era um e não outro?

Ao mesmo tempo em que um discurso se erigia sobre o espaço regional seridoense, tomando por base a qualidade do algodão ali produzido, imagens modelares e textos de exortação, somados a práticas culturais, contribuíam para a construção do Seridó como lugar da boa aparência, da adesão à moda, dos bons modos. Produziam-se efeitos de sentido, significados e processos identitários, como se pode ver nas imagens fotográficas executadas desde os fotógrafos itinerantes até os fotógrafos seridoenses; como ainda se percebe nos escritos dos periódicos regionais a indicarem modas, estéticas e comportamentos ideais.

O presente texto vislumbra esse olhar, buscando entender se o espaço regional não se constituía simplesmente enquanto locus da tradição e da permanência, mas atuava como laboratório da modernidade e da mudança, quando os padrões estéticos de exibição individual dialogavam com o efêmero, pelas constantes alterações e novidades anunciadas pelos impressos, replicadas nas fotografias, ditas e vistas aqui e ali. Este croqui se constrói com o mirar de quem acredita na possibilidade de o espaço seridoense ter-se erigido não somente pela tradição, mas ainda pela modernidade, sendo o viés das aparências uma das suas mais importantes manifestações.

Assim, se os nossos recortes espaciais podem ser buscados no que se convencionou chamar de sertão do Seridó, o seu liame temporal diz respeito à presença de fotógrafos itinerantes na transição entre os séculos XIX e XX e à emergência de fotógrafos seridoenses no início do novo século; bem como à circulação de periódicos exortando sobre as aparências, as modas e os modos; aos marcos dos certames estéticos que parecem nos dar pistas da relevância do parecer para a construção de uma espacialidade que fora escrita e vestida pela sua sociedade.

## **2. Seridó arcaico: costurando o espaço com as palavras**

Os cortes e as costuras que fazemos com o tema da construção do Seridó enquanto espaço e identidade passam pelas compreensões dos alfaiates da escriturística seridoense. Esses referenciais servem como aportes centrais para o tema da invenção de certa espacialidade no sertão do Rio Grande do Norte, considerando a questão discursiva como eixo essencial.

A produção textual e imagética do Nordeste do Brasil, erigida como espacialidade a partir das relações de poder, em cujo processo se apresenta, com regularidade, a repetição de certos enunciados a definirem a região, foi tema estudado por Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999). Assim, os significados vistos e ditos povoam os discursos que dão historicidade à sua construção ou à sua invenção, em que a produção discursivo-imagética pensa a região como inventada por uma visibilidade e por uma dizibilidade. Como ele afirma:

Tanto na visibilidade quanto na dizibilidade articulam-se o pensar o espaço e o produzir o espaço, as práticas discursivas e as não-discursivas que recortam e produzem as espacialidades e o diagrama de forças que as cartografam. Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza (Albuquerque Júnior, 1999, p. 24)

Desse modo, de acordo com Albuquerque Júnior, o tecido geográfico que se associa aos bordados culturais é uma construção feita nas entrelinhas dos discursos, nas bordas e nas fendas das imagens, abarcando enunciados que se percebem como recorrentes. A homogeneização do espaço é o resultado de uma estratégia que visa a construção do estereótipo, que parte de centros de poder, permitindo ver e dizer o espaço e os seus habitantes como tais, unívocos, cristalizados, naturalizados.

A visão do Nordeste vestido por discursos e imagens oriundas de uma produção rica e diversa parece nos apontar a tendência predominante no croqui a ser desenhado para vestir a região do Seridó. A compreensão de Albuquerque Júnior nos inspira a entender um espaço que não é preexistente à sociedade que o preenche. Esse espaço se veste e ele próprio pode ser a vestimenta: se um dia a sua

roupa era pintada de tradição, noutra possivelmente será costurada de modernidade, tornando-se viável e visível pelos traços componentes da sua silhueta.

A escrita pode ser entendida como uma prática que trabalha marcando e demarcando, instituindo discursos que erigem espacialidades através de textos e imagens, construindo e reconstruindo representações do real. O geógrafo David Harvey nos aponta uma compreensão:

Sob certos aspectos mais complexo que o tempo – tem direção, área, forma, padrão e volume como principais atributos, bem como distância –, o espaço é tratado tipicamente como um atributo objetivo das coisas que pode ser medido e, portanto, apreendido. Reconhecemos, é verdade, que a nossa experiência subjetiva pode nos levar a domínios de percepção, de imaginação, de ficção e de fantasia que produzem espaços e mapas mentais como miragens da coisa supostamente “real” (Harvey, 1992, p. 188)

Portanto, defendemos *a priori* que o Seridó se construiu como espaço cultural pensado através das marcas e demarcações propiciadas pelas aparências, a resultarem em babados, frufus, plissados, aplicações e bordados, mas também rasgados, esgarçados, cerzidos, remendados e sobreposições. Cortes e recortes de um trabalho lento e gradual, que se esboça aqui, se costuram ali e se veste lá: o Seridó se apresenta, então, como um corpo que se exhibe na festa das regiões, com o melhor vestido que para ele se pode costurar. A historiadora Olívia Morais de Medeiros Neta reflete:

Assim, a historiografia sobre o Seridó é indagada quanto às representações de espaço, estas sendo apreendidas a partir da noção de rostidade<sup>4</sup> que nos possibilita pensar as configurações espaciais [...] [em que] cada narrativa constitui um rosto, uma noção e uma produção dos autores para o espaço (Medeiros Neta, s.d., p. 4)

A visibilidade regional do Seridó foi construída pela recorrência de enunciados em discursos fortemente marcados por padrões identitários, vigorantes na memória social, se engendrando a partir das instâncias religiosa, política, socioeconômica e educacional, como lembra Muirakytan Kennedy de Macêdo (2012). Edificando-se desde os fins do século XVII, através das práticas econômicas

---

<sup>4</sup> A autora utiliza o conceito de rostidade tal como discutido por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996), segundo quem o rosto é formado pela linguagem, em que as palavras formam, demarcam e ordenam.

vinculadas à atividade criatória, ao cultivo do algodão e à mineração, principalmente, o espaço regional foi conformado aos limites originais traçados pelos poderes eclesiástico e civil.

Em seus primórdios como lugar, o Seridó foi uma ribeira que se povoava de fazendas, em seguida vindo a surgirem os arruados primevos, até darem-se as primeiras tentativas de regionalização nos atos fundadores da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Anna (1748) e da Vila do Príncipe (1788). Assim, no plano cartográfico foi-se constituindo um território de ordem fiscal, espiritual e política, entremeando-se as fronteiras regionais relacionadas a esses misteres. No século XIX, o regionalismo seridoense começou a ser edificado e explorado como elemento discursivo – refletido, visto e dito pelas falas de suas elites – inaugurando-se com o manuscrito de Manoel Antônio Dantas Corrêa, em 1847, cujo texto dialoga com a Bíblia para mostrar o Seridó enquanto espaço agônico, de provação e promessa.

Assim, ainda segundo Muirakytan Macêdo (2012), se a vertente religiosa providenciava uma base cristã para o espaço em processo de construção, a política ancorava-se no domínio oligárquico e a socioeconômica elegia a cotonicultura como lastro, enquanto a vertente educacional buscava amparo na instrução formal, tanto pública quanto privada. Dessa combinação deu-se o Seridó e o seu regionalismo.

Muirakytan Macêdo perscruta sobre a representação do seridoense, refletindo o encontro de um “tipo físico”, mas também de uma estética, o que só será esboçado em fins do século XIX, adjetivando-se “[...] como a encarnação virtuosa dos costumes sertanejos aferrados à rotina e ao conservantismo [...]” (Macêdo, 2012, p. 33): a atualização dessa imagem seria proporcionada pela modernidade, no tempo em que emergia a riqueza algodoeira sobrepondo-se à pecuária, o que veio a instituir uma “nova *disizibilidade* do Seridó e conseqüentemente do seridoense” (Macêdo, 2012 p. 33, grifo do autor). Criticava-se o sertanejo aferrado à tradição, enquanto buscava-se um novo tipo humano, que deveria ser construído através da revolução nos costumes promovida pela educação formal.

Nas primeiras décadas do século XX, quando o algodão virou o tema central das elites regionais, esse produto gerou uma simbologia para a região, associando-a ao moderno, ao urbano, ao novo. Para o autor, ao longo desse processo, o “dizer-se e fazer-se seridoense” foram ritualizados, mostrando-se através de “sua estética, sua dietética, sua história, sua cultura” (Macêdo, 2012, p. 33). Nas cidades, onde começaram a se publicar periódicos e a aparecer fotógrafos, imagens circulavam em escritos e em fotografias, nas iniciativas de uma pedagogia dos comportamentos a partir de exortações de como ser e de aparências ideais a serem mimetizadas.

Um dos autores clássicos do regionalismo seridoense, Juvenal Lamartine de Faria reportou-se a um tempo entre o século XIX e o começo do XX. Qual erudito que rememora o vivido e aquilo de que se ouviu dizer, enriquecendo a sua narrativa com informações e explicações de outros autores, ele descreveu as práticas e costumes regionais, numa linha que se aproxima da História do Cotidiano.

Em sua obra, o capítulo relativo às Indumentárias busca caracterizar um traje sertanejo, das roupas de uso diário às festivas, dos trajes e adornos dos abastados aos dos pobres. Apesar de caracterizar as vestimentas sertanejas como bastante simples, faz referência a tecidos e outros materiais importados consumidos pelas pessoas de posses. Ou seja, os costumes sertanejos relacionados às aparências já sofriam efeitos dos contatos com o mundo exterior, não eram tão puros e originais como se pode pensar, pois que, pelo menos no âmbito de certa abastança, havia um diálogo com o moderno. Ei-lo:

Também pelo sertão, embora uma vez perdida, passou moda extravagante. É que durante certa época, que não vingou, alguns homens, mesmo abastados, usaram, na intimidade, chambres de cores vistosas. Era o grotesco berrante contrastando com a paisagem sertaneja, sempre tão cinzenta (Faria, 2006, p. 30)

As palavras de Juvenal Lamartine confirmam a construção do sertão como espaço tradicional, monótono, gris ou monocromático, repetindo uma imagem que nos parece recorrente em muitos textos evocativos desse lugar como sendo o da tradição. As modas eram extravagâncias, que provocavam estranhamento por



colorirem os cenários da vida com o desconhecido dos tons. A expressão “uma vez perdida” queria dizer quase nunca. Atente-se para uma questão de gênero: a referência ao exagero da moda diz respeito ao vestir-se com cores por parte dos homens.

Então, entre a descrença e a fé, existiu um traje sertanejo, autêntico e singular, como se apregoa apressadamente, sem que se ative o mecanismo da dúvida? Intentamos refletir sobre essa questão, partindo do pouco que já se escreveu sobre o vestir-se na região do Seridó e buscando as fontes ainda não estudadas – os periódicos – que abrem os nossos olhos para a contribuição do parecer no processo de produção espacial da região como corpo que se veste de modernidade.

Para bem além do que se discutiu acima, o Seridó fez de atividades relacionadas ao parecer as fontes de riqueza para muitas famílias e localidades: em nossa contemporaneidade, os bordados e a bonelaria viraram marcas da qualidade, do talento e do bom-gosto seridoenses, a ponto de ganharem visibilidade nacional. Uma costura que principiou bem cedo, pelo conhecer de modas e de modos, pela educação dos gestos e dos comportamentos, pela idealização dos corpos, pelo elencar das belezas mais próximas de um ideal de perfeição. Assim, defende-se, neste escrito, que o Seridó também se construiu pelas aparências.

Circulando paralelamente aos mais reconhecidos móveis de constituição de uma identidade seridoense, as aparências, de modo talvez sub-reptício, irromperam para além dos discursos regionalistas consagrados, através de imagens produzidas pela fotografia e idealizadas nos textos dos periódicos. Então, a esfera do parecer pode questionar a construção do Seridó como o lugar da tradição e do arcaísmo, reduzido pela imobilidade e pelo conservantismo cultural, como tanto já se bradou?

Para tentar o trânsito entre tradição e modernidade, Chico César cantou o seu “umbigo do sonho” (Freud, 2019, p. 575), dando a falar as suas imagens sonoras:

Ah, Caicó arcaico,  
em meu peito catolaico

tudo é descrença e fé,  
Ah, Caicó arcaico,  
meu cashcoeur mallarmaico  
tudo rejeita e quer.<sup>5</sup>

### 3. Rejeição e desejo: o Seridó vestido pelas aparências

Transcendendo a canção, a ideia essencial a ser discutida neste estudo é a de Aparências, conforme o entendimento de Daniel Roche (2007). Certamente, o conceito de aparências (ou de parecer) é amplo, porque extrapola a noção de moda enquanto sistema de produção, circulação e consumo apenas de roupas. Trata-se de uma constante busca de novidades no campo da exibição individual, em que padrões se sucedem numa sazonalidade, a incluïrem os trajes, os acessórios, as maneiras de arrumar os cabelos, os tons e jeitos de decorar a face, os gestos e as expressões, num diálogo permanente entre “a máscara e a verdade das aparências”, um jogo de esconde-esconde entre as suas contradições e ludicidades (Roche, 2007, p. 511).

Fala-se, aqui, da relação entre formas e modas, porque estas últimas objetivam disfarçar, encobrir, realçar ou valorizar o corpo. As aparências são o resultado de investimento na apresentação do corpo diante dos olhos: sejam dos seus próprios, no espelho; sejam dos alheios, nos ambientes coletivos ou nos espaços íntimos. Daniel Roche olha para as aparências dentro de uma visão de circularidade, quando a preocupação em bem parecer migra do lugar de uma alta sociedade, para adentrar nas práticas populares, encadeando-se num “todo cultural”, porque

A História da roupa ajuda a desafiar os modos de classificação habitualmente empregados: o popular e o erudito, o dominado e o dominante, o rico e o pobre, a cidade e o campo, a criação e o consumo, o real e o imaginário (Roche, 2007, p. 504-505)

Vendo-se assim, o princípio dessa relação anunciava que a tradição era valorizada pelo grupo e vivida em público, enquanto a modernidade associava-se ao indivíduo e ao privado, mas a combinação de ambas pareceu prevalecer. Então, da

---

<sup>5</sup> Versos de “A prosa impúrpura do Caicó”, canção composta por Chico César e gravada no disco “Aos vivos”, em 1995.

sociedade cortesã a aparência espalhou-se pelos setores médios, indo chegar aos subordinados; das urbes atingiu as províncias e finalmente os recônditos rurais, onde os trajes já oscilavam entre o cotidiano modesto e a festa ornamental. Diz-nos o autor: “Em sua diversidade, a roupa criou uma linguagem comum de alto a baixo na sociedade. Tão desejada quanto necessária, representou um agente de transformação social, pois carregava consigo uma incitação à mudança” (Roche, 2007, p. 508).

As palavras de Daniel Roche prosseguem atinando para a teatralização da aparência, quando a máscara funciona enquanto expressão da individualidade, espécie de representação, que tanto libera quanto oprime. Assim, o indumento também aparece como um jeito de pensar o sensível, e as suas funções social e cultural só podem ser lidas como um código de comunicação, uma forma de linguagem. Dá-se, portanto, um efeito do que é visto sobre quem vê, isso porque

A cultura das aparências é antes de tudo uma ‘ordem’. Para compreendê-la, é necessário aprender a linguagem que permite a comunicação num domínio estranho e, portanto, mobilizador do imaginário, em que o espiritual e o material se misturam com uma força particular. O mental então se torna corporal, o corpo individualizado exhibe os traços fugidios da pessoa, e a roupa revela as correspondências ocultas entre substância e espírito. [...] A roupa, como o livro, exige domínio de um corpo de informações, que aumenta em volume e complexidade (Roche, 2007, p. 513)

Então, se em tempos outros o gesto informava, na modernidade a roupa comunica. As aparências dadas como representação teatralizada se conflitam com a política e a moral do mundo de outrora, já que se manifestou nos debates gerados em torno de uma herança iluminista. Questionando a noção de progresso – cíclica, e a de tradição – efêmera, a moda é fruto de um movimento histórico duplo, rumo ao triunfo da arte e do luxo, bem como da igualdade e da democracia. A cultura das aparências deu margem a que se indagasse textos e imagens de outro modo, contribuindo com o surgimento de outra arte de viver, a unir o todo e a parte, o coletivo e o indivíduo.

A nossa procura pelas aparências relacionadas à produção de uma espacialidade ancora-se no conceito de modernidade conforme discutido por Marshall Berman:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia (Berman, 2000, p. 15)

Da teoria para a prática. A tipologia de fontes históricas de que nos valem para a costura do estudo sobre a construção do Seridó como espaço regional através das aparências comporta fotografias e periódicos. Aquelas e estes podem ser vistos desde o deslocamento de um campo de desconsideração para o de centralidade na pesquisa, a partir dos avanços na produção do saber histórico, provocados pela História Nova e para além dela, implicando no reconhecimento de objetos, problemas e abordagens não observados até a terceira geração dos *Annales*, que atuou na segunda metade do século XX. Aquelas e estes ainda podem ser vistos como agentes da modernidade, arautos de um novo tempo que lançou suas prédicas visuais e textuais no Seridó potiguar, ajudando-o em sua elevação arquitetural enquanto espaço.

Além dos relicários de imagens dos acervos individuais e familiares, dispomos da nossa própria coleção de fotografias impressas, reunião de guardados familiares, além daqueles impressos iconográficos que ganhamos como presentes e outros adquiridos por compra ao longo da vida. Ainda acreditamos possuir o maior acervo de registros imagéticos sobre os certames de beleza do município, da região e quiçá do Estado do Rio Grande do Norte, que temos juntado desde a adolescência, sem saber ainda que nos seriam úteis para o exercício do ofício que abraçamos.

As imagens fotográficas compõem a nossa tipologia de fontes de pesquisa, sendo essenciais para a compreensão do tema do parecer, posto que assim se busca uma visualidade das aparências desejadas ou conseguidas pelo auxílio do traje, do acessório, da pose, do gesto. A fotografia permite perceber a moda enquanto prática cultural, material, vestível, palpável, visível, uma arte que se movimenta ao sabor do vento, no calor dos arroubos corporais; que se dobra, que se abre, que se fende.

Para este artigo, no entanto, preferimos dar maior destaque às fontes hemerográficas, especialmente os jornais e as revistas, guardadas em acervos públicos e particulares.

Os jornais impressos integram as fontes que reunimos para o desenvolvimento desta pesquisa, na perspectiva de uma História escrita por meio da imprensa. No tocante aos periódicos, reconhecemos as possibilidades que ensejam para a construção de narrativas históricas, mas nos atemos a refletir sobre as problemáticas que implica esse trabalho. Tania Regina de Luca conta que a imprensa brasileira ocupou papel de relevância em diversos contextos históricos, mesmo considerando as altas taxas de analfabetismo no século XIX e começo do século XX, mas “os aspectos comerciais da atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas” (Luca, 2014, p. 133-134). Segundo a autora,

de fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (Luca, 2014, p. 10)

sendo lugares e veículos de intelectualidades, afetividades e sociabilidades.

No rol das fontes hemerográficas, listamos uma dupla presente no acervo do Laboratório de Documentação Histórica – LABORDOC, do Centro de Ensino Superior do Seridó, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus de Caicó: O Binóculo (Caicó: 1916-1936)<sup>6</sup> e o Jornal das Moças (Caicó, 1926-1932)<sup>7</sup>. Antes desses dois, faz-se necessário incluir o jornal O Povo (1889-1892)<sup>8</sup>, publicado na cidade do Príncipe, depois Seridó e Caicó, cuja coleção quase completa

---

<sup>6</sup> De acordo com Kátia Solange Silva, o jornal O Binóculo, que funcionou “[...] sob a gerência de Ignácio Sobrinho e José F. Soares, teve a colaboração de redatores diversos” (Silva, 2015, p. 10).

<sup>7</sup> O Jornal das Moças “[...] era dirigido pela professora Georgina Pires, gerenciado por Dolores Diniz e contava com as redatoras Júlia Medeiros, Santinha Araújo, Maria Leonor Cavalcanti e Julinda Gurgel, além da colaboração de Renato Dantas, Janúncio Bezerra da Nóbrega e José Gurgel de Araújo” (Silva, 2015, p. 11).

<sup>8</sup> Segundo Olavo de Medeiros Filho, o periódico O Povo “pertencia ao Sr. José Renaud”, tendo como primeiros redatores Diógenes Celso da Nóbrega e Olegário Gonçalves de Medeiros Vale, depois a esses somando-se Manoel Gomes de Medeiros Dantas, Janúncio Nóbrega Filho e Leonidas Monteiro de Araújo (Filho, 2004, p. 11-16).

encontra-se disponível para a pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Esse último periódico apresenta uma riqueza de textos sobre comportamento, além de outros assuntos concernentes à sociedade de Caicó e das cidades, vilas e povoados da redondeza, sem falar nos reclames relacionados ao comércio de roupas, acessórios e miudezas da principal cidade da região do Seridó.

As páginas de O Povo abriam-se para a divulgação dos empreendimentos comerciais da cidade de Príncipe/Seridó/Caicó<sup>9</sup>, que importavam produtos e materiais do Recife, em Pernambuco; como ainda de lojas localizadas em Natal, capital da província/estado. Eis um registro das relações dos comerciantes com os seus clientes, associando a aquisição de determinados artigos à ideia de modernidade:

Braz Cezarino, estabelecido nesta Cidade do Príncipe, científica ao respeitável público e aos seus numerosos fregueses que em seu antigo estabelecimento encontrarão sempre um completo sortimento, *moderno*, e de gosto, como seja de fazendas, miudezas, perfumarias [...] e outros artigos, que vende por preços baratos (9 mar. 1889, p. 4, grifo nosso)

Trata-se de um exemplo de associação entre a tradição e a modernidade numa propaganda comercial: a loja de Braz Cezarino era tradicional, porque estabelecida há certo tempo, mas o que oferecia à sociedade era tido como moderno, porque novidadeiro. Além disso, a diversidade dos produtos disponíveis para a compra apresenta-se caracterizada como de gosto – ou de bom gosto –, marcando-se pela adequação e harmonia, assim como pela acessibilidade em termos de preço.

Alguns meses depois, o dito comerciante mandava imprimir no mesmo jornal um alerta de cobrança aos inadimplentes:

O abaixo assinado, pretendendo mandar para a praça do Recife no dia 10 do mês vindouro, roga aos seus fregueses que se acham em atraso que venham até aquele dia satisfazer seus débitos, para que a chegada de novo sortimento possam fazer novas compras. [...] Braz Cezarino (O Povo, 21 set. 1889, p. 4)

---

<sup>9</sup> Diz-nos Luís da Câmara Cascudo que num só ano, 1890, a cidade possuiu três topônimos: Príncipe, mudado para Seridó no primeiro dia de fevereiro, alterado para Caicó aos sete de julho (Cascudo, 1968, p. 167).

O texto tanto revela a conexão do comércio do principal município do Seridó com Recife, quanto faz pensar nas dívidas geradas pelo consumo dos artigos relacionados às aparências. Estar na moda tinha um custo e, na edição de 3 de agosto de 1890, referindo-se à Festa de Sant’Ana já finda, O Povo insinuava que “o comércio teve a sua semana de animação, e os pobres pais de família gereram deveras nas unhas dos negociantes, para poderem dar conta das meninas trajadas no rigor” (O Povo, 3 ago. 1890, p. 2).

O movimento de chegada de artigos comerciais era intenso, conforme se atesta pela propaganda da Casa Apolo, de Manuel Gonçalves de Medeiros Vale:

Para esta casa acaba o seu proprietário de trazer do Recife um variado sortimento composto de: algodões, madapolões; brins branco, prova de limão e outros; chitas; mitins; batistas; casimira preta, casinetas e outras fazendas. Perfumarias; fitas; bicos; enfeites para vestido e variado sortimento de miudezas [...] (O Povo, 22 jun. 1890, p. 4)

Para além de Recife, a cidade do Natal também se relacionava comercialmente com o Seridó, oferecendo artigos voltados para a busca da aparência ideal, conforme atesta a propaganda da Alfaiataria Aranha, localizada na Ribeira:

Este importante e acreditado estabelecimento comercial, tão conhecido e tão apreciado pelo mundo elegante desta capital e do centro, acaba de receber um variado e completo sortimento de – *coutume d’enfants*<sup>10</sup>, vestimentas a marujo para crianças de todos os tamanhos; bem como um enorme sortimento de calçados, chapéus, gravatas, sabonetes e outros muitos objetos de luxo.  
Completo sortimento de enxovais para noivas, vestidos, capelas, grinaldas, véus [...] (O Povo, 28 dez. 1890, p. 4, grifo nosso)

Os produtos de moda diziam respeito não somente aos tecidos e miudezas de armarinho, mas também aos impressos que faziam circular as novidades no vestir, serviço oferecido pela Tipografia de José Renaud, que “encarrega-se de assinaturas de jornais de moda” (O Povo, 1 jun. 1890, p. 4). Desse modo, a população de Caicó e redondezas conectava-se aos centros de poder do mundo das aparências, recebendo deles, o que havia de mais moderno nessa área.

---

<sup>10</sup> Costume infantil ou roupa de criança, tradução nossa.

A modernidade no trajar fazia-se possível para mulheres e homens, conforme se pode depreender por este reclame:

Dácio Justino de Oliveira previne ao respeitável público que continua estabelecido nesta cidade com alfaiataria na Praça do Mercado, nº 20, trabalhando pelos sistemas mais *modernos*, para o que recebe constantemente elegantes figurinos. Preços cômodos (O Povo, 1 jun. 1890, p. 4, grifo nosso)

E este outro, em que Olinto Guarita “avisa aos seus amigos e fregueses que acaba de chegar com um novo sortimento de chitas, madapolões, brins, algodões e muitas outras fazendas *modernas*” (O Povo, 13 jul. 1890, p. 4, grifo nosso).

Caicó possuía o serviço de tinturaria, pois

Teodora Rosalina da Nóbrega dá cores em todas as fazendas e roupas feitas. O freguês escolherá a cor do seu gosto. São muito baratos os preços porque faz dos serviços da sua arte, que já está muito conhecida tanto neste como nos municípios vizinhos (O Povo, 2 nov. 1890, p. 4)

Enquanto isso, os equipamentos para costura, uma invenção industrial do século XIX, tanto trabalhavam que danificavam-se, mas, para isso, Manoel Thomaz de Araújo dispunha-se a “[...] consertar máquinas de costuras, botando qualquer peça que falte, garantindo o bom desempenho do seu trabalho [...]” (O Povo, 30 nov. 1890, p. 4). Os serviços relacionados à confecção de roupas, assim como à sua manutenção, desdobravam-se cada vez mais, envolvendo um crescente número de pessoas.

O consumo de moda e de produtos e serviços relacionados às aparências certamente tinha elevado custo, sendo apanágio das famílias mais abastadas, mas é possível que outras pessoas começassem a integrar-se a esse sistema através das “ondas de imitação”, expressão de Gilles Lipovetsky (1997, p. 40). Um reclame, em especial, dá conta de informar a clientela da Alfaiataria Republicana, de Antônio Joaquim de Souza, que se localizava na Praça do Mercado:

Durante os poucos meses que foi aberta esta oficina tem estado continuamente trabalhando para as principais pessoas da localidade, como para a casa do senador José Bernardo, coronel Esequiel Fernandes, tenente coronel Clementino Monteiro, tenente coronel Damasceno, capitão Olegário Valle, capitão José Ignacio, capitão Felix Lopes, tenente



Gorgonio Ambrosio, Joaquim de Barros e muitos outros cidadãos importantes [...] (O Povo, 14 dez. 1890, p. 4)

Acompanhando a teorização de Lipovetsky, a difusão da moda faz-se pela imitação, já que “mais fundamentalmente, é em razão do desejo dos indivíduos de assemelhar-se àqueles que são considerados superiores, aqueles que brilham pelo prestígio e pela posição [...]” (Lipovetsky, 1997, p. 40). Então, o mimetismo no campo das aparências, dirigindo-se à moda e ao comportamento, teve uma propagação de cima para baixo, do centro para as margens, num processo perceptível em muitos lugares. Portanto, identificar clientes de proeminência social, como fez a Alfaiataria Republicana, em Caicó, despertaria o interesse dos iguais, como também a curiosidade e a atração dos diferentes.

O jornal O Povo não publicava imagens de moda – ilustrações ou fotografias –, mas ao noticiar certa associação feminina voltada para a reforma do vestuário, fundada em Paris, na França, descreve a nova maneira de vestir das mulheres:

Caminhando-se pelas ruas de Paris encontra-se de quando em quando uma outra senhora vestida com aquele traje singular: saia quase lisa e tão curta, que chega apenas ao tornozelo, casaco com o feitiço do dos homens, muito aberto na frente, deixando ver um peito de camisa muito branco e engomado, gravata e chapéu baixo. Completam a *toilette* o cabelo cortado como o dos homens e botas que chegam ao meio da perna (O Povo, 11 jan. 1891, p. 2, grifo nosso)

A nota do jornal apresenta uma outra estética feminina, numa época em que, se considerarmos o entendimento de Maureen Turim, acontece a

transição dos costumes e estilos vitorianos<sup>11</sup> aos mais modernos, culminando com a era do jazz, os Anos Loucos da década de 1920 e a melindrosa, como imagens e evidências da modernidade transcendente (Turim, 2002, p. 155)

A proposta de reforma da moda coincidia com a nova realidade europeia e norte-americana, em que a mulher começava a trabalhar em fábricas e escritórios, sendo “[...] parte de um projeto de liberação social e política [...]” (Turim, 2002, p.

---

<sup>11</sup> Relativo ao tempo do reinado de Vitória no Reino Unido (1837-1901), “‘o vitoriano’ nesse amplo e vago sentido, significa ‘o culto à verdadeira feminilidade’, que é definida como prescrita à esfera doméstica e uma ideologia concomitante, enfatizando os ideais de propriedade, decoro, auto-sacrifício e educação, não só social como maternal” (Turim, 2002, p. 156).

161). O redesenho ocidental do feminino repercutia no jornal O Povo e, através dele, o Seridó se aprontava para ingressar na modernidade.

Em fins do século XIX, portanto, a região do Seridó estava bem servida do comércio de tecidos e pertences para roupas, de impressos sobre moda, do trabalho de alfaiataria, da tinturaria e do conserto de máquinas de costura, sendo capaz de oferecer a quem pudesse pagar a possibilidade de atingir a aparência sonhada, de acordo com o que se pensava ser moderno. Aos poucos construía-se uma imagem da região e do ser regional derivado dessa fama, conforme a descrição de Manoel Rodrigues de Melo, primeiramente escrita em 1943:

As mulheres seridoenses, trigueiras e belas, comumente magras, raramente gordas, profundamente religiosas, montavam em andilhas, selas com armadura de madeira, cobertas de couro cortido, sobre-capa de sola, com encosto de madeira, sentadas de lado, com os pés nos estribos, vestindo montaria de brim ou alpaca. Com o silhão apareceu o guarda-pó de brim pardo ou creme.

A chapelinha, enfeitada de penas de pavão, garça ou ema cobria-lhes as cabeças em cores bizarras, defendendo-as do sol causticante do sertão.

À chapelinha seguiu-se a mantilha de rendão, descendo em três pontas pelas cruces e pelos ombros. Ao pescoço brilhavam os cordões de ouro e os trancelins; ao peito, os broches, barretes, figas, camafeus, mãozinhas de ouro segurando maçarocas de cabelo louro, divinos, espíritos-santos, São Brazes, cabecinhas de são João; nos braços, pulseiras, braceletes (Melo, 1985, p. 128-129)

O mesmo Manoel Rodrigues de Melo registra os versos gritados nas vaquejadas – “Anima rapaziada/ Chapéu de couro/ calça engomada” –, espécie de bordão híbrido de tradição (chapéu de couro) e modernidade (calça engomada) (Melo, 1985, p. 129). Diziam da modernidade a nota sobre a aparência feminina e os cuidados com a roupa masculina, alisada mesmo que através de um processo tradicional, o engomar ou passar a ferro com água de goma de mandioca. Aquele autor repercutia, pelo dizer, uma imagem que arquitetava o Seridó e os seridoenses a partir das aparências dos seus abastados de fins do século XIX, tela que se reproduziria ao longo do século XX.

Através dos periódicos, o Seridó tomou conhecimento de acontecimentos modernos como as competições de cunho estético, pois o jornal O Povo noticiou, no mesmo ano de sua fundação, a realização de um evento dessa tipologia:

Concurso internacional de beleza – Deve realizar-se em Paris, neste mês, um concurso de beleza internacional, que promete ser muito concorrido. Diz-se já que aspiram aos primeiros prêmios mulheres de quase todos os países da Europa e da América.

As interessadas ou concorrentes deverão exhibir-se em público vários dias antes que o júri pronuncie o seu *veredicto*.

Por ocasião deste certame original verificar-se-ão em Paris festas brilhantes (O Povo, 21 set. 1889, p. 2, grifo nosso)

Na cidade de Caicó, desde 1916, surgiram os certames dessa categoria para mulheres e para homens, definindo-se enquanto concursos de beleza, de simpatia e de gentileza, simultaneamente ao aparecimento desse tipo de prática cultural em grandes centros urbanos brasileiros (Silva, 2015). Num período de onze anos, identificamos a realização de emulações de beleza organizadas por periódicos de Caicó, muitas vezes ocorridas no período da Festa de Sant’Ana, padroeira do lugar. No sertão do Seridó, a modernidade abria frestas na tradição instituindo competições estéticas até mesmo para os homens, o que destaca certo pioneirismo quando, no Brasil, a beleza masculina somente veio a ser louvada e premiada com título nacional em 1970, se cremos no que diz Denise Bernuzzi de Sant’Anna (2014)<sup>12</sup>.

Um concurso de simpatia foi promovido pelo jornal O Binóculo, de Caicó, no ano de 1916, resultando ganhadores Maria Nóbrega e João Elpídio (O Binóculo, 30 jul. 1916, p. 3). No ano seguinte, o referido jornal organizou um concurso de fealdade para os homens e outro, de beleza, para as mulheres, sendo consagrados Manoel Domingos de Medeiros e Delmina de Araújo, respectivamente (O Binóculo, 13 maio 1917, p. 4; 29 jul. 1917, p. 1-2). Para o ano de 1920, o mesmo periódico promoveu uma competição de beleza para moças e rapazes, premiando nos primeiros lugares a Genorina Brito e Enico Monteiro (O Binóculo, 1 ago. 1920, p. 1-2).

O periódico caicoense Jornal das Moças também realizou competição inspirada nos atributos estéticos e comportamentais, avaliando-se as mulheres pela beleza e os homens pela gentileza. Assim, no ano de 1926, Thereza Dantas obteve

---

<sup>12</sup> Pedro Aguinaga foi eleito O Homem Mais Bonito do Brasil durante o programa de Flávio Cavalcanti, na TV Tupi (Sant’anna, 2014, p. 152).

mais votos no concurso de beleza, enquanto Eloy Cesino de Medeiros ganhou o concurso de gentileza (Jornal das Moças, 31 jul. 1926, p. 2). Um ano depois, o periódico O Binóculo escolheu a moça mais linda da Festa de Sant'Ana, padroeira de Caicó, título conquistado por Generosa Araújo (O Binóculo, 7 ago. 1927, p. 2).

Os eventos estéticos espalhavam-se pela região do Seridó na primeira metade do século XX, abrangendo das cidades às vilas. Conforme conta Joabel R. de Souza, durante a Festa de Sant'Ana, padroeira da cidade de Currais Novos, em 1926, a revista Ninho das Letras promoveu “concurso de beleza e elegância”, sendo categorizado por sexo, o de beleza para mulheres, que destacou Anna Vasconcelos, Zelinda Galvão e Leticia Pereira; e o de elegância para homens, classificando Elizio Vasconcellos, Leôncio Miranda e José Orestes (Souza, 2008, p. 76). Já na vila de São João do Sabugi, “a primeira eleição de inspiração estética deu-se no ano de 1937, quando Irene Lucena recebeu a faixa de Miss Sabugy” (Medeiros Filho, 2017, p. 28).

Ao mesmo tempo em que realizava concursos estéticos, os periódicos caicoenses apresentavam perfis e silhuetas das moças e dos rapazes do lugar, aconselhavam para o casamento, divulgavam as empresas comerciais, além de fazerem exortações de todo tipo, concernentes principalmente aos cuidados de si, como as práticas de higiene. Através dos jornais impressos circulavam informações e ideias que conectavam caicoenses e seridoenses ao que havia de mais moderno, ajudando a produzir uma imagem da região que tentava ser moderna. Mesmo ao falar de uma jovem mulher da zona rural, por exemplo, o texto jornalístico mesclava elementos tradicionais e modernos, como uma “Silhueta” publicada em O Binóculo:

A desenhada de hoje, por mercê de Deus, é belezinha: morena, olhos pretos, fisionomia alegre, boca pequenina e um dente de ouro abrilhanta sua alvíssima dentadura. Reside num sítio perto desta cidade.

O traje de sua predileção é sempre azul e um belo gorro de veludo, da mesma cor, confeita sua toilette.

É preciso acrescentar que a gentil morena é adorada por um rapazinho da Avenida Seridó (prédio cor de rosa) (O Binóculo, 12 set. 1920, p. 2)

Um artigo de O Binóculo fazia recomendações quanto à posição, à vestimenta e o local onde as mulheres deveriam dormir, relacionando higiene com beleza e saúde, conforme se vê aqui:

Nas mulheres, especialmente o costume de dormir em má posição afeta os nervos, e portanto a formosura. [...]

A camisa de dormir mais higiênica é a de algodão e tanto se deve usar no verão como no inverno, prescindindo-se das camisolas de flanela. Nunca se devem colocar sobre o travesseiro durante o dia, como geralmente costuma fazer, mas estendidas num ponto arejado.

A melhor maneira das senhoras comporem o cabelo para dormir é em tranças ligeiras.

As camas não devem ser demasiadas moles, para que o corpo se não enterre nelas. O rodearem das mulheres de almofadas é prejudicial, impede a ventibilidade e entorpece a circulação (O Binóculo, 21 maio 1916, p. 1)

As notas publicadas no jornal O Binóculo também desvelam o Seridó festivo do começo do século XX, indo dos acontecimentos sagrados aos profanos. Perpassando essas ocasiões de encontro e distração, os trabalhos voltados para as aparências e os discursos de modernidade. Como exemplo, podemos citar o Carnaval, que ganhava força em Caicó na década de 1920, atraindo foliões constituídos em blocos ou como brincantes avulsos, a envolver profissionais de moda nos lugares vizinhos e destacar as novidades trazidas pelo mundo moderno. Vejamos esse texto:

Sabemos que os *ateliers* das modistas de Acari já não comportam mais encomendas de roupas para o carnaval daqui. [...] Ninguém diria, apesar da adaptabilidade do nosso povo para as coisas modernas, que o Carnaval aqui fizesse tão depressa a sua entrada triunfal (O Binóculo, 23 jan. 1921, p. 1-2, grifo nosso)

O Jornal das Moças, periódico que adotou o nome da principal revista feminina do país, tinha a sua redação formada por mulheres, com alguns colaboradores masculinos, tanto realizava concursos quanto fazia exortações voltadas às aparências. Alguns dos textos publicados eram pinçados de periódicos do Rio de Janeiro, então capital federal, como a revista Vida Doméstica, mas grande parte dos ensaios dizia respeito à realidade da região, muitas vezes sugerindo a adequação dos costumes:

Nas cidades adiantadas, todas as escolas adotam um certo uniforme para os seus alunos. [...]

Os meninos que estudam num grupo escolar devem apresentar a mesma condição de pobreza [...], o mesmo uniforme, a mesma aparência e nada de vestidos caros, blusas bonitas ou qualquer uniforme que venha causar inveja aos demais necessitados.

Organizemos, portanto, o nosso Grupo Escolar ‘Senador Guerra’ com o seu vestuário conveniente para os que o frequentam, e desde já lembramos para as meninas vestido de fazenda marrom barato e blusa branca e para os meninos calça e blusa das mesmas fazendas e todos assim apresentarão o mesmo aspecto, a mesma conduta, a mesma igualdade de fortuna (Jornal das Moças, 22 ago. 1926, p. 1)

Na mesma página do referido jornal, outro texto criticava o vestir e o comportar-se dos homens jovens na igreja:

É superiormente lastimável assistirmos uma missa em Caicó nos domingos. Rapazes há que vão para a missa de alpercatas. Outros que ao penetrar na Igreja esquecem de que falar alto e pisar com força é uma impolidez e uma grande falta de civilidade. [...] Retifiquemos esta falta (Jornal das Moças, 22 ago. 1926, p. 1)

Nas duas citações anteriores, os textos jornalísticos chamavam a atenção para a necessidade de adaptar as práticas sociais e culturais aos novos modelos, cumprindo um papel pedagógico junto à sociedade.

Se os costumes antigos eram censurados, as vogas recentes recebiam louvações. Quando uma nova estética feminina apareceu, o Jornal das Moças tratou de tecer comentários positivos em suas páginas, enaltecendo o cabelo a *la garçone*:

A moda dos cabelos curtos continua com grande furor. Explica-se. É na verdade graciosa e higiênica, e além do mais torna as cabeças das mulheres muito mais leves, o que é deliciosamente encantador e feminino... [...]. Compreendida ou incompreendida, o certo é que a moda dos cabelos curtos triunfa e de uma maneira verdadeiramente avassaladora. [...]. Eis uma linda moda que acompanho com todo entusiasmo[...]. Além de sedutora e galante, está perfeitamente de acordo com o progresso e a evolução das épocas, pois é certo que cada vez se desprestigia mais o uso dos cabelos compridos e cada vez mais se valoriza o uso dos cabelos curtos (Jornal das Moças, 26 dez. 1926, s. p.)

As novidades divulgadas e comentadas nesse periódico repercutiam na região e retornavam ao jornal através de cartas remetidas pelos leitores, como certa “Roceira” que assinou a mensagem “Carta da Roça”, saudando o Jornal das Moças:

Vivemos numa época em que a mulher sertaneja pode expandir as suas ideias, o que há poucos anos era uma falta [do que] fazer. Mas com as evoluções dos tempos quando a mulher pode usar a cabeleira masculina, andar sozinha, trabalhar pelo bem comum, é justo que ela defenda os seus direitos e proclame bem alto as suas aptidões e deseje engrandecer-se também pela comunhão do espírito fundando elas mesmas este hebdomadário da imprensa feminina no Seridó ([1926], p. 2)

As aparências espargidas no periódico *Jornal das Moças* orientavam a população leitora no caminho para o desenvolvimento do lugar enquanto civilizado e moderno. Os cuidados com o parecer são apresentados como a senha para o tempo de novidades que se abria pelos olhos de quem lia os periódicos, informando-se e conhecendo outros modos de organizar as externalidades corporais e novas maneiras de comportar-se. Os impressos lançados periodicamente articulavam moda, comportamento, beleza e saúde, oferecendo aos seus assinantes ou leitores ocasionais uma ligação com as novidades que permeavam a vida nas cidades maiores. A esse respeito, podemos considerar como pertinente a reflexão de Kátia Solange Silva:

Constatamos que ideais de beleza, moda e novos costumes, característicos dos grandes centros, eram visíveis em Caicó, já que se apresentam como questões recorrentes nos periódicos. Talvez acessíveis somente à elite socioeconômica, essas novidades estavam articuladas com as ideias transformadoras, divulgadas pelos jornais intelectuais, que pretendiam modernizar a cidade (Silva, 2015, p. 102)

Eis que os periódicos tiveram relevância no Seridó, especialmente no Príncipe (Caicó), de onde se expandiam para as localidades circundantes, as outras cidades e povoações e suas adjacências, difundindo normas, valores, ideias, formas e linguagens. Conforme lembra Juciene Batista Félix Andrade, passando pelo século XIX, na centúria seguinte, “É no âmbito das crônicas veiculadas nos periódicos que a pequena parcela da ‘elite’ caicoense expunha e produzia suas imagens e discursos, consoantes às novas ideias de que a cidade era ‘progressista.’” (Andrade, 2011, p. 119).

A lista não exaustiva de acervos individuais, familiares e institucionais abre-se a novas buscas em outros arquivos, ampliando o leque de fontes para o percurso historiográfico. A leitura não hierarquizada dessa tipologia de fontes permite aproximarmos o olhar de uma sociedade que construía o seu espaço a partir de práticas culturais relacionadas às aparências, em que a moda e o comportamento associavam-se à modernidade. Vislumbramos por saias diáfanos que o Seridó se vestia com imagens e discursos modernos, sem destruir inteiramente a sua moldura

de tradição, mas acrescentando a ela outra camada, um novo halo, criando uma duplicidade aureolar, às vezes sobrepondo-se, noutras sendo sobreposta.

#### 4. Costuras de mão: para concluir

Em julho de 2019, um cabeleireiro de Caicó idealizou o evento beneficente “Caicó cria, Paris copia”<sup>13</sup>, reunindo palestras sobre “automaquiagem, dicas de estilo e consultoria de imagem” (Lima, 8 jul. 2019). Reverberando em outros espaços virtuais, a proposta foi aplaudida mesmo após acontecer: “A terra do Arco do Triunfo, da melhor carne de sol do mundo, do melhor queijo de manteiga... dos bordados finos... do povo hospitaleiro... da Cachaça Samanaú. Somos de Caicó para o mundo” (Gregório, 20 jul. 2019). A frase, denotando certa autoestima local, fala do município que foi o primeiro da região – cuja jurisdição inicial abrangia os atuais limites territoriais do Seridó –, colocando-o à frente da capital ocidental do vestir.

Nos desdobramentos, (re)produziu-se o discurso das qualidades de Caicó e do Seridó, justificadas com produtos locais de boa repercussão para além dos limites do espaço seridoense. Assim, imagens e discursos de exaltação estética, dietética e comportamental continuam a ser produzidos para dizerem da região ao mundo.

Da escriturística à ritualística. Se as aparências colaboraram em vestir os corpos, ajustando-os às imagens sonhadas, as palavras contribuíram com a criação das marcas que vestiram a região como espaço inteligível, que se pode perceber pelas evocações e idealizações. Vestir os corpos com modas, modos e gestos podia ser como vestir o próprio Seridó com uma tela de imagens inscritas, pintadas, vistas e ditas. Evocar para ligar-se ao passado (a tradição), mas idealizar para buscar o futuro (a modernidade).

As maneiras de decorar o corpo enquanto região idealizada; os jeitos de enaltecer as qualidades e esconder os defeitos; as formas de movimentar o “eu” visto com encanto e graça: o espaço regional se povoava de seres orientados por

---

<sup>13</sup> Inspirado em frase do caicoense Moka Dantas, o workshop cobrava de ingresso 2 kg de alimentos não perecíveis para a Casa de Caridade São Vicente de Paula, em Caicó, oferecendo as palestras: “Do sertão a Milão com estilo” (Patrícia Almeida); “Bonita o dia inteiro” (Sinval de Souza); e “Análise cromática” (Natália Calgaro) (Lima, 8 jul. 2019).



discursos escritos e imagéticos difundidos pela imprensa e pela fotografia. As poses, os gestos e as vestimentas parecem ganhar materialidade nos flagrantes fotográficos, assim como nos textos jornalísticos, se fazendo possível pela circulação de agentes da modernidade – os fotógrafos e os editores de jornais –, que faziam registros de um fenômeno oferecido às lentes como signo moderno, a moda e as aparências.

A teatralização da aparência, dada em pequenos e amplos círculos – das residências às comunidades, do privado ao público –, fornecia a argamassa para a edificação da região enquanto espaço que se corporifica por escritos e por rituais. O Seridó potiguar era inscrito na festa das regiões à medida que se movimentavam as mãos sobre o papel que se pintava de palavras, como também ao longo dos passos de caminhada dados sobre as passarelas dos concursos de beleza, desenhando gestos que se gravavam nas lembranças de quem desfilava e quem era plateia.

Agora, quando nos movemos rumo aos movimentos lineares e aos pivôs do ritual de pesquisa – idas e vindas –, ainda não nos cabe entoar os refrões apoteóticos das considerações finalizadoras. Sendo pesquisa que se faz no presente, seus resultados são inconclusivos, pois se mostram como impressões preliminares, precisando ser amadurecidas em estudos que prosseguem e se aprofundam. Por enquanto, entende-se que os modelos estéticos e comportamentais que circulavam nos periódicos seridoenses puderam ser corporificados, reproduzindo-se, ajudando a constituir discursos e imagens que construíram o espaço regional do Seridó do Rio Grande do Norte. Tradição e modernidade. Rejeição e desejo. E vice-versa.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

JORNAL DAS MOÇAS, Caicó, ano 1, n. 28, p. 2, 31 jul. 1926.

JORNAL DAS MOÇAS, Caicó, ano 1, n. 31, p. 1, 22 ago. 1926.

JORNAL DAS MOÇAS, Caicó, ano 1, s. p., 26 dez. 1926.

JORNAL DAS MOÇAS, Carta da Roça, Caicó, ano 1, s. p., [1926].

O BINÓCULO, Caicó, ano 1, n. 2, p. 1, 21 maio 1916.

- O BINÓCULO, Caicó, ano 1, n. 12, p. 3, 30 jul. 1916.
- O BINÓCULO, Caicó, ano 2, n. 53, p. 4, 13 maio 1917.
- O BINÓCULO, Caicó, ano 2, n. 64, p. 1-2, 29 jul. 1917.
- O BINÓCULO, Caicó, ano 4, n. 122, p. 1-2, 1 ago. 1920.
- O BINÓCULO, Caicó, ano 4, n. 128, p. 2, 12 set. 1920.
- O BINÓCULO, Caicó, ano 4, p. 1-2, 23 jan. 1921.
- O BINÓCULO, Caicó, ano 5, n. 173, p. 2, 7 ago. 1927.
- O POVO, Príncipe, ano 1, n. 29, p. 2, 4, 21 set. 1889.
- O POVO, Seridó, ano 2, n. 10, p. 4, 1 jun. 1890.
- O POVO, Seridó, ano 2, n. 13, p. 4, 22 jun. 1890.
- O POVO, Seridó, ano 2, n. 16, p. 4, 13 jul. 1890.
- O POVO, Caicó, ano 2, n. 32, p. 4, 2 nov. 1890.
- O POVO, Caicó, ano 2, n. 38, p. 4, 14 dez. 1890).
- O POVO, Caicó, ano 2, n. 40, p. 4, 28 dez. 1890).
- O POVO, Seridó-Príncipe, ano 1, n. 1, p. 4, 9 mar. 1889.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.

ANDRADE, Juciene Batista Félix. A cidade de Caicó nos periódicos dos anos 1920. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Orgs.). **Seridó Potiguar: tempos, espaços, movimentos**. João Pessoa: Ideia, 2011. p. 117-133.

ARAÚJO, Francisco Hermínio Ramalho de; DINIZ, Marco Túlio Mendonça. **Geografia do Seridó Potiguar**. [Caicó: s. n., 2019]. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Produto\\_Educacional\\_de\\_Francisco\\_Hermínio\\_\\_Livro-Geografia\\_do\\_Serid\\_Potiguar%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Produto_Educacional_de_Francisco_Hermínio__Livro-Geografia_do_Serid_Potiguar%20(1).pdf). Acesso em: 26 set. 2022.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. 17 ed. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da terra**: História, Geografia e Toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Migração e crescimento urbano: o Seridó potiguar em análise. **Scripta Nova**, Universidade de Barcelona, n. 94, [s. p.], 1 ago. 2001. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn-94-75.htm>. Acesso em: 27 out. 2023.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Ano Zero – Rostidade. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira e Suely Rolnik. São Paulo, [s. n.], 1996. p. 31-61.

FARIA, Juvenal Lamartine de. **Velhos Costumes do Meu Sertão**. 3 ed. Natal: Sebo vermelho, 2006.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GREGÓRIO, Heitor. Caicó cria, Paris copia. **Blog do Heitor Gregório**. Caicó, 20 jul. 2019. Disponível em: <https://blog.tribunadonorte.com.br/heitorgregorio/caico-cria-paris-copia/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 1992.

LIMA, Gláucia. Sinval Souza, consultora de imagem e personal stylist promovem nesta segunda, 08, workshop “Caicó cria, Paris copia”. **Blog da Gláucia Lima**. Caicó, 8 jul. 2019. Disponível em: <https://glacialima.com/2019/07/08/sinval-de-souza-consultora-de-imagem-e-personal-stylist-promovem-nesta-segunda-08-workshop-caico-cria-paris-copia/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Tradução de Maria Lúcia Machado. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Cultura e Identidade no Seridó. In: **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó do Rio Grande do Norte**. Vol. I: Diagnóstico. Caicó: 2000.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Do Seridó. No Rio Grande do Norte. **Perigo Iminente**. Natal: Flor do Sal, v. 2, p. 31-33, mar. 2012.

MEDEIROS FILHO, João Quintino de. **Rainhas, reinados, ritos e cortes: eleições e aclamações das soberanas da Festa do Glorioso São João Batista, Excelso Padroeiro de São João do Sabugi-RN (1985-2016)**. Natal: Offset, 2017.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó, cem anos atrás**. Natal: Sebo Vermelho, 2004.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. **Escrita (de)marca espaços: a historiografia e a produção do Seridó potiguar**. [s. l.: s. n., s. d.]. Disponível em: <https://docplayer.com.br/43114526-Escrita-de-marca-espacos-a-historiografia-e-a-producao-do-serido-potiguar-1.html>. Acesso em: 5 nov. 2023.

MELO, Manoel Rodrigues de. **Patriarcas e carreiros: influência do coronel e do carro de boi na sociedade rural do Nordeste**. 3 ed. Natal: Editora Universitária, 1985.

ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)**. Tradução de Assef Kfourri. São Paulo: Editora Senac, 2007.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, João Melchíades Ferreira da. **História sertaneja do valente Zé Garcia**. São Paulo: Luzeiro, 2011.

SILVA, Kátia Rejane. **A beleza nos periódicos “O Binóculo” e “Jornal das Moças” (Caicó-RN, 1916-1927): repertório de fontes jornalísticas**. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015.

SOUZA, Joabel R. de. **Sant'Ana, uma bela festa; uma longa história**. Currais Novos: [s. n.], 2008.

TURIM, Maureen. **Sedução e elegância: a nova mulher da moda no cinema mudo**. In: BENSTOCK, Shari; FERRISS, Suzanne (Orgs.). **Por dentro da moda**. Tradução de Lúcia Olinto. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. p. 155-175.

## QUESTÕES DE GÊNERO NA TELEDRAMATURGIA BRASILEIRA: um estudo da minissérie *A Casa das Sete Mulheres*

Jéfferson Luiz Balbino Lourenço da Silva<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 05/03/2023

Artigo aceito em: 13/09/2024

### RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar as questões de gênero na teledramaturgia brasileira, tomando como objeto de estudo a minissérie *A Casa das Sete Mulheres*, produzida e exibida pela TV Globo. A análise se fundamenta na historiografia cultural e na teoria da mídia, focando especificamente na representação das trajetórias e experiências das mulheres durante a Revolução Farroupilha. Diferente de abordagens que se concentra nos aspectos históricos tradicionais, este estudo enfatiza a forma como as personagens femininas são retratadas na narrativa televisiva. *A Casa das Sete Mulheres* é uma adaptação de um romance histórico homônimo que aborda a Revolução Farroupilha sob a perspectiva das mulheres da família do líder farroupilha Bento Gonçalves. A minissérie oferece uma representação emancipatória das mulheres farroupilhas no século XIX, explorando suas complexidades, desafios e contribuições. Através da análise das representações midiáticas, buscamos compreender como a teledramaturgia contribui para a construção de narrativas históricas e para a disseminação de ideias sobre o papel das mulheres na história. Esta abordagem destaca a importância de considerar o contexto histórico e tecnológico em que as obras midiáticas são produzidas e recebidas, evidenciando a evolução da mídia ao longo do tempo e seu impacto na memória histórica e na reflexão sobre as questões de gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teledramaturgia Brasileira; Questões de Gênero; *A Casa das Sete Mulheres*; Revolução Farroupilha; Representação Feminina.

GENDER ISSUES IN BRAZILIAN TELEVISION DRAMA:  
a study of the miniseries *A Casa das Sete Mulheres*

### ABSTRACT:

This article aims to analyze gender issues in Brazilian television drama, focusing on the miniseries *A Casa das Sete Mulheres*, produced and broadcast by TV Globo. The analysis is based on cultural historiography and media theory, specifically focusing on the representation of women's trajectories and experiences during the Farroupilha Revolution. Unlike approaches that focus on traditional historical

---

<sup>1</sup> Doutor e Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5077934013308136>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2516-5122>. E-mail:

aspects, this study emphasizes how female characters are portrayed in the television narrative. *A Casa das Sete Mulheres* is an adaptation of a historical novel of the same name that addresses the Farroupilha Revolution from the perspective of the women in the family of the Farroupilha leader Bento Gonçalves. The miniseries offers an emancipatory representation of the Farroupilha women in the 19th century, exploring their complexities, challenges, and contributions. Through the analysis of media representations, we seek to understand how television drama contributes to the construction of historical narratives and the dissemination of ideas about the role of women in history. This approach highlights the importance of considering the historical and technological context in which media works are produced and received, evidencing the evolution of media over time and its impact on historical memory and the reflection on gender issues.

**KEYWORDS:** Brazilian Television Drama; Gender Issues; *A Casa das Sete Mulheres*; Farroupilha Revolution; Female Representation.

## 1. Introdução

A historiografia demonstra como a televisão, especialmente no Brasil, foi por muito tempo considerada um produto de baixo valor artístico e cultural, o que ocasionou uma suposta degradação intelectual em seu público (Freire Filho, 2008, p. 81-96). Partindo desse pensamento, os pesquisadores de produtos televisivos recorreram a matrizes teóricas europeias, como a teoria crítica da Escola de Frankfurt, para justificar seus objetos de estudo.

Nos anos 1970, Raymond Williams lançou as bases para os estudos culturais e o materialismo cultural, descrevendo a programação televisiva como um fluxo homogêneo e hipnótico (Williams, 2003, p. 89-96). Diante disso, os pesquisadores da área da História que utilizavam objetos oriundos da cultura de mídia como fontes de pesquisa precisavam expressar desprezo por seus objetos de estudo para desenvolver suas pesquisas, ao contrário dos intelectuais de outros campos de estudo (Thompson, 2003, p. 4).

Felizmente, esse cenário vem se reconfigurando, especialmente com os estudos de mídia nas mais variadas áreas do campo das humanidades. Estudiosos como Kellner (2001) e Martin-Barbero (2006) apontam para uma melhor compreensão de como os produtos midiáticos vão além do estereótipo de lixo televisivo (Machado, 2001, p. 22). Tais objetos servem como elementos

socioculturais, visto que há produtos de qualidade na televisão (Borges; Reia-Baptista, 2008, p. 56).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, em seu livro *Sobre a Televisão*, oferece uma análise perspicaz sobre o espaço da televisão e seu impacto na sociedade. Segundo Bourdieu, a televisão é um espaço social específico, onde o público se organiza de uma forma particular, com suas próprias regras e hierarquias. Ela não apenas reflete a cultura dominante, mas também a influencia, moldando as percepções e preferências da audiência de maneiras sutis e muitas vezes imperceptíveis (Bourdieu, 1997, p. 50).

Ou seja, a televisão não é apenas um meio de comunicação, mas também um espaço social onde as pessoas se encontram, interagem e constroem suas visões de mundo. A televisão desempenha um papel ativo na construção da cultura e na formação das opiniões das pessoas, influenciada por interesses e poderes culturais e econômicos.

Bourdieu também discute a importância do capital cultural na recepção da televisão, ou seja, como a educação e a bagagem cultural de uma pessoa afetam sua interpretação dos conteúdos televisivos. Ele argumenta que a televisão muitas vezes reproduz as hierarquias culturais existentes, privilegiando certas formas de conhecimento e excluindo outras. O autor tece uma visão crítica e reflexiva sobre o espaço da televisão, destacando sua complexidade e influência na sociedade contemporânea. Conseqüentemente, a televisão é muito mais do que entretenimento; é um campo de lutas simbólicas e de construção de identidades culturais.

No que tange à televisão brasileira, pode-se dizer que não há uma produção homogênea. Ao longo de sete décadas de operação, as emissoras brasileiras buscaram incansavelmente pela primazia da qualidade, notável tanto em programas de entretenimento quanto no jornalismo, coberturas esportivas e culturais, além dos produtos de teledramaturgia (telenovelas, minisséries e seriados).

A teledramaturgia, que surgiu no país em 1951 através do formato telenovela, transformou-se num poderoso produto televisivo que muitas vezes gera grande repercussão social por retratar assuntos contundentes de todas as esferas da sociedade (Balbino, 2016, p. 27). No contexto nacional, ao longo dos anos, tornou-se uma referência cultural, uma marca registrada na cultura e na sociedade brasileira (Balbino, 2016, p. 27). Isso se dá não apenas por seu alcance, mas pelo enredo das produções, uma vez que as telenovelas brasileiras, a partir do final da década de 1960, sempre buscaram representar a realidade do telespectador e, conseqüentemente, da sociedade brasileira como um todo.

De acordo com Balbino (2016, p. 34), foi a partir da telenovela *Beto Rockfeller*, produzida e exibida pela TV Tupi em 1968, que o gênero se tornou um produto genuinamente brasileiro.

A teledramaturgia brasileira constrói seu formato definitivo com a novela *Beto Rockfeller*, escrita por Bráulio Pedroso, em 1968, que teve uma imensa repercussão ao abordar em seu enredo o protagonista como um homem comum, com defeitos e qualidades, nem vilão e nem herói, algo corriqueiro na personalidade do brasileiro. Essa telenovela ousou em seu estilo e com isso contribuiu abrindo caminho para um novo formato através de histórias realistas. O resultado deu tão certo que as outras emissoras que produziam teledramaturgia acabaram adotando essa linguagem moderna e extremamente instigante. (Balbino, 2016, p. 34)

Antes desse período, as tramas produzidas eram dramalhões adaptados de textos latinos no estilo capa-e-espada, ou seja, distanciavam-se da realidade vivenciada pelos telespectadores. A partir disso, a TV brasileira começou a produzir diversas telenovelas com abordagens temáticas de cunho sociopolítico e cultural, que trouxeram diversas repercussões e mobilizações na sociedade.



A partir disso, a TV brasileira produz diversas telenovelas<sup>2</sup> – cada qual à sua maneira – que traziam em seu cerne abordagens que refletiam os anseios da sociedade brasileira, abordando temas sociais como reforma agrária, clonagem humana, poluição ambiental, coronelismo, imigração, escravidão, crise cafeeira, corrupção, racismo, homossexualidade, ética, dependência de álcool e drogas.

Essas características fazem com que a telenovela brasileira seja reverenciada tanto no país quanto no exterior, já que esses produtos são exportados para todo o mundo.

Posto isso, um produto como a telenovela, que dialoga diariamente com uma imensurável quantidade de pessoas, sendo capaz de ditar modas e tendências e ocasionar um movimento mercadológico em todos os segmentos sociais, não pode ser desprezado pela academia e pelos intelectuais. Deve, sim, servir como fonte historiográfica, afinal, trata-se de um elemento fundamental na construção da cultura e identidade brasileiras. Além do que

“Fonte histórica” é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história. (Barros, 2019, p. 15)

À vista disso, o renomado teledramaturgo Aguinaldo Silva<sup>3</sup>, em entrevista<sup>4</sup> para Balbino afirma que

---

<sup>2</sup> Dentre essas telenovelas, a título de exemplificação, estão: *Irmãos Coragem* (TV Globo/1970), *Selva de Pedra* (TV Globo/1972), *O Bem-Amado* (TV Globo/1973), *Mulheres de Areia* (TV Tupi/1973), *Escalada* (TV Globo/1975), *A Viagem* (TV Tupi/1975), *Pecado Capital* (TV Globo/1975), *Escrava Isaura* (TV Globo/1976), *Dancing' Days* (TV Globo/1978), *Aritana* (TV Tupi/1979), *Água Viva* (TV Globo/1980), *Os Imigrantes* (TV Bandeirantes/1981), *Roque Santeiro* (TV Globo/1985), *Vale Tudo* (TV Globo/1988), *Tieta* (TV Globo/1989), *Pantanal* (TV Manchete/1990), *Renascer* (TV Globo/1993), *O Rei do Gado* (TV Globo/1996), *Xica da Silva* (TV Manchete/1996), *Terra Nostra* (TV Globo/1999), *Laços de Família* (TV Globo/2000), *O Clone* (TV Globo/2001), *Mulheres Apaixonadas* (TV Globo/2003), *Vidas Opostas* (TV Record/2007), *Chamas da Vida* (TV Record/2008), *Avenida Brasil* (TV Globo/2012), *Amor à Vida* (TV Globo/2013), *Babilônia* (TV Globo/2015), *A Força do Querer* (TV Globo/2017), *Travessia* (TV Globo/2022), *Terra e Paixão* (TV Globo/2023), dentre outras.

<sup>3</sup> Autor de importantes telenovelas na história da teledramaturgia brasileira, tais como: *Roque Santeiro*, *Vale Tudo*, *Tieta*, *Pedra sobre Pedra*, *A Indomada*, *Senhora do Destino* e *Império*. Sendo que essa última lhe rendeu o prêmio de “Melhor Telenovela” no Emmy Internacional (premição equivalente ao Oscar).

<sup>4</sup> Entrevista realizada em 19 de março de 2012.

Daqui a 100 anos, se alguém quiser saber como era o Brasil do século 20 e desse começo do 21 só terá que fazer uma coisa: ver novelas. Elas traçaram um retrato completo desse país como ninguém mais o fez, incluindo aqui os acadêmicos e historiadores. A telenovela foi, é (será?) de uma importância transcendental para o autorreconhecimento dessa nação chamada Brasil. Quem negar isso estará sendo desonesto. (Balbino, 2016, p. 114)

É perceptível que o autor se excede ao renegar ou desconhecer o arsenal de estudos acadêmicos que traçam a representação do Brasil não apenas dos séculos XX e XXI, mas de outras épocas. Contudo, é fato que a teledramaturgia se esforçou muito nesses quase 73 anos de atividade para demonstrar o reflexo de uma nação com todas as suas vicissitudes.

No entanto, cabe ressaltar que a teledramaturgia é uma obra ficcional e que não tem compromisso com as situações factuais inerentes à sociedade, tendo em vista que há demandas para atrair o público que acompanha as tramas, e que precisa possuir uma sinergia entre telespectador e personagens. Consequentemente, não pode ser exigido da teledramaturgia algo intrínseco às ações de políticas públicas.

Além das telenovelas, a teledramaturgia brasileira ainda abarca outro formato midiático capaz de suscitar discussões de cunho sociocultural: as minisséries. Esse novo gênero teledramatúrgico surgiu no Brasil, através da TV Globo, em 1982, com a obra *Lampião e Maria Bonita*.

As principais características das minisséries são:

- ser obras fechadas (isto é, diferentemente da telenovela, que é uma obra aberta, as minisséries vão ao ar totalmente escritas e, muitas vezes, totalmente gravadas);
- ter menor número de capítulos (varia entre 2 a 60 episódios);
- apresentar enredos densos (quase sem núcleo de humor);
- possuir menor número de personagens;
- receber maior investimento pelas emissoras;
- ser, frequentemente, adaptações literárias;
- contar com um elenco reduzido.

Outro aspecto pertinente que também se faz presente nesse formato é a tentativa de representação de eventos históricos. Muitas minisséries se dispuseram a cumprir essa tarefa, como *A Casa das Sete Mulheres*, que tem como contexto histórico a Revolução Farroupilha, mas sob um viés feminino, pois a narrativa gira em torno das mulheres da família do líder farrapo Bento Gonçalves.

Ademais, tais personagens fugiam do estereótipo consolidado nas representações televisivas das mulheres do século XIX. Essas eram mulheres transgressoras que não se limitavam aos convencionalismos patriarcais secularmente arraigados nas sociedades. Em razão disso, a minissérie *A Casa das Sete Mulheres* oferece subsídios aos historiadores para investigar, por exemplo, a representação emancipada que essas mulheres tiveram.

## **2. *A Casa das Sete Mulheres* e a problematização do protagonismo feminino num cenário masculinizado de guerra**

A minissérie *A Casa das Sete Mulheres* é uma adaptação livre dos autores Maria Adelaide Amaral e Walther Negrão da obra homônima escrita por Leticia Wierzchowski. A obra televisiva foi exibida de 7 de janeiro a 8 de abril de 2003, em 51 capítulos, de terça a sexta-feira, no horário das 23 horas. A direção foi de Teresa Lampreia, com direção-geral de Jayme Monjardim e Marcos Schechtman, direção de produção de Guilherme Bokel e núcleo de Jayme Monjardim.

A trama é ambientada durante o movimento separatista anti-imperial ocorrido na província do Rio Grande do Sul, no decênio histórico de 1835-1845, a partir da visão das mulheres da família de Bento Gonçalves (interpretado pelo ator Werner Schünemann). Assim como ocorre em toda minissérie histórica, *A Casa das Sete Mulheres* contou tanto com personagens reais (isto é, que existiram na realidade) quanto com personagens ficcionais (criados independentemente da relação com o pano de fundo histórico, nesse caso, a Revolução Farroupilha).

Sobre esse evento histórico, cabe esclarecer que a Revolução Farroupilha, também conhecida como Guerra dos Farrapos, foi um conflito regional que se

transformou em um movimento separatista contra o governo imperial brasileiro. Iniciado em 1835, o conflito durou até 1845 e foi motivado por diversas questões, entre elas as dificuldades econômicas enfrentadas pelos estancieiros gaúchos e a insatisfação com a centralização do poder no Rio de Janeiro. O movimento, liderado por figuras como Bento Gonçalves, almejava maior autonomia para a província e melhorias nas condições econômicas e políticas da região.

No entanto, o que torna *A Casa das Sete Mulheres* particularmente notável é sua abordagem centrada no protagonismo feminino em um cenário tradicionalmente masculinizado de guerra. As personagens femininas, que incluem a esposa e as filhas de Bento Gonçalves, são retratadas com profundidade e complexidade, fugindo dos estereótipos convencionais das representações televisivas das mulheres do século XIX. Elas são apresentadas como figuras transgressoras, que não se limitam aos convencionalismos patriarcais secularmente arraigados nas sociedades.

Esse enfoque oferece um rico campo para a análise histórica e sociocultural, permitindo uma reflexão sobre as representações de gênero e o papel das mulheres em contextos históricos de conflito. A minissérie, ao destacar as experiências e perspectivas das mulheres da família de Bento Gonçalves, proporciona uma visão alternativa e complementar à narrativa tradicionalmente masculina da Revolução Farroupilha.

Dessa forma, *A Casa das Sete Mulheres* não apenas entretém, mas também contribui para o debate sobre a representação da mulher na história e na teledramaturgia, oferecendo subsídios aos historiadores para investigar a representação emancipada dessas mulheres e o impacto de suas histórias na construção da memória coletiva sobre o período da Revolução Farroupilha. Apesar disso, sabe-se que

Em algumas revoltas o conflito entre elites não transbordava para o povo. Tratava-se, em geral, de províncias em que era mais sólido o sistema da grande agricultura e da grande pecuária. Neste caso está a Revolta Farroupilha, no Rio Grande do Sul, que durou de 1835 a 1845. Em 1836 foi proclamada a República Rio-Grandense. Briga de

estancieiros e charqueadores com complicações internacionais, a Farroupilha não corria o risco de tornar-se guerra de pobres, de tornar-se perigo para a paz social. Era briga de brancos. (Carvalho, 1988, p. 15)

Embora o contexto de guerra narre o heroísmo dos homens e, conseqüentemente, suas ações nas batalhas contra as tropas do Império (na história oficial), o foco na minissérie se concentra nas ações praticadas pelas sete mulheres da família de Bento Gonçalves e por outras mulheres que aparecem ao longo da trama. Inclusive, a própria emissora reforça que a narrativa se desenvolve a partir da visão dessas mulheres, isto é, as batalhas contra as tropas do Império se restringem a um pano de fundo para compor a narrativa.

As personagens-título/protagonistas da minissérie, Manuela (Camila Morgado), Ana Joaquina (Bete Mendes), Maria (Nívea Maria), Perpétua (Daniela Escobar), Caetana (Eliane Giardini), Mariana (Samara Felippo) e Rosário (Mariana Ximenes), são mulheres fortes e destemidas que destoam das narrativas – ficcionais ou não – do período em que se passa a história (século XIX). Afinal, as mulheres desse período (1835-1845) – também representadas por personagens secundárias na minissérie – eram de ficar na retaguarda do marido, participando de maneira velada.

Cabia às mulheres a vida nos bastidores sociais, isto é, cuidar do marido e dos filhos pequenos, dos patrimônios financeiros dos homens que iam para a guerra. Ademais, era destinada às mulheres a responsabilidade de tocar a vida enquanto seus homens estavam cuidando dos interesses da República Rio-Grandense, o que as deixava muitas vezes à mercê da própria sorte, sem dinheiro e, sobretudo, sem proteção (Barbosa, 2016, p. 84-97).

Embora ocorra pouca visibilidade no que tange a participação feminina na Revolução Farroupilha, diversas fontes históricas provam que houve a participação de muitas mulheres nesse ato político e que elas exerceram muita influência, seja em batalhas, como espiãs dos inimigos, ou acompanhando os homens nas batalhas (as

chamadas vivandeiras<sup>5</sup>). Foi esse caminho que a minissérie seguiu ao trazer esse tipo de representação para a televisão (Nunes, 2003, p. 75).

Essas personagens femininas são retratadas com profundidade e complexidade, fugindo dos estereótipos convencionais das representações televisivas das mulheres do século XIX. Elas são apresentadas como figuras transgressoras, que não se limitam aos convencionalismos patriarcais secularmente arraigados nas sociedades.

Esse enfoque oferece um rico campo para a análise histórica e sociocultural, permitindo uma reflexão sobre as representações de gênero e o papel das mulheres em contextos históricos de conflito. A minissérie, ao destacar as experiências e perspectivas das mulheres da família de Bento Gonçalves, proporciona uma visão alternativa e complementar à narrativa tradicionalmente masculina da Revolução Farroupilha.

Dessa forma, *A Casa das Sete Mulheres* não apenas entretém, mas também contribui para o debate sobre a representação da mulher na história e na teledramaturgia, oferecendo subsídios aos historiadores para investigar a representação emancipada dessas mulheres e o impacto de suas histórias na construção da memória coletiva sobre o período da Revolução Farroupilha.

### **3. O perfil emancipador das sete mulheres protagonistas**

Como dito anteriormente, o perfil emancipador das personagens femininas protagonistas de *A Casa das Sete Mulheres* é um ponto instigante dessa obra, uma vez que possibilita e suscita análises sobre a História das Mulheres e, conseqüentemente, dialoga com os estudos feministas, de gênero e de pós-modernidade. Produzida em um contexto pós-moderno, a minissérie oferece uma representação rica e multifacetada das mulheres do século XIX, apresentando-as como agentes ativas de

---

<sup>5</sup> As vivandeiras eram mulheres que seguiam os exércitos e prestavam serviços de apoio aos soldados, como cozinhar, lavar roupas, cuidar dos feridos e, em alguns casos, participar diretamente das batalhas.

suas próprias histórias, em contraste com a tradicional visão passiva e submissa frequentemente associada às figuras femininas na historiografia.

Essas personagens são construídas com profundidade e complexidade, enfrentando os desafios impostos por uma sociedade patriarcal e por um período de guerra. Suas histórias de resistência, luta e sobrevivência refletem uma busca constante por autonomia e reconhecimento, destacando suas contribuições significativas tanto no âmbito privado quanto no público. A minissérie, assim, não apenas recupera essas figuras históricas do esquecimento, mas também as reinventa de maneira a enfatizar sua importância e relevância na narrativa da Revolução Farroupilha.

Essa abordagem emancipada e moderna das personagens permite uma conexão direta com os estudos feministas e de gênero, que buscam entender e desconstruir as opressões históricas e contemporâneas enfrentadas pelas mulheres. A representação de mulheres fortes e decididas, que tomam as rédeas de suas vidas e influenciam o curso dos eventos históricos, dialoga com as teorias pós-modernas que questionam as metanarrativas e promovem uma visão plural e descentralizada da história.

Além disso, ao retratar essas personagens em um contexto pós-moderno, a minissérie reflete as transformações sociais e culturais que marcam o final do século XX e o início do século XXI, quando a produção foi realizada. A reinterpretação das histórias das mulheres da família de Bento Gonçalves através de uma lente contemporânea permite não apenas uma reavaliação do passado, mas também uma crítica e reflexão sobre o presente e o futuro das questões de gênero.

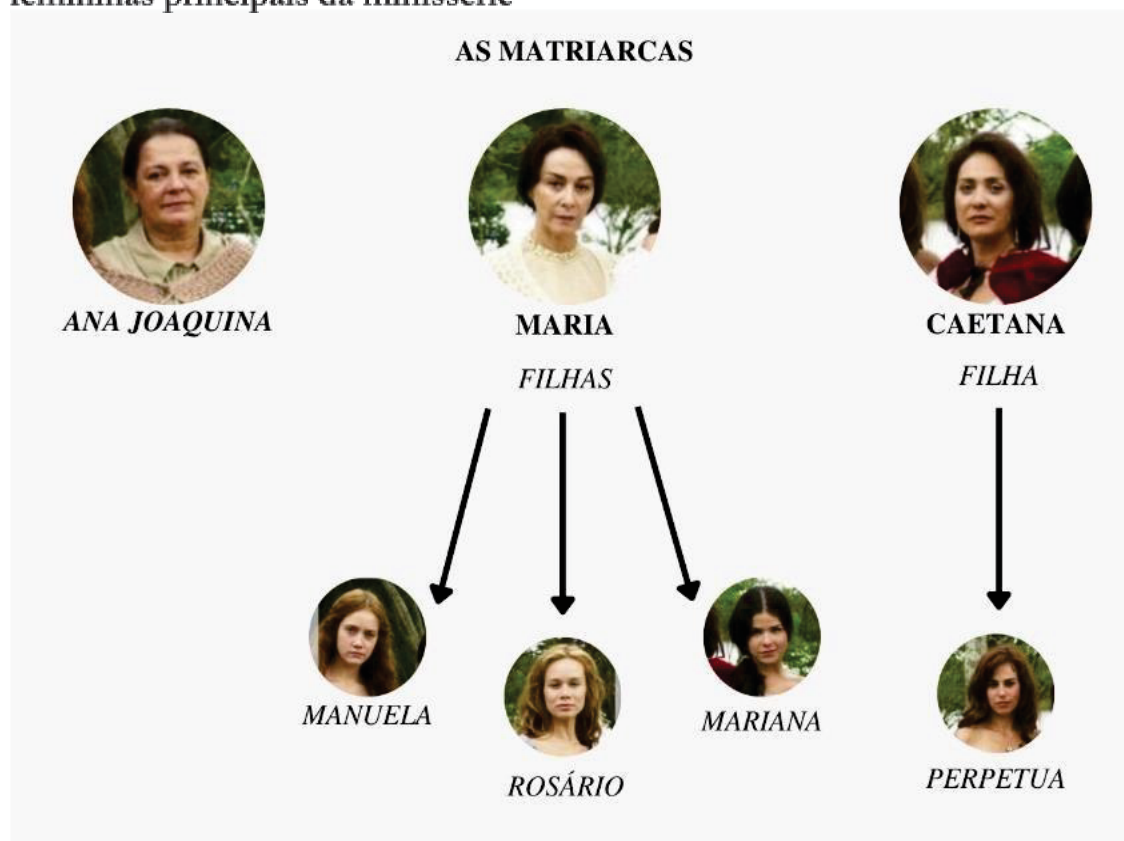
A seguir, analisaremos o perfil das personagens femininas supracitadas, examinando como cada uma delas contribui para a construção dessa narrativa emancipadora e quais são os elementos que tornam suas histórias inspiradoras e relevantes para os estudos contemporâneos de gênero e feminismo.

#### **4. As mulheres da família de Bento Gonçalves: heroínas de saia**

Conforme já salientado, a minissérie *A Casa das Sete Mulheres* apresenta uma narrativa rica e complexa das mulheres da família de Bento Gonçalves, destacando suas trajetórias e papéis durante a Revolução Farroupilha. Essas personagens femininas são retratadas como verdadeiras heroínas, enfrentando desafios pessoais e sociais em um contexto histórico turbulento. Através de suas histórias, a minissérie explora temas de coragem, resiliência e emancipação feminina, oferecendo uma visão profunda e humanizada das mulheres que estavam por trás dos eventos históricos.

O infográfico a seguir ilustra as principais personagens da minissérie *A Casa das Sete Mulheres*, destacando suas contribuições e a importância de suas histórias na construção da narrativa televisiva.

**Figura SEQ Figura \\* ARABIC 1: Infográfico com as personagens femininas principais da minissérie**



Fonte: Elaborado pelo autor

*Ana Joaquina Gonçalves da Silva* (Bete Mendes) é a matriarca da família de Bento Gonçalves. Irmã do líder dos farroupilhas, ela é uma mulher respeitada por



todos. É a dona da Estância da Barra, a fazenda onde as mulheres se refugiam durante o decênio histórico e onde os líderes farroupilhas se encontram quando não estão em conflito. Diferentemente de Maria, Ana Joaquina é bondosa e protetora com todos ao seu redor, inclusive os escravos. Acolhe as sobrinhas como se fossem suas filhas, assim como as irmãs e a cunhada.

A personagem Ana Joaquina representa o arquétipo da boa mãe e boa esposa, aquela que reúne a família para manter a união. Na narrativa, ela funciona como um ponto de equilíbrio para manter a família próxima. Ou seja, seu papel na narrativa vai além do convencional “bom matriarcado”; ela representa a solidez em tempos de turbulência, cuidando da Estância da Barra e oferecendo um porto seguro tanto para seus familiares quanto para os escravos, mostrando uma atitude protetora que desafia as normas da época. A bondade de Ana Joaquina, sua habilidade de manter a família unida e seu papel como ponto de equilíbrio destacam a importância das mulheres como pilares da comunidade, especialmente em tempos de crise.

*Maria Gonçalves da Silva Ferreira* (Nívea Maria) é um contraponto às demais personagens femininas, representando a mulher que, no passado, seguiu os desmandos de seus homens (pai, irmão e esposo), mesmo que contrariada. Maria é irmã de Bento Gonçalves e de Ana Joaquina. Ela chega à Estância da Barra trazendo suas filhas: Rosário, Mariana e Manuela. Conforme descrito na sinopse original da obra, “as três jovens, por razões diferentes, irão se constituir numa fonte de preocupação e problemas para Maria” (Sinopse original, s/d., p. 2), justamente por serem o oposto do que a mãe e a elite farroupilha esperavam das moças solteiras da época.

Portanto, Maria é um contraponto às demais personagens femininas, representando a mulher que seguiu as ordens dos homens de sua família, mesmo que contrariada. Sua rigidez e expectativas em relação às filhas refletem os valores tradicionais da elite farroupilha. No entanto, suas filhas, Rosário, Mariana e Manuela,

desafiam essas expectativas, criando um conflito geracional que evidencia a luta entre as tradições rígidas e as aspirações modernas de liberdade e autodeterminação.

*Caetana García y Gonzáles* (Eliane Giardini) – De acordo com a sinopse<sup>6</sup> original da minissérie, Caetana é esposa de Bento Gonçalves e é dez anos mais jovem que o marido. Ela tem 37 anos e é de origem uruguaia. Devido à sua beleza, desperta o interesse de Bento Manuel (Luís Mello), algoz de seu marido. Em vários momentos da narrativa, Bento Manuel passa para o lado dos farrapos com o intuito de se aproximar de Caetana e afastá-la de Bento Gonçalves. Contudo, tal artimanha sempre se mostra infrutífera, visto que Caetana “o rejeitará e se manterá fiel até o fim ao seu marido” (Sinopse original, s/d., p. 2).

Na minissérie, Caetana demonstra ser uma mulher de personalidade forte, justa e sensual, como o próprio figurino da personagem denota. Ela é, sobretudo, uma boa mãe e esposa, algo que todo homem esperava de uma mulher na época em que a obra é ambientada. De acordo com o livro temático *A Revolução Farroupilha através da minissérie A Casa das Sete Mulheres*, lançado em 2003 pela Editora Globo para promover a minissérie, “nas poucas vezes em que o líder farroupilha Bento Gonçalves deixa a sede da presidência da República Rio-Grandense para descansar, é à esposa Caetana que ele se entrega” (Nunes, 2003, p. 75). Ou seja, a figura da mulher torna-se um sustentáculo para o grande líder farroupilha.

No livro promocional, a pesquisadora Valentina Nunes aborda a sensualidade de Caetana, o modo como o casal se conheceu e, posteriormente, se relacionou, além de sua respectiva composição familiar. Afinal Caetana, com sua beleza e firmeza de caráter, rapidamente conquistou Bento Gonçalves, que viu nela não apenas uma esposa, mas uma verdadeira parceira em suas lutas. A origem uruguaia de Caetana acrescentava uma dimensão internacional ao seu relacionamento, simbolizando a união de culturas e o espírito de resistência que caracterizava a

---

<sup>6</sup> Sinopse é o material produzido pelo autor principal, isto é, o roteirista que criou/projetou a obra e que é disponibilizado para a produção (atores, diretores, cenógrafos, figurinistas, roteiristas etc.) onde contém informações que ajudarão a compor o produto audiovisual como, por exemplo: a síntese da estória, o perfil de cada personagem, os cenários de locação – externo e interno, além de outras informações técnicas.

Revolução Farroupilha. Seu papel como mãe e esposa devotada era complementado por sua sensualidade, um traço que Bento Manuel tentou explorar em sua tentativa de conquistá-la, mas que acabou se tornando uma prova da inabalável lealdade de Caetana ao seu marido. A história de Caetana e Bento Gonçalves ilustra a força e a complexidade das relações pessoais durante tempos de conflito, destacando o papel fundamental das mulheres como pilares emocionais e morais em períodos de turbulência.

Dessarte, Nunes esclarece sobre o casal Bento e Caetana que:

Suas cenas de amor são tórridas, inspiradas na forte ligação mantida pelos dois, fato raro numa época em que homens e mulheres se uniam mais pela conveniência do que por amor. A beleza de Caetana García y Gonzáles, nome da esposa de Bento Gonçalves, por quem ele se apaixonou aos 26 anos, explica a forte atração exercida por ela. Por outro lado, a seduzi-la havia também o magnetismo, o carisma e a força dele. Morena uruguaia de olhos verdes, Caetana tinha 16 anos de idade quando conheceu o futuro marido num baile luxuoso. O número de filhos que tiveram atesta sua paixão. Na minissérie são os personagens Joaquim, Bentinho, Perpétua, Caetano, Leão, Marco Antônio, Maria Angélica e Aninha. Caetana era filha de Narciso García, poderoso estancieiro da região da fronteira, onde Bento negociava com gado e seguia carreira militar. Nessa mesma região, Bento Gonçalves comprou sua primeira fazenda, a Estância do Cristal, para onde se mudaria com Caetana ao final da Revolução Farroupilha. (Nunes, 2003, p. 70)

Percebemos que Caetana e Bento formam o protótipo de casal ideal, mesmo em uma época em que a possibilidade de isso acontecer era ínfima, haja vista que, como mencionado anteriormente, esse período era marcado por casamentos arranjados e negociados pelos pais dos noivos com base em interesses pessoais, sociais e financeiros.

Dentre as sete mulheres, Caetana é a que mais sofre com a revolução, uma vez que fica aflita e amargurada com a ausência do marido e dos filhos que foram para o conflito. Ela também teme a morte dos que ama e a falta de notícias, o que lhe causa grande angústia.

Assim, Caetana é retratada como uma mulher de forte personalidade e grande sensualidade. Sua fidelidade ao marido e sua resistência às investidas de Bento Manuel demonstram sua lealdade e força de caráter. A relação amorosa

intensa entre Caetana e Bento oferece uma rara representação de um casamento baseado em paixão e respeito mútuo, algo incomum para a época. Caetana também sofre intensamente com a ausência e os riscos enfrentados por seus entes queridos, refletindo as dores das mulheres que aguardavam o retorno de seus homens da guerra.

*Perpétua García Gonçalves da Silva* (Daniela Escobar) – Na descrição da sinopse, Perpétua é tida como a mais reservada das moças da família de Bento Gonçalves. Ela é filha do líder farroupilha com Caetana.

Na sinopse original da minissérie, os autores Maria Adelaide Amaral e Walther Negrão a descrevem da seguinte maneira:

Bela como sua mãe, desperta o desejo dos homens e a paixão de um conde italiano - Tito Lívio -, que luta ao lado de seu pai. Perpétua, porém, mantém-se indiferente à corte que lhe fazem. Considerada fria pelas suas primas, vai surpreender a todos ao se apaixonar perdidamente por Inácio Guimarães que ela vê pela primeira vez numa circunstância de muita sensualidade: ao tomar banho apenas de camisola numa noite quente e imaginando-se sozinha, ela depara com Inácio, que teve a mesma ideia de se refrescar, totalmente nu. A visão daquele homem acende pela primeira vez o seu desejo. Porém ela ainda não sabe quem ele é. Vai descobrir no dia seguinte quando ele chega à Estância para uma visita a dona Ana Joaquina, acompanhado de Teresa, sua mulher. Inácio é um estancieiro vizinho que também apaixonado por Perpétua vai visitar muitas vezes a Estância da Barra. A impossibilidade de concretização de sua paixão, alimenta cada vez a atração física entre os dois. Um toque de mãos, um resvalar de corpo, a proximidade de uma dança, incendeiam os dois enamorados. Mas Perpétua tem princípios: jamais se tornará amante de um homem casado, principalmente porque Teresa é uma mulher doente. Só depois da morte desta é que Perpétua e Inácio juntarão seus destinos, mas logo ele também irá para a guerra. Nesse meio tempo Perpétua terá duas meninas e a paixão dos dois durará até o resto dos seus dias. (Sinopse original, s/d. p. 7)

Como vimos, é uma personagem repleta de nuances e complexidades. É uma mulher romântica, idealizada, porém, também uma mulher sensual, cuja sexualidade aflora em cenas como a do banho na cachoeira. A doçura de Perpétua é refletida em seu olhar, e seu figurino, sempre em tons claros, transparece sua tranquilidade e equilíbrio.

No livro de Valentina Nunes, a pesquisadora observa que Perpétua “encarna como ninguém o ideal romântico do início do século XIX, com seus sonhos de

amor e obediência ao futuro marido” (Nunes, 2003, p. 72). A jovem farrroupilha é a que menos contesta as regras sociais impostas, demonstrando disposição para aceitar o casamento por conveniência, algo comum entre as mulheres da elite rio-grandense. A obediência ao marido era um dos pressupostos que a sociedade da época esperava de toda mulher “de família”.

No início da minissérie, Perpétua acredita piamente que seu pai lhe encontrará um bom marido, pois seus pais são um casal que exala amor nos atos mais singelos. Entre as moças solteiras, ela é a mais apegada à religião.

A despeito do perfil da personagem, Nunes tece a seguinte menção explicativa:

Sem a inquietação das primas Manuela, Rosário e Mariana – que lutam contra o destino sem amor da própria mãe –, Perpétua mantém os gestos suaves, revelando um coração conformado até mesmo com a guerra. Dentro do espaço doméstico, certa de que ali chegará o pretendente à altura, enquanto espera Perpétua preenche seus dias tecendo a vida entre bordados e costuras, entre rodopios de bailes e saraus improvisados ao piano. (Nunes, 2003, p. 72)

Além dessas características, Perpétua também representa a dualidade entre o ideal romântico e a realidade brutal da guerra. Sua devoção à família e à religião é constantemente desafiada pelas circunstâncias, forçando-a a encontrar um equilíbrio entre seus sonhos e as exigências do momento.

A personagem Perpétua, portanto, não é apenas um símbolo de pureza e obediência, mas também de resistência e adaptação. Sua jornada na minissérie reflete a luta interna de muitas mulheres da época, divididas entre as expectativas sociais e suas aspirações pessoais. Ela oferece uma visão profunda da condição feminina no século XIX, enriquecendo a narrativa da minissérie com sua presença multifacetada e emocionalmente rica.

Ou seja, Perpétua reúne as características tidas como ideais para a mulher daquele período. Ao longo dos capítulos da minissérie, em vários momentos, Perpétua prefere silenciar e aceitar as coisas que lhe são impostas, diferentemente dos perfis de suas primas, que são envoltas de rebeldia e questionamentos. No

entanto, ao se envolver com Ignácio (Marcelo Novaes), um homem casado cuja esposa (Teresa) está muito doente, Perpétua inicialmente reluta em se entregar a esse amor, mas mais adiante se permite viver essa paixão.

Perpétua é uma figura de aparente serenidade e conformidade, mas sua história de amor com Ignácio Guimarães revela uma profundidade emocional e uma luta interna entre o desejo e os princípios morais. Sua recusa inicial em ceder ao amor por um homem casado mostra seu compromisso com a honra e os valores familiares. Ao mesmo tempo, sua eventual união com Ignácio, após a morte da esposa dele, exemplifica a força do amor verdadeiro contra as convenções sociais.

Essa trajetória amorosa e emocional de Perpétua acrescenta camadas de complexidade à sua personagem, mostrando como mesmo as figuras aparentemente mais conformadas podem esconder uma profunda capacidade de amar e desafiar as normas sociais. Ela se torna, assim, um símbolo de que a busca por felicidade e realização pessoal pode coexistir com a honra e a devoção familiar, mesmo em tempos de grandes dificuldades e mudanças sociais.

*Rosário Gonçalves da Silva Ferreira* (Mariana Ximenes) – Os autores Maria Adelaide Amaral e Walther Negrão descrevem, na sinopse original da minissérie, Rosário como uma moça de 19 anos que é “a mais cidadina das moças da família, sonha conhecer a Europa e o Rio de Janeiro e é a que mais se sentirá exilada na Estância da Barra” (Sinopse original, s/d. p. 2). Rosário demonstra ser a representação da mulher sonhadora: aquela que deseja a liberdade de escolher o próprio marido. Contudo, logo no início da minissérie, vemos que o sonho da jovem não é compatível com o de seu tio Bento Gonçalves, que deseja casá-la com Afonso Corte Real (interpretado por Murilo Rosa), um de seus homens de confiança.

O estilo libertário (ou seria rebelde?) de Rosário é evidenciado logo no primeiro capítulo, quando ela se apaixona perdidamente por Estevão (Thiago Fragoso), um oficial da Corte, rival de sua família no conflito da Farroupilha. Estevão possui todos os predicados que Rosário espera do grande amor de sua vida. Mesmo ao saber que Estevão pertence às tropas imperiais, Rosário não vê essa

circunstância como um empecilho para desistir dessa paixão. Tanto que, posteriormente, ela o acolhe gravemente ferido na Estância e o esconde de sua mãe e irmãs.

Conforme o desenrolar da narrativa, vemos o quanto a Revolução Farroupilha maltrata a jovem Rosário, haja vista que, devido ao conflito – que impossibilitou seu romance com o caramuru –, ela perde a lucidez e a juventude e vê seus sonhos desmoronarem, esperando por um destino que nunca irá se cumprir.

Em suma, Rosário é a personificação da jovem sonhadora e rebelde, desejando liberdade e aventura além das fronteiras da Estância da Barra. Seu amor proibido por Estevão, um oficial da Corte, simboliza a transgressão contra as lealdades políticas e familiares, mostrando o conflito entre o desejo individual e as obrigações impostas pela sociedade. A deterioração mental de Rosário, decorrente da frustração de seus sonhos, ilustra os danos emocionais infligidos pelas rígidas expectativas sociais.

*Mariana Gonçalves da Silva Ferreira* (Samara Felippo) – Na sinopse original da minissérie os autores esclarecem que Mariana, a filha mais nova de Maria “é uma ninfeta de 14 anos quando a guerra começa. Rebelde, irreverente, com um comportamento independente e adiante do seu tempo, diz o que pensa muitas vezes inconveniente, mas sempre graciosa e bem-humorada” (Sinopse original, s/d. p. 6). Por essa descrição, já fica evidente que a personagem difere das demais apresentadas até aqui, pois se põe como uma moça que desafia e, obviamente, desobedece aos padrões culturais impostos na época. Outro fato peculiar sobre a referida personagem é que ela possui um gracejo que reduz a carga dramática destinada às moças solteiras que lutam contra os costumes da época em prol da própria felicidade e amor.

A curva dramática da personagem se dará do meio para o final da minissérie, isto é, quando Mariana engravida do peão João Gutierrez (Heitor Martinez) e sua mãe lhe obriga a abortar a criança, tal como o pai de Maria fizera com ela no passado. Entretanto, Mariana resiste à opressão da mãe e decide manter

a gravidez. Como bem pontuou Nunes em seu livro: “Das três filhas de Maria, apesar da sua insensibilidade em impor às moças seu mesmo destino de desprazer, será Mariana quem mais se aproximará da vida vivida a dois, de intensa troca e paixão” (Nunes, 2003, p. 77).

A despeito dessa relação conflituosa com a mãe, devido à sua desobediência em abortar a criança e manter seu romance com um homem considerado inferior à sua família, Mariana deixará de tentar contato familiar com sua mãe pelo resto de seus dias, algo muito comum de acontecer naquele período em que a minissérie é ambientada, isto é, quando a morte não era utilizada como recurso para lavar a honra das famílias ultrajadas.

Por isso, Mariana, a mais jovem das mulheres, exibe uma rebeldia aberta e uma independência que desafia as normas de seu tempo. Sua gravidez fora do casamento e a decisão de manter o filho contra a vontade da mãe refletem uma rejeição direta das convenções sociais e uma afirmação de autonomia pessoal. A resistência de Mariana em abortar e sua relação com João Gutierrez representam um rompimento com a tradição e um movimento em direção à autodeterminação feminina.

*Manuela de Paula Gonçalves da Silva Ferreira* (Camila Morgado) – Sem dúvida, Manuela é o grande esteio da narrativa. Inclusive, a personagem narra às ações passadas, presentes e futuras. Ela é descrita na sinopse como “romântica, pensativa, calada e misteriosa” (Sinopse original, s.d., p. 9). Assim como suas irmãs, Rosário e Mariana, a jovem também é sonhadora. Diferentemente das irmãs, é introspectiva e, ainda, sensível.

Cabe esclarecer que a história de amor de Manuela e Garibaldi não se restringe apenas à ficção, é real. Inclusive, Manuela (tanto a da minissérie quanto a da vida real) viveu seus 84 anos amando apenas esse homem, a ponto de ficar conhecida como a “noiva de Garibaldi”.



A moça farroupilha era prometida, através de seus pais, a seu primo Joaquim (personagem de Rodrigo Faro). Contudo, foi em Garibaldi (personagem de Thiago Lacerda) que Manuela despertou para o amor. Porém, sua mãe, Maria, não aceita a relação de ambos, visto que o guerrilheiro italiano “era um marinheiro sem raízes, um bravo aventureiro que vivia à mercê da revolução, um homem que a família dela não via como o melhor dos pretendentes” (Nunes, 2003, p. 79).

Porém, esse romance não seria possível, basta ver que Manuela:

era uma porcelana delicada, mais talhada para o amor e a família do que para a guerra. Como sobreviveria ao mau tempo, aos cavalos ariscos e às agruras da guerra? [...] Presa à família, Manuela acabou saindo da vida mas não do coração de Garibaldi, feliz por ela ter-lhe pertencido mesmo que em pensamento. O revolucionário italiano, entretanto, permaneceu para sempre dentro de Manuela, senhor de sua alma e de seu corpo, já que por Garibaldi ela esperou, solteira, o resto de seus dias. (Nunes, 2003, p. 79)

Ou seja, a impossibilidade da concretização da história de amor entre Manuela e Garibaldi já estava predestinada a não vigorar, haja vista que o estilo de vida que o conhecido “herói dos dois mundos” levava era incompatível com o modo de vida que ela, uma moça da elite farroupilha, mantinha.

Manuela, a narradora e coração emocional da história, é uma figura de introspecção e sensibilidade. Seu amor por Garibaldi, embora não consumado, representa um ideal romântico e um vínculo profundo que transcende as limitações impostas pela guerra e pelas expectativas familiares. A devoção contínua de Manuela a Garibaldi, mesmo após sua separação, sublinha a intensidade e a durabilidade do verdadeiro amor, ao mesmo tempo em que destaca o sacrifício pessoal em prol de valores maiores.

A análise das ações e comportamentos dessas mulheres à luz do contexto histórico da Revolução Farroupilha revela a complexidade de suas experiências e a maneira como elas desafiaram e negociaram os limites impostos por uma sociedade patriarcal. Suas histórias oferecem uma visão rica e multifacetada das contribuições femininas para a história e refletem os temas universais de resistência, amor e emancipação.

## **5. Mulheres multifacetadas: a complexidade dos perfis das personagens protagonistas**

Após conhecermos o perfil das sete mulheres farroupilhas que protagonizam a minissérie *A Casa das Sete Mulheres*, é fundamental verificar o contexto de pós-modernidade em que a obra está circunscrita. Essa análise nos permitirá compreender como as personagens foram construídas e representadas dentro de uma narrativa que dialoga com questões contemporâneas sobre gênero, feminismo e identidade.

O contexto pós-moderno em que *A Casa das Sete Mulheres* foi produzida permite uma reinterpretação das histórias dessas mulheres, destacando suas complexidades e nuances. A pós-modernidade questiona as narrativas históricas tradicionais e celebra a diversidade de perspectivas, o que se reflete na construção dessas personagens multifacetadas. A obra não apenas recupera figuras femininas do passado, mas também as reinventa de maneira a enfatizar sua relevância e importância nas discussões contemporâneas sobre gênero e identidade.

A minissérie, portanto, serve como um ponto de partida para reflexões mais amplas sobre a condição feminina, tanto no contexto histórico da Revolução Farroupilha quanto nas discussões contemporâneas sobre empoderamento e igualdade de gênero. Ao representar mulheres que desafiam as normas e lutam por seus próprios destinos, *A Casa das Sete Mulheres* oferece uma visão rica e multifacetada das contribuições femininas para a história, ao mesmo tempo em que dialoga com as questões e debates atuais sobre o papel das mulheres na sociedade.

## **6. A ambiência de Pós-Modernidade na minissérie A Casa das Sete Mulheres**

No período que compreende os anos finais do século XX e início do século XXI, em especial, a TV Globo direcionou sua teledramaturgia para a tarefa de trazer representações ficcionais que funcionavam como um reforço da identidade do país. Inclusive, a emissora trouxe abordagens históricas de períodos longínquos para a atualidade, a partir de representações teledramatúrgicas tanto no formato de

telenovela quanto no de minissérie, como, por exemplo, nas seguintes obras: *Terra Nostra* (1999), *A Muralha* (2001), *Aquarela do Brasil* (2000), *Esperança* (2002), *O Quinto dos Infernos* (2002) e *A Casa das Sete Mulheres* (2003).

Tais representações eram amplificadas justamente para demonstrar ao público a grandiosidade dessas tramas, além de estimular nos telespectadores um orgulho da história do país, que naquela altura estava envolto nas comemorações dos 500 anos de seu “descobrimento”. Não obstante, embora houvesse um alto capital financeiro por parte da emissora em produzir essas peças históricas na seara da teledramaturgia, essas representações eram superficiais, pois não apresentavam a densidade que as temáticas exigiam. Assim, se fundavam mais como uma alegorização do que como um resgate histórico, o que ocorria, pontualmente, por serem produtos mercadológicos.

Nosso objeto de estudo, a minissérie *A Casa das Sete Mulheres*, insere-se dentro desse contexto, visto que é uma obra permeada de elementos pós-modernistas, justamente por possuir as seguintes características: ser uma produção massificada; utilizar toda a tecnologia pós-moderna; inserir-se num circuito mercadológico; fazer uso dos meios midiáticos de maneira exacerbada; e amparar-se na tradição, que é um elemento fundante.

Contudo, ao mesmo tempo em que é respaldada na tradição, a minissérie possui todas as características pós-modernas. Por ser do campo audiovisual, aglutina pessoas, desperta paixões, agrega seguidores que se identificam com as manifestações e ressignifica características de outros tempos. Além disso, traz o sentimentalismo na narrativa, diálogos com abordagens contemporâneas e figurinos femininos que lembram aqueles presentes em nosso cotidiano (por exemplo, as mulheres com vestidos decotados).

A narrativa inclui abordagens que, além de serem práticas incólumes do pós-modernismo, são pautas discutidas na contemporaneidade do tempo de produção da minissérie (2003), como emancipação feminina e sexualidade.

## 7. A sexualidade das mulheres farroupilhas

No tocante à sexualidade, é sabido que o modo como a concebemos e as normas que a regem são culturais. Inclusive, seu significado (assim como o do corpo, sobretudo o feminino) depende de processos histórico-culturais que permeiam as sociedades.

Nesse sentido, o filósofo francês Merleau-Ponty (2006) afirma que o homem é uma ideia histórica, logo, não é apenas uma espécie natural. A partir do estudo do autor, podemos compreender por que há, na atualidade, um debate no campo das ciências sociais a respeito dos limítrofes entre a cultura e a natureza humana. Isso acontece, sobretudo, porque existe uma interface entre as duas esferas, o que acarreta consequências como, por exemplo, a repreensão, principalmente sobre o corpo feminino, que é, secularmente, controlado pelos homens.

Em vista disso, a minissérie consegue romper tabus, pois há inúmeras cenas em que a sexualidade das mulheres e o domínio sobre seus próprios corpos são acentuados. No primeiro capítulo de *A Casa das Sete Mulheres*, temos Rosário (Mariana Ximenes) se banhando livremente numa cachoeira em companhia de Luzia (Amanda Lee), uma das empregadas de sua família, de origem indígena<sup>7</sup>. Contudo, essa liberdade dura pouco, pois logo em seguida chegam os caramurus. Temerosas, ambas as moças saem correndo, fugindo do local seminuas, até que são perseguidas por um dos soldados<sup>8</sup>. Luzia não se curva para seu algoz e enfrenta uma batalha corporal contra o caramuru, conseguindo se salvar. Porém, o soldado persegue Rosário, que é agarrada pelo homem, que rasga seu vestido e beija seus seios.

Nessa ação, temos uma situação de ultraje à integridade feminina, visto que o soldado tem um confronto corporal com uma mulher e, posteriormente, apropria-se de um corpo feminino, impondo sua força física para se aposar sexualmente de Rosário – que, aliás, era uma donzela, conforme preconizavam os

---

<sup>7</sup> A minissérie também inova ao abordar a violência perpetrada à uma mulher indígena. De acordo com a militante feminista Daniela Moraes Brum (2020, p. 42-43): “no mundo, uma em cada três mulheres indígenas já foi estuprada. No entanto, diversos estudos que falam sobre a porcentagem de estupros no Brasil só citam mulheres brancas, amarelas e pretas em suas estatísticas”.

<sup>8</sup> Personagem sem nome. Vivenciado pelo ator Fábio Gabriel.

costumes da época entre as moças de boa família. Ao trazer essa representação, a minissérie demarca a temporalidade da narrativa, isto é, o século XIX, e também demonstra a astúcia da mulher contemporânea, que não fica inerte ao autoritarismo do sexo masculino.

O desfecho dessa situação dramática se resolve demarcando outra funcionalidade de um produto melodramático: o amor. Afinal, é outro caramuru que a salva, no caso, Estevão (Thiago Fragoso), que mata o soldado que tenta violentar sexualmente Rosário. A partir disso, estabelece-se um clima de romance entre eles, que vai perdurar toda a trama.

Ainda no tocante à sexualidade, a minissérie traz outra característica da contemporaneidade para a narrativa do século XIX, que, aliás, difere do livro homônimo escrito pela autora Leticia Wierzchowski, visto que mostra Manuela e Garibaldi copulando antes de um possível casamento. Isto é, numa época em que era algo extremamente proibido de acontecer, basta ver que as moças da elite deveriam se casar virgens. Afinal, era um dos preceitos que a moralidade da sociedade imperial exigia das mulheres, pois apregoava que a mulher deveria permanecer casta até seu casamento e, após casada, permanecer fiel ao seu esposo (Samara, 1989).

Na minissérie, Manuela está muito envolvida (sentimentalmente e sexualmente) com o homem que elegeu para amar por toda sua vida e, por isso, rompe com todas as regras de moralidade existentes, não apenas na sociedade em que se encontra inserida, mas também no seio familiar, para se entregar, literalmente, de corpo e alma a esse romance.

A minissérie ainda avança – diferentemente do romance histórico – quando evidencia a sexualidade da personagem Manuela. Através dos diálogos, Giuseppe verbaliza o quanto se sente atraído sexualmente pela moça, exalta sua beleza e beija seu rosto, fazendo com que Manuela se sinta realizada. O estágio de êxtase da sobrinha de Bento Gonçalves é tamanho que uma lágrima rola sobre seu rosto, o que dá um tom poético à cena, juntamente com a música de fundo da trilha sonora.

Outro detalhe que é evidenciado – nessa passagem em específico – é a parcial nudez da personagem. Com os seios à mostra – em primeiro plano – é lançado ao telespectador que aquela personagem romantizada também pode ser sexualizada.

Contudo, o jogo de luzes se torna imprescindível para não ocorrer à erotização da personagem. Garibaldi também aparece como um *gentleman*, beijando-a de maneira lenta e não afoita, algo que é essencial para não quebrar o romantismo que paira sobre o casal e sua narrativa de paixão proibida. As lamparinas que compõem o cenário também corroboram para haver essa ludicidade na relação que permeia a narrativa do casal.

Nas falas e nos gestos de Manuela fica claro para o telespectador que a personagem quis cometer o ato sexual, não foi induzida/coagida a estar ali. Tanto é que acaricia os braços de Giuseppe enquanto diz (sem o moço lhe perguntar nada): “Não! Nunca! Jamais me arrependerei da noite mais bela da minha vida”. Aqui, percebemos o protagonismo da mulher que a minissérie retratou, pois é mostrada uma mulher circunscrita dentro de paradigmas sociais que são por ela rompidos em prol do grande amor de sua vida. Aqui, ela rompe uma barreira e não apenas tem ciência disso como também prova ao seu amado o ato transgressor que faz por amor a ele.

Podemos dizer que a inserção da sexualidade de Manuela é um advento pós-moderno inserido pelos autores da minissérie, isto é, utilizaram o comportamento anacrônico para moldar a atitude/perfil da personagem que está inserida no século XIX.

Concomitante a isso, é preciso esclarecer que o corpo, o sexo e, conseqüentemente, a sexualidade são recursos biopolíticos amplamente presentes na pós-modernidade. Logo, estão por si só implícitos nas discussões sociais. De acordo com o sociólogo francês Michel Bozon, a “construção social tem um papel central na elaboração da sexualidade humana [...] os homens não sabem mais se comportar sexualmente por instinto” (Bozon, 2004, p. 13). Isto é, a sexualidade se torna uma construção social adquirida a partir das relações e trocas culturais.

E essa premissa não é, exclusivamente, vinculada ao século XXI – momento em que a minissérie foi produzida e exibida –, mas sim algo atemporal, visto que o sexo nunca foi apenas uma estrutura biológica, afinal sempre foi uma ferramenta de dominação e controle. E assim como o gênero, é visto também como um artefato cultural, porque “a rigor, talvez, o ‘sexo’ sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revele absolutamente nenhuma” (Butler, 2003, p. 25).

Sendo assim, é compreensível caracterizar a chamada “natureza humana” como resultado de um “mecanismo social” que naturaliza o poderio masculino como ditador das regras referentes à sexualidade e suas congêneres nas sociedades. Não obstante, sobre essa abordagem (sexo entre Garibaldi e Manuela), a roteirista Maria Adelaide Amaral explicou no programa *Ofício em Cena*<sup>9</sup> que tal inserção dramaturgica se fez necessária, pois o público de *A Casa das Sete Mulheres*, na visão da autora, não iria aceitar aquela mocinha inerte vendo seu homem esvaír de suas mãos sem tomar nenhuma atitude. Segundo Amaral:

logo nos primeiros capítulos, o [Walther] Negrão virou pra mim e disse: “Essa Manuela tá [sic] muito chata, ela fala que ‘saudades de Garibaldi!’. Você precisa soltar essa mulher a procura de Garibaldi”. Eu falei: “Mas em plena a guerra, uma menina de classe média, de classe social alta, não saía. Só [saía] as ‘chinas’, as prostitutas que saíam atrás dos soldados”. Ele disse: “Ela vai sair!”. E foi uma coisa maravilhosa, porque eu falava: “Mas isso não aconteceu na vida real. A Manuela jamais saiu de casa, da Estância”. Mas ele disse: “Não interessa, isso é outra coisa”. Então ele me deu, ele me ensinou... Eu fiquei chocada, a Letícia Wierzchowski, que é a autora do livro, quando viu a Manuela transando com o Garibaldi ela ligou pra mim e falou assim: “Estou constrangida”. Eu falei: “Eu também, minha filha. Mas fazer o que? É isso aí. É a vida, é isso aí, teledramaturgia é isso” (risos). Então a contribuição do Negrão, entre muitas coisas, serviu para deixar a história mais saborosa, muito mais interessante, muito mais importante (Globoplay, 2016)

A partir dessa fala de Maria Adelaide Amaral, podemos perceber que um produto ficcional televisivo como a minissérie *A Casa das Sete Mulheres* não busca um compromisso histórico com a realidade. Muitas vezes, isso ocorre para atender o receptor, isto é, o público que consome aquele gênero televisivo. No caso dessa

---

<sup>9</sup> Programa de entrevistas com atores, roteiristas, diretores, cenógrafos, figuristas e demais profissionais que trabalham com dramaturgia televisiva. O programa foi ao ar pela GloboNews, entre 2015 e 2019, tendo sido apresentado pela jornalista Bianca Ramoneda.

passagem envolvendo a personagem Manuela, percebemos ainda que há o fator da contemporaneidade que, de maneira implícita, foi incorporado na narrativa. Ou seja, o fato de os autores perceberem o tipo de reação que os telespectadores da minissérie esperavam da personagem Manuela diante daquela circunstância fez com que esses profissionais mudassem a ação da personagem para que ela se adequasse ao desejo (contemporâneo) do público, mesmo não sendo condizente com a temporalidade histórica na qual a narrativa estava inserida. E as pessoas que consumiam essa minissérie tinham esse “desejo” em relação à Manuela, justamente porque é o que se espera de uma mulher da pós-modernidade.

A questão da sexualidade permeia, a seu modo e espaço, quase todas as mulheres protagonistas da minissérie e está arraigada nas atitudes ou falas dessas personagens. No 33º capítulo, por exemplo, Mariana, curiosa para saber como foi a primeira noite de amor de sua prima Perpétua, lhe pergunta:

MARIANA (afoita): Como será ficar nua na frente de um homem? E ser tocada por ele? E tocá-lo com a respiração entrecortada, pele com pele, boca com boca [...] (Tv Globo, 2003, capítulo 33)

A partir da fala de Mariana, percebemos que a mulher do século XIX chegava à noite de núpcias completamente leiga no tocante ao sexo. Isto é, não sabia como se comportar, o que acontecia, se doía... O pouco conhecimento que possuía era derivado das experiências vivenciadas e compartilhadas por outras mulheres ou observadas vendo como o sexo acontecia entre os animais, o que não correspondia com a realidade, principalmente porque o sexo era visto de maneira pudica e, assim sendo, nem tudo que acontecia era de bom tom ser compartilhado.

## 8. Considerações finais

Ao longo deste artigo ficou evidente o quanto a minissérie *A Casa das Sete Mulheres* é uma importante fonte de pesquisa histórica, sobretudo por trazer representações fortes do feminino. As personagens femininas diferem do contexto em que a obra é ambientada, ou seja, no século XIX, pois são mulheres ativas socialmente, impetuosas, corajosas e, sobretudo, conscientes da realidade em que estão inseridas. A partir deste estudo buscamos evidenciar a proposta da minissérie:



apresentar uma percepção contemporânea sobre o feminismo e a perspectiva de gênero que aparece na literatura.

Com isso, desvelamos como a ficção (minissérie), respaldada numa obra literária (romance histórico), teve a pretensão de ser uma minissérie histórica, ou seja, capaz de trazer uma estória tal qual a História. Assim, buscamos recuperar o conhecimento histórico para fazer um contraponto e evidenciar que nem a ficção nem a obra literária deram conta do acontecimento histórico – em sentido macro –, visto que nenhuma das duas optou por ter essa perspectiva histórica/historiográfica. Afinal, os roteiristas não estão escrevendo a História da Revolução Farroupilha ou a História das Mulheres na Revolução Farroupilha, mas sim uma narrativa ficcional inserida no contexto histórico da Revolução Farroupilha.

Com esse intuito, tanto a minissérie quanto a obra literária de Letícia Wierzchowski fizeram pesquisas históricas para compreender as questões colocadas nas respectivas obras ficcionais. Porém, cabe lembrar a todo o momento que nenhuma das duas é uma obra historiográfica. Tanto o livro *A Casa das Sete Mulheres* quanto à minissérie homônima não tiveram a preocupação de produzir uma peça historiográfica. O que comprova essa constatação é que a minissérie não quis se manter fiel à obra literária, visto que tinha outros objetivos, como passar ao telespectador uma visão diferenciada daquelas pessoas, utilizando recursos tecnológicos e audiovisuais sobre aquele mesmo fenômeno (Revolução Farroupilha), que não é o mesmo da obra literária. O mesmo ocorre com o livro que originou a minissérie, pois, embora seja uma literatura histórica, não tem o compromisso de recuperar e produzir uma peça historiográfica, pois não é dessa área específica.

Por fim, pudemos observar também que a minissérie, ao optar por uma representação com viés de empoderamento/emancipação das mulheres farroupilhas, deu voz a estas e, atrelada a um contexto histórico masculino como a Revolução Farroupilha, possibilitou inovações no campo da teledramaturgia. Esse evento histórico sempre foi representado tradicionalmente sob a ótica dos homens. Ou seja, a minissérie assume uma posição crítica e contemporânea sobre um fenômeno

histórico transcorrido num período (século XIX) em que as mulheres ficavam à margem do masculino/patriarcado.

Assim como *A Casa das Sete Mulheres*, há muitos outros produtos de teledramaturgia (telenovelas, minisséries e séries) capazes de desencadear análises historiográficas necessárias para a compreensão de nossa sociedade em todas as suas matizes e de modo secular.

## REFERÊNCIAS

BALBINO, Jéfferson. **Teledramaturgia** – o espelho da sociedade brasileira. São Paulo: Gostri, 2016.

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. As Mulheres da Elite Farroupilha: Papéis de Gênero e Família (RS, 1835-1845). **Revista Cantareira**. V. 24, jan.-jun., 2016.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas** – introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.

BORGES, Gabriela e REIA-BAPTISTA, Vítor. (Orgs.). **Discursos e práticas de qualidade na televisão**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

BOUDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRUM, Daniela Moraes. **Feminismo pra quem?** Para todas as mulheres, inclusive, para aquelas que julgam não precisar dele. Bauru: Astral Cultural, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das Sombras: a política imperial**. São Paulo: Vértice – Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, 1988.

FREIRE FILHO, João. O debate sobre a qualidade da televisão no Brasil: da trama dos discursos à tessitura das práticas. In: BORGES; REIA-BAPTISTA. **Discursos e práticas de qualidade na Televisão**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

GLOBOPLAY. **Ofício em Cena**. Apresentação de Bianca Ramoneda. Roteiro Bianca Ramoneda e Eliane Camolesi. Direção de Cristina Aragão. Programa exibido

na GloboNews em 17 de maio de 2016. Disponível:  
<https://canaisglobo.globo.com/assistir/globonews/oficio-em-cena/v/5031247/>.  
Acesso em 05/03/2023.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC, 2001.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: SENAC, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução de Carlos Alberto R. Moura. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NUNES, Valentina. **A Revolução Farroupilha através da minissérie A Casa das Sete Mulheres**. São Paulo: Editora Globo, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX**. São Paulo: Editora Marco Zero / Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SINOPSE Original. **A Casa das Sete Mulheres**. s/d.

THOMPSON, Kristin. **Storytelling in film and television**. Cambridge, London: Harvard University Press, 2003.

TV GLOBO. **A Casa das Sete Mulheres**. 51 capítulos, 2003. Autores: Maria Adelaide Amaral e Walther Negrão. Colaboradores: Vincent Villari e Lúcio Manfredi. Direção-Geral: Jayme Monjardim e Marcos Schechtman. Núcleo de Jayme Monjardim. Elenco Principal: Camila Morgado, Eliane Giardini, Nívea Maria, Bete Mendes, Mariana Ximenes, Daniela Escobar, Samara Felippo, Thiago Lacerda, Werner Schünemann, dentre outros.

WILLIAMS, Raymond. **Television: technology and cultural form**. London, New York: Routledge, p. 89-96, 2003.

## REPRESENTAÇÃO NOS DOCUMENTÁRIOS SOBRE RAMON LLULL: A Fase Pré “any Llull” (1982-2007)

Márcio Vinícius Medeiros de Santana <sup>1</sup>

Artigo recebido em: 23/ 02/ 2024

Artigo aceito em: 01/ 10/ 2024

### RESUMO:

O presente artigo corresponde aos resultados obtidos durante a pesquisa que ocorreu de 2022 e 2023, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cujo projeto buscou examinar e interpretar os primeiros documentários que tinham por objetivo contar a história do pensador maiorquino Ramon Llull (c. 1232-1316). Portanto, tendo noção desse cenário de disputa que é o campo das representações, foi possível por meio dessa pesquisa observar, nas produções audiovisuais, nos documentários, a evolução das produções que retratam a persona de Llull, o desenvolvimento de suas inúmeras facetas, seus objetivos latentes e a relação entre os documentários com a época em que foram produzidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ramon Llull; Idade Média; História Cultural; documentários; representações históricas.

### REPRESENTATION IN DOCUMENTARIES ON RAMON LLULL: the pre “Any Llull” phase (1982-2007)

### ABSTRACT:

This article corresponds to the results obtained during the research that took place in 2022 and 2023, in the Institutional Program for Scientific Initiation Scholarships (PIBIC), linked to the Federal University Of Paraíba (UFPB), whose project sought to examine and interpret the first documentaries that aimed to tell the story of the Mallorcan thinker Ramon Llull (c. 1232-1316). Therefore, being aware of this scenario of dispute that is the field of representations, it was possible through this research to observe, in audiovisual productions, in documentaries, the evolution of productions that portray Llull's persona, the development of his countless facets, his

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7114086930302651>; e-mail: [maciomedeiros2018@gmail.com](mailto:maciomedeiros2018@gmail.com) Faz parte do Grupo de Estudos Medievais — GRADALIS vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e certificado pelo CNPq.

objectives latent aspects and the relationship between documentaries and the time in which they were produced.

**KEYWORDS:** Ramon Llull; Middle Ages; Cultural History; documentaries; historical representations.

## 1. Introdução

Esta pesquisa teve como objetos de estudo quatro documentários que foram produzidos antes de um evento mundial chamado *Any Llull* (2015-2016), que foi responsável por atualizar o que se conhece a respeito da pessoa de Ramon Llull e consequentemente das produções que o retratam. Logo, a ideia por trás disso foi justamente a de examinar e estudar os traços presentes nos documentários que vieram antes desse evento que marcou os 700 anos de morte do pensador maiorquino. Por esse motivo, examinamos as produções que foram elaboradas a partir da década de 1980 até 2007, são essas: *La Nostra gent- Ramon Llull*<sup>2</sup> produzida pelo Arxiu TVE Catalunya (1982); *L'aventura dels catalans - Ramon Llull*<sup>3</sup>(1984), lançado pela TVE Catalunya; *Ramon Llull- Ciència i Acció*<sup>4</sup>(1994); e *Phantasticus el canto de Ramon*<sup>5</sup>(2007) produzido pela Televisió de Catalunya, La Perifèrica Produccions, Oberón Cinematogràfica, Institut Ramon Llull e IB3 (Televisió de les Illes Balears).

Trata-se, até onde verificamos, de alguns documentários que não receberam nenhuma abordagem acadêmica, seja no Brasil ou no exterior. Ademais, vale ressaltar a importância em abordar esses trabalhos audiovisuais que relatam sobre a vida e obra de Ramon Llull, principalmente os elaborados por empresas vinculadas ao Estado espanhol e da região da Catalunha, como é o caso dos documentários que

---

<sup>2</sup>Disponível em:

<https://www.rtve.es/play/videos/la-nostra-gent/arxiu-tve-catalunya-nostra-gent-ramon-llull/3662460/>

<sup>3</sup>Disponível em:

<https://www.rtve.es/play/videos/altres-programes-darxiu/arxiu-tve-catalunya-laventura-dels-catalans-ramon-llull/3660203/>

<sup>4</sup> Disponível em: <https://vimeo.com/128364286>

<sup>5</sup>Disponível em:

<https://www.ccma.cat/tv3/alcanta/programa/Phantasticus-El-cant-de-Ramon/video/321149/>

estudamos: eles são, ao mesmo tempo, produtores e reprodutores de cultura, cujo estudo acaba se tornando basilar para a compreensão do imaginário social. Acrescenta-se ainda a necessidade de estudar essas reportagens documentais por conta da sua recepção, porque elas levam para o conhecimento público quem foi o pensador Ramon Llull, um dos mais esforçados escritores da Idade Média.

Com o objetivo de estudar os quatro documentários, levaremos em consideração o lugar em que foi criado, o contexto social e o momento de produção e consumo pelo público espanhol. Como sabemos, todo filme fala do “presente (ou ‘diz’ algo do presente, do aqui e do agora de seu contexto de produção)” (Vanoye; Goliot-Lété, 1994, p. 55). E, portanto, não podemos negligenciar “a significação do filme no seu contexto socioeconômico e político” (Lagny, 2009, p. 124). Tendo isso em mente, é notório que esse material pode conter discursos voltados para fins políticos, econômicos, religiosos etc., mensagens carregadas de elementos ideológicos, quer explícitos, quer implícitos.

De forma geral, abordaremos os pontos subsequentes: 1) contextualização histórica e fílmica; 2) processo de criação artística e industrial; 3) produção; 4) distribuição; 5) exibição; 6) análise do filme; 7) elementos ideológicos e estéticos; 8) contextualização na mídia; 9) impacto do filme (Valim, 2012, p. 296). Evidentemente, não temos em vista apenas apontar os erros e acertos desses documentários, por exemplo, o quanto de historicidade eles obtiveram na reconstituição da trajetória de Ramon Llull. Essa metodologia é insuficiente, muito menos deve ser a prioridade (Napolitano, 2011, p. 237).

Logo, de maneira simplificada, podemos definir que nosso objetivo nessa pesquisa é o de constatar a evolução das produções audiovisuais acerca da figura do escritor medieval Ramon Llull e as mudanças das suas representações que estão presentes nessas produções pré “*Any Llull*”. E de maneira mais específica, buscamos examinar os primeiros documentários produzidos na Catalunha acerca deste pensador e assim perceber as mudanças e pequenas nuances presentes nessas

produções audiovisuais, para assim compreender o contexto social em que foram produzidas.

A princípio, os documentários pareciam ser apenas obras com o objetivo singelo de somente repassar informações. Mas realizando uma abordagem historiográfica de acordo com as noções da História Cultural, conseguimos visualizar certos aspectos interessantes. Nesse sentido, o conceito de representação nos pareceu servir perfeitamente para o propósito desta pesquisa. Como bem indica o historiador Roger Chartier, nós “podemos aprender e conhecer muito de um povo e do seu meio social ao examinarmos a produção das representações que são feitas acerca de sua cultura” (Chartier, 1990, apud. Barros, 2005, p. 131.). Em outras palavras, as representações que encontramos na mídia derivam não somente de um interesse representativo qualquer, mas são reflexos de fatores externos, como cultura, o espaço geográfico, interesses políticos e da composição dos próprios produtores da obra.

Portanto, seguindo essa ótica, fomos capazes de perceber, ao observar a composição desses documentários, certos aspectos acerca do período de sua produção e das necessidades sociais vigentes. E que de maneira progressiva, cronologicamente falando, os documentários demonstram uma marcante evolução tecnológica e uma interessante variação das facetas de Lull dentro do campo das representações.

Ademais, vale frisar que muito do que pesquisamos neste trabalho não se trata de noções finalizadas, mas sim de fortes hipóteses que podem contribuir para estudos futuros. Isso ocorre justamente porque a formação de hipóteses faz parte do processo da pesquisa historiográfica. Como bem demonstra a Natalie Zemon Davis em sua obra *O retorno de Martin Guerre* (1987): “o que eu ofereço ao leitor, é, em parte, uma invenção minha, mas uma invenção construída pela atenta escuta das vozes do passado” (Davis, 1987, p. 21). Ou seja, não devemos temer os “possivelmente”, nem as hipóteses na pesquisa histórica caso estejam apoiadas em

boas fontes e confiáveis métodos, porque elas fazem parte desse processo. Afinal é impossível reviver o passado na sua totalidade.

## 2. *La Nostra gent*- Ramon Llull (1982)

Um dos primeiros documentários acerca da temática, contando com 27 minutos de duração, é o *La Nostra Gent- Ramon Llull* que foi lançado em 1982. Esta é uma produção da RTVE.es (Radio Televisión Española) em parceria com a Arxiu TVE Catalunya<sup>6</sup>, uma empresa estatal que trabalha na divulgação e produção de programas e documentários principalmente acerca da cultura catalã.

Iniciando com uma exposição do próprio diretor, o jornalista Manuel Ibáñez Escofet, que também faz a mediação do programa, este documentário se baseia em um discurso central, o qual relata cronologicamente a vida e os feitos do escritor e filósofo Ramon Llull. Nesta narrativa, a produção busca desmentir, através de seu discurso, alguns títulos que foram empregados ao filósofo de maneira equivocada e ainda ressalta sua importância para a cultura catalã. Ademais, em conjunto com o discurso são exibidas gravuras de Llull, imagens de suas produções, filmagens da ilha de Maiorca e entrevistas com teólogos, filósofos e especialistas em literatura catalã medieval. É notório que esse grande e diverso elenco de pessoas estava ali principalmente para conceder um carácter mais verídico para a produção.

Segundo a narrativa e representação desta primeira produção, este personagem, nascido na ilha de Maiorca, foi um missionário dedicado e um fabuloso escritor. Llull acabou destacando-se por suas viagens marítimas e por ter desenvolvido uma coletânea de mais de 210 livros, os quais foram escritos em três idiomas: latim, árabe e catalão. Contemplando diversos gêneros como poemas, romances e novelas, os seus livros ficaram conhecidos em grande parte do Mediterrâneo por conta das suas viagens missionárias. Inclusive, dentre essas produções estão as primeiras obras escritas no idioma catalão, o que consequentemente auxiliou no reconhecimento deste idioma e da sua cultura em

---

<sup>6</sup> Este é um arquivo da Radio Televisión Espanhola que ficou delegada à região da Catalunha.



muitas partes do mundo. Esses grandes feitos acabaram resultando no reconhecimento de Ramon Llull como “pai da língua catalã”. Além disso, a descrição acerca do beato nos informa que ficou conhecido não apenas por ter sido um grande missionário, viajante e escritor, mas também por ter sido um grande cientista: Llull foi responsável pelo desenvolvimento de um novo método científico baseado em organizações combinatórias. Este método foi nomeado por ele mesmo de *Arte Maior* e, logo depois, de *Arte Geral*, sendo desenvolvido em vários livros de sua autoria.

Saindo da descrição e partindo para a análise de *La Nostra gent- Ramon Llull*, em um primeiro momento, achávamos que o documentário aparentava apenas relatar sobre a vida de um homem e sua contribuição para a cultura de uma região da Espanha. Entretanto, ao pensarmos no local em que foi produzido e no seu contexto político-social da época, ficou claro que aspectos sociais estavam influenciando certos atributos desta obra. Suspeitamos que um deles possivelmente foi o movimento de separação entre a Catalunha e Espanha.

A Catalunha é uma região que se localiza no nordeste da Espanha, bem próxima à França, cuja cidade mais rica é Barcelona. Embora faça parte da nação espanhola, sua primeira língua é o catalão, a cultura e a história também se diferenciam da região central, e foram justamente essas diferenciações que acabaram propiciando discursos separatistas. Tal situação levou o ditador Francisco Franco(1892-1975) a reprimir grupos étnicos como os catalães e os bascos durante a ditadura franquista(1939-1975), buscando acabar com essas políticas. Com a morte de Franco, a ditadura teve seu fim, viu-se então a promulgação da constituição de 1978, que concedia autonomia e liberdade<sup>7</sup> para essas regiões reprimidas (Silva, 2019).

---

<sup>7</sup>Essas concessões de autonomia foram tentativas de respeitar as etnias, para mantê-las unidas com o estado espanhol, visto que o nacionalismo da Espanha não transmitia esse sentimento de unidade (SILVA,2019).

Percebendo que havia se passado pouco tempo do fim da ditadura franquista até a produção deste primeiro documentário, notamos que a exaltação de uma figura histórica como Ramon Llull, exaltado e afirmado como fruto propriamente catalão, seria uma consequência desse cenário. Esse ato denota um fortalecimento do carácter formativo cultural, e termina cooperando no processo de emancipação dessa região. Esse traço na sua representação é necessário porque no mundo capitalista apenas uma fronteira não é mais o suficiente para diferenciar povos e regiões (Braga, 2010). Mas a formação de símbolos e o controle das redes de informações e comunicação são indispensáveis nesse processo de formação de identidade.

Outro fator que nos fez reforçar esse poder da influência separatista na representação de Ramon Llull está no fato de que a sua imagem de patriarca no documentário, sendo reafirmada em obras seguintes, pode ser entendida como resposta para uma necessidade latente. Isto é, a necessidade de um “pai” para a literatura catalã. Este ato reforça e singulariza ainda mais os traços culturais e identitários de um povo. Ótimos exemplos disso são Camões, símbolo clássico de Portugal, e Shakespeare, que representa o mesmo para a Inglaterra. Contudo, este não é um processo tão simples.

Sem sombra de dúvidas, a forma em que foi construída essa representação de Raimundo Lúlio, de “pai” cultural e linguístico da Catalunha, não é oriunda somente da necessidade de criação de um patrono cultural ou uma homenagem a este grande escritor. Como já abordamos, o ideário separatista é vivo e tem fortes traços, o que nos leva a entender o espaço/território como um local mais complexo do que apenas um palco de eventos, mas como um forte catalisador de necessidades. Estamos falando aqui de uma privação de símbolos, tidos até como nacionais, que provavelmente levou a apropriação desse personagem, visando conectá-lo de todas as formas com o lugar<sup>8</sup>. Afinal, o documentário enfatiza e deixa bem claro que ele

---

<sup>8</sup> E o mais interessante é que Llull não se considerava catalão, mas sim um cristão missionário. O fato dele ter escrito obras em catalão era uma forma de ajudar na missão de converter os habitantes locais da ilha de Maiorca, onde muitos eram judeus e muçulmanos.

nasceu na ilha de Maiorca, atualmente pertencente ao lar dos catalães, e que foi o primeiro a escrever obras na língua local. Mas será que essa ausência simbólica seria o real motivo de atrelá-lo de maneira tão íntima ao lugar? Para responder isso precisamos entender o conceito de território/espaço.

Quando falamos de território, é fundamental entendê-lo não apenas como um espaço habitacional e de recursos onde as disputas por poder ocorrem, mas como um lugar essencial para o reconhecimento e diferenciação do “eu” e do “outro”. Como afirma o geógrafo Rogério Haesbaert (2004), as fronteiras e os símbolos de dado lugar são essenciais para a formação cultural e identitária. Isso ocorre porque, junto com a língua, são esses os componentes que constroem o ideário de comunidade e pertencimento com o espaço habitado.

Portanto, conseguimos assim observar que essa disputa política separatista teve como resultado não somente a vontade de se traçar fronteiras, mas também gerou a necessidade de construir signos e atrelá-los à região. Essa constatação pode ser observada claramente na construção desse personagem, que sendo identificado como patrono da língua e fruto da ilha de Maiorca termina por fortalecer os laços de identificação com a comunidade catalã, seus personagens, e conseqüentemente auxiliando no processo separatista por meio da diferença dos signos.

Ainda dentro da narrativa dessa produção, percebemos um forte intento em combater as histórias as quais afirmam que Llull foi alquimista, cabalista e dentre outros tantos ofícios. Diferente do título de patriarca cultural, essas intitulações não foram empregadas pelos participantes do documentário, mas por cientistas que viveram na época após sua morte. Estes se inspiraram nos escritos do maiorquino e dedicaram-lhe obras sem assinatura autoral, as quais terminaram sendo atribuídas à sua pessoa por engano, juntamente com os títulos, de acordo com a natureza das produções.

Ademais, não apenas a narrativa do documentário, como também a própria composição dos entrevistados nos permitiu constatar alguns elementos que faziam

parte do cenário social e acadêmico da época. Ao examinarmos o elenco dos entrevistados certas coisas chamaram nossa atenção: eram todos homens e vários deles eram vinculados às instituições religiosas, como é o caso dos sacerdotes lulianos. Nessa situação há algumas possíveis interpretações que podem ser feitas a partir do fato de terem somente homens sendo entrevistados e outras ainda do fato de aparecerem dentre eles sacerdotes.

A princípio, a presença de somente pessoas do sexo masculino, em especial religiosos, na composição desse primeiro documentário nos levaram para duas vias de explicação: 1º) Não existiam, na década de 1980, muitas mulheres que se destacassem na área dos estudos lulianos, e por conta disso elas não se apresentaram nessa primeira produção; 2º) Já por outro lado, pode ser que as mulheres especialistas nesse âmbito de pesquisa foram preteridas<sup>9</sup>, assim como outras pessoas do meio secular. Essa última hipótese faz muito sentido se considerarmos que o objetivo deste documentário era justamente retratar Ramon Llull como um homem histórico e religioso. Ou seja, é possível captar uma preferência dos organizadores do documentário por cientistas vinculados à ordem religiosa, demonstrando assim que a fé e o conhecimento histórico acerca de Llull estão muito entrelaçados, cuja consequência é sua representação seguindo os moldes da Igreja.

Nos documentários das décadas seguintes, conseguimos uma paleta mais variada de convidados, dentre eles mulheres especialistas na área da literatura luliana. Mas nesse em específico, por conta da preferência por pessoas pertencentes a ordens religiosas masculinas, ou ainda por machismo acadêmico, não lhes foi dado local de fala. Essa segunda hipótese é reforçada porque se observa neste documentário a presença repetida de alguns sacerdotes especialistas acerca da vida e obra de Ramon Llull. Este é o caso de Sebastià Garcias Palou (1908-1993), que tanto aparece neste filme documental como no próximo lançado dois anos depois.

---

<sup>9</sup> Um exemplo que prova essa preferência por homens religiosos é a ausência da pesquisadora Lola Badia, uma renomada pesquisadora e especialistas em literatura medieval. Sua aparição nos próximos documentários revela que a escolha dos convidados é inerente à intenção da representação da obra.

Portanto, ao examinarmos como Ramon Llull está sendo representado pela obra, tornou-se possível entendermos que as representações que são feitas acerca de certos personagens ou objetos são, na realidade, “resultado de determinadas motivações e necessidades dos grupos que a produzem” (Barros, 2005, p. 134). Essa abordagem se torna riquíssima quando se presta atenção nos detalhes, isso porque até mesmo a prevalência de alguns títulos pode nos relatar alguma coisa, como mostraremos mais à frente.

Antes de finalizar esse primeiro exame, acreditamos ser necessário falarmos um pouco sobre Sebastià Garcías Palou. É bem notório seu destaque na obra, e por isso fizemos uma pesquisa acerca de sua pessoa. Por meio de uma análise da sua vida acadêmica e da forma que seu discurso representa o pensador maiorquino, percebemos uma interessante relação entre ambos que ajuda a entender a composição dos convidados e a maneira que os religiosos representam Ramon Llull.

Figura 1: Sebastià Garcías Palou.



La nostra gent- Ramon Llull (1982)

Nascido na ilha de Maiorca em 1908, Garcías Palou realizou seus estudos primários em colégios e seminários da Igreja Católica, tornou-se sacerdote e doutor em filosofia e teologia. Além disso, foi diretor da Maioricensis Schola Lullistica, uma associação que reúne estudiosos com o propósito de desenvolverem pesquisas acerca da vida e obra de Ramon Llull. Estes são os mesmos, inclusive, que se apresentam no documentário junto com ele. Além disso, ao mesmo tempo que era diretor espiritual dos paroquianos de Palma, capital da Ilha de Maiorca, era também

arquivista da Catedral da cidade e auxiliava na publicação dos periódicos *Baleares*, chegando à marca de quase 1200 artigos publicados (Trias Mercantis. 1987, p. 241).

Conhecendo a figura deste homem não se pode deixar de observar que a maioria da sua formação educacional foi feita majoritariamente em conventos e seminários, os quais provavelmente foram os responsáveis por apresentá-lo à figura de Ramon Llull. Dessa forma, é viável crer que, se a escola regular catalã frequentemente apresenta a pessoa do fabuloso escritor para seus alunos, os seminários, universidades e colégios religiosos fazem isso com ainda mais vigor. Talvez este seja um dos principais vetores que explicam o surpreendente número de pesquisadores lulianos que são também religiosos. Ademais, por estudá-lo tanto no âmbito acadêmico, quanto religioso, acreditamos que para um pesquisador\padre luliano a imagem de Llull vinculada à igreja torna-se inerente à sua representação histórica. Logo, essa primeira representação de Ramon Llull, com a ênfase religiosa, teria como um dos principais motivos a composição e formação dos seus entrevistados e locutores.

### **3. L'aventura dels catalans - Ramon Llull (1984)**

Dois anos após o lançamento de *La Nostra Gent- Ramon Llull*, a Arxiu TVE Catalunya desenvolveu um novo trabalho chamado *L'aventura dels catalans- Ramon Llull* (1984), o qual foi dirigido por Vladimir Semir, um jornalista espanhol que se especializou em jornalismo científico. O documentário lançado em 1984, com 25 minutos de duração, de maneira semelhante ao seu antecessor, aborda a história da figura de Ramon Llull com um enfoque no seu “eu” missionário, indicando a proeminência dessa faceta do Llull como a responsável por todo seu desenvolvimento intelectual.

Ao examinarmos esse documentário não encontramos nas primeiras investigações muitas diferenças entre ele e seu predecessor, justamente porque ambos possuem várias cenas idênticas, como é o caso, por exemplo, do monólogo do especialista luliano e sacerdote Sebastià Garcías Palou, que está presente em

ambos os documentários. Embora seja aparentemente o mesmo produto, suas semelhanças e pequenas diferenças com o documentário lançado em 1982 ainda assim demonstraram ter algo a denunciar.

A princípio, acreditamos que as semelhanças são frutos do pouquíssimo tempo que se passou de uma produção para a outra, por isso é compreensível apresentar praticamente os mesmos discursos da produção anterior. Outrossim, a composição dos entrevistados continua a mesma, salvo alguns novos convidados e uma mudança significativa na narrativa. Sendo dessa forma, enxergamos os mesmos sinais que já citamos no primeiro ponto: a ausência de mulheres entrevistadas e de especialistas de outras áreas da ciência e que não fazem parte do meio eclesiástico. Ademais, é perceptível também que assim como o mais antigo, *L'aventura dels catalans - Ramon Llull* também traz em seu discurso o combate às titulações enganosas que eram impostas à figura do pensador maiorquino, o qual foi por muito tempo chamado de alquimista e cabalista. Ou seja, ao mesmo tempo que mantém a estrutura, reforça os mesmos pontos que são oriundos das necessidades sociais, culturais e políticas do território que já trabalhamos anteriormente.

Ainda no quesito das semelhanças, percebemos que a permanência e o enfoque em algumas titulações específicas, como pai da literatura catalã e missionário-cientista, reforçam ainda mais as suspeitas evocadas na análise do primeiro documentário. Ou seja, nesse pouco tempo que se passou de uma produção para a outra, o contexto sociocultural continua influenciando basicamente os mesmos pontos. Dessa forma, acreditamos que a ênfase nesses traços especificamente provém tanto de uma necessidade social e territorial, como também é um indício de que o conhecimento acerca da persona de Llull ainda está bem atrelada às suas raízes religiosas.

Por conseguinte, dessa primeira triagem, suspeitamos de dois fatores principais que continuam influenciando a construção da representação de Raimundo Lúlio. A primeira, como já mostramos, advém da necessidade de reafirmar a

autonomia da cultura catalã por meio de um “pai” para sua literatura, tendo em vista que isso ajudaria a reafirmar cada vez mais as diferenças entre espanhóis e catalães. Já em segundo plano, a ênfase na faceta missionária de Llull é um sinal claro de que ele é visto como uma espécie de santo para as pessoas daquela região e/ou que a base de seus pesquisadores ainda está restrita às pessoas do campo religioso. São esses os mesmos os quais, ao descrever a vida e a obra do pensador maiorquino, não conseguem desvencilhar seu lado cientista religioso. Esse viés é encontrado no discurso do Sebastià Garcias Palou, o qual indica que se Llull não fosse missionário, ele não seria cientista.

Todavia, vale ainda mencionar que, embora sejam bem parecidos, em uma primeira análise pensamos que se tratava do mesmo produto, apenas com cenas repetidas. Porém, foram percebidas certas mudanças que deram a essa produção seu caráter diferencial do primeiro. A primeira delas é a mudança de diretor<sup>10</sup> que certamente indica uma mudança na narrativa exposta na produção. Enquanto a formatação do lançado em 1982 se concentra em reproduzir o discurso e a representação de que Ramon Llull foi um missionário, beato e corajoso; o de 1984 possui um caráter mais sociológico, dando ênfase na troca de valores entre o pensador maiorquino e os muçulmanos. Inclusive, é citado que foi justamente essa troca essa que teria influenciado bastante na escrita de suas obras e provavelmente no desenvolvimento do seu método científico chamado *Arte Maior*.

Chegamos à conclusão, com base nessa análise, que Vladimir Semir pretendeu levar ao telespectador um discurso parecido com o do documentário anterior, isso porque provavelmente sentia a necessidade de reafirmar certos aspectos que achava necessário. No entanto, apesar de inicialmente apresentar-se como idêntico, algumas mudanças nesta segunda produção foram suficientes para percebermos que a narrativa e representação de Ramon Llull tomaram um caminho um pouco diferente daquela do documentário anterior. O principal motivo disso, além da mudança sutil no roteiro, é a presença de um indivíduo que não se fazia

---

<sup>10</sup> Manuel Ibañez Escofet dirigiu o de 1982, e Vladimir Semir dirigiu o de 1984.



presente no primeiro, outro sacerdote luliano, Jordi-Gayà Estelrich. Ele enfatiza a sociedade em que Ramon Llull viveu como fator essencial na construção da sua postura como homem de diálogo com os divergentes da sua fé, visto que a ilha de Maiorca era habitada, já nesse período, por muitos judeus e muçulmanos.

Figura 2: Jordi-Gayà Estelrich.



L'aventura dels catalans - Ramon Llull (1984)

#### 4. Ramon Llull- Ciência i Acció (1994)

Produzido pela La Gran Videoteca dels Països Catalans<sup>11</sup> e dirigido por Josep Oller, *Ramon Llull- Ciência i Acció* é um documentário que constroi a imagem de Ramon Llull de uma maneira em que seu lado cientista e religioso em certa medida encontram um equilíbrio. Percebemos que, com mais de 40 minutos de duração, quase o dobro de tempo dos seus predecessores, e lançado em 1994, essa produção enfatiza menos o lado beato de Llull. Abre-se a oportunidade para apresentação do seu lado mais cientista, e é possível observar uma transformação de um devoto cientista para um “doutor do divino”.

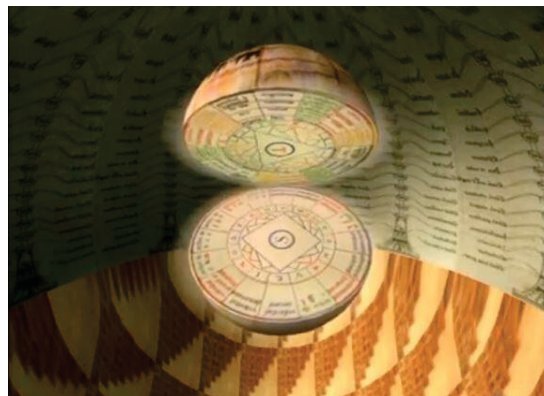
De forma resumida, o conteúdo de *Ciència i Acció* é bem informativo e cumpre bem a função de tornar a vida e as obras de Ramon Llull cada vez mais conhecidas; além de ressaltar as suas contribuições para a cultura, língua e literatura catalã. Desde o início do documentário, além de retratar as vivências do escritor Llull, com intermédio de especialistas e literários, sem a presença desta vez de

---

<sup>11</sup> Fundação privada que trabalha na difusão da realidade social e no reforço da memória coletiva e identidade nacional catalã

sacerdotes, a narrativa dessa produção ressalta um ponto que não foi tão abordado anteriormente. Uma interessante discussão é desenvolvida através do discurso central, que explica muito do porquê os lados missionário e cientista de Ramon Llull formarem uma espécie de amálgama. Segundo a mensagem de *Ciència i Acció*, os medievos enxergavam a criação como um reflexo da obra de Deus, desta forma, o cosmos seria um reflexo da perfeição divina. É dito que cristãos, judeus e muçulmanos pensavam iguais nesse quesito. Portanto, filósofos e teólogos acreditavam que a fé que melhor explicava os fenômenos naturais e sobrenaturais era a mais coerente e conseqüentemente a “fé verdadeira”.

Figura 3: Arte combinatória Luliana



Ramon Llull- *Ciència i Acció*(1994)

Tendo noção dessa realidade, Ramon Llull, um cristão viajante que buscava converter os ditos “infiéis”, assim ele chamava os não-cristãos como muçulmanos e judeus, acabou utilizando da ciência como ferramenta de conversão. Por este motivo, o filósofo tomou várias atitudes em prol do conhecimento e da dialética: desenvolveu teorias e interpretações; escreveu livros dos mais variados gêneros; fundou uma escola de idiomas orientais, para que se pudesse debater na língua materna dos estrangeiros; e desenvolveu um método científico combinatório, que combinava os conceitos cristãos e estrangeiros. Tudo isso tinha em vista explicar a realidade, tarefa de um cientista, para assim converter o outro, porque esta era a sua missão divina. Ou seja, dado o contexto da época, explicar a obra de Deus era explicar o mundo, e ser cientista ocasionava ser também missionário e teólogo.

Agora, partindo para a análise do documentário, é bem perceptível que mantém o mesmo formato dos anteriores, isto é, a presença de um discurso central com a oscilação entre a fala dos entrevistados e a exibições de animações, as quais ajudam a representar aquilo que está sendo narrado. Apesar de manter o mesmo modelo, essa produção explorou e inaugurou certos aspectos em que os próximos documentários vão se basear e aprimorar; um deles é a mudança no discurso e um leque mais diverso de especialistas. É coerente interpretar também que este teve muito mais investimento que os anteriores, e os sinais disso são claros: possui o dobro do tempo daqueles lançados em 1982 e 1984; um grande número de animações 3D; e uma maior quantidade de entrevistados e um enredo totalmente inédito.

Sobre a narrativa do documentário, percebemos que por ter enfatizado a característica cientista de Ramon Llull, não esquecendo do seu lado missionário, mas não o elevando tanto quanto os seus predecessores, algo no contexto em que foi produzido havia mudado. Acreditamos que o protagonismo na faceta sábia de Llull advém provavelmente do intento de explorar novas visões sobre o escritor maiorquino. Aliás, pode-se dizer também que isto é fruto de uma maior diversidade social e acadêmica daqueles que compõem a equipe produtora desta reportagem histórica. Ademais, outro fator que provavelmente impactou nesta mudança da representação está no contexto tecnológico mundial. Na década de 1990, os eletrônicos, como computadores e outros objetos que utilizam de sistemas combinatórios, passaram a ficar bem populares. É possível que este cenário tenha incentivado a produção a destacar Ramon Llull como grande contribuinte para o método da ciência combinatória, ele que é chamado também de “pai da informática<sup>12</sup>”, ressaltando assim novamente a sua história e ainda a ideologia separatista que se baseia em desenvolver e propagar símbolos daquele território.

---

<sup>12</sup> GALLIFA, Josep. ¿Ramon Llull precursor de la Inteligencia Artificial? *Catalunyareligio*. Disponível em <<https://www.catalunyareligio.cat/es/blog/universitas/ramon-llull-precursor-inteligencia-artificial-304911>>. Acesso em: 09 ago 2023

Já no campo da composição dos entrevistados, percebemos que houve uma abrangência maior de profissionais e especialistas. Ao contrário dos anteriores, que possuíam apenas homens e em destaque os sacerdotes lulianos, este apresenta especialistas femininas e ainda mais pessoas de fora do campo religioso, como é o caso de Lola Badia, medievalista e especialista em literatura catalã da Idade Média; Dr. Anthony Bonner, pesquisador, responsável por traduzir as obras de Ramon Llull para o inglês e foi ainda diretor das revistas *Studia Lulliana* e *Nova Edició de les Obres de Ramon Llull* (NEORL); e o Dr. Fernando Domínguez Reboiras, historiador, teólogo, filósofo, um dos maiores conhecedores acerca da figura de Ramon Llull e membro do *Instituto Raimundus Lullus*, que fica na Alemanha.

Figura 4: Lola Badia fazendo sua exposição



Ramon Llull- Ciència I Acció (1994)

Chegamos à conclusão de que a presença de novos participantes no documentário e as mudanças na representação de Ramon Llull revelaram expressivas transformações. Percebemos que esta produção acabou priorizando o traço mais científico do maiorquino, e o fato dos entrevistados serem do meio secular possivelmente influenciou nessa mudança. Compreende-se, desse modo, que a diminuição no número de especialistas eclesiásticos, os quais fizeram-se presente na narrativa, permitiu a construção de uma representação menos enviesada pela óptica da igreja. Nesse sentido, a persona cientista e religiosa do pensador encontrou equilíbrio. Além disso, essa maior diversidade dos entrevistados é um forte indicativo de que, em 1990, os pesquisadores não-religiosos estavam deixando de ser preteridos e o conhecimento sobre o tema estava deixando de ficar circunscrito apenas aos especialistas sacerdotais.

## 5. Phantasticus. El canto de Ramón (2007)

O início do século XXI é marcado por uma evolução da tecnologia, e consequentemente das produções de documentários. Além disso, nessa mesma época, o mundo enfrentava uma série de atentados promovidos por grupos terroristas. Um exemplo conhecido desses ataques aconteceu contra as torres gêmeas, nos Estados Unidos, no dia 11 de setembro de 2001, cujas vítimas passaram o número de dois mil mortos. Mas este não foi o único. Na Espanha, onde os documentários acerca de Ramon Llull geralmente são produzidos, houve um ataque coordenado ao sistema de trens suburbanos da cidade de Madri, o qual deixou 192 mortos e mais de dois mil feridos. Manifestações contra imigrantes árabes se agravaram cada vez mais na Europa após esses episódios, “conduzindo a uma emergência de uma subdivisão da xenofobia: a islamofobia, ou seja, aversão ao islamismo e sua população” (Fonseca, 2016, p. 36).

Nesse contexto de crescente islamofobia quando ocorre a produção de *Phantasticus, El Canto de Ramon* (2007), possuindo 57 minutos de duração, dirigido por Cesc Mule, produzido por uma grande parceria que envolvem a Televisió de Catalunya, La Perifèrica produccions, Oberón Cinematogràfica, o Institut Ramon Llull e, por fim, a IB3 (Televisió de les Illes Balears). Inclusive, a valor de curiosidade e certo elogio à produção, vale mencionar que o título da obra, “**Phantasticus**”, é uma referência à denominação que os colegas de Llull davam a ele e a suas histórias, as quais eram fantásticas e inacreditáveis demais. E a segunda parte do título, o “**El canto de Ramon**”, faz referência às citações frequentes de seu poema “O Amigo e o Amado” durante a progressão do documentário.

Sobre a descrição da produção, o documentário se inicia de uma forma bem peculiar, isto é, com a exibição páginas de jornais relatando as mortes causadas por atentados terroristas mundo afora. Assim que terminar essa introdução, temos as gravações do espaço urbano espanhol, mas com um detalhe muito importante: enquanto são exibidas imagens do ambiente, uma mulher sentada em um local

público, vistos como perigoso após os ataques, recita passagem do livro “O Amigo e o Amado” de autoria do Ramon Llull. Seguindo uma organização semelhante aos capítulos deste livro, o documentário oscila entre o recitar daquele texto e a descrição da história de vida e os trabalhos de Llull. Todavia, o que se percebe na narrativa é que esta produção termina enfatizando como este beato, diferente de muitos da sua época, buscou se aproximar da população muçulmana. Não se observa nesta filmagem uma predominância ou ênfase do personagem com a Catalunha, como já era tradição, mas um discurso contemplando toda a comunidade espanhola.

A análise dessa produção foi sem dúvida a mais distinta, isso porque facilmente se percebe o objetivo por trás da maneira em que Llull está sendo representado e o porquê disso, principalmente quando a pauta é a islamofobia. Ao lembrarmos do contexto social espanhol após o ataque à Madri, fez sentido acreditar que a exibição das notícias logo no início não tinha sido por acaso ou para reforçar os estereótipos contra muçulmanos; muito pelo contrário, a ideia era ir contra esses comentários. É notório que, após esse tipo de tragédia, os discursos de extrema-direita ganham força através da disseminação de ideias anti-imigrantistas, principalmente contra pessoas de origem árabe. Ou seja, com um novo contexto social, o qual envolve crimes terroristas e políticas conservadoras, surgem novas necessidades políticas que impactam na construção das representações históricas.

Nesse ambiente de grande tensão espacial envolvendo terrorismo, é comum o temor nos meios urbanos e o crescimento de posturas xenófobas acompanhadas de políticas conservadoras. Devemos nos atentar que quando falamos da ascensão dessa postura política, ela geralmente se apoia no nacionalismo como argumento basilar de seus discursos. Como bem indica Benedict Anderson (2008), mas aqui de maneira concisa, o nacionalismo é um fenômeno oriundo da necessidade de se gerar uma ideia de união entre os indivíduos, cujas fronteiras e símbolos são os limites e definem quem está “dentro” e “fora” dessa “comunidade imaginária”, a qual conhecemos como nação. Nesse ínterim, ideias restritivas e preconceituosas contra

estrangeiros, principalmente de religiões e culturas diferentes, terminam por ganhar cada vez mais força porque identificam aquele de “fora” como perigo para os de “dentro”. E a utilização dessa ideologia na sua forma extrema resulta em uma sociedade cada vez mais xenofóbica e preconceituosa com elementos estrangeiros.

Entendendo o contexto da produção através dessa ótica, podemos identificar os porquês da representação e apropriação deste personagem, que dialogava com os estrangeiros, servindo assim como forte elemento para combater esses discursos latentes. Como é bem conhecido, Ramon Llull aprendeu e escreveu livros no idioma catalão, criou escolas de idiomas orientais, viajou para muitas comunidades muçulmanas e buscou convertê-las através do diálogo e da dialética; em resumo, ele buscou conhecer o outro. Compreende-se, então, que esse personagem aparenta servir perfeitamente como um símbolo de embate, uma outra versão dos símbolos ditos “nacionalistas” e um modelo a ser seguido em detrimento de uma postura mais restritiva e preconceituosa.

Outro ponto que nos faz reforçar esse objetivo da obra está na presença de Federico Mayor Zaragoza<sup>13</sup> que se apresenta em várias cenas do documentário. O ministro termina reforçando a mensagem por trás da representação pacifista de Ramon Llull. Ele insiste em seu discurso que os ataques das organizações terroristas não devem, nem são motivos para agir de forma preconceituosa com a população muçulmana cuja a Espanha se tornou seu novo lar.

Portanto, tendo como pistas esses sinais, acreditamos que Ramon Llull tendo o seu carácter diplomático destacado perante as suas outras titulações (escritor, filósofo, cientista- missionário), é um sinal claro de muitas mudanças no espaço em que suas produções fílmicas foram construídas. Dessa forma, por conta da necessidade de incentivar políticas sociais contra a islamofobia, da urgência em contrariar discursos nacionalistas exacerbados, para motivar o telespectador espanhol a ser mais empático e menos preconceituoso, o documentário passou a

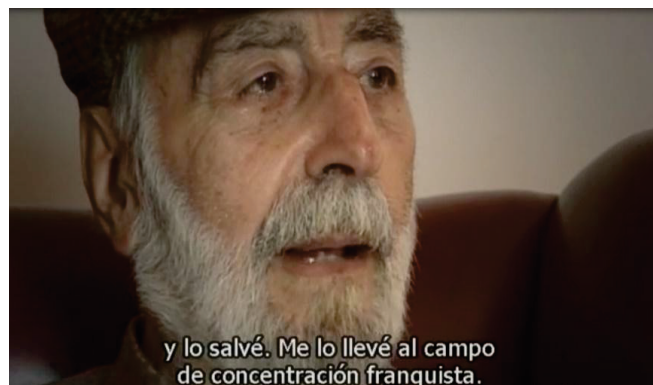
---

<sup>13</sup> Ex-ministro da Educação da Espanha e ex-diretor geral da UNESCO.

construir esta nova representação. Raimundo Lúlio não era mais somente um símbolo regional, nesse momento ele passou a ser um exemplo a ser seguido, dada a sua história de vida e valiosa produção.

Não podemos deixar de fora a análise que fizemos na composição dos entrevistados, onde percebemos que, dentre todos os documentários analisados, este abrange uma maior variedade de especialistas. Contamos com a presença de alguns nomes que já apareceram no passado, como é o caso de Lola Badia, Anthony Bonner, o Dr. Fernando Domínguez Reboiras e o sacerdote luliano Jordi-Gayà Estelrich. Além desses pesquisadores, se apresentam uma gama de novos rostos: Albert Soler Llopart, especialista em literatura catalã; Antoni Tàpies, pintor espanhol; Ahmed Djebbar, matemático e ministro da educação da Argélia ; Biel Mesquida Amengual, escritor, poeta e professor universitário maiorquino; Josep Massot i Muntaner, monge, historiador e filólogo; Josep Palau i Fabre, poeta e escritor catalão; Raimon Panikkar, sacerdote católico romano, teólogo e filósofo espanhol; Santiago Auserón, cantor; e o já citado Frederico Mayor Zaragoza, político e boticário espanhol. Esse elenco é o maior dentre todos os documentários produzidos até essa época, contabilizando um total de 12 entrevistados das mais variadas áreas, demonstrando um claro crescimento e uma maior irmandades entre os centros lulianos e culturais em prol da produção de documentários.

Figura 6: Antoni Tàpies, pintor famoso do século XX.



Phantasticus. El canto de Ramon (2007)



Por fim, concluímos nossa análise identificando que a persona luliana dessa vez é vista como exemplo de tolerância e receptividade entre as culturas ocidentais e orientais, motivada pela necessidade local devido aos grandes índices de preconceito. Este foi um exame que realmente ajuda a comprovar que, além da historicidade por trás das representações, o espaço geográfico não é apenas um palco onde os eventos ocorrem, mas possui uma íntima relação com a história, a sociedade e suas representações.

Concluímos, portanto, afirmando que em Phantasticus. *El canto de Ramon* (2007), O maiorquino é descrito como um bom exemplo de diálogo e intercâmbio de culturas, e por isso é introduzido como um grande pensador, escritor, filósofo e contribuinte para a ciência moderna. Além de mostrar a vida dessa figura icônica, a produção buscou também levar a audiência a refletir sobre os preconceitos sobre os povos árabes, tendo como exemplo a ser seguido a vida do Ramon Llull, que mesmo vivendo em um período de cruzadas, não deixou de dialogar com o mulçumano, buscando até mesmo aprender o idioma árabe para assim falar de igual para igual. E não podemos deixar de mencionar que o próprio documentário termina mencionando a grande influência que o beato recebeu de obras islâmicas, principalmente no livro que é recitado durante a exibição, indicando assim que cultura dos de “fora” faz parte, há muito tempo, da cultura “dentro” da Espanha.

## 6. Conclusão

Este exame, tendo como objeto de análise os documentários pré “*Any Llull*”, nos permitiu compreender que por trás de programas informativos, os quais demonstram aparentemente apenas nos salientar acerca de um personagem ou evento histórico, existe uma gama de cenários acadêmicos, necessidades espaciais, sociais e políticas que impactam e influenciam as suas representações.

Por meio de nossa pesquisa, conseguimos compreender que as representações do pensador Ramon Llull, nos dois primeiros documentários da década de 1980, o apresentaram como um grande escritor, filósofo e teólogo, mas

principalmente um missionário dedicado em converter os povos estrangeiros para o cristianismo. Nós destacamos que essa primeira imagem possivelmente derivou da construção realizada pelos entrevistados os quais eram em sua maioria vinculados à igreja católica. Além disso, foi notado, através dessas primeiras reportagens audiovisuais, como ele foi construído para ser um importante símbolo catalão e contribuinte para a literatura da região; sendo descrito como “pai da literatura catalã” por conta das necessidades políticas e identitárias da época.

Já no final do século XX, nosso terceiro objeto evidenciou como uma maior diversidade dentre os entrevistados e um cenário de efervescência tecnológica conseguiram impactar na representação do pensador maiorquino. Se nas duas primeiras produções a faceta missionária prevalecia por conta da homogeneidade dos entrevistados e da maneira em que ele era visto na época, o lado mais cientista de Llull apareceu dada a diversidade dos convidados mais laicos, que passaram a mostrar as repercussões de seu trabalho fora da ótica religiosa.

Finalmente, o último ponto que gostaríamos de destacar aqui nesta análise é o quanto os documentários evoluíram juntamente com a tecnologia e a progressão dos estudos e pesquisas acerca das obras e vida de Ramon Llull. E no *Phantasticus. El Canto de Ramon* (2007) podemos muito bem observar tamanha evolução: antes os documentários se resumiam em poucos minutos, possuíam poucos convidados, e uma narrativa bem sucinta. No caso desses últimos, lançados respectivamente em 1994 e 2007, por possuírem mais tempo de duração, maior acessibilidade tecnológica e investimentos, pudemos observar que foi possível abordar várias outras questões cuja abordagem não era possível na década de 1980.

Por fim, a última das produções nos permitiu compreender e constatar definitivamente como a representação de Ramon Llull era utilizada em prol de movimentos políticos e sociais na Espanha, e como isso pôde (e ainda pode) mudar drasticamente a forma que ele é representado. Na última produção lançada antes do “*Any Llull*”, não encontramos apenas um missionário ou um cientista, ou os dois ao

mesmo tempo como era inicialmente, mas um personagem que representava o que estava faltando na sociedade europeia naquele período de intensa islamofobia. Ou seja, o diálogo.

## REFERÊNCIAS

AMALVI, Christian. “Idade Média”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (Dir.). **Dicionário temático do. Ocidente Medieval**. Bauru, SP: EDUSC, 2002

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**, São Paulo: Companhia das Letras, 2008 (Introdução, Capítulos 1 e 2).

BADIA, Lola; BONNER, Anthony. Ramón Llull: Vida, **Pensamento y Obra Literaria**. Barcelona: Quaderns Crema, S. A. 1993.

BARROS, José D’Assunção. A História cultural e a contribuição de Roger Chartier. in: **O Campo da História – Especialidades e Abordagens**, Petrópolis: Vozes, 2004, 222pp.

BONNER, Anthony. **Ramon Llull**. *Catalònia cultura*, N°. 11, 1988, págs. 8-9

BEZERRA, Juliana. **Guerra Civil Espanhola**. Toda Matéria, © 2011 - 2023. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/guerra-civil-espanhola/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FIDORA, Alexander. “**Raimundo Lúlio – Educador das Religiões.**” *Revista Mirandum* 8 (2004).

FONSECA, Nayane Nabilice. **A ascensão da islamofobia no Ocidente: os reflexos da imigração no século XXI**. 51 f. Monografia (Relações Internacionais). Centro Universitário Tabosa de Almeida, Caruaru, 2016.

GOMES, Flávia Santos; ZIERER, Adriana. Vida Coetânea (1311): Ramon Llull e o ideal de bom cristão. In: ZIERER, Adriana; VIEIRA, Ana Lívia Bonfim; ABRANTES, Elizabeth Sousa. (Org.). **Nas Trilhas da Antiguidade e Idade Média**. 1ª ed. São Luís: EdUEMA/Apoio FAPEMA, 2014. Págs. 167-172.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, s.ed., 2004

LLULL, Ramon. **Vida Coetânea**. Coimbra: Ariadne Editora, 2004.

LAGNY, Michèle. **O cinema como fonte de história**. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO Soleni; FEIGELSON, Kristian (orgs.). **Cinematógrafo: um olhar sobre a história**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 99-131.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 231-290.

REBOIRAS, Fernando Domínguez. Una introducción a la vida, obra y pensamiento de Raimundo Lulio. **Anuario de Historia de la Iglesia**. vol 19. 2010. p. 383-388

SOUZA, Guilherme Queiroz de. Jo, **Ramon Llull (2016): documentário, historiografia e representação**. Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 29, n. 1, 2023

SILVA, Bernardo Caldas Leite et al. **Um estudo sobre o movimento separatistas da Catalunha: do clube Barcelona à exploração do nacionalismo com a crise de 2008**. Revistas de trabalhos acadêmicos- Campus Niteroi., v. 1, n. 19, 2019.

TRIAS MERCANT, S. (1987). **Sebastian Garcias Palou: un hombre de iglesia y un hombre de ciencia**. *Studia Lulliana* 27 (77):241-251.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. São Paulo: Papyrus, 1994.

## UMA NARRATIVA E UMA CARNAVALESCA: Pensando o ensino de história pelas lentes encantadas do carnaval a partir de Rosa Magalhães

Isabella Nunes Mello<sup>1</sup>

Artigo recebido em: 25/05/2024

Artigo aceito em: 24/10/2024

### RESUMO:

O objetivo central deste artigo é pensar como o universo dos desfiles das escolas de samba, pode contribuir para a produção do conhecimento, a partir do desfile de 1994 da Imperatriz Leopoldinense intitulado “Catarina de Médicis na Corte dos Tupinambôs e Tabajeres”. A análise do enredo ocorre sob a luz teórica da obra de Ferdinand Denis, “Uma festa brasileira” publicada originalmente em 1850, considerada uma das mais fieis fontes historiográficas sobre esse acontecimento. Criado pela carnavalesca Rosa Magalhães, o enredo se torna uma importante fonte histórica para contribuir com o campo do conhecimento e com o ensino de história, tendo em vista que a composição do enredo optou em assumir esse compromisso teórico educacional, mesmo não sendo pauta obrigatória. Nesse cenário, ainda trago uma breve passagem sobre a vida e a contribuição dessa carnavalesca de grande referência para o mundo do samba e para a produção do saber.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola de samba; Ensino de História; Rosa Magalhães; GRES Imperatriz Leopoldinense; enredo.

### A NARRATIVE AND A CARNIVAL:

Thinking about teaching history through the enchanted lenses of carnival from Rosa Magalhães

### ABSTRACT:

The central objective of this article is to think about how the universe of samba school parades can contribute to the production of knowledge, starting from the 1994 parade of Imperatriz Leopoldinense entitled “Catarina de Médicis na Corte dos Tupinambôs e Tabajeres”. The analysis of the plot takes place under the theoretical light of Ferdinand Denis' work, “A Brazilian Party”, originally published in 1850, considered one of the most faithful historiographical sources on this event. Created by carnival artist Rosa Magalhães, the plot becomes an important historical source to contribute to the field of knowledge and the teaching of history, considering that the composition of the plot chose to assume this theoretical and

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6666277740154467>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2626-0092>  
E-mail: [nunesisabella75@gmail.com](mailto:nunesisabella75@gmail.com).

educational commitment, even though it is not a mandatory topic. In this scenario, I still bring a brief passage about the life and contribution of this carnival artist of great reference to the world of samba and the production of knowledge.

**KEYWORDS:** Samba school; Teaching History; Rosa Magalhães; GRES Imperatriz Leopoldinense; plot.

## 1. Uma festa brasileira

A referência bibliográfica escolhida para falar sobre esse evento que o desfile da Imperatriz Leopoldinense trouxe à tona no ano de 1994, se torna a obra “Uma festa brasileira”, do francês Ferdinand Denis, publicada originalmente no ano de 1850. Acredito que a partir deste livro teremos uma noção mais aproximada da realidade dos fatos dessa festa em Ruão, pelo fato do autor usar como fonte a obra “O Relato”, produzida pelos franceses Maurice Sève e Claude de Taillemont no ano de 1559, sendo considerada a obra mais fiel ao evento ocorrido.

A princípio, como de costume, os moradores do porto de Ruão presentearam seus monarcas o rei Henrique II e a rainha Catarina de Médicis, com duas estátuas de ouro, nada de diferente até então. Os organizadores da festa chamaram artistas de todos os cantos do mundo e não somente da França para participarem do espetáculo. No intuito de fazerem algo irreverente e jamais visto até então, o evento contou com a presença dos povos originários do Brasil, das tribos Tabajaras e Tupinambás. O que torna o evento ainda mais enigmático e diferente se torna a maneira na qual esses povos das Américas foram representados no evento, uma vez que:

Não foi nem aos espantosos esplendores do México, por servir-me ainda de uma expressão de Montaigne, nem às pinturas mais recentes que se faziam das conquistas de Pizarro, que se buscou de empréstimo a concepção desse episódio, destinado a distrair a visita real; foi aos simples habitantes das florestas verdes do Brasil que se pediram inspirações (Denis, 2011, p. 32)

O evento dispunha de importantes figuras aristocratas, militares e sacerdotais da época, tais como chefes de estado, o núncio do Papa, os embaixadores da Espanha, Alemanha, Veneza, Inglaterra e Portugal. Ainda se fizeram presentes figuras como a de arcebispos, bispos, cardeais de Ferrara, de

Bourbon, de Guise, de Vendôme, de Sombreuse, de Châtillon, de Lisieux (Denis, 2011, p. 34).

A cerimônia foi apresentada na principal praça do porto, onde já havendo alguns arbustos foi preenchida artificialmente com diferentes tipos de árvores para fazer referência à fauna e flora do território brasileiro. Os animais típicos das florestas tropicais como papagaios, bico-de-lacre, pardais, assim como macacos, cutias e saguis também compuseram o cenário ao redor dessas matas representadas.

Enchidos de várias outras árvores e arbustos, com giestas, zimbros, buchos, e semelhantes, entre plantados de mato espesso. O tronco das árvores estava pintado, e a sua copa guarnecida com galhos e tocada de bucho e freixo, lembrando bem perto do natural às folhas das árvores do Brasil. Outras árvores frutíferas haviam entre elas, carregadas de frutos de diversas cores e espécies, imitando o natural (Denis, 2011, p. 38)

A encenação contava com 300 homens representando as tribos Tabajaras e Tupinambás, desses somente 50 eram nativos de verdade, os demais eram marinheiros vestidos como indígenas. Na cena exibiam o cotidiano da vida na floresta, alguns usavam lanças e flechas, outros estavam ao lado dos animais próximos às árvores, enquanto outros balançavam na rede. Na apresentação alguns indígenas apareciam cortando madeira para representar a extração da árvore do pau-brasil.

Ao longo da praça se afanavam aqui e ali proximamente uns trezentos homens, todos nus, bronzeados e eriçados, sem cobrir de nenhum modo as partes que a natureza manda velar: eles estavam afeiçãoados e aparelhados à moda dos selvagens da América, donde se traz o pau-brasil; destes havia bem cinquenta naturais, selvagens recentemente importados do país, e que tinham, além dos outros simulados para ornamentar suas faces, as bochechas, os lábios e as orelhas furados e insertados de pedrinhas longas, da extensão de um dedo, polidas e arredondadas, cor de esmalte branco e verde-esmeralda (Denis, 2011, p. 38)

As moradias dos povos originários também foram representadas no desfile, onde foram erigidas choupanas ou casas de troncos de árvores inteiros sem aparelho nem preparação de arte de carpintaria (Denis, 2011, p. 38). A representação das malocas, o espaço comunitário onde os indígenas se abrigam, era fortificada em

volta com estacas, tal como são grande parte das moradias das tribos nativas brasileiras.

Como retratavam a sociabilidade dos povos originários pela perceptiva do outro, ou seja, pela visão do europeu, na encenação não poderia faltar o ato do escambo que é a troca de especiarias ocidentais como machados e foices por riquezas naturais das florestas tropicais. Após a troca dos materiais, as madeiras eram levadas para o navio que também estava presente em cena, ornamentado com bandeiras e estandartes presos nas âncoras tal como era na realidade. Os marinheiros estavam vestidos a caráter, com bragas de cetim, metade branca e preta, outros de branco e verde, subiam com grande agilidade pelos avéns e demais cabos (Denis, 2011, p. 38).

A última cena é representada com o conflito entre as tribos Tabajaras e Tupinambás. No campo dos Tabajaras se exibiam nativos agitados falando na sua língua mãe, o Tupi Guarani. O pajé figura principal e mais poderosa da tribo chamada morubixaba também é representado na encenação. Em seguida entram em cena os Tupinambás e o embate começa, utilizando arcos, flechas e golpes. O conflito é encerrado com a vitória dos Tabajaras.

Mesmo sendo um escritor francês com o típico pensamento cartesiano e colonial, Ferdinand Denis no final da sua obra assume a posição de que a forma na qual os povos originários foram tratados no livro descrito, se apresenta problemática e pitoresca. O autor fala da necessidade de reabilitar esses povos não somente diante dos olhos da corte, mas de toda humanidade. Reconhece na mesma medida, a existência de documentos que contrastam gravemente com a maneira na qual os povos originários da América são representados na historiografia.

Não hesitamos em asseverar que, se o dito, cheio de maliciosa alegria, que corria ainda alguns anos após Montaigne, deixa entrever o que se pensava desse ainda ingênuo divertimento, o filósofo teria podido juntar uma informação mais severa sobre a ideia estranha que se fazia dos infelizes índios, e sobre a necessidade de reabilitá-los completamente, não só aos olhos duma corte frívola, mas aos da humanidade (Denis, 2011, p. 42)



Esse acontecimento descrito aqui, palco de um desfile de escola de samba no ano de 1994, acaba por nos ensinar um pouco mais sobre a história do Brasil colônia. Se passando em um contexto mundial cartesiano com a problemática da invasão, da escravização, da subjugação e exploração que negros e indígenas sofreram, esse evento nos oferece outra narrativa sobre esse período tão horrendo da nossa história. De qualquer forma, essa festividade pode ser aproveitada e referenciada no campo do conhecimento e do ensino de história, seja pelo seu caráter emblemático, seja por apresentar outra narrativa referente à história dos povos indígenas no período colonial.

## **2. A carnavalesca e pesquisadora**

Como vimos anteriormente, por trás de todo desfile de escola de samba existe um enredo que pode ser histórico, fantasioso ou descritivo. Dessa forma, para completar essa dinâmica de criação e representação de uma história no desfile, devemos considerar que por trás desse movimento, existe um pesquisador que assume a posição de carnavalesco, que dá vida a esses dois fenômenos. Uma vez que é esse profissional que faz o árduo trabalho de coletar fontes, pesquisar, investigar um determinado povo, com sua respectiva história.

Pensando no desfile da Imperatriz Leopoldinense de 1994 que é aqui nosso enfoque, a grande figura que marcou gerações na história do carnaval brasileiro, é a renomada Rosa Magalhães conhecida pelo seu trabalho cultural no cenário nacional e mundial. A carnavalesca se torna uma importante e crucial figura nesse cenário da narrativa representada no desfile da escola de samba, assim como no campo do conhecimento e do ensino de história, pois é a partir da sua busca por uma fonte, que ela reproduz com conhecimento histórico, que ela acaba ensinando e educando todos aqueles que vão ver e rever o desfile alegórico antes, durante e depois do carnaval.

Rosa Lucia Benedetti Magalhães nasceu em 1947 na cidade do Rio de Janeiro em uma família de intelectuais. Seu pai, Raimundo Magalhães Júnior, era escritor e membro da Academia Brasileira de Letras em 1956 e foi membro do

primeiro corpo de jurados do concurso de escolas de samba em 1932. Sua mãe Lúcia Benedetti era autora teatral, atuando como precursora do teatro infantil profissional. A jovem Magalhães estudou em um colégio tradicional na sua primeira infância, o Sacré Coeur de Marie no bairro de Copacabana na cidade do Rio de Janeiro (Nogueira, Tranjan, 2008, p. 17).

A princípio Rosa Magalhães revela que queria iniciar os estudos no campo do direito, porém, depois de ter certeza de seu talento para desenho iniciou os estudos na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Formou-se em bacharel em cenografia pela UNIRIO, também se tornou licenciada em francês pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi professora titular de desenho da Faculdade de Arquitetura Bennett, lecionou na Escola de Artes Visuais do Parque Lage e ainda foi professora do SENAI no curso de Estilismo. Rosa Magalhães foi roteirista e diretora de Arte para a televisão, atuou ainda como cenógrafa e figurinista em espetáculos de dança.

No ano de 1971, Rosa foi convidada para desenhar os figurinos da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro, substituindo sua colega que teve que ser afastada por motivos de doença. Neste trabalho, Lícia Lacerda atua ao lado de Rosa, onde, tudo o que tinha era curiosidade e boa vontade, além de uma lapiseira e uma borracha (Nogueira, Tranjan, 2008, p. 14), como a própria carnavalesca comenta em uma entrevista. A partir desse momento, Rosa Magalhães estava inserida em um contexto artístico jamais vivido até então. Por mais que como citado anteriormente, à professora que atuava no universo artístico e cultural já havia realizado diferentes projetos, nada seria comparado a atuar no núcleo de criação artístico de uma escola de samba.

A iniciação profissional de Rosa Magalhães como figurinista ao lado de sua colega Lícia Lacerda se iniciou na equipe de Fernando Pamplona e Arlindo Rodrigues, carnavalescos que consagraram o carnaval carioca a partir da década de 1960. O primeiro campeonato oficial que Rosa assina foi no Império Serrano em 1982, com o enredo chamado “Bumbum Paticumbum Prugurundum”, fazendo

referência à praça onze no centro do Rio. Em 1984 atuou na Imperatriz Leopoldinense com o enredo “Alô, mamãe”. Em 1982, Rosa e Lícia assumiram o carnaval da Estácio de Sá, com o enredo “Tititi do Sapoti”.

Somente em 1988 Rosa Magalhães assinou seu primeiro carnaval sozinha. Seu protagonismo solo se consagrou na Estácio de Sá com o enredo “Boi dá Bode”. Depois de cinco anos trabalhando nessa escola e na Acadêmicos do Salgueiro, Rosa retoma a Imperatriz Leopoldinense se consagrando definitivamente, ganhando para a escola cinco campeonatos, sendo reconhecida como uma das mais importantes artistas brasileiras contemporâneas (Nogueira, Tranjan, 2008, p. 16)<sup>2</sup>.

A carnavalesca realizou feitos memoráveis dentro da Imperatriz Leopoldinense, auxiliou a escola a organizar um departamento cultural no seu interior, onde grande parte dos enredos é baseada na história do Brasil. Por isso Rosa Magalhães é considerada uma das carnavalescas que mais enfatiza a vertente epistemológica da brasilidade nos sambas enredos. A carnavalesca tal como Márcia Lage, é ainda uma das únicas mulheres carnavalesca do grupo especial do carnaval carioca (Nogueira, Tranjan, 2008, p. 16).

### **3. O giro epistemológico do carnaval**

O fenômeno carnavalesco em determinados contextos e períodos históricos firma um compromisso educacional, étnico, político e epistêmico com uma rede de historicidades, memórias e povos do passado e do presente. Nesse sentido, os desfiles das escolas de samba apresentados no Sambódromo da Marquês de Sapucaí, pode ser compreendido em suas variantes formas e sentidos. Uma leitura se torna

---

<sup>2</sup> Em 2007 realizou um dos trabalhos mais impactantes de sua carreira, foi responsável pela festa de abertura e encerramento dos jogos esportivos do Pan-americano ocorrido no Estádio do Maracanã no Rio de Janeiro. Tal trabalho a indicou e a premiou com o maior prêmio da televisão mundial: o Emmy. A repercussão do trabalho na festa do Pan Americano reverberou tanto sucesso que além do Emmy, conquistou outros prêmios internacionais, como o SportBusiness ISEMS Awards e Seis Telly Awards. Em resposta a seus anos de carreira, e sua notoriedade nos grandes eventos que Rosa Magalhães protagonizou, a carnavalesca foi consagrada com importantes premiações. Em 12 de junho de 2011 recebeu a “Medalha Tiradentes”, oferecida pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Recebeu as seguintes diferentes premiações tais como, “Prêmio Molière”, “Prêmio Ministério da Cultura”, “Prêmio Coca-Cola”, “Prêmio APETESP”, “Prêmio APCA”. Foi agraciada pelo Prêmio Ministério da Cultura duas vezes. Ainda recebeu cinco estandartes de ouro do Jornal o Globo.

sua propriedade cultural e intelectual, de ensinar, encantar, enfeitiçar, criticar e denunciar, narrativas conhecidas pela sociedade e outras que foram apagadas e silenciadas pelo tempo e pela história hegemônica tradicional. A partir do seu caráter dialógico, transdisciplinar e mutável, o lugar festivo ocupado pelos desfiles das escolas de samba se apresenta como mediador de vozes que exaltam suas existências e resistências. Nesse sentido, essa festividade existe a partir da disputa de um espaço simbólico, permeado pelas inter-relações complexas exercidas pelos diversos atores (Ferreira, 2003, p. 24).

A letra dos enredos e dos sambas-enredos que são o fio condutor que direciona a apresentação visual e sonora dos desfiles representados na avenida, em alguns casos conta uma história, contendo dessa forma um recorte temporal, um lugar, um povo. A partir disso podemos pensar que o Brasil oferece um leque de narrativas e referências amplas, plurais e diversificadas para contar as histórias de diferentes povos no passado e no presente, a fim de serem representadas nos desfiles das escolas de samba.

Nesse sentido, o desfile escolhido a ser trabalhado como uma fonte de história importante para o campo do conhecimento é o da Imperatriz Leopoldinense do ano de 1994 intitulado: “Catarina de Médicis na Corte dos Tupinambôs e Tabajeres” que levou o título de campeã nesse ano com o desfile. O desfile foi assinado por uma das principais carnavalescas do Rio de Janeiro e do Brasil, a majestosa e renomada Rosa Magalhães, e o samba-enredo foi escrito pelos compositores Alexandre D'Mendes, Alvinho, Aranha e Márcio André.

Esse desfile foi escolhido para ser pensado nesse ensaio, porque conta uma narrativa diferente e pouco conhecida até mesmo pelos historiadores e pesquisadores no geral. Pelo título já temos uma noção que o enredo fala sobre os povos originários<sup>3</sup>, os povos indígenas do Brasil. Nada de diferente até então, uma vez que essa temática é muito encontrada nos desfiles das escolas de samba, sendo

---

<sup>3</sup> A discussão sobre os conceitos de povos originários, indígenas, índios e ameríndios é ampla e envolve muitas divergências. Optamos pelo uso de povos originários, usada por Krenak, entre outros pensadores de diferentes povos. Críticas ao conceito de povos originários podem ser encontradas em Jorge Fernández Chiti (2010) e Silvia Rivera Cusicanqui (2010).

uma das principais narrativas recorrida pelos carnavalescos e agremiações, ao lado da questão da afrodescendência.

O que torna este desfile da Imperatriz Leopoldinense de 1994 sobre uma temática indígena diferente e tão importante para o campo do conhecimento, se traduz pela narrativa apresentada não se atentar a vertente histórica de colonização. Onde, nessa perspectiva os povos originários são representados sob a luz da presença dos europeus, onde a escravização e a invasão de terras eram legitimadas pelo discurso colonial de que os indígenas eram povos sem lei, sem fé e sem rei (Schwarcz, 2013, p. 6).

A carnavalesca Rosa Magalhães em suas pesquisas se debruçou sobre uma fonte conhecida pelo campo historiográfico tradicional, porém desconhecido do conhecimento popular. A narrativa reproduzida no desfile se passa no interior da França no ano de 1550, em uma festividade anual para celebrar a figura dos monarcas, o rei Henrique II e a rainha Catarina de Médicis. Neste ano a cerimônia contou com a presença dos povos Tabajaras e Tupinambás para ocuparem um espaço de protagonismo em um evento jamais visto em solo ocidental.

#### **4. Festividades no antigo ocidente**

Para compreender o evento de 1550 referenciado no desfile, é necessário compreender o contexto europeu do período em promover esse tipo de festividade. Durante os primeiros anos que sucederam o século XVI o contexto social e cultural ocidental passava por alterações em seu interior, que acabou influenciando as bases do que viria a se tornar o carnaval. Ancorada na lógica de um mundo às avessas (Bakhtin, 1987, p. 56), no sentido de uma desobediência aos padrões tradicionais, à inversão de valores, a ridicularização, até mesmo a reconfiguração dos espaços de poder, eram características das festividades desse período.

O lugar que inaugura esse tipo de celebração é a cidade de Veneza, onde durante alguns dias subverteram a ordem, os valores, os costumes, a moral e os pudores. Nesse tipo de festividade, a nobreza se disfarçava com o uso de máscaras a

fim de se camuflarem com o restante da população, a partir disso, as máscaras se tornaram a principal marca dos bailes de carnaval. Com o anonimato que as fantasias promoviam, ocorria um nivelamento das classes sociais e uma inversão de valores e sentidos, fazendo com que as pessoas pudessem extravasar seus desejos e frustrações.

A festividade que ocorreu no porto de Ruão em 1550 teve uma estrutura diferente daquela que costumava ser o roteiro desses eventos. A festa que era um evento onde os moradores do porto de Ruão faziam uma celebração para comemorarem a presença dos seus monarcas, o rei Henrique II e a rainha Catarina de Médicis. Uma vez que essas apresentações priorizavam o luxo, com carros de flores, representações de nobres das cortes, palhaços e coisas características das festas da época, nesse ano eles apostaram em uma pegada cultural diferente e nunca vista até então.

O evento contou com a presença dos povos indígenas do Brasil para serem os verdadeiros protagonistas da celebração. No intuito de representarem sua vivência e seus modos de sociabilidade, reunindo referências de sua fauna e flora, com aspectos da floresta tropical brasileira, exibiram os animais típicos presentes em sua terra, assim como sua forma de viver caçando, pescando, celebrando e seus ancestrais.

Essa festividade teve desdobramentos cruciais tanto para a história da França quanto para a do Brasil, por mais que seus acontecimentos sejam até então desconhecidos pelos pesquisadores da época e de determinados historiadores contemporâneos. Graças a essa presença dos povos originários na França, sendo apresentados de uma forma alternada na qual os europeus costumam enxergar esses povos, como completamente subjugados e sem cultura. Os povos indígenas acabaram influenciando a literatura francesa do século XVI, um dos maiores pensadores daquela época Michel Eyquem de Montaigne publicou a obra “O mito do bom selvagem”, que acabou tendo desdobramentos influenciando até mesmo o lema da revolução francesa “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Todo esse

desdobramento desse fato histórico foi pensado e reincorporado na proposta que a carnavalesca Rosa Magalhães reproduziu no desfile das escolas de samba.

## 5. Considerações finais

Com isso conseguimos observar ao longo do artigo como se torna ampla diversificada e plural, o caminho que percorre o universo do carnaval e dos enredos das escolas de samba. O conhecimento por trás de todo esse movimento, como no caso do desfile da Imperatriz Leopoldinense no ano de 1994, que sai como campeã do carnaval carioca deste ano opta em contar uma narrativa histórica com intuito de ensinar e diversificar as narrativas contadas na avenida.

Dessa forma, vimos brevemente a jornada da carnavalesca Rosa Magalhães que nesse ensaio foi tão crucial para conhecermos uma narrativa desconhecida pelo campo historiográfico mais recente, assim como da sociedade no geral. Ressalvo novamente a importância que uma carnavalesca tem tanto no universo das escolas de samba, quanto para a produção do conhecimento e do ensino de história, na medida em que este profissional faz o árduo trabalho de pesquisar, investigar e coletar fontes resultando em um trabalho artístico cultural educativo.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

CARVALHO, Fabiana Vanni de Brito, et al. **Uma visão interdisciplinar da escola de samba, espaços democráticos de desenvolvimento social e de pertencimento comunitário**. Memória, Identidade e Patrimônio Cultural: uma contribuição dos estudos regionais 1.1, p. 153-178, 2021.

DENIS, Ferdinand. **Uma festa brasileira celebrada em Ruão em 1550, seguido de um fragmento do século XVI que trata da teogonia dos antigos povos do Brasil e das poesias em língua tupi de Cristovão Valente por Ferdinand Denis**. Brasília: Senado Federal, s.d.

DINIZ, André. **Almanaque do carnaval**. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, Felipe. Índios de cordão: identidade brasileira e carnaval. Anpap. **18o Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas**, v. 21, 2009.

FERREIRA, Luiz Felipe. O lugar festivo – a festa como essência espaço-temporal do lugar. **Espaço e cultura**, n. 15, 2003.

LIEBEL, Silvia. **O mundo às avessas na Europa dos séculos VXI e XVII: humor, sandice e crítica social**. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2006.

NOGUEIRA, Aurélio Antônio Mendes; TRANJAN, Cristina Grafanassi; Rosa Magalhães no Carnaval Carioca e na Escola de Belas Artes: a obra e a arte de uma carnavalesca. **Interfaces**, v. 11, n. 1, p. 11-23, 2008.

SIGNIFICADOS: **descubra e entenda diversos temas do conhecimento humano**. Significado de Pajé. 2011. Disponível em: <https://www.significados.com.br/paje/#:~:text=Paj%C3%A9%20uma%20palavra%20de,dentro%20das%20tribos%20ind%C3%ADgenas%20brasileiras>. Acesso em: 26-01-2023.

PORTAL AMAZONIA. **Fantasia indígenas no carnaval: pode ou não pode?** Especialistas opinam. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia/fantasia-indigenas-no-carnaval-pode-ou-nao-pode-especialistas-opinam>. Acesso em 01-02-2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. Editora Companhia das Letras, 2013.



## ENTREVISTA

# O FUTURO DOS HISTORIADORES E O USO DAS TECNOLOGIAS NA PESQUISA EM HISTÓRIA:

Entrevista com Janaína Cardoso de Mello<sup>1</sup>

Daniel Ferreira da Silva<sup>2</sup>

Ygor Demiciano<sup>3</sup>

Entrevista recebida em: 15/01/2024

Aceita em: 02/07/2024

### RESUMO:

A presente entrevista foi disponibilizada em formato de podcast no final do ano de 2023, visando possibilitar uma reflexão sobre o estado atual das nossas pesquisas enquanto historiadores. A ênfase no uso das mídias e tecnologias digitais é o ponto central do debate, contando com a participação de uma profissional internacionalmente reconhecida na área de utilização de patrimônio com tecnologias e inteligências artificiais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inteligências Artificiais; Humanidades Digitais; História Pública.

### THE FUTURE OF HISTORIANS AND THE USE OF TECHNOLOGIES IN HISTORY RESEARCH:

Interview with Janaína Cardoso de Mello

---

<sup>1</sup> Entrevista disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/22lmZKrESXTcPAXudy2rhL?si=O9JRJBnMR-qxQrHLXddKJA>.

<sup>2</sup> Mestrando no PPGHP- Programa de Pós-graduação em História Pública UNESPAR, Especialista em Ciências Humanas aplicadas ao mundo do Trabalho, possui graduação em História pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro UFTM. Atualmente desenvolve pesquisas e atividades como Bolsista Técnico no Laboratório de Ensino de História da Unespar Campus de Campo Mourão, dos temas correlatos estão Ensino de História, Processos de desenvolvimento de produtos históricos digitais, divulgação da História e Formação de professores, Sua pesquisa em desenvolvimento tem como tema “A produção de Vodcasts como novo espaço para formação de professores”, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1255-6105>; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1709303175894421>. Email: [danielfsilva22@gmail.com](mailto:danielfsilva22@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduando em História pela UFTM. Tendo interesse voltado para pesquisa nas áreas de História do Brasil, História Militar e História Pública. Atualmente, estou desenvolvendo um estudo sobre o "Recrutamento Militar da População Escravizada para a Guerra do Paraguai (1864-1870)". Além disso, participei como um dos membros fundadores do Laboratório de História Pública da UFTM (Lab.Histórico) (2020-2022). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4824365740225190>. Email: [d202020040@uftm.edu.com.br](mailto:d202020040@uftm.edu.com.br);

**ABSTRACT:**

This interview was made available in podcast format at the end of 2023, aiming to enable a reflection on the current state of our research as historians. The emphasis on the use of digital media and technologies is the central point of the debate, with the participation of an internationally recognized professional in the area of using heritage with technologies and artificial intelligence.

**KEYWORDS:** Artificial Intelligences; Digital Humanities; Public History.

## 1. Introdução

Ao refletirmos sobre a primeira entrevista acerca de perspectivas inovadoras para o campo da história, consideramos plausível a colaboração de materiais para o estudo histórico sobre tecnologias e suas aplicações, especialmente no contexto da pesquisa, extensão e atuação do historiador fora dos ambientes acadêmicos, que representa o desafio dos últimos anos.

Dessa maneira, destacamos as contribuições para o campo da História Pública, da História Digital, das Humanidades Digitais e, acima de tudo, do Ensino de História renovado como um mecanismo de atualização para o meio social, acadêmico e cultural. Por esse motivo, a escolha da professora foi evidente, dada sua contribuição abrangente no campo das tecnologias aplicadas ao ensino de história e as inovações propostas na Universidade Federal de Sergipe.

A professora Janaína Cardoso de Mello, da Universidade Federal de Sergipe, foi entrevistada em uma gravação no dia 21 de dezembro de 2023 por meio de uma plataforma virtual. Sua relevância para a temática vai de sua vasta experiência com o campo das tecnologias em diversas universidades, como na Federal e a Estadual de Alagoas. Ela concluiu seu doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em História Social, e sua atuação vai além do campo de pesquisa em Patrimônio, o qual é a linha de pesquisa de atuação nos mestrados (ProfHistória e PPGH) que atua na UFS, incluindo participação em diversos grupos de estudo.

Janaína Mello é especialista em Ensino de História e foca em abordar as tecnologias e seus usos, relacionando as noções de patrimônio e ensino de história. Sua trajetória, que foi marcada por desafios e percalços em diversas universidades tendo uma formação eclética, incluindo graduação em história, especializações em

diversas áreas principalmente em tecnologias educacionais, cibersegurança digital, inteligência artificial e transformação digital. Ela expressa sua crença nas oportunidades significativas trazidas pela popularização da inteligência artificial em diversas ferramentas, especialmente ao longo do último ano. Seu mestrado em memória social e doutorado em história social. Além disso, trabalha em projetos de inovação tecnológica na UFS desde 2010, trazendo a perspectiva da história digital e das humanidades digitais para o campo do patrimônio cultural.

Lembramos ao leitor que, essa entrevista é marcada por conversa entre os entrevistadores e a entrevistada, por isso, sua linguagem é um pouco mais coloquial, e fluida, mas, isso não exclui a importância do debate para o campo de atuação dos historiadores no caminho para a atuação fora dos meios acadêmicos. Esperamos que tanto a leitura como as abordagens ressaltadas aqui possam ser proveitosas.

**Ygor:** Como a senhora enxerga o futuro para nós, historiadores, no qual utilizamos a tecnologia para a produção de história?

**Janaína:** De fato, já temos utilizado amplamente as tecnologias, incluindo a inteligência artificial, na produção da história ao redor do mundo. Se observarmos, por exemplo, os trabalhos do Instituto Italiano de Tecnologia em Gênova, veremos um esforço notável no processamento de dados e documentação da Idade Média por meio da inteligência artificial. Esse avanço permite extrair informações e conteúdos de maneira mais rápida e profunda do que o trabalho puramente humano poderia realizar. Isso se mostra fundamental para acelerar o conhecimento, tanto na área da Idade Média quanto da Antiguidade. Um ponto notável é o uso de satélites, especialmente na minha área de patrimônio, que está em diálogo constante com a arqueologia. O mesmo Instituto Italiano de Tecnologia utiliza satélites para mapear sítios arqueológicos, especialmente em áreas de conflito, oferecendo um acompanhamento detalhado ao longo de uma década. Esse uso de tecnologia, aliado à inteligência artificial, possibilita o monitoramento e a modelagem digital para futuros projetos de restauração. A inteligência artificial tem processado dados em uma escala mais rápida do que anteriormente possível. Isso se traduz em

levantamentos e associações de dados em questão de semanas, em comparação com os anos que costumava levar. Essa agilidade beneficia não apenas os pesquisadores, mas também gestores e organismos internacionais interessados em processos de salvaguarda, como a ONU, que investem financeiramente nessas áreas afetadas. Essa aplicação da inteligência artificial não é nova no cenário brasileiro. A Fundação Casa de Rui Barbosa, por exemplo, já utiliza essa tecnologia para processar volumes imensos de documentação, tornando a catalogação e classificação mais rápidas e eficientes. Outros arquivos, também incorporam a inteligência artificial para facilitar a pesquisa acadêmica, tornando acessíveis grandes conjuntos documentais em prazos muito menores. A inteligência artificial não substitui o papel crítico dos historiadores, mas aprimora significativamente o processo de processamento de dados. Isso permite que os pesquisadores foquem em sua função essencial: a crítica dos documentos e a reflexão sobre o passado em relação ao presente. Os softwares de paleografia, impulsionados pela inteligência artificial, também desempenham um papel crucial na transcrição de documentos em tempo recorde, permitindo aos pesquisadores dedicar mais tempo à análise e reflexão. Portanto, a inteligência artificial não apenas acelera os processos, mas também melhora a qualidade e acessibilidade das informações, proporcionando benefícios significativos à comunidade de pesquisa histórica.

**Daniel:** É crucial considerarmos que nos Estados Unidos, no âmbito da história pública, as faculdades preparam os historiadores para atuarem em diversos ambientes. Isso proporciona a eles uma experiência significativa ao concluir tanto a graduação quanto a pós-graduação. Ao contrário, no Brasil, muitas vezes nos vemos restritos à sala de aula, mantendo a expectativa de que concursos públicos para professores serão a única trajetória profissional viável ao longo da carreira, não é mesmo? Essa diferença de abordagem destaca a necessidade de repensarmos e ampliarmos as oportunidades para os historiadores brasileiros, proporcionando um horizonte profissional mais diversificado e condizente com as demandas contemporâneas.

**Janaína:** Assim, acredito que a história pública abriu uma ampla janela de possibilidades e horizontes inexplorados. Essa nova perspectiva oferece aos historiadores a oportunidade de romper com visões excessivamente tradicionais e arraigadas ao passado imutável. No entanto, um desafio evidente, que vejo como um dos maiores obstáculos, especialmente para nós que lidamos com o passado, é a resistência pessoal, tanto na sociologia quanto na filosofia. Esse desafio não parece ser muito diferente na sociologia, embora outras disciplinas tenham avançado mais rapidamente do que nós, historiadores.

A história pública, ao chacoalhar nosso meio, nos força a repensar o impacto social de nossas reflexões e trabalhos. Até que ponto esses esforços conseguem alcançar o público fora das paredes da universidade? O desafio é ir além de falar apenas para os colegas acadêmicos, direcionando nossas narrativas para toda uma comunidade que possui interesse, mas necessita de um conteúdo apresentado de maneira mais acessível, atraente e interessante, fugindo dos jargões acadêmicos.

Dentro dessa perspectiva, a história pública nos obrigou a reconsiderar muitos aspectos, embora persistam resistências, especialmente no que diz respeito à adoção de tecnologias como a inteligência artificial. Muitos continuam presos a paradigmas do século XX, como discutíamos recentemente. É notável que parte da geração que hoje está nas universidades tem uma visão moldada pelos anos 90, uma época em que a hierarquia entre bacharelados e licenciaturas era nítida. Essa mentalidade, por vezes, ainda prevalece, e precisamos superar esse legado ao formar historiadores aptos para um mercado de trabalho mais diversificado.

A história pública oferece uma oportunidade única de repensar nossa trajetória como pesquisadores e formadores de história. Em um mundo onde youtubers e redes sociais capturam a atenção do público de maneiras inovadoras, torna-se imperativo que ajustemos nossa abordagem para não desaparecermos frente a indivíduos sem formação em história, mas que conseguem se comunicar efetivamente. O desafio agora é equilibrar tradição e inovação, capacitando nossos alunos para um futuro que demanda habilidades e competências alinhadas às

necessidades da sociedade contemporânea e às tecnologias emergentes. Enfrentar essa mudança é crucial para garantir que a história continue relevante e acessível no cenário atual e nos anos vindouros.

**Daniel:** Não sei se você está a par do que o governador do estado do Paraná está tentando fazer com os professores, né? Há um controle muito grande, até mesmo na questão dos slides das aulas, que agora são transmitidos automaticamente pela Secretaria de Educação. É absurdo não ter mais autonomia para desenvolver o plano de aula de forma diferente, pois agora é preciso seguir rigidamente o que o governo estipula.

**Janaína:** É verdade, percebo que nos falta autonomia. Um dos grandes problemas é que nós, da área de Humanidades, nos acostumamos a enxergar a tecnologia como inimiga, criando resistências e afastamentos. Essa postura permite que gestores usem o discurso de que estamos obsoletos, não atendemos às demandas do século XXI, e vimos os danos disso, como no novo ensino médio.

Para superar essa resistência, precisamos nos apropriar das tecnologias. A história digital é relevante, mas tem limites que nos instigam não apenas a estudar o que foi produzido com tecnologia, mas também a criar e transformar. É essencial reconhecermos que os tempos mudaram e assumirmos um protagonismo diante da tecnologia. Não devemos negá-la, mas sim criticá-la e propor soluções. Mostrar que compreendemos a tecnologia, utilizá-la de forma crítica e humanizada nas aulas de história, proporcionando habilidades e competências aos alunos para uma vida de qualidade na sociedade, muda o jogo e nos confere autonomia frente aos gestores.

Podemos utilizar a tecnologia de forma crítica, identificando problemas e propondo soluções, como na preservação do patrimônio. A história digital e o uso de softwares específicos, como o “GaBi”, são essenciais nesse processo. Nós, os historiadores, precisamos aprender a manusear essas tecnologias para desempenhar um papel ativo no mercado de trabalho e na gestão de espaços patrimoniais. É crucial preparar os estudantes de história para trabalharem com tecnologia, pois o mercado de trabalho perde quando não temos historiadores capacitados.

Devemos refletir sobre os usos da tecnologia para ter protagonismo na decisão e gestão desses espaços e das fontes documentais. Se não fizermos isso, quem o fará? É imperativo levar nossas preocupações, baseadas em nossa formação em Humanidades, para qualquer projeto que envolva essas questões.

**Ygor:** Também penso, professora, que a “História é absolutamente fundamental para o povo. Afinal, quem não sabe de onde veio, não sabe para onde vai.” - D. Bertrand. Por isso, é crucial expandir a história digital e ampliar os espaços para os historiadores. Poderíamos ter evitado o incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro e restaurado os itens de forma mais rápida, não perdendo parte da nossa história para sempre devido à falta de imagens e tecnologia, como a senhora mencionou. Isso pode ser evitado, né?

**Janaína:** A visão de novos espaços e ocupações, bem como o potencial para historiadores liderarem o uso dessas ferramentas em instituições para otimizar arquivos em bibliotecas e museus, é inspiradora. A ênfase na necessidade de habilidades em ferramentas generativas, criação de prompts de comandos e curadoria de conteúdo destaca a importância de uma formação ampla e diversificada para os historiadores. Esta reflexão incentiva uma abordagem mais ampla em relação às possibilidades oferecidas pela inteligência artificial, indo além do modelo tradicional de sala de aula. Uma coisa que eu sempre falo é que se você colocar um professor numa sala de aula com apenas quatro gizos, ele conseguirá dar sua aula. Pode ser uma aula tradicional, positivista, ou, de repente, ele pode inventar uma metodologia ativa, lúdica, fazer uma roda com os alunos, nem usar o quadro de giz, trabalhar numa outra perspectiva e movimentar toda a sala para dar a sua aula. Então, ele vai dar a aula dele.

Agora, pegue um professor e coloque-o num espaço cheio de recursos tecnológicos, ponha o professor numa escola e de um laboratório e diga para ele, “então, dê sua aula de história do Brasil com a metodologia existente, com todos esses equipamentos de robótica aí”. Se o professor não tiver conhecimento e habilidade para aquilo, ele não vai conseguir dar aquela aula, ele vai ficar desesperado. Volte

para o professor numa sala de aula e diga para ele, “então, dê sua aula de história contemporânea da Revolução Francesa utilizando a lousa digital.” Aí o professor vai entrar em desespero porque ele sempre aprendeu a utilizar o quadro negro, já lousa digital [...] então, o professor tem que, sim, ir se apropriando dessas tecnologias que vão estar em sala de aula!

Vejo aqui em Sergipe, por exemplo, as escolas particulares todas já têm lousa digital. As escolas do estado começaram a implementar, desde o final da pandemia. Antes da pandemia, elas já tinham sido compradas, porém, como as escolas ficaram fechadas, elas ficaram guardadas. Mas assim que voltaram às aulas, elas começaram a ser instaladas em várias escolas do estado. Então, o professor vai entrar numa sala do estado, concursado, ele vai ver que não tem 4 gizes, mas tem lousa digital? Como ele vai dar essa aula se ele nem sabe ligar, ele nunca viu uma lousa digital, porque na Universidade ele nunca encontrou uma lousa digital. Então, também a própria universidade, ela tem que repensar as suas estruturas ela tem que ter pelo menos uma “sala maker”. Ou um espaço para robótica, com todas as ferramentas em kits necessários, um espaço para gamificação com computadores potentes para ensinar os alunos justamente a trabalhar com isso, um espaço para desenvolvimento de linguagem de programação, um espaço para essa lousa digital. Então precisa, não precisa ser em todas as salas, mas pelo menos uma sala, um grande laboratório que possa ser utilizado por todas as licenciaturas. Antes do aluno se formar ele precisa ter esse contato, pois, não adianta em nada ter Pibid ou residência pedagógica se a própria formação entre a universidade não propiciar espaços de treinamento para o seu aluno nessas ferramentas digitais. Então, isso é mudança de estrutura, de infraestrutura na universidade. A gente está voltando a ter um período de muito dinheiro nas universidades, depois que a gente passou 6 anos na secura e cortes, a gente está voltando investimento e se as gestões não mudarem a mentalidade, eles realmente precisam fornecer essa infraestrutura.

Falei sobre o negócio do sistema do “Cimatec” que foi esse complexo universitário, cheio de laboratórios que eles criaram em Salvador, para vocês terem uma ideia, os contratos que eram feitos aqui com o pessoal de engenharia de produção, eles foram



todos desfeitos. As empresas de Sergipe, elas encerraram os contratos que tinham com a engenharia de produção da Universidade Federal. Estão fazendo novos contratos com o pessoal do Cimatec em Salvador. Essas empresas de Sergipe estão mandando seus profissionais para Salvador porque lá eles têm os laboratórios de prática, e aqui a gente não tem isso. Portanto, a gestão precisa também pensar nisso, organizar essa infraestrutura porque se não, teremos as melhores mentes pensantes com PhD, mas não vamos ter uma infraestrutura para que essas mentes pensantes possam desenvolver de fato ciência e tecnologia. E isso, porque antes a gente falava na questão da gente desenvolver ciência, já hoje, todos os editais estão pedindo até mesmo bolsa de produtividade e pesquisa. Então, não tem para onde correr, hoje, o PhD de qualquer área, ele tem que desenvolver ciência e tecnologia, mas como ele vai fazer isso sem infraestrutura? Ou seja, é muito importante pensar nisso, e, realmente incorporado nas instituições. Requeremos essa mudança de mentalidade, principalmente na gestão, nos departamentos e na formação dos profissionais, que não são somente professores, mas também dos bacharéis. Pois, afinal os bacharéis não podem ser aqueles que vão sair sabendo só fazer a paleografia e a classificação arquivística dos anos 90, eles têm que saber mexer em todas as tecnologias.

Digo que o pessoal da biblioteconomia e da ciência da informação estão a anos-luz à nossa frente, em termos de manuseio das tecnologias, das ferramentas para lidar com catalogação, classificação, inventariação. Sobre as gestões de fontes documentais eles estão anos à nossa frente, porque eles aprenderam justamente a se inserir dentro dessa perspectiva das Humanidades Digitais, eles utilizam esses softwares para fazerem coisas interessantíssimas com uma série de situações que a gente não sabe. E que a gente não aprende ou não tem interesse, coisas as quais deveríamos aprender para melhorar, inclusive a qualidade das nossas apresentações, seja em eventos ou artigos acadêmicos.

Então, muita coisa que a gente pode elevar a nossa qualidade e a gente não consegue fazer isso porque a gente hoje, a gente continua muito somente no PowerPoint, sendo que em muitas vezes nem o Excel a gente sabe trabalhar. Às vezes pergunto para os alunos: “gente, vamos trabalhar com o Power BI para gerarmos estatísticas e

gráficos para as pesquisas, vamos fazer um mapa corográfico que vai ficar bem legal no Power BI. Eles olham para mim, tipo, o que o professor está falando? O que é Power BI? O que é mapa corográfico? É da Geografia?” Então, é muito complicado, e o mundo de hoje é bem tecnológico e no meio disso a gente está extremamente defasado, tanto na questão para os professores como para o próprio ensino para os alunos que a falta de tecnologia está causando.

E aí, mais uma vez falo, quais são os espaços que vão fortalecer essa nossa caminhada tanto a médio como a longo prazo? Embora devesse ser curto, entretanto sabemos como é a nossa área, é a história pública e a história digital, fundamentalmente. Temos que falar sobre tecnologia, mas também devemos saber manusear com propriedade essas tecnologias. Além de mais, nesta questão, isso demonstra a falta que a história digital e a história pública fazem nos PCCS/PPCS das universidades. Notamos isso em sala de aula, muitos professores não sabem usar aulas no digital e não conseguem utilizar outros tipos de programas e coisas desse contexto. Então, as universidades também precisam dar uma olhadinha, porque o trabalho de um historiador não é só dar aula em uma sala de aula, ele também pode assumir podcasts, ele pode trabalhar em museus, reformular coisas desse contexto.

Creio que tem mais uma coisa aí, o que a gente pode chamar a atenção também é que, por exemplo, essa coisa dos PPCs, muitas vezes eles demoram mais de 5, 10 anos, às vezes até mais de 10 anos para serem aprovados institucionalmente. Então, quando ele é aprovado, ele já é aprovado com 10 anos de obsolescência. Pensou-se naquele PPC para 10 anos atrás, só que ele está sendo aprovado agora. Então muita coisa mudou, muita coisa se transformou, muita coisa que aquele PPC vai trazer como novidade já não é mais novidade coisa nenhuma, ele não incorporou as mudanças que eram necessárias. Portanto, esse também é um problema que talvez, se a gente aprender a usar melhor a tecnologia, a gente possa acelerar. Inclusive esse processo de construção mais rápida e decisão em cima dos PPCs.

**Daniel:** Também devemos considerar que nos Estados Unidos, por exemplo, as faculdades já preparam os historiadores para atuarem em diversos

ambientes, indo além da sala de aula. Após a graduação e pós-graduação, eles podem seguir para áreas de afinidade. Aqui no Brasil, muitas vezes ficamos limitados, achando que a única opção é concurso público para professor não é verdade?

**Janaína:** Exatamente. Compreendo a complexidade do cenário que descreve. A necessidade de repensar a formação em História para ampliar as oportunidades de atuação é evidente. A resistência à tecnologia na área de Humanidades e a falta de inserção em setores além da educação tradicional são desafios que demandam uma abordagem inovadora.

Observemos sobre a criação de edtechs por grandes empresas, como Google, Telefônica e Samsung, ressalta a importância de reconhecer as oportunidades oferecidas pelo avanço tecnológico na educação. A necessidade de capacitar professores, especialmente nas áreas de tecnologia, destaca a importância de os historiadores se envolverem nesse processo.

As preocupações com a empregabilidade dos graduados em História, especialmente diante da redução de vagas nos concursos e da demanda por competências tecnológicas, destacam a urgência de adaptar os currículos e preparar os estudantes para atuar em diversas áreas. A ideia de explorar nichos de empregabilidade, como a preservação do patrimônio e parcerias internacionais, é valiosa.

Dando ênfase na necessidade de capacitação em tecnologias específicas, como o software “GaBi” e ferramentas de inteligência artificial, destaca a importância de os historiadores adquirirem habilidades práticas para se destacarem em diferentes campos. A visão de carreiras mais amplas, como em museus, arquivos e bibliotecas, é crucial para diversificar as oportunidades profissionais.

A interseção entre tecnologia e história pública, considerando as Humanidades digitais, é apontada como uma chave para uma atuação mais eficaz e adaptada às demandas contemporâneas. A reflexão sobre a formação humanizada como base para a História Pública destaca a importância de se comunicar de maneira acessível e significativa com a sociedade em geral.

Essa ampliação de perspectivas e a busca por uma formação mais abrangente para os historiadores são passos essenciais para enfrentar os desafios atuais e construir um campo profissional mais dinâmico e relevante.

Desde o surgimento do ChatGPT em 2023, a atuação como curador de conteúdos e desenvolvedor de prompts de comandos tornou-se crucial. Para tirar o máximo proveito dessas ferramentas, é essencial saber formular perguntas de maneira específica e eficiente. O surgimento de “engenheiros de prompt de comandos” destaca uma área em ascensão, na qual historiadores podem se destacar, mesmo sem uma formação específica na faculdade. Essa especialização, juntamente com a função de curador de conteúdos, é vital para garantir respostas de qualidade e éticas.

A importância de verificar e rearranjar respostas é ressaltada, especialmente para evitar vieses, preconceitos ou informações incorretas. A figura do curador de conteúdos desempenha um papel fundamental nesse processo. Seu destaque sobre a necessidade de habilidades humanas na formação de prompts de comandos, visto que as inteligências artificiais ainda precisam de aprimoramento ao longo de anos, reforça a importância do trabalho humano nesse cenário. A mencionada necessidade de curadores e especialistas para evitar erros em trabalhos acadêmicos que utilizam IA destaca a complexidade envolvida.

**Ygor:** Que a questão principalmente agora, após pandemia, é uma tecnologização muito rápida. A criação das IAs, a popularização de podcasts, vídeos; então, com o tempo, daqui a uns 5 anos, mais ou menos, a tecnologia vai ser basicamente a mestre diss. Portanto, cabe às Universidades verificarem e fazer as mudanças necessárias logo, afinal, o atraso crescente em trazer esse tipo de mudança necessária. Algo que só afeta mais o próprio ensino de futuros historiadores-professores e também, afetará até o ensino de nossos futuros alunos, pois cada vez mais a sociedade se torna mais e mais tecnológica e aqueles que não se adaptam, acabam sendo deixados para trás.

**Janaína:** Mas penso, que nos encontramos ainda num processo de negação, afinal quando a gente saiu da pandemia, saiu daquele negócio, tipo aí, “eu não quero mais

ver tecnologia pela frente, eu estou saturado.” “Fiquei 2 anos preso com home Office com tecnologias de manhã, de tarde, de noite. Agora não quero, quero contato humano, eu não quero mais.”. E esta é a falta de entendimento porque vivemos em outro contexto, e devemos usar a tecnologia, e ela está em todo lugar, principalmente agora que retomamos a ter uma vida que a gente não tinha durante a pandemia. Então hoje não se justifica a gente falar em saturação tecnológica, porque a gente está num outro contexto, não está numa emergência sanitária.

Mas assim, eu ainda vejo muito essa coisa de uma involução, ou seja, é coisas que na própria universidade poderiam ser facilitadas com o uso de tecnologia. Por exemplo, um professor vai para um evento, ele tem que suspender a aula, porque aquele dia ele vai estar lá em outro estado/país por um evento acadêmico, ele pode passar um estudo dirigido, ou uma aula gravada, também poderia deixar a escuta de um podcast para os alunos. Algo que ele não precisa fazer uma reposição física que vai, muitas vezes, embaralhar com a vida também do aluno que fez todo o seu planejamento. Além disto, as reposições são feitas geralmente de sábado, muitas vezes o aluno trabalha no sábado, tem que cuidar às vezes do irmão, ou viajar para ver a família, portanto, ele vai acabar sendo prejudicado por conta disso, isso é, várias coisas que a gente poderia utilizar, não são não pensadas.

**Ygor:** Forma online mostrava graça algumas outras formas assim, um podcast ou até mesmo com um evento, dependendo da situação da aula. Olha aquela questão, né? A resistência em base da tecnologia, principalmente devido à própria pandemia. Como a senhora mesmo citou.

**Janaína:** Ninguém! Justamente aí fico pensando. E o que nós vamos fazer? Que quando essa geração que tá chegando à universidade, essa geração do TikTok, dos games, do YouTube. A universidade vai olhar e dizer, cara, curso de história é assim, não tem nenhuma inovação, é só o professor falando de texto, texto, texto o tempo inteiro, todas as aulas, o mesmo, é só escrevendo. Quadro de gizes. Só isso não tem mais nada, então vou embora e vou fazer outro curso. Então também temos que pensar que a utilização das tecnologias também favorece a manter essa futura

geração totalmente digitalizada na universidade, senão teremos muitos, muitos problemas em manter a própria existência da universidade para as próximas gerações. E aí? Isso impacta, inclusive, nos mestrados e doutorados. A gente está formando muitos professores e muitos mestres e doutores. Para quê? Para me substituir, para serem professores universitários. Só que se a gente não garantir a continuidade dessa universidade. Hoje, com esse pensamento ainda da década de 90, pois, daqui a 10 ou 20 anos, ela vai ter alguma utilidade ainda vai existir, né? Ela vai atrair, é gente que queira, de fato, fazer um curso há 10 ou 20 anos. Dentro daquele curso também são questões para a gente pensar, né?

**Daniel:** Mas é justamente isso! A gente precisa se adaptar ao ambiente, o César Agenor ele falou em uma última entrevista que a gente fez com ele, “Se o historiador não se atualizar, não é a população que vai lá no Planalto ou no Palácio do governo lutar pelo emprego do historiador”. Tem que correr atrás, então é a gente pela gente mesmo e vamos correr para ressignificar nossa própria profissão se não ela vai ficar obsoleta, vai ficar sem sentido na sociedade. E agora que a gente tem legislação regulamentando a própria profissão temos um campo enorme de conquista. A senhora gostaria de fazer as suas considerações finais?

**Janaína:** Devo dizer que as novas gerações de futuros estudantes de história, seja para o bacharelado ou para a licenciatura, tragam as suas inovações, as suas ideias que vamos contagiar para podermos realmente promover essas mudanças em departamentos e nos PPCS. Que os novos professores que estão chegando via concursos públicos, também recentes, nos departamentos que eles cheguem com essa visão de futuro, de presente futuro. Uma coisa que sempre falo, nós somos historiadores, trabalhamos com o passado, mas nós não vivemos no passado vivemos no presente e muito preocupados com o futuro de todos nós! Mediados pelas tecnologias e pela questão do clima, devemos estar sempre atentos a essa possibilidade de tornar o convívio em sociedade o melhor possível, estamos sempre preocupados com essa questão da cidadania. Na qualidade de vida, na luta contra as injustiças sociais e no campo da tecnologia, principalmente com os acessos, e cada

vez mais facilitar os acessos aos equipamentos, as conectividades, e a uma conectividade de boa qualidade no país inteiro. É um absurdo que, em pleno século XXI, a gente ainda tenha pessoas que não tenham internet, que não tenham computador ou celular. Com qualidade para poder fazer esse ingresso na vida digital, sendo que quase tudo hoje, quase todas as profissões, 99% exigem essas habilidades de tecnologia. Temos que lutar por isso, e também que as aulas de história sejam também espaços onde os alunos, principalmente os alunos da educação básica aprendam também na aula de história como manusear as ferramentas digitais trabalhando com os conteúdos históricos.